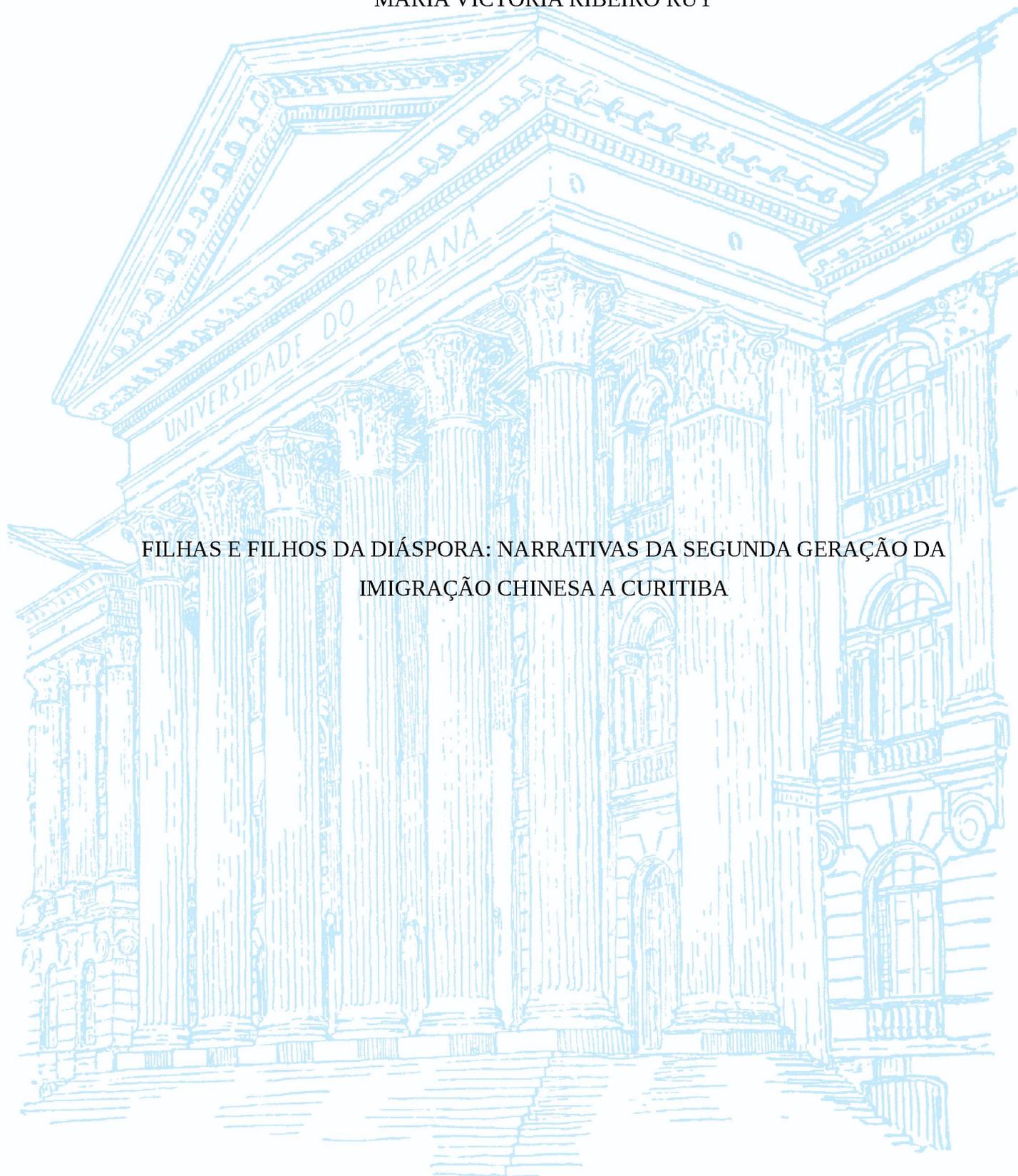


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
MARIA VICTÓRIA RIBEIRO RUY



FILHAS E FILHOS DA DIÁSPORA: NARRATIVAS DA SEGUNDA GERAÇÃO DA  
IMIGRAÇÃO CHINESA A CURITIBA

CURITIBA

2022

MARIA VICTÓRIA RIBEIRO RUY

FILHAS E FILHOS DA DIÁSPORA: NARRATIVAS DA SEGUNDA GERAÇÃO DA  
IMIGRAÇÃO CHINESA A CURITIBA

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História Setor de Ciências Humanas, da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Roseli Terezinha Boschilia

CURITIBA

2022

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
SISTEMA DE BIBLIOTECAS – BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS HUMANAS

Ruy, Maria Victória Ribeiro

Filhas e filhos da diáspora: narrativas da segunda geração da imigração chinesa a Curitiba / Maria Victória Ribeiro Ruy. – Curitiba, 2022.

1 recurso on-line : PDF.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História.

Orientadora: Profa. Dra. Roseli Terezinha Boschilia.

1. Imigratnes. 2. Imigração chinesa. 3. Narrativas orais.  
I. Boschilia, Roseli Terezinha, 1952-. II. Universidade Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação em História. III. Título.

Bibliotecária: Romilda Aparecida dos Santos CRB-9/1214



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO HISTÓRIA -  
40001016009P0

## TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação HISTÓRIA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da dissertação de Mestrado de **MARIA VICTÓRIA RIBEIRO RUY** intitulada: **FILHAS E FILHOS DA DIÁSPORA: NARRATIVAS DA SEGUNDA GERAÇÃO DA IMIGRAÇÃO CHINESA À CURITIBA**, sob orientação da Profa. Dra. ROSELI TEREZINHA BOSCHILIA, que após terem inquirido a aluna e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua **APROVAÇÃO** no rito de defesa.

A outorga do título de mestra está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 28 de Novembro de 2022.

Assinatura Eletrônica

28/11/2022 18:22:33.0

ROSELI TEREZINHA BOSCHILIA

Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica

29/11/2022 07:50:47.0

ELISA MASSAE SASAKI

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO)

Assinatura Eletrônica

29/11/2022 16:13:23.0

OSWALDO MARIO SERRA TRUZZI

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS)

---

Rua General Carneiro, 460, Ed.D.Pedro I, 7º andar, sala 716 - Campus Reitoria - CURITIBA - Paraná - Brasil  
CEP 80060-150 - Tel: (41) 3360-5086 - E-mail: cpghis@ufpr.br

Documento assinado eletronicamente de acordo com o disposto na legislação federal Decreto 8539 de 08 de outubro de 2015.

Gerado e autenticado pelo SIGA-UFPR, com a seguinte identificação única: 238862

Para autenticar este documento/assinatura, acesse <https://www.prppg.ufpr.br/siga/visitante/autenticacaoassinaturas.jsp>  
e insira o código 238862

*Em memória de Lan Lai Ruy e José Ribeiro da Rosa Filho*

## AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Pedro e Tânia, e nossas famílias; entre muitos outros motivos, por me transmitirem os dois legados que hoje compreendo imensuráveis, de ser terceira geração da imigração e terceira geração de mulheres emancipadas,

À Prof.<sup>a</sup> Roseli Terezinha Boschilia, que me acompanha desde a graduação, por ser uma lição cotidiana de como uma prática de orientação e ensino pautada no respeito, na autonomia e na empatia não só é a mais humana como produz resultados de excelência,

Às e aos entrevistados sem os quais esse trabalho não seria possível, por me receberem no íntimo de suas memórias e de suas subjetividades,

Ao Coletivo Dinamene, coletivo asiático-brasileiro que me recebeu de braços abertos em 2020 e que venho construindo desde então, por transformar profundamente minha experiência racial, até então solitária, e me fortalecer todos os dias (eu sabia que vocês existiam!),

Aos professores membros das bancas de qualificação e defesa, Prof.<sup>a</sup> Elisa Massae Sasaki, Prof.<sup>o</sup> Oswaldo Truzzi e Prof.<sup>o</sup> Rhuan Trindade, pela avaliação cuidadosa, pelas contribuições valiosas e palavras de incentivo,

Aos demais professores que participaram da minha formação, em especial, os que me receberam em suas disciplinas de pós-graduação,

Às equipes do Arquivo Público do Paraná, do Arquivo Nacional e da Biblioteca Nacional (em especial, aos responsáveis pela Hemeroteca Digital),

Aos colegas de orientação, pelos momentos de troca e pela companhia durante o processo nada fácil de pesquisar e escrever sob isolamento social,

À Universidade Federal do Paraná, que tenho o orgulho de poder chamar de *alma mater*,

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo financiamento desta pesquisa,

À comunidade de usuários da plataforma *Focus Mate*,

Em especial, pelo apoio bibliográfico, emocional e psicológico, a Caio Takemoto, Gabriel Kodo Isuka (que ainda, generosamente, revisou o texto!), Ivan Araújo Lima, Mariana Mielke, Otávio Luiz Vieira Pinto, Wagner Miqueias Damasceno e Yonghui Qio Pan.

## RESUMO

Nesta dissertação, almejamos um estudo a respeito das famílias imigrantes que deixaram o Guangdong (no sul da China) em direção ao Brasil, e se estabeleceram em Curitiba entre as décadas de 1950 e 1970, a partir de entrevista de história oral com a segunda geração desta imigração (isto é, filhos e netos de imigrantes chineses que nasceram no Brasil) e fontes da imprensa curitibana da época. Estão entre nossos principais objetivos pensar as representações raciais sobre chineses, como estas se constituíram historicamente e seus possíveis impactos nas experiências de vida dos entrevistados e de suas famílias; a inserção das famílias na cidade e as atividades econômicas a que se dedicavam (em especial, as pastelarias); que relações os entrevistados estabelecem com o seu passado e como se identificam ou localizam a si mesmos na sociedade brasileira. As facetas das representações sobre chineses foram discutidas a partir do estudo sobre a estética da exclusão de Ana Paulina Lee e da teoria da triangulação racial de Claire Jean Kim, ainda com apoio das elaborações sobre imigração e raça de Giralda Seyferth e da tese a respeito da identidade racial paranaense de Benno Warken Alves. Buscamos também analisar sobreposições e distinções nos estereótipos associados a chineses e japoneses, o que requereu as contribuições de Elisa Massae Sasaki a respeito das narrativas que o Japão elaborou sobre si mesmo. Para pensar as formas de ajuda mútua que esses imigrantes desenvolveram, fizemos uso dos acúmulos sobre redes migratórias de Oswaldo Truzzi, e pensamos o papel da comunidade para a identidade imigrante a partir de Giralda Seyferth. O comércio e consumo de heroína, encontrado nos jornais, demandou um breve olhar para a história do proibicionismo das drogas, para o qual foi fundamental o amparo de autores como Henrique Carneiro e Alfred McCoy. Entre outros teóricos, pensamos a memória dos entrevistados a partir de Joel Candau, e os processos de identificação a partir de Denys Cuche. O conceito de socioanálise de Abdelmalek Sayad orientou a reflexão a respeito da compreensão ou objetivação do passado e dos conflitos intergeracionais da família imigrante por parte dos entrevistados. As narrativas orais foram também analisadas a partir de conceitos como assimilação, aculturação e transnacionalismo; da percepção da discriminação racial e, em especial, da reivindicação da brasilidade como apontada por Jeffrey Lesser.

Palavras-chave: imigração chinesa, narrativas orais, estudos de memória.

## ABSTRACT

In this dissertation, we aim a study on immigrant families which left Guangdong (southern China) towards Brasil, and established themselves in Curitiba between the decades of 1950s and 1970s, based on oral history interviews on the second generation of this immigration (meaning the children and grandchildren of Chinese immigrants, who were born in Brazil) and on newspaper editions from that period. Our main goals are to think the racial representations of the Chinese, how those were historically constructed and its possible impacts on the interviewee's life experiences and their families'; the families' insertion in the city and the economic activity they were dedicated to (specially, the pastelarias); the relations the interviewees formed with their past and how they identify, or locate, themselves in Brazilian society. The facets of the representations on the Chinese were discussed based on the study on the aesthetic of exclusion by Ana Paulina Lee and the racial triangulation theory by Claire Jean Kim, with the support of the elaborations on race and immigration by Giralda Seyferth and the thesis on the racial identity of Paraná by Benno Warken Alves. We also seek to analyze the overlapping and distinctions in the stereotypes associated to the Japanese and the Chinese, which requested the contributions of Elisa Massae Sasaki regarding the narratives Japan elaborated of itself. To reflect upon the forms of mutual help these immigrants developed, we utilized the conceptualization of migrant networks by Oswaldo Truzzi, and considered the role of community to the immigrant identity elaborated by Giralda Seyferth. The commerce and consumption of heroine, found in the newspaper collections, demanded a brief glance on the history of prohibition, to which the support of authors like Henrique Carneiro and Alfred McCoy was fundamental. Among other scholars, we reflected on the interviewee's memories through Joel Candau, and their identification processes through Denys Cuche. The concept of socioanalysis, by Abdelmalek Sayad, oriented the thoughts on the interviewee's comprehension of the past and the intergenerational conflicts of the immigrant family. The oral narratives were analyzed from concepts such as assimilation, acculturation and transnationalism; the perception of racial discrimination and, in particular, the vindication of brasilianity as it is pointed by Jeffrey Lesser.

Key words: Chinese immigration, oral narratives, memory studies

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>2 CHINA, O “ORIENTE” DO BRASIL: REPRESENTAÇÕES RACIAIS DE CHINESES NO BRASIL E EM CURITIBA.....</b>	<b>19</b>
2.1 UM BRASIL CHINÊS: O BRASIL QUE NÃO QUEREMOS SER.....	37
2.2 CHINESES E JAPONESES: RACIALIZAÇÕES QUE SE SOBREPÕEM.....	47
2.3 “DANADINHO E SABIDO”.....	51
2.4 “NEGÓCIO DA CHINA”: O MITO DA MINORIA MODELO.....	54
<b>3 O ESTABELECIMENTO EM CURITIBA.....</b>	<b>58</b>
3.1 “NÃO PODE DAR ERRADO”: INFÂNCIA E TRABALHO.....	79
3.2 A COMUNIDADE: REDES DE AJUDA MÚTUA E ESPAÇOS DE SOCIABILIDADE.....	86
3.3 “CLANDESTINIDADES”: JOGO, ENTRADAS INDOCUMENTADAS E DROGAS. ....	95
<b>4 O GRÃO QUE DESLOCOU DA ROCHA: ANALISANDO AS NARRATIVAS.....</b>	<b>110</b>
4.1 FAMÍLIAS ATRAVESSADAS POR UMA FRONTEIRA: CONFLITO INTERGERACIONAL E SOCIOANÁLISE.....	132
4.2 ASSIMILAÇÃO, ACULTURAÇÃO E TRANSNACIONALISMO.....	147
4.3 PERCEPÇÕES DO RACISMO E REIVINDICAÇÃO DA BRASILIDADE.....	165
<b>5 SEJA COMO ÁGUA: CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>172</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>187</b>

## 1 INTRODUÇÃO

*Forgiving who you are for what you stand to gain  
Just know that if you hide, it doesn't go away  
When you get out of bed, don't end up stranded  
Horried with each stone on the stage  
My little dark age  
(MGMT, 2017)*

Como é comum a muitas trajetórias de pesquisa, se não a todas, esta foi em diversos pontos repensada e conduzida para outros caminhos, quando comparada ao que se propunha quando era ainda um projeto de pesquisa a respeito das narrativas de vida de imigrantes chineses estabelecidos em Curitiba, apresentado ao processo seletivo do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná. Também como deve acontecer a muitos, mas não a todos os pesquisadores, este trabalho está localizado numa jornada pessoal, e até coletiva em certa medida, de pensar o seu próprio lugar. Este segundo itinerário, por se tratar de uma dimensão menos confortável e melhor compreensível após uma introdução geral do trabalho, será tratado por último.

As reconduções de pesquisa se fizeram necessárias tanto por apontamentos das referências bibliográficas quanto pelas condições inesperadas em que foi realizada. Entre o encerramento do processo seletivo e início do curso de mestrado, a circulação do vírus da Covid-19 era considerada restrita a algumas regiões da China e mal estava entre as notícias principais dos veículos de imprensa. Já naquele momento as representações da China eram articuladas de maneira a atribuir como causa da então epidemia os hábitos alimentares “incivilizados” dos chineses ou planos do governo chinês para sabotar a economia mundial, numa reedição do perigo amarelo. À medida que a pandemia avançava para a Europa e Estados Unidos, as comunidades leste-asiáticas nesses países entravam em estado de alerta para os crimes de ódio cada vez mais frequentes – campanhas como #JeNesSuisPasUnVirus e #StopAsianHate foram lançadas a partir de grupos ativistas ligados a estas comunidades e alcançaram repercussão mundial. Os chefes de Estado do Brasil e dos Estados Unidos embarcaram ativamente na culpabilização da China e dos chineses pelo vírus, que foi e é ainda chamado de “vírus chinês”. Representações dos amarelos, que são resultado de décadas, mesmo séculos, de construção, emergiram à “superfície” sob a demanda urgente de apontar um culpado para a maior catástrofe sanitária que a humanidade experienciou em muito tempo,

se não a maior de todos os tempos. A eficiência e rapidez com que essa narrativa se estabeleceu foi, para muitos, surpreendente.

Como parece ser o caso de toda ocasião em que a China e os que são considerados chineses entra em pauta, esse episódio foi marcado por contradições. Ao mesmo tempo em que a China representava a origem do problema, era por vezes retratada como a solução uma vez que era a única fonte de insumos para produção das vacinas, além de ser o principal parceiro comercial do país durante uma crise econômica severa. Mesmo quando o líder do Poder Executivo estava claramente investido na narrativa do “vírus chinês”, um de seus ministros foi retirado do cargo não muito tempo após publicar uma postagem considerada especialmente racista contra os chineses, que chegou a provocar uma rara manifestação do embaixador da China no país, alertando o governo para as possíveis consequências diplomáticas daquela manifestação.

Em resposta aos discursos de ódio e episódios de discriminação cada vez mais explícitos, a problematização dos estereótipos atribuídos aos amarelos foi intensamente debatida. Se certos setores se sentiam confiantes em reproduzi-los abertamente, outros se viram na obrigação e mesmo na vontade de combatê-los. O tema chegou pela primeira vez aos grandes jornais, às emissoras de TV aberta e às redes sociais de grandes *influencers*. Numa demonstração igualmente contraditória do olhar aos leste-asiáticos nesse período, o filme sul-coreano *Parasita* se tornou um marco na recepção mundial à filmografia asiática, conquistando quatro prêmios no Oscar 2020 (Melhor Filme, Melhor Diretor, Melhor Filme Estrangeiro, Melhor Roteiro Original), entre muitos outros como a Palma de Ouro e o Globo de Ouro (de Melhor Filme Estrangeiro). Foi, porém, o caso atípico de uma obra que colecionou os prêmios mais importantes como filme, direção e roteiro; mas que só conquistou umas poucas premiações secundárias para o elenco. Muitos se perguntaram, como pode um filme ser o melhor do ano, mas seus atores e atrizes não receberem reconhecimento em semelhante proporção? Foi sugerido então que as premiações admitiram que a produção sul-coreana foi capaz de comover o mundo todo com um drama sobre a experiência quase universal de viver sob o capitalismo moderno, mas que os rostos amarelos que a concretizaram são considerados “inexpressivos demais” aos olhos ocidentais para serem considerados obras-primas da atuação.

Essa ambiguidade se estende a outros marcos da representatividade asiática ou amarela: alguns meses após o sucesso de *Parasita*, a série sul-coreana *Round 6 (ou Squid*

*Game*) se tornou a série mais assistida da história da *Netflix*, uma das principais plataformas de *streaming*. Reações à série, entretanto, deixaram dúvidas se o público se atraiu pela crítica à vida sob o capitalismo e o roteiro envolvente da obra, ou pelas cenas de violência extrema que, talvez por envolverem corpos amarelos, não assustaram e até divertiram os espectadores. No Brasil, a atriz nipodescendente Ana Hikari foi a primeira atriz de origem leste-asiática a protagonizar uma telenovela da Rede Globo, ao estreiar em *Malhação – Viva a Diferença*. Outros artistas amarelos vêm se destacando na cena, como a atriz Chan Suan, nascida em Hong Kong, que estrelou obras como a telenovela *A Dona do Pedaço* (2019) e a série *As Five* (2020). Para além de darem vida a personagens amarelas humanizadas e complexas, estas atrizes também se posicionam publicamente contra o racismo anti-asiático e as limitações de representatividade. Denúncias que seguem sendo necessárias – o filme animado *Red, Crescer é uma Fera*, produzido por *Disney* e *Pixar* e que conta as aventuras de uma menina filha de imigrantes chineses, recebeu, na versão original em inglês, dubladores asiáticos para os personagens dessa mesma origem, que são maioria na obra. Na versão brasileira, entretanto, nenhum artista asiático-brasileiro foi selecionado para a dublagem. Em 2022, chegou aos cinemas o longa *Tudo em Todo Lugar ao Mesmo Tempo*. Centrado em uma família de imigrantes chineses nos EUA, a ficção científica envolve os personagens em viagens entre universos paralelos, habilidade que lhes é exímia devido à flexibilidade que adquiriram com o processo migratório. O conflito interacional entre a mãe, interpretada pela atriz icônica dos filmes de Hong Kong Michelle Yeoh, e a filha, papel de Stephanie Hsu, constitui o fio condutor da trama. Aclamado pela crítica em diversos aspectos, *Tudo em Todo Lugar ao Mesmo Tempo* retratou as singularidades e dramas da família diaspórica de maneira autêntica e sensível, dando visibilidade não só às feições amarelas, mas também às experiências de vida dessas imigrações e suas gerações.

Ainda sobre o contexto de realização deste trabalho, houve mais uma triste confirmação da necessidade do debate racial, em especial, na cidade de Curitiba. Em 24 de janeiro de 2022, o imigrante congolês Moïse Kabagambe foi amarrado e espancado até a morte, no Rio de Janeiro, após cobrar pelas diárias de trabalho não pagas de um quiosque, que continuou funcionando normalmente no dia seguinte à sua morte. Na capital do Paraná, o ato que protestava contra o seu assassinato terminou dentro da Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, que, como o nome indica, foi construída por uma irmandade de pessoas negras e é um importante lugar de memória do associativismo negro na cidade. Estava

presente o vereador Renato Freitas (PT) que, em decorrência do protesto, passou por dois processos de cassação de seu mandato na Câmara Municipal de Curitiba, por quebra de decoro – foram as primeiras cassações da história do legislativo da cidade, ambas aprovadas por ampla maioria. A narrativa da acusação alegava que Renato teria “invadido” o santuário e interrompido uma missa, apesar dos vídeos não demonstrarem isso, nem ser esse o relato do padre responsável pela igreja, que até mesmo participou de um protesto contra a cassação de Renato. O vereador chegou a ser submetido ao processo de cassação duas vezes, uma vez que a primeira foi anulada pela justiça. Ao fim de setembro de 2022, o ministro do Supremo Tribunal Federal Luís Roberto Barroso suspendeu esta segunda cassação, restaurando os direitos políticos de Renato que, dali a alguns dias, foi eleito deputado estadual pelo Paraná com número expressivo de votos, mesmo após uma campanha atravessada pela incerteza de, caso eleito, poder assumir o cargo, uma vez que a cassação suspenderia sua elegibilidade por 10 anos.

Atravessada por contradições, essa conjuntura sanitária, política e cultural renovou a pertinência da presente pesquisa e apontou a necessidade de explorar a construção das representações sociais sobre chineses e amarelos num todo, desde sua gênese, na exploração do trabalho asiático no século XIX, até o contexto curitibano em que as famílias dos entrevistados se estabeleceram. Esta discussão, presente no primeiro e segundo capítulos, não estava prevista no projeto inicial – o que, agora, parece uma falta imensa. Essa mesma perspectiva me orientou quando me deparei com os jornais que noticiavam o tráfico de heroína no Brasil por indivíduos chineses. Tema que nem muito remotamente foi considerado nos primeiros delineamentos da pesquisa, não pude ignorá-lo quando cruzou meu caminho, uma vez que a história da proibição das drogas está intimamente ligada com a história das representações raciais, sendo ambas instrumentos imperialistas que seguem tão igualmente vigentes.

Houve, ainda, como todos nós experimentamos, o impacto do isolamento social na realização do presente trabalho. Se no início do ano de 2020 o então chamado Coronavírus era algo relativamente distante, uma semana após o início do curso as atividades presenciais da universidade foram suspensas, pouco antes dos decretos que determinavam o distanciamento social. Nos quase dois meses entre a suspensão das aulas presenciais e a retomada das atividades por via remota, debatíamos, entre os alunos do Programa, qual seria a proporção do prejuízo em realizar aulas e bancas por videochamada e se seríamos capazes de seguir

cumprindo prazos e entregas quando o Brasil chegasse ao estado que se encontrava a Itália naquele momento, com 300 mortes ao dia e o sistema de saúde colapsando em certas cidades. Não poderíamos ter imaginado que, pouco mais de um ano depois, estaríamos dando continuidade ao trabalho de pesquisa e às disciplinas enquanto o país chegava ao número inacreditável de quatro mil mortos ao dia. Naquele momento, os custos do ensino remoto pareciam altos demais, e, sem muita certeza, se imaginava que a pandemia duraria apenas mais alguns meses. Não muito mais tarde descobrimos ainda o prejuízo cognitivo e estado geral de desânimo, decorrentes do isolamento e da conseqüente solidão e falta de estímulos.

A mesma resistência e expectativa de retorno rápido à normalidade se deu em relação às entrevistas de história oral, o que acabou por atrasar em muito a submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa e a realização das mesmas, considerando o previsto no cronograma inicial. O ritmo de piora da pandemia afastava cada vez mais a perspectiva de retorno, o que exigiu que as disciplinas fossem retomadas remotamente. As tribulações e irritações com as plataformas de videochamada diminuíram com a imposição da situação, ainda que não tenham sido eliminadas, de modo que a relutância para realizar as entrevistas *online* cedeu progressivamente.

O formato, entretanto, demandou uma reprogramação do grupo a ser entrevistado. A princípio, pretendia entrevistar a primeira geração e, secundariamente, seus filhos e filhas. Estes imigrantes, entretanto, estão hoje com idade avançada (entre os 70 e 80 anos de idade) o que dificultava sua familiaridade com as videochamadas e também aumentava potencialmente o risco de contaminação com má evolução da infecção em caso de entrevista presencial. Já a segunda geração, fosse por motivos de trabalho ou de contato com amigos e família, já estava razoavelmente familiarizada com as chamadas de vídeo e poderia ser contatada por aplicativos de mensagem, sem necessidade de contato presencial. O apoio bibliográfico de autores como Abdelmalek Sayad e Alejandro Portes tranquilizaram a escolha ao mostrarem que as entrevistas com a segunda geração da imigração podem ser ainda mais proveitosas do que com seus pais, uma vez que esta vive agudamente as contradições da imigração e dá indícios da dinâmica de assimilação do grupo. Das oito entrevistas realizadas, seis delas foram realizadas por videochamada – a experiência com a modalidade é discutida no terceiro capítulo, que é dedicado a compreender as narrativas de memória encontradas nestas entrevistas.

Localizar a mim mesma em relação ao tema da pesquisa tem sido uma tarefa da qual me esquivei em boa parte das ocasiões em que, até para fins de melhor apresentar a pesquisa, isso teria sido pertinente. Para fazê-lo aqui, estabeleço um diálogo com as reflexões trazidas pela antropóloga Elisa Massae Sasaki em seu texto “Umbigo Ambíguo – Relato de uma pesquisadora *insider* na/da comunidade *nikkei*”, uma vez que percebo uma ambiguidade semelhante na minha relação com o objeto de pesquisa. Tanto o lugar de *insider* quanto de *outsider* me são estranhos.

Faço parte do que podemos chamar de terceira onda da imigração chinesa. Meus avós e bisavós paternos nasceram na China e se estabeleceram em Curitiba em meados da década de 1950 – minha primeira entrevistada foi uma de minhas tias, seguida de um tio e do meu pai. Minha convivência familiar sempre foi, entretanto, entre a família da minha mãe, uma família branca do interior do Paraná. O convívio com a família de meu pai foi muito pontual, reduzido a não mais que uma dúzia de eventos familiares ao longo da vida. Para a frustração minha e dos que me perguntam, não tenho nenhum domínio do dialeto chinês falado pela minha família paterna, não sei cozinhar e nem sou familiarizada com datas especiais, rituais ou costumes do tipo. Hoje, em meio ao processo de pesquisa, noto em mim mesma os sinais de um processo de assimilação acelerado e que promoveu a ruptura entre pais e filhos de uma família atravessada por uma fronteira. Percebo ainda a ausência das avós e bisavós, já falecidas, num contexto onde as mulheres são as principais responsáveis por manter a família unida e manter as tradições. Há, em mim, um luto por não partilhar destes aspectos da cultura (e encontrei o mesmo luto em algumas das entrevistadas), luto que vira incômodo diante das expectativas de que eu falaria a língua, conheceria as tradições, etc – expectativas estas que eu sabia que me acompanhariam caso escolhesse pesquisar o tema.

Esse incômodo se mistura com um outro desconforto, o do lugar da pessoa racializada, de ter suas feições apontadas e categorizadas, e as expectativas que derivam do que se vê. Como quando, durante um evento acadêmico, a pessoa coordenadora do simpósio temático inspecionou imediatamente meus traços quando entrei na sala de videochamada, querendo descobrir se eu era ou não “parte da comunidade”, antes que eu pudesse falar. Portanto, mesmo quando quis me esquivar de localizar a mim mesma, isso me foi cobrado, de modo que o jeito foi buscar aprender como fazê-lo. Em certos momentos, pude sentir que os entrevistados tinham ido parar nesse mesmo lugar de incômodo – por mais que eu, claro, não estivesse inspecionando suas feições, receber algumas daquelas perguntas não era algo

absolutamente agradável para eles, por mais que eu me esforçasse para colocá-las de maneira acolhedora e respeitosa. Como colocou Sasaki (2000), certos conflitos, angústias e ambiguidades são “inerentes e constituintes” dos que pesquisam a própria comunidade.

A minha estranheza para com o grupo pesquisado, portanto, parece não me fazer caber no papel de *insider* da comunidade – e os contornos difusos, a fragmentação do grupo me fazem perguntar se é possível afirmar que eles sequer constituem uma comunidade. Se hoje me identifico como sino-brasileira, é como resultado do engajamento político no que escolho chamar de movimento asiático-brasileiro, que tem se desenvolvido nos últimos anos vocalizando principalmente os episódios de discriminação vivenciados por nós, tentando compreender o não-lugar que ocupamos na identidade nacional e buscando consolidar uma postura antirracista enquanto amarelos. Se trata, então, de enfim ocupar ativamente (ainda que com algum desconforto) um lugar no qual sempre fui colocada pelos outros, e não de uma identificação com uma comunidade na qual eu teria origem e partilharia uma cultura comum.

Porém, também é verdade que sou mais *insider* do que outras pessoas. Um completo estranho ou perfeito *outsider* talvez mal chegasse aos entrevistados, possivelmente receberia recusas de entrevistas ou estas teriam menos qualidade. Apesar de não conhecer pessoalmente duas das entrevistadas, estas conheciam e confiavam nos meus familiares que me levaram até elas, de modo que todos os meus pedidos de entrevista até agora foram prontamente aceitos, por vezes até com entusiasmo. Nas entrevistas, fui felizmente surpreendida com a disposição em rememorar e narrar, inclusive a respeito de temas sensíveis ou espinhosos. Portanto, fui *insider* “o suficiente” para me encontrar no mesmo dilema que Elisa Sasaki, de me tornar praticamente cúmplice dos entrevistados, a ponto de sentir o peso de um “compromisso inerente” para com eles, ou com a comunidade. Essa condição faz com que adereçar certos conflitos seja ainda mais complexo do que normalmente é:

Mas por outro lado, ao saber dessas informações, eu me torno quase uma cúmplice, mas enquanto pesquisadora, eu não conseguiria omitir conflitos (que faz parte de qualquer realidade, estranho seria se não houvesse conflitos) como esse na minha pesquisa. E assim, fiquei me imaginando fazer um grande jogo de cintura para não trair nem os gregos nem os troianos, isto é, nem a comunidade pesquisada a qual pertenço, nem à comunidade acadêmica ao qual também pertenço. É uma situação de liminaridade, ‘*between worlds*’, que pesquisadores *insiders* como eu vivem constantemente e que é desgastante, porém fascinante. (SASAKI, 2000, p. 10)

Um equilíbrio que busquei alcançar foi o de apresentar a trajetória dos imigrantes chineses, com seus obstáculos e superações, sem, com isso, alocá-los na narrativa dos “imigrantes exemplares” que necessariamente carrega, nas suas entrelinhas, a desvalorização de negros e indígenas. Essa narrativa nunca abriu espaço para os chineses (ou, se abriu, foi no fim da fila, “mais pra lá do que pra cá”) e de forma alguma quero ser quem tenta abrir caminho até lá, como parece ser o caso de algumas lideranças e mesmo alguns trabalhos acadêmicos. O objetivo maior é poder olhar para os chineses e seus descendentes a partir de sua singularidade; mas, sendo necessário aproximá-los da branquitude ou dos negros e indígenas, que seja dos segundos – o que não configura uma torção da realidade já que, ainda que amarelos se aproximem e se afastem da branquitude dependendo de momento histórico, outras variantes, etc, nunca são plenamente admitidos dentro dela.

Por fim, mas não menos significativo, há a pressão pela objetividade ou neutralidade em relação ao tema de pesquisa. Apesar de já ser amplamente discutido que o historiador inevitavelmente imprime sua subjetividade no conhecimento que produz, nunca desapegamos totalmente de uma concepção de história objetiva, cuja cientificidade dependeria da distância entre pesquisador e objeto. O fato de que tantas, certamente a maioria, dos trabalhos que me inspiraram terem sido realizados por descendentes destas imigrações ou por pessoas racializadas foi um importante ponto de apoio. Lembro de, no momento de elaboração do projeto, antes ainda da inscrição do programa, pensar que um bom motivo para embarcar no tema era poder fazer um trabalho como eu achava que deveria ser feito, que ou não seria feito por mais ninguém, ou o seria de maneira que me desagradasse. Aceitei, enfim, que parte da minha intenção de pesquisa é poder falar sobre minha família, o que é, ainda que indiretamente, poder falar sobre mim.

Para o primeiro capítulo consideramos necessário um panorama dos estereótipos e ideias comumente associados aos chineses, e aos amarelos de maneira geral, no contexto brasileiro e curitibano. Uma vez que memória e identidade operam de maneira situacional e relacional, julgamos relevante que o trabalho esmiuçasse o que se diz e se pensa sobre chineses no contexto que envolve os sujeitos da pesquisa. No segundo capítulo, adentramos na trajetória de deslocamento e estabelecimento destas famílias na cidade: sua inserção no ramo de pastelarias e restaurantes populares e as tensões que permeavam essas atividades; a

divisão de trabalho e rotina nestes estabelecimentos; as associações de ajuda mútua e formas de sociabilidade dentro da comunidade chinesa; os jogos e o tráfico e consumo de opioides. Por fim, no terceiro capítulo buscamos analisar as narrativas de memória elaboradas pelos entrevistados, nos voltamos às esferas privadas dessas famílias, em especial os conflitos intergeracionais e como estes são interpretados, a continuidade ou não de tradições culturais dentro destas, as experiências de discriminação vivenciadas pelos entrevistados e que traços tomam seus processos de identificação. Por fim, nas considerações finais, fazemos um exercício comparativo final entre as narrativas do grupo principal de entrevistados e a entrevista com um jovem sino-brasileiro.

## 2 CHINA, O “ORIENTE” DO BRASIL: REPRESENTAÇÕES RACIAIS DE CHINESES NO BRASIL E EM CURITIBA

*Race is a fiction with real effects.*<sup>1</sup>

(Paul Gilroy/Yohann Koshy)<sup>2</sup>

1º ato:

Em seu livro “Cada um cai do bonde como pode”, publicado pela Fundação Cultural de Curitiba, Rafael Greca de Macedo<sup>3</sup> reúne o que o jornal Diário do Paraná chamou de “galeria humana de figuras características” da cidade. Em edição de setembro de 1977, o jornal exhibe excertos a respeito daquelas que foram consideradas as mais representativas de Curitiba. Guardadas as diversidades entre eles, algo comum a todas essas personagens é a anomalia. Cada uma a sua própria maneira, todas são figuras errantes, marginalizadas, que vagam pelas ruas da cidade a fazer coisas inusitadas. Entre os que “caem do bonde como podem”, figuram Gilda, a travesti que vivia pela rua Quinze; Bataclan, o elegante propagandista de rua que vivia a correr pela cidade, mesmo sob a neve; e Maria Pelanca, a mendiga (sic) com quem “meia Curitiba” teria se iniciado sexualmente e contraído doenças venéreas. O livro parece tratar-se de uma obra cômica, que descreve figuras urbanas a fim de entreter e fazer rir o leitor. Nesse rol aparece a figura de um imigrante chinês, identificado como “O Pasteleiro”:

Recebido como uma novidade, na provinciana Curitiba, esse pasteleiro, talvez o primeiro da história da cidade, tornou-se uma figura típica da rua Quinze de Novembro.

Chinês, muito polido, trajava-se à moda oriental, não faltando o tradicional rabicho, tão fascinante para a molecada de 1905-1907.

Presença obrigatória em todas as festas públicas da cidade, também podia ser encontrado, raro espécime da raça amarela, nas tardes de domingo, sobre uma das pontes do Passeio Público.

Era quando algum garotinho espírito de porco cismava em confundi-lo com os bichos, perguntando, sem maiores consequências, “-Paiêe, que bicho é aquele, de olhinhos puxados?”

---

1. Raça é uma ficção de efeitos reais. (Tradução da autora)

2. KOSHY, Yohann. The last humanist: how Paul Gilroy became the most vital guide to our age of crisis. **The Guardian**. 05 ago. 2021.

3. Formado em Engenharia, o autor é membro da Academia Paranaense de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná. Figura de destaque na política paranaense, exerceu o cargo de prefeito de Curitiba durante três mandatos.

A despeito de todas as estórias esse pasteleiro fez muito sucesso entre as “excelentíssimas famílias da Capital do Estado”.

Pastele...e...ro! Oia os pastezinho de micarrão, feito pelas mão de yoyô p’ra yayasinha comê...Oia os pastezinho da Bahia, põe na boca e assobia! Oia o pastezi...i...nho!<sup>4</sup>

Apresentado como um “espécime da raça amarela” e aceitavelmente confundido por bicho, o chinês descrito por Greca parece mesmo pouco humano. Sem vínculos com outras pessoas, senão pela venda dos pastéis, é como se o pasteleiro fosse incapaz de se integrar à sociedade curitibana, limitado a orbitá-la como um alienígena. A passagem ainda diz que “a despeito de todas as estórias”, as famílias da elite curitibana o apreciam – quaisquer que sejam as “estórias”, a aceitação condescendente da sua presença por parte dessas é quase um ato de bondade. O personagem também é, aparentemente, desprovido de família, sexualidade ou história. Mais do que a descrição de uma pessoa real, “O Pasteleiro” parece mais uma alegoria na qual emergem à superfície representações da chinesidade enraizadas no imaginário brasileiro e curitibano.

O “tradicional rabicho” mencionado é uma referência ao corte de cabelo no qual homens raspam a parte frontal da cabeça e, na parte de trás, mantém uma longa trança – a trança, ou *biàn zi*, era símbolo de lealdade à dinastia Qing<sup>5</sup>, que fez do penteado mandatório durante boa parte de sua regência. A obrigatoriedade da trança era frequentemente questionada desde o fim do século XIX, e já então há registros de chineses que a cortavam antes de viajar à Europa ou aos Estados Unidos. Nos primeiros anos da República, a remoção da trança virou uma “cruzada oficial” e em cidades como Guangzhou<sup>6</sup> turbas percorriam as ruas em busca de tranças ainda não cortadas (GODLEY, 1994). Nos parece, então, pouco provável que o chinês mencionado por Greca (se real) de fato ostentasse uma trança Qing.

Uma explicação que nos é mais atestável é a de que o “rabicho” do “Pasteleiro” se trata de um eco das caricaturas dos trabalhadores braçais chineses traficados durante o século XIX e início do XX – os chamados *coolies* ou *cules*<sup>7</sup>. Nestas ilustrações, fundamentais na

4. SE não existe o homem tipicamente curitibano, existem ao menos certas figuras características da cidade. Da galeria humana reunida por Rafael Greca de Macedo em seu livro “Cada um Cai do Bonde Como Pode”, publicado pela Fundação Cultural de Curitiba, extraímos alguns dos mais representativos. **Diário do Paraná**. Curitiba, Ano XXIII, N° 6686, p.3 do Anexo, 4 set. 1977.

5. A dinastia Qing foi a última dinastia imperial da China, sendo sucedida pela República da China, em 1912.

6. Guangzhou é a capital da província de Guangdong, no sudeste da China. Tanto a cidade quanto a província são chamadas de Cantão na língua portuguesa. Até hoje a província mais populosa do país, estima-se que boa parte da emigração chinesa se deu a partir de Guangdong.

7. Fazemos a opção de não nos referirmos a esses sujeitos com a palavra *coolie*. Utilizado nos países de língua inglesa como ofensa contra pessoas asiáticas até hoje, Ana Paulina Lee (2018, p.4) aponta que esse termo foi um produto do imaginário colonial e nunca fez referência a essas pessoas como historicamente significantes. Ainda

construção do sentimento antichinês e na sua reprodução no mundo todo, a trança Qing é um componente obrigatório<sup>8</sup> nas representações desses trabalhadores, junto dos traços amarelos exagerados e das roupas “orientais” (todos elementos citados por Greca), uma vez que servem de marcadores da diferença e indicam uma incapacidade de integração. A trança Qing é, inclusive, objeto de muita atenção nessas ilustrações, quase sempre de maneira cômica – diversas vezes os chineses estão sendo puxados por meio dela por seus capatazes, utilizam-nas para cometer suicídio, enforcando-se, ou as tranças se levantam no ar demonstrando suas emoções, como caudas de animais (a própria palavra rabicho pode referir-se ao penteado ou ao rabo de um animal).

É curioso que o texto “O Pasteleiro” seja acompanhado de uma ilustração que parece retratar um imigrante português – é a figura de um homem de bigode espesso, nariz protuberante e trajes ocidentais (paletó, gravata e chapéu), que traz consigo uma cesta e uma valise. Assinada por Columero, que pelo menos desde 1908 ilustrava revistas curitibanas como *A Rolha*, a ilustração não deve ter sido feita para a obra de Greca e retrata Mané Pasteleiro<sup>9</sup>, figura conhecida<sup>10</sup> na Curitiba das primeiras décadas do século XX, que vendia pastéis no Centro da cidade. Após a chegada de famílias chinesas à capital, a ocupação de pasteleiro se tornou tão associada aos chineses a ponto de Greca produzir uma releitura de Mané Pasteleiro, originalmente de origem nacional ou talvez portuguesa, como um homem chinês.

2º ato:

Entre o fim do ano de 2016 e os primeiros meses de 2017, foi inaugurado em Curitiba, no bairro do Batel, um bar chamado “Flango”. O estabelecimento oferece cerveja e pastéis, e como o próprio nome do bar, o cardápio satiriza a dificuldade de um chinês em falar

---

que aqui estejamos centrados nos trabalhadores chineses, vale mencionar que trabalhadores indianos (nas mesmas condições) também foram denominados *coolies*.

8. A autora comenta o relato segundo o qual os trabalhadores chineses traficados para Cuba teriam suas tranças cortadas e eram renomeados pelos seus donos, num ato simbólico para romper laços com sua ancestralidade e terra natal (LEE, 2018, p. 106). Ou seja, mesmo entre os chineses do século XIX e início do XX, retratados pelas ilustrações, muitos não usavam mais suas tranças. Nas poucas fotos desses trabalhadores, raramente há tranças à vista. O item constava nas gravuras muito mais a fim de evocar representações raciais do que de retratar a realidade.

9. A ilustração se assemelha em muito à foto de Mané Pasteleiro, publicada na referida publicação: DEGENERADO! Mané Pasteleiro, que toda Curityba conhece, acusado de deflorador de sua própria filha. **O Dia**. Curitiba, p. 8. 2 set. 1930. N. 2641.

10. “Manoel pasteleiro” também é mencionado no romance *Aza de corvo* de Rodrigo Junior. Na passagem, o homem está anunciando aos fregueses as delícias do “pastelsinho de *micarão*”, na mesma grafia utilizada por Greca. *AZA de corvo*. **O Olho da Rua**. Curitiba, p.18. 15 de nov. de 1907. Ano I, N. 15.

português. Os sabores estão listados como “*cane, queso, flango, calablesa, paimito*”. A insistência em enfatizar a atrapalhação de chineses (e mesmo japoneses) em falar o português é mais uma constante nas afirmações de sua suposta inaptidão à assimilação e “burrice” – este elemento também está presente nas linhas finais do trecho de “Cada um Cai do Bonde Como Pode”. Em especial a expressão “pastel de *flango*” é frequentemente utilizada para caçoar ou pontuar conflitos com leste-asiáticos e leste-asiático-brasileiros, como a pesquisa do termo em redes sociais ou ferramentas de busca na internet pode verificar instantaneamente.

Porém, não só nessa questão linguística se ampara a identidade do bar – sua logomarca<sup>11</sup> ainda consiste na figura de um pombo, fazendo menção à anedota urbana na qual o pasteleiro chinês confundiria o pombo por frango (intencionalmente por desonestidade ou sem intenção, por ignorância<sup>12</sup>) e serviria pastel preparado com carne de pombo aos seus clientes. A desonestidade ou traiçoeiragem, a já mencionada incapacidade de integração, a falta de civilidade e os hábitos alimentares repugnantes atribuídos aos chineses são continuidades do imaginário que remonta ao século XIX. Na peça da revista *Fritzmac*, publicada em 1888 pelos irmãos Arthur e Aluísio Azevedo, os personagens viajam para uma realidade alternativa e distópica, na qual a imigração chinesa ao Brasil foi aceita e incentivada. Nesse Brasil chinês, os personagens passariam o dia em torpor de ópio e se alimentando de ratos encontrados no esgoto (LEE, 2018, p. 84). Não é de surpreender que esse tropo tenha sido mobilizado de maneira tão eficiente no momento da eclosão da pandemia de Covid-19 em 2020, quando a causa de surgimento do vírus foi apontada nos hábitos chineses tidos como “primitivos e pouco higiênicos”. Comparativamente, o vírus da gripe suína ou H1N1 teria se originado nas fazendas de porcos dos EUA ou do México, mas nunca foi atribuído a características essenciais dos norte-americanos, mexicanos ou às suas culturas<sup>13</sup>.

---

11. Vale mencionar ainda que a identidade visual do bar remete aos raios da bandeira do sol nascente (*Kyokujitsuki*). Símbolo do militarismo japonês e sua política colonialista, essa bandeira é considerada profundamente ofensiva aos povos vitimados pelo Japão imperial, como coreanos e chineses. São poucos os grupos que ainda a ostentam na Ásia (sempre sob protestos), como a extrema direita japonesa. No Brasil, entretanto, recorrentemente a bandeira do sol nascente é utilizada de maneira banal, como mera estética *cool*. Um bar vizinho do “Flango”, o Chō Street Food, tinha a *Kyokujitsuki* pintada em sua fachada, até o fechamento do estabelecimento. Esses usos são pertinentes para nós, pois demonstram um apreço especial pela culinária e pela iconografia leste-asiáticas, mas que são negligentes ou ignorantes com a história e as contradições desses povos.

12. Numa variação da anedota, um cliente veria um chinês espantando um pombo da pastelaria dizendo “xô, flango”.

13. Apesar de que, não fossem os EUA apontados como possível origem no vírus logo no início da epidemia, provavelmente o episódio desencadearia acusações de cunho racial contra os mexicanos.

Na Rua Coronel Dulcídio, o “Flango” fica localizado no que deve ser o bairro mais privilegiado de Curitiba, o Batel, que concentra comércios de luxo, alguns dos mais movimentados polos de vida noturna da cidade e o seu metro quadrado mais caro<sup>14</sup>. Não há dúvida, portanto, que o bar acumula pelo menos quatro anos de operação em uma região influente e de alta circulação. A poucas quadras de distância, na Avenida Sete de Setembro, chama atenção a vistosa Praça do Japão, projetada ao estilo arquitetônico tradicional japonês. Com 14 000 m<sup>2</sup>, a praça inaugurada no ano de 1962 em homenagem à imigração japonesa é um dos cartões-postais da cidade, e já passou por algumas revitalizações desde sua inauguração. Entre seus vários atributos constam uma biblioteca municipal, seis lagos artificiais, cerca de 30 cerejeiras, doadas pelo próprio governo japonês, e...uma barraquinha de pastel.

Em outra região privilegiada, no Centro Cívico, foi instalada em 2017, pelo mesmo Rafael Greca de Macedo (então prefeito), uma escultura, de 3 metros de altura, de Confúcio. A obra foi doada pelo governo chinês à cidade, por ocasião da Bienal de Curitiba que, naquele ano, tinha a China como país homenageado. Comparativamente à Praça do Japão, a estátua ocupa um espaço muito menor, uma rotatória entre o Museu Oscar Niemeyer e o Palácio Iguazu (sede do governo do Paraná), batizada então de Largo da China – nome que é quase cômico, considerando que se trata de uma rotatória que sequer pode ser acessada por pedestres. Rodeado de ruas movimentadas, apesar de privilegiado, o lugar é de relativa visibilidade e não surpreenderia que apenas uma minoria dos transeuntes percebesse a escultura. Na ocasião da inauguração, o então prefeito Rafael Greca apreciou “o sorriso *compassivo* de Confúcio” e declarou: “Ficamos agradecidos ao povo e ao governo chinês por essa maravilha e saudamos a presença dessa escultura como um elo entre Curitiba e a China, que é o nosso grande mercado consumidor. Queremos consolidar essa amizade”<sup>15</sup>. O teor desta, portanto, assinala às relações comerciais com a China enquanto potência econômica, sem se vincular com a imigração chinesa à cidade (e nem mesmo constatá-la).

---

14. De acordo com levantamento realizado em 2018. Disponível em: <<https://paranaportal.uol.com.br/economia/preco-medio-do-metro-quadrado-em-curitiba-e-de-r-4-727-segundo-site-especializado/>>. Acesso em 2 de junho de 2021.

15. Presente do povo chinês, estátua de Confúcio é instalada no Centro Cívico. **Prefeitura municipal de Curitiba**. 27 de set. de 2017. Disponível em <<https://www.curitiba.pr.gov.br/noticias/presente-do-povo-chines-estatuade-confucio-e-instalada-no-centro-civico/43564>>. Acesso em: 2 de junho de 2021.

As demonstrações apresentadas até aqui apresentam consonâncias com as discussões que elencamos para este capítulo. A apontada incapacidade de assimilação, desonestidade e falta de civilidade associados aos chineses convive com certa apreciação seletiva de sua cultura e sua presença – e a dinâmica entre ambas abordagens é atravessada pela correlação de forças na geopolítica mundial. São referências fundamentais para nós as elaborações de Ana Paulina Lee, a respeito da memória circum-océânica dos regimes raciais da escravidão e sua sobrevivência na forma de expressões culturais imprevisíveis e de como construções culturais sobre a chinesidade estruturaram uma coerência simbólica nacional para o Brasil; e a teoria da triangulação racial, de Claire Kim.

Em seu livro *Mandarin Brazil: race, representation and memory*, Ana Paulina Lee procura entender que estruturas semânticas e ações corporizadas fizeram com que os chineses fossem interpretados como uma raça, e de que maneiras essas ideias persistiram. Diferente de uma história da migração, a autora está interessada numa história do Outro, que vem à superfície em arquivos institucionais, narrativas (como ficção, poesia, peças e contos), em performances de “*yellowface*”, em imagens e em lugares (como a Rua Coolie, em Macau). Essa construção cultural dos chineses como a “*raça coolie*” ou a “*raça amarela*” se deu num momento de emergência de uma ideia global de raça e das consciências nacionais, estas também racializadas em sua essência.

O conceito de chinesidade utilizado por Lee não diz respeito aos chineses, simplesmente, mas ao papel das representações raciais a respeito deles. Nas palavras da autora,

Racial representations are not simply a product of aesthetics; rather, they have sociohistorical context since their origins are rooted in violent racial regimes that orient a way of looking and being hypervisible while always being seen through. *Racial representations thus are better understood as contested cultural memory sites that play a crucial role in upholding, recasting, or interrupting national allegories and political mythologies* (LEE, 2018, p.138, grifo nosso)<sup>16</sup>.

Essas representações são tão consistentes ao longo do tempo que Lee aponta que regimes raciais podem ficar adormecidos por certo período, até serem engatilhados para

---

16. Representações raciais não são um simples produto da estética; antes, elas têm contexto sócio-histórico já que suas origens são enraizadas em regimes raciais violentos que orientam uma forma de olhar e ser hipervisível ao mesmo tempo em que sempre veem através [do sujeito]. Representações raciais então são melhor compreendidas como *locais de memória cultural contestados* que cumprem um papel crucial em preservar, reformular ou interromper alegorias nacionais e mitologias políticas. (Tradução da autora)

cumprir demandas do presente. A força da onda de ódio anti-asiático – ou, a imediata mobilização de representações raciais sobre chineses e leste-asiáticos como um todo – disparada pela pandemia de Covid-19 surpreendeu e assombrou, colocando estudiosos, ativistas e comunidades descendentes de leste-asiáticos em estado de alerta. Muitas dessas pessoas nunca tinham assistido ou vivenciado episódios tão violentos e explícitos de discriminação racial antes. É uma demonstração de como essa memória racial permaneceu relativamente silenciosa ou com erupções menores por décadas, até que agentes poderosos do presente precisassem mobilizá-la novamente. Lee enfatiza a continuidade desses imaginários, desde os regimes raciais da escravidão até os dias atuais.

O trabalho asiático compulsório, assim como o africano, sustentou as redes do capitalismo global e enriqueceu as nações que o gerenciavam. Os portos do sul da China, em Macau, Hong Kong e Shanghai se tornaram mercados de trabalhadores não-livres com o estabelecimento do tráfico *coolie*. Ana Paulina Lee explica que esses trabalhadores foram usados como intermediários físicos, sociais e econômicos entre o trabalho escravo (majoritariamente africano e negro) e o trabalho livre ou assalariado – nem livres e nem escravos, eles ocuparam um vazio cultural e legal durante uma emancipação gradual da escravidão (LEE, 2018, p. 5). Tanto os termos "escravo" quanto "imigrante" são inadequados para descrever esses sujeitos. Ao mesmo tempo em que não estavam em condições idênticas aos negros escravizados (especialmente sob a ótica jurídica), também não estavam em pé de igualdade com imigrantes brancos – o comércio *coolie* traficava indivíduos que por vezes eram raptados ou enganados e coagidos, e que, ao chegar aos países de destino, não tinham acesso a direitos civis como nacionalização, voto, etc.

A escolha dessas elites pelos trabalhadores chineses se deu justamente pela resistência econômica ao trabalho livre, ainda que preferissem que apenas ondas migratórias brancas passassem a compor a população de seus países<sup>17</sup>. Alternativa adotada em maior ou menor escala por cada país<sup>18</sup>, o tráfico *coolie* foi uma opção estudada por todas as nações americanas para resolver a crise laboral resultante da abolição do tráfico de escravizados e da própria escravidão. Todos esses debates, guardados suas especificidades, eram atravessados pelo

17. É desta ansiedade (que as populações não fossem “contaminadas” pela “raça amarela”) que se formata o tropo do chinês incapaz de se integrar e de sexualidade ora disfuncional ou inexistente (como no Pasteleiro de Greca), ora incontrolável.

18. O Brasil recebeu levas “experimentais” desses trabalhadores (invariavelmente mal recebidas e conseqüentemente, descontinuadas), portanto, comparativamente a países como Cuba, Peru e mesmo Estados Unidos, o Brasil fez pouco uso desta mão de obra. Porém, como discutiremos melhor adiante, as polêmicas a respeito desta alternativa e a animosidade do debate internacional enraizaram tropos associados à “questão chinesa” no imaginário brasileiro.

mesmo dilema: os chineses talvez fossem desejáveis enquanto força laboral barata e abundante, mas certamente indesejáveis enquanto elemento étnico a compor a nação.

Essa exploração demandou a consolidação de um regime racial, que viajou pelas rotas circum-ocêânicas até tomar proporções globais. Este regime carrega a ideia de que a relação de alguém com trabalho exploratório racializado determinará seu acesso aos direitos de cidadania e reconhecimento pelo Estado. Aqui, Lee cita Denise Ferreira da Silva, para quem essas hierarquias seguem determinando direitos de cidadania, uma vez que a lei colapsa quando o Estado clama estar acionando seus instrumentos de violência total para se autopreservar; de maneira que o Estado define seus limites éticos a partir da diferença racial, legitimando a violência e morte de sujeitos subalternos racializados<sup>19</sup> (SILVA, 2014, p. 132, 159-160). Ou seja, essas continuidades não se restringem a um âmbito cultural ou representativo. Para Lee, a ficção de que certas identidades raciais pertenciam a uma comunidade imaginada, e outras não, foi uma ideia mais poderosa do que a ciência política da definição de cidadão (LEE, 2018, p. 14). Em 4 de junho de 2021, o vereador de Curitiba, Renato Freitas Junior, foi detido quando jogava basquete e ouvia música durante a tarde em uma praça da cidade. Segundo a polícia militar, o parlamentar foi preso por perturbação ao sossego. Após ser imobilizado por três policiais e arrastado, o vereador questionou o motivo da prisão e ouviu de um dos policiais: "não sei"<sup>20</sup>. Renato Freitas é negro<sup>21</sup>.

Processos de racialização nos Estados Unidos, no Brasil e em demais países se sobrepõem sincronamente, ao mesmo tempo em que adquirem especificidades nacionais e regionais, uma vez que se tratam processos dinâmicos e relacionalmente constituídos<sup>22</sup>. No

---

19. Denise Ferreira da Silva elabora a partir das ocupações militares nas favelas do Rio de Janeiro: "Legitimacy is always already given – in exteriority – to these deployments of total violence because raciality renders the decision to kill residents of Rio's favelas just because it is deemed necessary for the reinscription of the state's authority." (SILVA, 2014, p.160). (A legitimidade é sempre-já dada – na exterioridade – a estes acionamentos da violência total porque a racialidade concede a decisão de matar residentes das favelas do Rio simplesmente porque esta é considerada necessária para a reinscrição da autoridade do Estado – Tradução da autora). Silva afirma ainda que a racialidade assegura que, em todo o planeta, o "outro" é uma ameaça eterna uma vez que a sua diferença é necessária (ibidem).

20. VEREADOR Renato Freitas, do PT, é preso em Curitiba e acusa PMs de racismo (vídeo). **Brasil 247**. 4 de jun. de 2021. Disponível em <<https://www.brasil247.com/regionais/sul/vereador-renato-freitas-do-pt-e-presos-em-curitiba-e-acusa-pms-de-racismo-video>>. Acesso em 6 de jun. de 2021.

21. Se, no momento da escrita deste capítulo, já era brutalmente explícito o racismo na prisão de um parlamentar negro por (supostamente) perturbar a ordem ao ouvir música de tarde numa praça, eventos seguintes conseguiram ofuscar o absurdo deste. O mandato de Freitas passou por dois processos da cassação, mencionados anteriormente, na página 13.

22. Ou seja, as autoras que reivindicamos aqui se afastam da tradição que considera a realidade racial brasileira particular demais para ser comparada aos Estados Unidos ou outros países. O que não significa que elaborações a respeito do contexto norte-americano (por exemplo) devem ser replicadas sem critérios ao contexto brasileiro. A questão é que esses processos de racialização globais fazem parte de um mesmo processo histórico e se sobrepõem.

Brasil, após a abolição da escravidão, o emaranhado das ideologias raciais com ideais liberais de liberdade e trabalho assalariado formatou uma consciência nacional brasileira que, por sua vez, constituiu uma vertente da consciência nacional racializada global (LEE, 2018, p.9).

É por concordarmos com Ana Paulina Lee que a história não fica no passado, mas sobrevive nas ruínas da memória e que podemos pensar então em ruínas da raça, que consideramos pertinente um estudo da construção de chinesidades no contexto brasileiro para os objetivos da presente pesquisa. As fontes históricas trazidas até aqui, e as que serão apresentadas ao longo do capítulo, demonstram que essas chinesidades são recuperadas e atualizadas por demandas do presente, mantendo seu conteúdo nuclear, ainda que ressurgam em formas inéditas. Compreendê-las, portanto, é fundamental para compreender o contexto em que viveram e vivem chineses e sino-brasileiros de 1950 até os dias atuais, suas narrativas de vida e processos de identificação. Nas palavras de Lee: "(...) this past is not forgotten; it remains in the material and symbolic ruins of memory and survives in unpredictable cultural expressions"<sup>23</sup> (2018, p. 16).

Claire Kim (1999) apresenta a sua teoria da triangulação racial dos asiático-americanos contextualizando, primeiramente, outras tentativas de superar o tropo “duas nações, a Branca e a Negra” nos círculos acadêmicos estadunidenses. Jeffrey Lesser (2008) também menciona um período nos estudos sociais brasileiros em que raça e etnicidade seriam funções da classe, o que acabava por classificar como brancos grupos asiático-brasileiros. O autor relembra o estudo da UNESCO, realizada após a Segunda Guerra Mundial:

Essa pesquisa reformulou a intolerância como uma questão basicamente de classe, sugerindo que indivíduos e grupos socialmente ascendentes não podiam ser vítimas de racismo. Com a classe social como o marcador crítico, muitos brasileiros “étnicos” se tornaram parte de uma vaga branquidade (LESSER, 2008, p. 26).

A primeira abordagem resgatada por Kim, a das “diferentes trajetórias”, consistia justamente em procurar definir cada categoria racial a partir dos seus diferentes processos de racialização. Os indígenas norte-americanos foram sujeitados ao genocídio, os negros à escravidão, asiáticos foram excluídos, etc. O problema dessa teoria, segundo a autora, é que

---

23. (...) esse passado não está esquecido; ele remanesce nas ruínas materiais e simbólicas da memória e sobrevive em expressões culturais imprevisíveis. (Tradução da autora)

ela autonomiza excessivamente cada experiência racial, quando na verdade estas se constituíram mutuamente.

A segunda abordagem, que não se dá necessariamente em oposição à primeira, é a da hierarquia racial, a qual, como o próprio nome indica, organiza os grupos em uma única escala de privilégios, com os brancos no topo, negros na base, e os demais grupos no centro. O problema desta perspectiva, Kim (1999) explica, é que esta achata as particularidades de cada processo de racialização, como se todos fossem discriminados da mesma forma, apenas em graus diferentes.

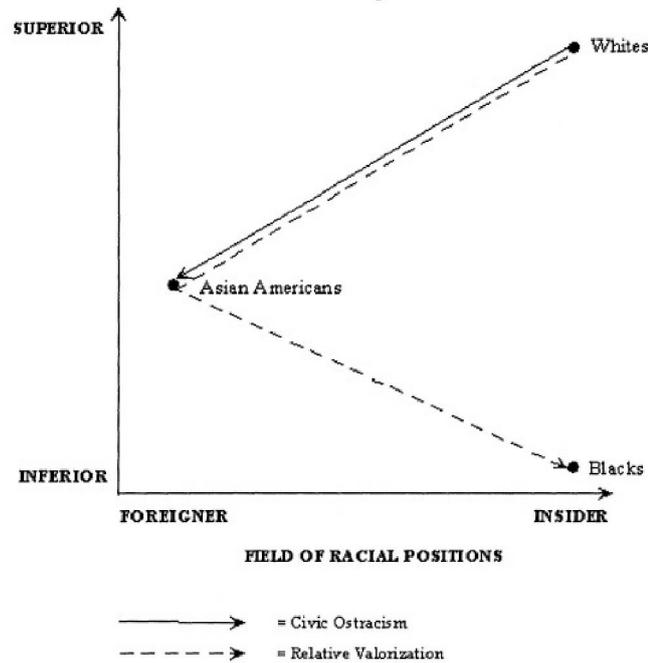
A alternativa, da qual deriva a teoria proposta por Kim, aproveita elementos destas duas abordagens. Para a autora, os processos de racialização são mutuamente constitutivos, ao mesmo tempo em que se desdobram em mais de uma dimensão ou eixo. Os asiático-americanos, em especial, foram racializados em relação a, e através de, interações com brancos e negros americanos.

A teoria da triangulação racial de Kim (1999) identifica dois processos simultâneos e constantes na racialização dos asiático-americanos: a relativa valorização e o ostracismo cívico<sup>24</sup>(Figura 1). Na relativa valorização, o grupo dominante A (brancos) valoriza o grupo subordinado B (asiático-americanos) em relação ao grupo subordinado C (negros). Essa valorização se dá seja por um viés racial, seja por um viés cultural, sendo este último mais comum após as lutas por direitos civis da década de 1960. O ostracismo cívico é o processo pelo qual o grupo A (brancos) constrói o grupo subordinado B (asiático-americanos) como imutavelmente estrangeiros e inassimiláveis, de modo a afastá-los da participação política ou até mesmo da cidadania. A relativa valorização e o ostracismo cívico são dois processos indissociáveis. Ainda que se apresentem de maneira nuançada e que se alternem em predominância, a manifestação de um, conseqüentemente, fortalece o outro, uma vez que ambos se fundamentam numa diferença essencial e permanente dos asiático-americanos.

---

24. *Relative valorization e civic ostracism* no original.

Figura 1



FONTE: Kim (1999)

Claire Kim defende que há uma persistência histórica na triangulação racial, tendo início em meados de 1800 com a chegada dos trabalhadores braçais oriundos da China aos EUA, até os dias atuais, passando por ajustes no seu discurso por volta de 1965, mas que não foram mais do que mudanças cosméticas.

As elites da Califórnia enfrentavam um dilema em meados do século XIX: haviam se comprometido em se tornar um estado “livre” (sem escravidão), mas suas atividades econômicas em expansão demandavam mão de obra barata e abundante. Trazer imigrantes asiáticos (a maioria chineses) não foi uma proposta aceita sem reservas, uma vez que seria mais uma raça não-branca a degenerar a composição étnica local. A triangulação racial, junto da pretensa efemeridade da presença chinesa (acreditava-se que retornariam à China), foram necessárias para mediar esses conflitos e tornar possível o ingresso de trabalhadores chineses na Califórnia. Os trabalhadores chineses eram considerados “menos piores” que os negros, porém definitivamente não-brancos e a eles era negada a naturalização e os direitos civis. Foram o único grupo na história dos EUA a serem considerados “alienígenas inelegíveis à cidadania”.

A autora demonstra diversas vezes ao longo do artigo como a triangulação é persistente, mas é também nuançada. A relativa valorização dos chineses, por exemplo, não

era universal nem constante<sup>25</sup> – eles “só” eram demonizados de maneira menos uniforme e insistente do que os negros. Dos imigrantes chineses que se dirigiram à Califórnia, uma porção foi realocada no Mississippi. Se na Califórnia esses sujeitos eram “quase-negros”, no Mississippi passaram a ser “quase-brancos” – isso porque os chineses seriam menos numerosos no Mississippi (comparados às populações branca e negra), e lá imperava um sistema mais rígido de castas raciais (era um dos estados sob as leis Jim Crow). As pequenas comunidades sino-americanas, que se formaram dessa reemigração, passaram a frequentar igrejas de brancos e a dar nomes brancos aos seus filhos, na ânsia de “se embranquecerem”.

Como colocado anteriormente, Kim defende que há uma continuidade na triangulação racial até os dias de hoje. Para a autora, a partir de 1965<sup>26</sup> a triangulação só passa a ser codificada ou encriptada<sup>27</sup>, passando a adotar termos não raciais. A mudança saliente é que os discursos passam a se fundamentar na “cultura”, usando uma perspectiva completamente essencialista dela, como é típico do racismo contemporâneo.

É fundamental compreender que a triangulação racial nesse momento se torna ferramenta frequente dos conservadores contra as ações afirmativas, por meio do “mito da minoria modelo” (que, para Kim, nada mais é do que continuação dos discursos anteriores). Na década de 1960 se consolidou a representação de asiático-americanos como empreendedores e profissionais liberais bem-sucedidos. A relativa valorização então toma forma na exaltação do sucesso financeiro dos asiático-americanos, o que comprovaria que ações afirmativas seriam desnecessárias (já que os asiático-americanos não precisaram delas), e até um empecilho, para a ascensão social de outras minorias étnico-raciais (declaradamente, os negros). Os estudos e o ativismo dos asiático-americanos defendiam que o mito se apoia menos em “contar a verdade” e muito mais em servir para dar um tom “não racista” (*colorblind*) aos que rejeitavam as políticas afirmativas. Assim como os trabalhadores chineses do século XIX e início do XX foram racializados em relação aos negros e brancos, da mesma maneira esse processo de racialização seguiu se desenvolvendo na segunda metade do século XX.

Kim explica que o ostracismo também se mantém nesta nova configuração discursiva. O mito da minoria modelo atribui o sucesso econômico à “distinção cultural” insuperável dos

25. O ostracismo, também, nem sempre é agressivo e violento, especialmente após 1965.

26. A autora divide sua análise entre os períodos pré e pós era do movimento pelos direitos civis, esta, se estenderia de 1955 a 1965, Foi a pressão destes movimentos que levou o discurso racista a se reformular, adotando o viés mais culturalista e consolidando o mito da minoria modelo.

27. *Coded racial triangulation*, no original.

asiático-americanos, mantendo esse grupo como “eternos estrangeiros” e inassimiláveis. Artigos sobre a “minoría modelo” em revistas de grande circulação na época tratam nipo-americanos como culturalmente japoneses, apesar de muitos destes já estarem na segunda ou terceira geração de imigração. Outro elemento dessa construção é que os asiático-americanos seriam “naturalmente” não afeitos à participação política – implicando então que os negros deveriam abandonar a mobilização política, ao mesmo tempo em que negava o exercício da cidadania a estes sujeitos. A triangulação racial se reciclou em todos os seus aspectos, inclusive como forma de subordinação dos negros americanos pela supremacia branca. As transformações no discurso podem dar a entender que este teria rompido com ideologias raciais do século XIX, ao que Claire Kim rebate:

Despite appearances, this myth [o mito da minoría modelo] represents a continuation of earlier constructions in a different guise. It is true that earlier constructions steadfastly held Asians to be culturally unassimilable into White society, whatever their other virtues as laborers. Yet the model minority myth does not claim that Asian Americans are culturally assimilated into White society; instead, it posits their material success and attributes to their ongoing cultural distinctiveness. It also suggests that Asian Americans are too busy getting ahead and making money to worry about politics, this echoing the old trope of Asian American apoliticalness. Once again, relative valorization is inextricably linked to civic ostracism. (KIM, 1999, p. 108)<sup>28</sup>

Em que pesem as especificidades da cultura estadunidense, dinâmicas muito semelhantes se estabelecem no Brasil, quase que simultaneamente, de forma que acreditamos que podemos falar em uma triangulação racial dos asiático-brasileiros. Em sua obra *Uma Diáspora Descontente: Os nipo-brasileiros e os significados da militância étnica*, que foca na militância étnica dos nipo-brasileiros, o contexto que Jeffrey Lesser apresenta é o da cidade de São Paulo entre as décadas de 1960 e 1980. Como também mencionado por Claire Kim para o contexto estadunidense, neste período há uma entrada significativa de nipo-brasileiros nas universidades e profissões liberais. Em São Paulo, do mesmo modo que em Curitiba, a

---

28. Apesar das aparências, esse mito [o mito da minoría modelo] representa uma continuidade das construções anteriores em uma roupagem diferente. É verdade que em construções anteriores asiáticos eram firmemente considerados culturalmente inassimiláveis à sociedade branca, quaisquer que fossem suas qualidades como trabalhadores. Ainda assim, o mito da minoría modelo não reivindica que asiático-americanos são culturalmente assimiláveis à sociedade branca: ao invés, o mito presume seu sucesso material e o atribui à sua contínua distinguibilidade cultural. Também sugere que asiático-americanos estão ocupados demais seguindo em frente e ganhando dinheiro para se preocupar com política, assim ecoando o velho tropo dos asiático-americanos apolíticos. Mais uma vez, a valorização relativa está indissociavelmente ligada ao ostracismo cívico. (Tradução da autora)

maioria desses jovens estudantes eram filhos de agricultores, e eram a primeira geração de suas famílias a se mudar para as metrópoles. Contemporaneamente, a ditadura militar tem a preocupação de promover ideais de disciplina e progresso, encaminhar os jovens para o “rumo certo”; e o Japão chama cada vez mais atenção como a potência econômica que une ao mesmo tempo a tradição e a modernidade, se tornando um modelo de nação para a elite brasileira.

Neste cenário, Lesser demonstra como se esperava que os nipo-brasileiros fossem o “veículo da transformação” do Brasil no “país do futuro” (LESSER, 2008, p. 25). O papel fundamental da imigração na identidade nacional é tema central de outro livro do autor. Ele destaca que, apesar de diversos países americanos se definirem como “países de imigrantes”, há uma particularidade na relação entre imigração e identidade nacional no Brasil. Esta, uma nação imperfeita (flagelada pela herança da escravidão e da colonização portuguesa), mas que viria a ser aperfeiçoada pelos imigrantes: “Como resultado, os imigrantes muitas vezes foram saudados como salvadores que trouxeram mudanças e melhorias ao Brasil, e não por terem melhorado graças ao Brasil” (LESSER, 2014, p. 28). Apesar das muitas convergências que estamos traçando entre Estados Unidos e Brasil, aqui o autor aponta uma diferença: no caso estadunidense se entende que a prosperidade emana da nação para os estrangeiros que lá se estabelecerem, e não o contrário, como no caso brasileiro.

Na formação identitária do estado do Paraná, a ideia o imigrante que propicia a modernização e da prosperidade é ainda mais central, como demonstra o sociólogo Benno Warken Alves. Em sua tese de doutorado, Alves defende o argumento de que, diante da emergência do mito da democracia racial no Brasil pós Segunda Guerra Mundial, o Paraná (e outros estados do sul) se concebeu como “uma região branca em oposição à nação mestiça” (ALVES, 2019). Ainda que a ideia de democracia racial estivesse presente antes, é com a “desmoralização da ideia de raça no Ocidente” do pós-guerra que ela se consolida, firmando um “num pacto político assimétrico entre brasileiros brancos e negros, resultando numa concepção mestiça de nação”. Alves explica que, para se contrapor a esta concepção de nação, a narrativa paranaense precisou reconfigurar as fronteiras da branquitude, a fim de abarcar luso-brasileiros e “brasileiros étnicos” (entre eles, os nipodescendentes), formando assim um novo tipo social: o branco brasileiro, “antes branco que brasileiro”.

O estudo de Alves (2019) se dá a partir das obras e eventos que celebraram o centenário da fundação do estado. Desde o início da década de 1950 o então governador

Bento Munhoz da Rocha Neto conduzia um plano ambicioso de obras públicas, que envolvia a construção da Biblioteca Pública, do Centro Cívico, do Teatro Guaíra, entre outros, de modo que o Centenário de 1953 foi uma comemoração oportuna para marcar a presença paranaense na narrativa nacional de modernização. O projeto do então futuro Centro Cívico foi apresentado em uma revista francesa de arquitetura e o texto, apesar de alocar Curitiba no novo Brasil Moderno, dissonava deste ao enfatizar a singularidade da cidade que ficava em “zona temperada”, ideal para a sua população de origem europeia, sobretudo alemã e polonesa (ALVES, 2019, p. 47). O autor pontua que essa narrativa foi produto de um pacto político orquestrado pela elite luso-brasileira do estado com imigrantes europeus e japoneses, principalmente. O aspecto fundacional desse pacto, por mais que nunca enunciado explicitamente, é a marginalização de negros e indígenas – os primeiros, relegados à invisibilidade, e os segundos, quando visíveis, são alocados em um passado distante e retratados como objetos de uma “natureza original”.

Vale atenção o difícil processo, resgatado por Alves, no qual os orquestradores do referido pacto tentaram buscar instituições ou lideranças dos grupos imigrantes: “Ao interpelá-los como grupos, a Comissão invocava um tipo de coletividade que não se fundava nas divisões concretas segundo as quais os imigrantes estavam organizados, mas no princípio da unidade de acordo com a origem nacional” (ALVES, 2019, p. 79). Os japoneses, em especial, ainda tiveram que se entender como parte do Paraná – ao que parece, tinham poucas ligações com a elite dominante, a maioria vivia no norte do estado ou em regiões rurais, de modo que “era raro” encontrar algum em Curitiba (ibidem). Foi por meio de uma construção política das “etnias”, então, que Newton Carneiro (então secretário da Educação e Cultura) reuniu representantes alemães, poloneses, japoneses, italianos, ucranianos, sírio-libaneses, franceses, holandeses, portugueses e britânicos. Alves aponta que esta configuração tinha clara conotação nacional e imigrantista, o que tornava a presença dos luso-brasileiros um tanto contraditória, uma vez, que por serem um dos grupos formadores da nação, não seriam exatamente estrangeiros. Foi necessário que o grupo se “transmutasse” em “portugueses folclóricos” para participar de eventos como o desfile das etnias<sup>29</sup>.

---

29. O desfile foi um dos maiores eventos de rua do Centenário, e relatos indicam que 100 mil pessoas (algumas vindas de outros lugares do Paraná ou de outros estados) compareceram, sendo que a população de Curitiba à época era de cerca de 180 mil habitantes (ALVES, 2019, p. 126). O Festival Folclórico das Etnias do Paraná, que em 2022 realizou a sua 60ª edição (com uma configuração de grupos semelhante aos que foram convocados a

O mesmo problema (o de ser grupo nacional, e portanto, não estrangeiro ou “étnico”) negaria a negros e indígenas um espaço no evento. Enquanto isso pôde (e precisava) ser contornado no caso dos luso-brasileiros, “A diferença, claro, é que enquanto os luso-brasileiros compunham o grupo branco dominante no espectro de cor dos nacionais (dominante social, política e economicamente), os negros e os indígenas eram nacionais ‘de cor’, ‘naturalmente’ subordinados” (ALVES, 2019, p. 94). Ao mesmo tempo em que intencionavam se opor à democracia racial, essa construção de identidade paranaense se valia do argumento desmobilizador do mito, segundo o qual negros já teriam direito à nação (enquanto ideia sem efeitos concretos ou materiais). Alves elenca duas perspectivas a partir das quais analisar o viés racista em convocar imigrantes e excluir os negros e indígenas:

---

compor o Centenário), é um evento cultural de relevância em Curitiba e parece ter uma proposta semelhante à do desfile.

Primeiro, como escolha das autoridades à frente da comissão estadual. A escolha relacionava-se, sem dúvida, com a visão da classe dominante paranaense sobre sua história e sua sociedade. Assim como os indígenas acabaram retratados predominantemente como ancestrais extintos –apesar de naquele mesmo momento estarem sendo exterminados nas fronteiras de colonização do estado– era bastante difundida a ideia de que a escravidão e, portanto, o negro, tivera influência praticamente nula na formação da sociedade paranaense. Essa forma de apagar o negro tinha alguma dose de cinismo, pois disfarçava de história o que era, ao mesmo tempo, uma justificativa muito conveniente para relegar os negros, quando muito, às margens da sociedade, e embranquecer a história e a sociedade locais. Sobretudo porque a importância limitada do escravismo não implicava a suposta ausência de negros ou mesmo de “homens de cor”, inclusive em posições de destaque, em cidades de todo o estado. Segundo, se é certo que o viés racista manifestava-se num conjunto de escolhas, deve-se reconhecer, também, que o consenso da democracia racial como “pacto” de integração dos negros à nação, se tinha o caráter progressista de “afirmar o direito a algo que não havia ainda se materializado” —e os grupos negros de Curitiba pareciam mover-se exatamente nesse terreno—, tinha também um lado conservador. Isto é, a democracia racial, ao propalar uma igualdade nunca “consubstanciada em termos de oportunidades de vida, ficava como promessa cujo fado se cumpre ao prometer” (Guimarães, 2002, p. 147). Se o Brasil era uma democracia racial e os negros, elemento essencial da definição da nação, poderia fazer pouco sentido que se envolvessem nas comemorações em meio a grupos que se apresentavam a partir de um princípio de diferença: a colônia estrangeira ou a etnia. O caráter desmobilizador da democracia racial, nesta situação em especial, poderia funcionar para os dois lados: tanto desincentivar as autoridades a enquadrar os negros ao lado dos grupos étnicos, quanto fazer as preocupações dos líderes negros passarem longe de preparar desfiles lado a lado com imigrantes fantasiados. De que os negros se fantasiariam? Não havia equivalência conceitual possível entre esses “outros” folclóricos e os negros, que se consideravam e eram considerados membros integrais da sociedade brasileira, ainda que discriminados pela “cor”. (ALVES, 2019, p.101).

Assim, se forjou uma singularidade atribuída à Curitiba que, desde então, através de diversas épocas e até hoje é reafirmada como uma “cidade modelo”, “cidade sorriso” ou “capital ecológica”, regida por uma ordem que faltaria ao Brasil<sup>30</sup> – nas palavras de Alves

30. Alves lembra como esse tropo foi vastamente utilizado durante as investigações da Operação Lava Jato (2014-2021) e o processo de *impeachment* da ex-presidenta Dilma Rousseff (2016), quando a capital do Paraná passou a ser chamada de “República de Curitiba”-- reproduzindo, então, a ideia de Curitiba e do Paraná como algo apartado do restante do país por ser (alegadamente) uma região detentora de uma ordem e de uma moral distintos, e, nesse caso, capazes de “salvar” a nação do mal da corrupção. Outro fenômeno, relacionado a esses movimentos, que vale mencionar, foi o da sensação ao redor do “Japonês da Federal”. Newton Ishii é um policial federal nipodestendente que foi alçado à figura heróica da Lava Jato, numa reprodução de estereótipos raciais do “japonês disciplinado” (e, nesse caso, disciplinador). Pouco se sabia sobre Newton Ishii, e pouco importava saber – ele raramente era identificado pelo seu nome, além de ter sua brasilidade negada ao ser identificado como “japonês”. Jeffrey Lesser desenvolveu esta análise em entrevista a Rodrigo Russo. RUSSO, Rodrigo. ‘Japonês da Federal’ não seria sensação se tivesse outra ascendência. Blog Alalão (Blog Folha). 07 fev. 2016. Disponível em <https://alalao.blogfolha.uol.com.br/2016/02/07/japones-da-federal-nao-seria-sensacao-se-tivesse-outra-ascendencia/>. Acesso em 15 out. 2022.

(2019), “aproveitou-se o efeito Brasil diferente, que projetava nela a imagem invertida dos problemas percebidos como brasileiros”. Esta ideia se apoia na singularidade do processo de construção do conceito de branquitude no Paraná, que, especialmente pertinente para esta discussão, incluiu a comunidade japonesa. Essa inclusão relativa dos nipodescendentes nos grupos considerados “exemplares” (que requer, inclusive, o silenciamento de certos episódios da história da comunidade, como a retirada de direitos e confinamento em campos de concentração sob a ditadura do Estado Novo) tem consonância no mito da minoria modelo.

A narrativa da minoria modelo “à brasileira” fica explicitada em duas declarações recentes do presidente Jair Bolsonaro, figura pública cujo apelo populista é inegável, que demonstram com precisão os processos de relativa valorização e ostracismo cívico. Em 2017, ainda como deputado federal, em palestra n’A Hebraica, Bolsonaro dirigiu-se ao público fazendo o seguinte questionamento: “alguém já viu algum japonês pedindo esmola? É uma raça que tem vergonha na cara!”<sup>31</sup>. Na ocasião, o então deputado estabelecia a comparação para desqualificar as comunidades quilombolas e os refugiados, fazendo evidente uso da relativa valorização. Já durante seu mandato como presidente, em janeiro de 2020, dias após a jornalista nipo-brasileira Thaís Oyama lançar livro crítico ao seu governo, Bolsonaro reagiu afirmando que os jornalistas “trabalham contra a democracia, como o livro dessa japonesa, que eu não sei o que faz no Brasil”<sup>32</sup>. A presunção de estrangeiridade e negação à participação política são elementos comuns do ostracismo cívico.

Consideramos as elaborações a respeito da triangulação racial de Claire Kim especialmente pertinentes para nós, uma vez que nos permitem compreender como demonstrações de comemoracionismo ou exaltação dos chineses e sino-brasileiros se inscrevem na ideologia racial e nos processos de racialização, ao invés de se opor a elas, como poderia se concluir num primeiro olhar menos amparado. É provável que, nos dias atuais, os discursos declarados de encantamento com a Ásia, com asiáticos e com asiático-brasileiros (uma vez que esse pensamento considera os últimos um *continuum* da primeira) sejam muito mais numerosos do que aqueles de desprezo ou ódio.

---

31. “Bolsonaro é acusado de racismo por frase em palestra na Hebraica”. Disponível em <https://veja.abril.com.br/brasil/bolsonaro-e-acusado-de-racismo-por-frase-em-palestra-na-hebraica/>. Acesso em 03 de jun. 2021.

32. “Bolsonaro ataca Thaís Oyama com frase xenófoba”. Disponível em <https://www.portaldosjornalistas.com.br/bolsonaro-ataca-thais-oyama-com-frase-xenofoba/>. Acesso em 03 jun. 2021.

Outro motivo pelo qual a teoria da triangulação racial nos é fundamental é por compreender como a racialização de amarelos, brancos e negros no Brasil se dá de maneira relacional e co-constituída, e não em dimensões autônomas. Assim, podemos compreender como essas manifestações de valorização dos asiáticos e asiático-brasileiros se dão condicionadas à ostracização dos mesmos e à promoção do racismo contra negros – ou, pelo menos, ao silêncio<sup>33</sup> a respeito da memória do povo negro e mesmo do povo indígena.

## 2. 1 UM BRASIL CHINÊS: O BRASIL QUE NÃO QUEREMOS SER

“Um Brasil chinês – a substituição de um dos focos europeus na América por uma nação mestiça e abastardada, é uma perspectiva repugnante” (citado por DEZEM, 2005, p. 59). Assim advertia Oliveira Martins, estudioso do Brasil e de demais colônias portuguesas. Com a crise laboral que se estabelece definitivamente em 1850 no Brasil, data em que é abolido o tráfico de escravos, parte da elite econômica e intelectual brasileira passa a defender o tráfico de trabalhadores chineses como alternativa. Uma mão de obra não-livre e, portanto, barata, subordinada e abundante, era uma opção tentadora para solucionar, ainda que temporariamente, essa crise. Como enunciou o deputado Martim Francisco, em 1879: “Ou salvemos a lavoura, ou declaremos a bancarrota! Ou aceitar o substituto que se acha mais próximo do braço escravo, ou fazer a ruína do país” (citado por DEZEM, 2005, p. 45). Entretanto, a busca por força de trabalho era atravessada pela elaboração de uma identidade nacional – racializada, como todas as identidades nacionais o são. Se os chineses se integrassem à população brasileira, isto impediria que o Brasil se tornasse branco, mas faria dele amarelo. Mesmo entre os que eram favoráveis à vinda de chineses, era consenso que estes não deveriam compor a nação – havia os que defendiam que eles voltariam à China, e os que acreditavam que a miscigenação conseguiria erradicar os chineses. Outros, que os chineses eram uma ameaça que eliminaria a negritude (o que não era algo desejável), e tomariam a possibilidade de branquitude (LEE, 2018, p. 39).

Giralda Seyferth (2002) considera que a ideia de raça estava de alguma maneira presente nas políticas de imigração do Brasil desde 1818, quando raça sequer era um conceito bem delimitado. O imigrante ideal, à época, já era o do europeu que tivesse intenção,

---

33. A Praça do Japão e o Largo da China, mencionados anteriormente, podem colaborar para pintar a imagem de uma Curitiba multicultural e inclusiva, por exemplo, e ao mesmo tempo acobertar a ausência de grandes monumentos em homenagem aos negros ou aos indígenas no circuito turístico da cidade.

propensão e conhecimentos para ser um exímio agricultor – este, um outro elemento fundamental no planejamento dos deslocamentos populacionais ao país. Entretanto, ainda não havia, na época, a priorização de determinismos minuciosos a partir das doutrinas tipológicas de raça, de modo que a preferência era por um “europeu genérico”. A imigração de chineses já era dispensada, e a autora destaca um argumento<sup>34</sup> inusitado no qual se defende que, entre chineses e indígenas brasileiros, seria mais barato e fácil catequizar os indígenas, uma vez que são dois grupos igualmente “selvagens” e difíceis de catequizar. Argumento que, evidentemente, intencionava desqualificar os chineses e não considerar os indígenas como alternativa colonizadora. Os chineses, então, eram considerados inferiores não pela sua falta de eficiência, mas pelas falhas de caráter pressupostas em sua raça (como preguiça, tendência ao roubo, etc). Nessa comparação, pior do que eles, só seriam as “raças africanas”:

Essa imagem reforça a dupla desqualificação dos chineses (e, por tabela, também a dos índios), através da pretensa inferioridade racial e do distanciamento cultural externado através de um problema de natureza religiosa (a possível dificuldade com a catequese). Finalmente, apelando pra exemplos de outros países que se valeram do trabalho dos *coolies* (como Cuba e Peru), afirma-se, com certa ênfase, que a “raça chim-indiana” só pode ser considerada mais industriosa quando comparada às “raças africanas”. (SEYFERTH, 2002, p. 124)

A questão da mestiçagem emerge às vésperas da Abolição, com influência significativa dos racismos pseudocientíficos europeus – é importante situar essa reconfiguração uma vez que esta demonstra como o conceito de raça foi resultado de um longo e custoso processo interessado. A autora baliza que é a partir da década de 1890 que debates sobre o “tipo nacional” (em outras palavras, raça) e a questão da assimilação passam a ser centrais, de modo quase desesperado, nos debates sobre políticas de imigração. Os imigrantes alemães, até então a escolha habitual e por vezes considerada até ideal<sup>35</sup>, se tornam cada vez mais indesejáveis por supostamente formarem “quistos” e não contribuir para uma formação latina e católica para o Brasil, ou seja, pouco serviam ao projeto de assimilação e poderiam ameaçar a unidade nacional. A assimilação era preocupação central porque era a ferramenta por excelência da tese do branqueamento racial, na qual:

---

34. Presente na proposta para organização de um Conselho de Imigração apresentada ao Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, em 1868, por Joaquim Maria de Almeida Portugal (SEYFERTH, 2002, p. 124).

35. A autora explica que a preferência pelos trabalhadores alemães naquele primeiro momento não se deu a partir de critérios raciais, sendo enfatizada muito mais a sua predileção à agricultura.

(...) a história do Brasil é uma história de mestiçagem, explicada pelos cruzamentos de três traças, duas das quais classificadas por critérios de inferioridade biológica e cultural (negros e índios). Sob esse prisma imagina, a longo prazo, uma ação seletiva agindo na sociedade, cujo efeito seria a “depuração” gradativa dos mestiços fazendo prevalecer as características da raça branca. (SEYFERTH, 2002, p. 130)

A tese do braqueamento via miscigenação foi a maneira de resolver o imbróglio de interpretar um país que inegavelmente era mestiço “demais” a partir das teorias europeias de racismo “científico”. Em todos os trabalhos analisados por Seyferth (2002, p. 134) havia apropriações destas. Que estas ideias entrassem em contradição com alguns princípios das teorias raciais (como o da tendência esterilizadora da mestiçagem) não era um problema justamente porque se tratam de pseudociências, isto é, basta servirem ao propósito preestabelecido, como explica a autora. A própria medição da “fusibilidade” de um povo, isto é, sua capacidade de assimilação ao *melting pot* nacional, não era balizada por metodologia nenhuma. No caso dos amarelos, estes são considerados inadequados por dois motivos opostos: porque não são assimiláveis ou porque são, e então, mongolizariam o país. Mesclando-se ou não à nação, são indesejados em qualquer cenário:

É óbvio que a fusibilidade é apenas mais um pretexto para indicar os indesejáveis de sempre segundo a eugenia racial – africanos e asiáticos. Estatísticas de “fusibilidade”, sem qualquer enunciado metodológico, também serviram para provar o inverso – que os japoneses, isto é, os temidos “amarelos”, deixam-se assimilar e fundir no *melting pot* nacional. A biologia racial, portanto, é usada conforme os interesses de cada um. (SEYFERTH, 2002, p. 139).

Nas décadas finais do século XIX, portanto, no Brasil se emaranhavam a reforma liberal com o branqueamento racial, baseado numa ideologia eugenista – para Ana Paulina Lee, as hierarquias coloniais raciais traçavam sua continuidade numa identidade nacional que se fundamentava no trabalho do imigrante branco. As ansiedades políticas e econômicas resultantes da possível assimilação com a raça amarela tomavam forma numa série de caricaturas e paródias sobre chineses em publicações com a Revista Ilustrada. Estas eram diretamente influenciadas pelos *cartoons* norte-americanos, por sua vez fundamentados no darwinismo social e cheios de estereótipos desumanizantes dos chineses. Nos Estados Unidos, as construções culturais sobre trabalhadores chineses preparavam o que seria uma exclusão legal baseada em raça e classe sem precedentes, o *US Chinese Exclusion Act*, de 1882 – essa lei provocou um efeito cascata de restrições semelhantes em outros países e o sentimento anti-

chinês estava presente no mundo todo (LEE, 2018, p. 39). "The Chinese were racially and ethnically coded as uncivilized, subhuman, and filthy—as markers of the “exotic alien [...] They were undemocratic, unfree, and thus un-American bodies”<sup>36</sup> (ibidem, p. 40). Lee aponta que foi neste processo que os chineses passaram a ser entendidos como uma raça – o que é fundamental para entender que raça é o resultado de uma construção sócio histórica complexa e contínua, ao invés de algo natural ou "dado".

O movimento abolicionista cumpriu um papel especial no debate a respeito da alternativa chinesa, por meio de publicações como a *Revista Illustrada*<sup>37</sup>, além de peças, contos, romances, etc. Nestes, Lee identifica uma construção da chinesidade para se opor aos sentimentos a favor da escravidão, promovida pelos latifundiários, que eram os principais defensores do trabalho chinês não-livre. Os abolicionistas viam nesta alternativa uma continuidade da escravidão e da ordem aristocrática e um impedimento ao progresso da nação. Em uma ilustração, de nome "Liberdade", o barão de Cotegipe (um dos principais defensores da alternativa chinesa) repassa as algemas, recém retiradas dos negros, aos chineses. Em outra gravura, o próprio Barão desenvolve traços mongolizados<sup>38</sup>, simbolizando a miscigenação degenerativa. Em outra, os "chins" são retratados como maus trabalhadores, suicidas, não-livres e moralmente falhos (roubavam galinhas). Ao fim da sequência, os chineses são devorados pelos indígenas, simbolizando o Brasil – dando a entender que não só os chineses não eram adequados para o país, sequer conseguiriam sobreviver nele (LEE, 2018, p. 58-63). Para Joaquim Nabuco, o trabalho chinês mongolizaria o Brasil, que "se tornaria chinês" em 20 anos, caso a imigração tivesse início. Nabuco defende que as duas sociedades, a brasileira e a chinesa, são incompatíveis – a brasileira rumava para um futuro brilhante, enquanto a chinesa estava presa em tradições antiquadas, contrária ao progresso<sup>39</sup>.

Ana Paulina Lee analisa as retratações da sexualidade chinesa a partir das ansiedades envolvendo a miscigenação, de maneira que essas representações possuíam um significado funcional. A sexualidade chinesa é por vezes tratada como "disfuncional" (na qual o homem é

---

36. Os chineses foram racialmente e etnicamente codificados como incivilizados, subhumanos, e imundos – como marcadores do “alienígena exótico”. Eles eram não-democráticos, não-livres, e, portanto, corpos não-americanos. (Tradução da autora)

37. A *Revista Illustrada* foi uma publicação satírica, política, abolicionista e republicana brasileira, fundada no Rio de Janeiro pelo ítalo-brasileiro Angelo Agostini, circulando durante os anos de 1876 a 1898.

38. Isto é, traços marcantes do que seria a raça mongol, ou raça amarela, que na ilustração aparecem exageros e animalizados.

39. A ideia da China tradicionalista, imutável ou antiquada é especialmente recorrente, até os dias atuais, e este tropo pode ser mobilizado tanto para o desprezo quanto para o encantamento. Afirmada taxativamente como verdade autoevidente, raramente essa caracterização da China é acompanhada de demonstrações ou comparações com outras civilizações.

hiperfeminino, e a mulher, hipermasculina), quase ausente, de maneira a simbolicamente eliminar ou afastar chineses da esfera reprodutiva heterossexual (LEE, 2018, p. 76).

Outro tropo que é atribuído é o de uma sexualidade chinesa incontrolável, que produziu uma população tão grande que já não cabe em seu território, mesmo que este tenha proporções continentais. Se aberta uma via de emigração da China ao Brasil, este poderia ser ocupado por contingentes tão grandes de trabalhadores chineses que estes esgotariam os recursos brasileiros. Neste sentido, Ana Paulina Lee acredita que a obra "Falenas"<sup>40</sup>, de Machado de Assis, foi uma maneira do autor usar a obra como "artilharia literária" (como ele e seus contemporâneos idealizavam) e se localizar no debate a respeito do trabalho chinês. A autora vê uma analogia entre a obra e as ideias dos chineses como enxames de invasores, em circulação na época (LEE, 2018, p. 98).

Associada à superpopulação, há também a ideia da China ser profundamente desigual, formada por uma multidão de escravizados famintos e explorados por mandarins gananciosos. Em relato de sua viagem à China, o diplomata e cronista Luis Guimarães Filho diz estar frustrado com as expectativas de uma terra grandiosa, descrita por Fernão Mendes (ou pelo orientalismo português como um todo). O que ele diz ter encontrado foi uma terra de mandarins cobertos de seus próprios detritos, carregados por servos desafortunados<sup>41</sup> (LEE, 2018, p. 132). A própria figura do mandarim é recorrente nas obras do período – elitista, de sexualidade andrógina, estranha e de caráter imoral, a elite brasileira era por vezes aproximada dos mandarins para ser criticada. Guimarães Filho diz ainda que os chineses "comem de tudo" e devorariam o próprio mulato: "These people eat everything: veal, lamb, pork, goat, horse, buffalo, tiger, lion, dog, mulato, donkey, zebra, tapir, otter, badger and, finally, any animal that can be given a name"<sup>42</sup> (citado por LEE, 2018, p. 134).

O escritor e diplomata português, Eça de Queiroz, é outro que declara estar rompendo com ideias orientalistas, mas que acaba por substituí-las por outros tropos também orientalistas. O autor alerta os leitores, que estariam iludidos com uma visão indulgente e ingênua do Oriente, na esteira da subestimação europeia da potencialidade das nações

40. Falenas são pestes que atacam a agricultura, devorando plantações.

41. Em episódio recente, em um minicurso online sobre China contemporânea ministrado por um acadêmico especialista no assunto, antes de entrar no assunto da população chinesa atual o professor considerou necessário mostrar fotografias de chineses em atividades corriqueiras, com a explicação de que na China as pessoas "são assim", tem roupas para se manterem agasalhadas e estão perceptivelmente coradas, sinal de que se alimentam todo dia. Ou seja, a ideia da China como uma terra superpovoada, esgotada em recursos e mergulhada na fome e na miséria continua presente no imaginário brasileiro.

42. Esse povo come de tudo: vitela, cordeiro, porco, bode, cavalo, búfalo, tigre, leão, cachorro, mulato, burro, zebra, anta, lontra, texugo, e enfim, qualquer animal que pode ser nomeado. (Tradução da autora)

orientais. Para o escritor, os japoneses e os chineses simbolizam, respectivamente, a ameaça da invasão populacional (os chineses, extremamente inteligentes, seriam como um exército de formigas, com a persistência e tenacidade de buldogues) e a ameaça militar (os japoneses usariam sua sagacidade para rapidamente transformar-se em potência comercial e militar). Ou seja, Eça de Queiroz substitui o tropo do Oriente idílico e atrasado, pelo tropo do perigo amarelo (LEE, 2018, p. 110).

Para cumprir seu objetivo de contrapor os interesses do grande senhorio e barrar a continuidade do trabalho não-livre, que evidentemente se cumpririam no plano de importação de trabalho chinês semi-compulsório, os abolicionistas fizeram uso generalizado das ideologias raciais e seus estereótipos desumanizantes dos chineses. Não podemos dizer que havia uma separação entre uma perspectiva racista e o projeto de trabalho livre, nem mesmo uma subordinação entre um e outro. Machado de Assis mais de uma vez usou do recurso de sátira da maneira do chinês falar o português, comparando os "chins" aos chimpanzés. Para Rogério Dezem, "no caso dos abolicionistas, como Nabuco, os debates pareciam ter como motivo central a suposta inferioridade racial dos *chins*" (2005, p. 93).

Ainda assim, Ana Paulina Lee aponta que as representações a respeito dos chineses nesse período eram conflitantes, nem sempre acompanhando as ideologias dominantes de raça: "the contradictions in these representations give an indication of the complex moral debates over liberty and life occurring in Brazil during this time"<sup>43</sup> (LEE, 2018, p. 93). Ainda assim, segundo Dezem, "os estereótipos ligados ao chinês em sua maioria eram de cunho depreciativo" (2005, p.56). A figura do "chim" é recorrente, ainda que secundária, na literatura de fim do século – tipicamente ele vendia peixes e frutos do mar, tinha o sotaque carregado, e por vezes simbolizava a precariedade de vida no Rio de Janeiro. Apesar de frequentemente associado aos estereótipos depreciativos, por vezes o "chim" era simplesmente uma criatura desamparada, mais uma vítima da exploração das elites brasileiras e globais.

Nas primeiras décadas do século XX, as construções sobre a chinesidade também passaram a servir à elaboração do nacionalismo mestiço brasileiro, segundo Lee, "through staging Chineseness as a site of racial and cultural difference that cannot enter into the tightly woven notion of mixed-race national identity"<sup>44</sup> (LEE, 2018, p. 138). O nacionalismo mestiço brasileiro, uma resposta ao nazismo alemão e às leis Jim Crow nos Estados Unidos, procurava

43. As contradições nessas representações indicam como eram complexos os debates sobre vida e liberdade que ocorriam no Brasil naquele momento.

44. "por meio da encenação da chinesidade como um lugar de diferença cultural e racial que não poderia entrar na trama justa da identidade nacional miscigenada". (Tradução da autora)

inverter as ideias negativas a respeito da miscigenação, celebrando essa identidade brasileira enquanto abraçava ideias modernizantes e industriais. Entretanto, isso não significava uma ruptura com a ideologia eugenista. Os governos de Getúlio Vargas, notoriamente, transformaram os imigrantes, antes desejados, em inimigos estrangeiros que ameaçavam a segurança nacional.

Ainda que poucos chineses morassem no Rio de Janeiro neste período, e que o debate a respeito da importação de trabalhadores chineses não estivesse mais no seu auge, mesmo assim muitos sambas e marchinhas de Carnaval foram compostos sobre os chineses. Ou seja, a chinesidade continuava a ocupar espaço considerável no imaginário brasileiro. No contexto da Segunda Guerra Mundial, na música popular brasileira os chineses eram fortes e confiáveis quando lutando junto do Brasil (contra o Japão), mas sexualmente impotentes quando se tratava da competição econômica da China com o Brasil (LEE, 2018, p. 142).

The songs rehearsed the tropes of unbeatable and threatening Chinese competition in economic and labor markets by expressing anxiety about sexual and cultural intermixing with Chinese immigrants. On the flip side, in some lyrics, China offers an alternative to US imperialism and capitalism.<sup>45</sup> (ibidem, p. 143)

Vale mencionar aqui a música "Lig, lig, lig, lé", datada desse período, e que na análise de Ana Paulina Lee a letra dá a entender que o chinês não é confiável, que rouba nos negócios, com sua astúcia econômica, e é leal à China. Ele é uma ameaça econômica, pois os brasileiros não vão conseguir competir com seus preços, além de ter características sub-humanas ("chinês só come uma vez por mês") (LEE, 2018, p. 146). Regravada por vários artistas, a música ainda foi tema de abertura da novela *Negócio da China*, transmitida pela Rede Globo em 2008.

O número de chineses vivendo no Brasil que, ao que tudo indica, não era alto nos períodos analisados acima, não determinou a proporção do imaginário brasileiro dedicado a construir chinesidades. Em um momento crucial da história do país e do mundo, quando se fundaram identidades nacionais a partir de critérios raciais, o Brasil se definiu a partir da sua não-chinesidade. Como em qualquer processo identitário, mais importante do que definir o que se é (ou o que se quer ser), é definir o que não é e não será – e a identidade nacional que

---

45. As canções ensaiavam os tropes da competição chinesa imbatível e ameaçadora na economia e em mercados de trabalho ao expressar a ansiedade a respeito da mistura sexual e cultural com imigrantes chineses. Por outro lado, em algumas letras, a China oferece uma alternativa ao imperialismo norte-americano e ao capitalismo. (Tradução da autora)

se forjava para o Brasil passar pela rejeição de ser ou tornar-se chinês. Para além da "questão chinesa", que mobilizou o mundo para manter trabalhadores chineses preferencialmente fora de suas fronteiras e definitivamente fora de suas cidadanias, a China ocupa para o Brasil o papel do Outro. A expressão idiomática “nem aqui, nem na China” é usada para ressaltar a total impossibilidade de algo acontecer – aquilo não é possível de se realizar nem aqui, no Brasil, nem no contexto mais distinto possível do Brasil, a China. Tanto para valorizar a si mesmo, quanto para se autodepreciar, o imaginário brasileiro fez e faz uso das ideias sobre chinesidade a partir da ótica do Orientalismo:

As constructions of Chineseness move across space and time and shift in value, they expose the imperialist and nationalist imaginative geographies that orient ideas about self/Other, proximity and distance. (LEE, 2018, p. 161)<sup>46</sup>

Nesse sentido, por causa do Orientalismo, o Oriente não era (e não é) um tema livre de pensamento e de ação impostos pelo Orientalismo. Assim como o próprio Ocidente, o Oriente é uma idéia que tem uma história e uma tradição de pensamento, imagística e vocabulário que lhe deram realidade e presença no e para o Ocidente. As duas entidades geográficas, desse modo, apóiam-se e, em certa medida, refletem-se uma na outra (Said, 1990:13-17). Ou seja, a construção do “Outro” – seja do Oriente seja do Ocidente – é necessariamente relacional, uma via de mão dupla. (SASAKI, 2008, p. 164).

Nas fontes a seguir, encontramos fragmentos de discussões a respeito da vinda de imigrantes chineses ao Brasil que se estendem até pelo menos o ano de 1960. Como nos períodos anteriores, não parece haver um consenso a respeito do tema – há declarações contra e a favor, bem como posicionamentos diferentes a respeito da atividade econômica, a qual a leva imigrante deveria se dedicar.

Uma nota de 26 de março de 1946, publicada no *Diário do Paraná*, traz a opinião do deputado João Cleofas (da UDN do Rio de Janeiro) a respeito da vinda de imigrantes para o Brasil: “nada de imigração asiática: e particularmente nada de japoneses. Qualquer colônia que não se assimile e nem se dissolva com o tempo na massa de nosso sangue, deixa de ser interessante para o Brasil, e isso muito embora os japoneses sejam bons plantadores de

---

46. À medida que construções de chinesidade se movem no espaço e no tempo e alternam seus valores, elas expõem as geografias imaginadas imperialistas e nacionalistas que orientam ideais sobre o *self/Outro*, sobre proximidade e distância.

arroz”<sup>47</sup>. Na sequência, o parlamentar diz preferir imigrantes italianos, espanhóis ou portugueses.

A breve notícia não explica porque japoneses em particular não eram desejáveis, apesar de dar a entender que estes seriam menos “miscíveis” que outros asiáticos. Publicada alguns meses após o fim da Segunda Guerra Mundial, a nota certamente carregava os sentimentos derivados das rivalidades nacionais que causaram o conflito – porém, os italianos não deixaram de ser imigrantes desejáveis, por mais que a Itália compusesse o Eixo. A suposta imiscibilidade dos japoneses era um problema constantemente apontado naquela imigração. Aqui, aparentemente, se transfere essa preocupação a outros grupos asiáticos – que, além de chineses, poderia incluir coreanos, sírios, libaneses, etc.

No espaço reservado ao Partido Republicano no *Diário da Tarde* de 11 de agosto de 1949, foi publicada a transcrição de um discurso de Bento Munhoz da Rocha<sup>48</sup> a respeito do projeto de lei sobre imigração e colonização que tramitava no Congresso. O deputado reivindica que os estados do sul deveriam ser ouvidos com prioridade, uma vez que “têm vivido as aflições da imigração europeia e também os dramas da aculturação”. Apesar de estar mais preocupado em discorrer sobre a localização de novas colônias de imigrantes europeus<sup>49</sup>, Munhoz da Rocha resgata a postura de Joaquim Nabuco: “E não precisa ser profeta para dizer, como Joaquim Nabuco o fez da tribuna há 70 anos. Não queria aquele grande brasileiro monopolização do Brasil porque ou a imigração chinesa seria um perigo, ou seria um fiasco”<sup>50</sup>.

Especialmente pertinente por demonstrar que, décadas depois, os firmes posicionamentos de Joaquim Nabuco ainda eram lembrados e reverenciados pela elite governante, o discurso de Munhoz da Rocha dá a entender que uma onda migratória chinesa que se dedicasse à “marcha ao oeste” colocaria a nação em risco ou simplesmente fracassaria. Em abril do ano seguinte, o resumo do serviço telegráfico traz a nota que informa que “O Conselho Nacional de Imigração, manifestou-se contrário à vinda de imigrantes chineses para o Brasil”<sup>51</sup>.

---

47. NADA de imigração asiática e particularmente nada de japoneses, afirmou o sr. João Cleofas. **Diário do Paraná**, Curitiba, n. 133, p.6, 26 de mar. de 1946.

48. Na época deputado federal, Bento Munhoz da Rocha seria eleito governador do Paraná no ano seguinte.

49. O deputado defendia que colônias de europeus fossem estabelecidas próximas aos centros de consumo, para facilitar o escoamento de mercadorias. Afirmava ainda que os únicos capazes de fazer “trabalho de penetração” em regiões mais afastadas seriam os nacionais.

50. DISCURSO do Dr. Bento Munhoz da Rocha. **Diário da Tarde**, Curitiba, n. 16757, p.5, 11 de ago. de 1949.

51. RESUMO do Serviço Telegráfico. **A Tarde**, Curitiba, n. 30, p.6, 18 de abr. de 1950.

Entendemos que, nestas ocorrências anteriormente mencionadas, discutia-se a imigração que se dedicaria à lavoura, possivelmente com subvenção estatal – “imigrante” e “lavrador” eram, aparentemente, categorias imediatamente associadas. A reportagem a seguir oferece uma opinião bastante enfática a respeito dos imigrantes que se dedicassem a outras atividades. Em tom de revolta, a manchete de 1955 anuncia que “Estão sendo burladas as leis de imigração”, com o complemento que “desajustados de todos os continentes são enviados ao Brasil”<sup>52</sup>. O artigo denuncia os “imigrantes inúteis” que se envolveram em “atividades parasitárias” ao invés de se dedicar à lavoura – mencionando em específico um “italiano robusto” que “veio para a lavoura e preferiu vender loteria” e um “sírio ou turco” que vendia gravatas na Faculdade de Farmácia.

O autor ainda defende que nenhuma corrente migratória em específico deveria ser prevenida, e que o Paraná gozaria de posição de destaque, graças ao trabalho dos que aqui se estabeleceram. A preocupação seria com o perfil dos imigrantes que estariam se dirigindo ao Brasil e os ramos de atividade aos quais eles se dedicariam. Sobre a imigração vinda da Ásia, o artigo faz o seguinte comentário: “Com exceção do japonês e o chinês, o elemento asiático que tem vindo para o Paraná, nos últimos tempos, é o da pior espécie” (na sequência, se refere ao tal vendedor de gravatas “sírio ou turco” como asiático).

Já no *A Tarde* de 21 de março de 1950, uma notícia do Rio de Janeiro de título “Chineses para servir de atração” anuncia que há a expectativa de receber 5000 imigrantes chineses, que não se tratam de lavradores mas que “provavelmente, iremos criar nas cidades brasileiras bairros chineses nos moldes dos de São Francisco da Califórnia a título de atração de turistas”<sup>53</sup>.

Segundo notícias trazidas pelo então cônsul brasileiro em Hong Kong, que desembarcou em 1959 no Rio de Janeiro, a então colônia britânica estaria recebendo muitos refugiados da China, de 12 000 a 15 000 por mês e o governo de Hong Kong teria disposição de enviá-los à Austrália e ao Brasil. Após comentar que 50 mil agricultores chineses poderiam vir para o Brasil, o diplomata garantiu que estes seriam “apolíticos” o suficiente: “Na população de Hongcong são encontrados 10 por cento de comunistas, 10 por cento de nacionalistas, e o restante é favorável a quem lhe der de comer”<sup>54</sup>. No mesmo navio em que o

52. ESTÃO sendo burladas as leis de imigração. **Diário do Paraná**, Curitiba, n. 31, p.8, 6 de maio de 1955.

53. DOS Estados. **A Tarde**, Curitiba, n. 8, p. 1, 21 de março de 1950.

54. IMIGRANTES Chineses Virão para o Brasil. **A Tarde**, Curitiba, n. 4491B, p.6, 12 de ago. de 1959.

cônsul viajou teriam vindo 70 imigrantes japoneses e 10 chineses, que se destinavam à lavoura em São Paulo.

Em 1963, o secretário da Agricultura do Paraná, Paulo Pimentel, teria recebido ofício do diretor do Departamento de Imigração do Ministério de Relações Exteriores, que determinava estudo a respeito da “conveniência da vinda de 3.000 imigrantes chineses para o Paraná, e mais 200 famílias de francêses e inglêsses, fugitivas da Argélia e do Quênia”<sup>55</sup>. O ofício seria uma resposta a um telegrama enviado há alguns meses, em que o titular da pasta da produção sinalizava que o Paraná tinha “elevado interesse” em receber essa leva migratória “portadora de vultosos capitais”.

## 2. 2 CHINESES E JAPONESES: RACIALIZAÇÕES QUE SE SOBREPÕEM

As representações sobre chineses e japoneses demonstram como a geopolítica impacta as relações raciais, ambos membros do que se construiu como a "raça amarela", alinhamentos políticos catalisaram transformações nos discursos a respeito da chinesidade e da japonesidade. Em nenhum momento idênticas, as duas construções apresentam intersecções, aproximações e distanciamentos. O tropo do perigo amarelo já mencionado, por exemplo, achata japoneses e chineses num mesmo sujeito ou num mesmo espectro de medo. Segundo Dezem, os estereótipos negativos com relação aos imigrantes japoneses nunca foram hegemônicos como foram para os chineses (2005, p. 58) – não à toa, o Brasil recebeu uma onda muito significativa de imigrantes japoneses, com aval de ambos os estados. O autor aponta também algumas diferenças nas características atribuídas a cada grupo:

Palavras como *indolentes* e *indisciplinados* praticamente não farão parte do discurso antinipônico, no qual estarão presentes justamente o contrário, o estigma de *trabalhadores* e *excessivamente disciplinados* (DEZEM, 2005, p. 57).

Como mostra Ana Paulina Lee, muito disso se deu graças ao lugar que o Japão passou a ocupar na geopolítica mundial. Tantos os governos Qing e Meiji<sup>56</sup> tinham ambições expansionistas e planejavam realizá-las via emigração. Entre o que pensava o Brasil e a diplomacia Qing, entretanto, havia um claro descompasso: o primeiro via trabalhadores chineses como uma nova população escravizada, e o segundo os via como colonos. Parte da preocupação dos abolicionistas era justamente essa: o governo Qing era débil demais para proteger seus emigrantes, que acabariam por ser consumidos pelo trabalho não-livre. Já o

55. O QUE dizem os jornais. **Diário da Tarde**, Curitiba, n. 20955, p.3, 17 de abr. de 1963.

56. A Era Meiji contempla o período entre 1867 e 1912 da história do Japão.

Império Meiji poderia investir no estabelecimento de seus emigrantes (o que de fato aconteceu<sup>57</sup>) (LEE, 2018, p. 47).

No fim do século XIX, portanto, era muito mais interessante para o Brasil estabelecer relações diplomáticas com o Japão, que acabara de vencer duas guerras (contra a China e contra a Rússia) e firmá-las por meio da imigração. Neste momento, a China convulsionava em contestações que levariam à revolução de 1911, além de estar sendo partilhada pelo Japão, Estados Unidos e Europa. A opção pela imigração japonesa, portanto, significou um afastamento da possibilidade de imigração chinesa (LEE, 2018, p. 127). Intelectuais como Luis Guimarães Filho e Aluísio de Azevedo (este diretamente envolvido na negociação da imigração japonesa, como vice-cônsul no Japão) passaram a construir uma boa imagem dos japoneses, dando ênfase a atributos positivos que eles poderiam trazer à população brasileira:

He [Guimarães Filho] rendered Japanese immigrants as a population that would improve Brazil, in contrast to the Chinese, who would bring a negative, retrograde effect to Enlightenment ideals of progress and civilization, leading Brazil toward backwardness and barbarism<sup>58</sup> (LEE, 2018, p. 130).

Uma força fundamental nesse processo foi o esforço das elites japoneses em fazer do Japão um país "branco", a "leading race"<sup>59</sup> da Ásia: "the Meiji empire was heavily invested in establishing the racial and cultural uniqueness of the Yamato race as having a divine lineage with morally superior virtues"<sup>60</sup> (LEE, 2018, p. 41). Os generais japoneses fizeram da expansão um ato de purificação racial e cultural por meio da anexação, colonização e extermínio em massa<sup>61</sup> (ibidem). Elisa Massae Sasaki (2008) explora o lugar ambíguo no qual o império japonês se encontrava: única potência asiática, o Japão adentrou tardiamente o "jogo territorial mundial" e ambicionava um lugar entre as potências ocidentais (o *slogan* da Era Meiji dizia "escapar da Ásia e se juntar ao Ocidente"). O lugar que ocupava na hierarquia racial global era mais um grande obstáculo – na Conferência de Paz de Paris, de 1919, o Japão submeteu uma "Proposta de Igualdade Racial", que foi rejeitada. Como pontuado pela autora,

---

57. O governo japonês se preocupava em oferecer aos seus emigrantes aulas de português e costumes brasileiros no navio, por exemplo, e seguia acompanhando-os mesmo após estabelecidos nas colônias.

58. Ele [Guimarães Filho] fez dos imigrantes japoneses uma população que iria melhorar o Brasil, em contraste com os chineses, que trariam um efeito negativo, retrógrado aos ideais iluministas de progresso e civilização, levando o Brasil ao retrocesso e ao barbarismo. (Tradução da autora)

59. Algo como raça primordial ou superior, que lidera.

60. O império Meiji depositava esforços pesados em estabelecer uma singularidade racial e cultural para a raça Yamato, atribuindo a ela uma linhagem divina com virtudes moralmente superiores. (Tradução da autora)

61. Por estes motivos a bandeira do sol nascente, mencionada no início do capítulo, é considerada um símbolo de ódio e comparada por alguns à suástica nazista.

esse movimento demonstrava, entre outras coisas, a compreensão da função das ideologias raciais para os imperialismos:

Como mostra essa associação entre raça e poder, embora a reação dos japoneses demonstre insegurança e o seu complexo de inferioridade, no fundo, o Estado japonês estava percebendo muito bem as regras do jogo internacional. A hierarquia racial justificava, muitas vezes, a dominação imperialista e a colonização sob o discurso civilizatório, sendo que na verdade há muitos outros interesses por trás, como os econômicos, políticos, estratégicos, etc. (SASAKI, 2008, p. 168).

O ressentimento desta rejeição alimentou as facções militares extremistas, o que significou mais agressividade no subjugo de outros povos. Desde o final do século XIX o Japão já se aproximava da narrativa colonial de expansão de uma raça propagandeada como superior, justificando, assim a colonização de Taiwan, Coreia, Ilhas do Pacífico e parte da China: “Para o Japão, como outras potências coloniais, o discurso colonial era em parte um discurso sobre o ‘Eu’ e o ‘Outro’, expresso cada vez mais na linguagem da raça” (SASAKI, 2008, p. 169). Mais tarde, o Japão responde à rejeição ocidental (que passou, por exemplo, pela exclusão legal de novos imigrantes japoneses nos Estados Unidos, em 1924) buscando estabelecer a “Esfera da Co-Prosperidade”, na qual propagandeavam uma suposta liberação dos países asiáticos do domínio imperialista ocidental – porém, via imperialismo japonês, tão opressivo quanto, se não mais. Nessa empreitada, o Japão forjou um tipo de “auto-Orientalismo”, numa tentativa de falar sobre si antes que ocidentais o fizessem, sem, entretanto, confrontar a hierarquia fundacional nas ideias orientalistas. Sem questionar a desigualdade das raças, essa construção buscava, ao menos entre os demais asiáticos, um lugar privilegiado aos japoneses:

Nesse sentido, a visão particularista do Japão de si mesmo conspira com o discurso orientalista que define o Ocidente como a referência universal, admitindo e naturalizando a hierarquia de poder e racial em que os brancos se colocam, e também são colocados pelos japoneses, no topo. Um complementa o outro, não importando o quanto o Japão tenta se diferenciar do Ocidente no sentido de se representar em seus próprios termos. (SASAKI, 2008, p. 187)

O processo de convencimento de uma “quase brancura” dos imigrantes japoneses, então, era tortuoso e muitos não se convenceram. De modo que a imigração japonesa sempre teve seus opositores, que ainda viam neles o risco da “mongolização” do Brasil, e a alegada incapacidade de se assimilarem por serem demasiado apegados às suas tradições. Na década

de 1930, estes opositores pautavam com insistência a proibição ou ao menos a restrição da vinda de japoneses. Após os Estados Unidos fecharem as portas para imigrantes do Japão, o Brasil aprovou, em 1934, o dispositivo constitucional que limitava as correntes imigratórias a 2% dos seus respectivos nacionais fixados no Brasil nos últimos 50 anos – em evidente retaliação aos japoneses (TAKEUCHI, 2007, p. 58). Giralda Seyferth pontua que a perspectiva de aumento do fluxo imigratório japonês colocou a assimilação e o caldeamento racial no centro da política imigratória de vez (2002, p. 138).

No Estado Novo e especialmente durante a Segunda Guerra Mundial, os japoneses e seus descendentes seriam um dos grupos nacionais a sofrer nacionalização forçada, criminalização do seu idioma, apreensão de materiais de comunicação (revistas, rádios, etc.), fechamento de escolas, expulsão de residências, entre outras perseguições (ibidem, p. 74).

Em 1979, o jornal *Diário da Tarde* traz a reportagem "Máfia chinesa' protege marginais japoneses que estão em São Paulo". A matéria, razoavelmente extensa, de meia página, explica em detalhes quem seriam os tais marginais, em que estabelecimentos foram vistos no bairro da Liberdade e quem seriam os chineses acobertando-os. Os *gangsters* japoneses estariam escondidos em São Paulo, com ajuda da "máfia chinesa", que lhes arranhou documentos. A Liberdade é descrita como o "bairro amarelo", que possui "muitos mistérios"; onde "homens de pele amarela e olhos amendoados, na maioria das vezes, discutem negócios que envolvem contrabando, tráfico de heroína e ópio, prostituição e jogo"<sup>62</sup>. Mencionando outras atividades apenas pontualmente, a reportagem parece definir o bairro a partir da criminalidade – o assombro diante de diferentes grupos nacionais amarelos conduzindo atividades ilícitas reencena o tropo do perigo amarelo. Curiosamente, o bairro é hoje uma das principais atrações turísticas de São Paulo, convencionando "uma narrativa de integração e sucesso imigrante" (LEE, 2018, p. 20).

Como mencionamos anteriormente, ao discutirmos o mito da minoria modelo no Brasil, em São Paulo, na década de 1980, Jeffrey Lesser demonstra como os nipo-brasileiros eram considerados um "veículo" da nação a um futuro próspero e moderno. Lesser diz que "os produtos japoneses, supostamente melhores que os de fabricação nacional, fizeram com que muitos brasileiros associassem essa mesma qualidade aos nipo-brasileiros" (LESSER, 2008, p. 50). É de se perguntar qual seria o impacto do conceito sobre os produtos chineses,

---

62. "MÁFIA chinesa" protege marginais japoneses que estão em São Paulo. **Diário da Tarde**, Curitiba, n. 23897, p.4, 3 de maio de 1979.

de praxe considerados de baixa qualidade e falsificados, nas representações sobre os chineses e sino-brasileiros. Ou, em outras palavras, se chineses e sino-brasileiros seriam objeto do mito da minoria modelo na mesma proporção ou da mesma maneira.

Voltando à Claire Kim, a autora escolhe falar em asiático-americanos como sujeitos da triangulação, pois, segundo ela, esses processos de racialização promovem duas supressões: entre asiático-americanos e asiáticos<sup>63</sup> e entre os diferentes grupos nacionais de asiático-americanos. E de fato, em ambos os países podemos observar casos extremos de discriminação em que tanto fazia de qual nacionalidade as vítimas eram descendentes. Tanto Vincent Chin<sup>64</sup> quanto Edison Hsueh<sup>65</sup> eram, respectivamente, filhos de chineses e de taiwaneses, e foram assassinados em contexto de discriminação contra japoneses. Na recente onda de ódio contra asiáticos e seus descendentes, devido à pandemia da Covid-19 e sua associação com a China, descendentes de todas as nacionalidades do leste asiático relataram hostilidade e agressões. No item a seguir, veremos construções tanto de chineses quanto de japoneses como moralmente suspeitos.

### 2.3 “DANADINHO E SABIDO”

Como discutimos anteriormente, boa parte do processo de racialização dos amarelos se dá na atribuição da falha moral a esses indivíduos, o que faria deles pessoas pouco confiáveis – em especial, aos chineses. Esse estereótipo parece ter se consolidado especialmente no tropo do chinês ou japonês, que é desonesto com seus clientes na pastelaria.

Uma manchete de 1964 anuncia: “Mercado Negro’ de pastéis na Carlos Gomes<sup>66</sup>”. A nota é breve e traz a queixa de diversos clientes contra o proprietário do balcão de pastéis, “elemento de origem japonesa conhecido vulgarmente como ‘Chico’<sup>67</sup>”. Os queixosos

63. O que Lesser também percebe no Brasil, onde nipo-brasileiros também são chamados de japoneses, e considerados equivalentes culturais diretos. Os termos hifenizados (como também asiático-brasileiro, sino-brasileiro) são utilizados e promovidos em trabalhos acadêmicos e na militância étnica dos dias atuais, mas são praticamente ausentes fora desses espaços.

64. Vincent Chin era um trabalhador da indústria automobilística de Detroit, onde foi espancado até a morte por dois homens, um deles recentemente dispensado pela indústria. A população local sofria com o desemprego resultante da desindustrialização da região, o que alimentou um forte sentimento antijaponês, já que na mesma época a indústria automobilística japonesa ascendia. Os assassinos foram condenados apenas a pagar uma multa e cumprir três anos de liberdade condicional (*probation*).

65. Edison Hsueh era calouro do curso de medicina da USP no ano de 1999, e foi encontrado morto numa piscina no local do trote. Haveria vídeos em que veteranos afirmam “eu matei o japonês afogado”. O caso nunca teve resolução, e nenhum suspeito foi penalizado. Recorrentemente se ouve, em tom de “brincadeira”, que “para entrar na USP tem que matar um japonês primeiro”.

66. Praça localizada no Centro de Curitiba.

67. “MERCADO Negro” de pastéis na Carlos Gomes. **Diário do Paraná**, Curitiba, n. 3065, p.12, 23 de abr. de 1964.

consideram muito caro o valor do pastel para a quantidade de carne que vem no recheio (Cr\$ 40 cruzeiros para no máximo dez gramas de carne) e demandam a intervenção das autoridades no comércio. O título da matéria parece querer dar um tom de clandestinidade ao ocorrido, não sendo muito coerente com o que traz o texto.

Na sessão de humor do *Diário da Tarde* de 1967, se lê a anedota “Camarão sabido” na qual um homem compra dois pastéis de um chinês, um de palmito e o outro de camarão. Ao comer o de palmito, reclama que este não tem recheio, ao que o chinês responde que o camarão teria comido o palmito. Ao comer o de camarão, e se dar conta que este também não tem recheio, o chinês responde que: “Camalão é espero, senholo!...só espela aceite fervê e cáí fóla da filideira, molô?”<sup>68</sup>. O conteúdo cômico da piada está tanto na maneira atrapalhada de falar do chinês, inassimilável, quanto na sua traiçoeiragem para tirar vantagem do nacional.

Na primeira página de 29 de setembro de 1979, duas manchetes próximas anunciam: “Saúde volta a interditar” sobre dois estabelecimentos (um bar e uma lanchonete) fechados pela Secretaria da Saúde e Bem-Estar por falta de higiene; e “Chinês garante que não vendia água ‘torneiral’” sobre o proprietário de uma pastelaria acusado de vender garrafas de água mineral com água da torneira.

A matéria sobre os bares interditados traz declarações de um dos proprietários multados e interditados, cujo estabelecimento não cumpria as exigências sanitárias da Secretaria de Saúde. Ele diz que a interdição é injusta, pois está lutando sem lucro já que seu aluguel é de 32 mil cruzeiros mensais. Menciona ainda uma pastelaria cujo proprietário, pelo nome, é japonês ou nipo-brasileiro, que só não foi interditada porque os fiscais não haviam lavrado intimação com antecedência. O texto tem tom formal e se trata de uma demonstração de resultados da “blitz” da SESB<sup>69</sup>, que já havia interditado 38 estabelecimentos desde o início daquele ano<sup>70</sup>.

Na nota a respeito da pastelaria chinesa, entretanto, há uma sensível mudança no vocabulário e no tom da matéria – o texto é mais desconfiado e propenso a conclusões precipitadas. A nota inicia com a seguinte observação: “Danadinho e sabido, o chinês proprietário da Pastelaria Chinesa, na Rua Dr. Murici com Cândido Lopes, acabou caindo do cavalo”<sup>71</sup>. A fiscalização da Delegacia de Crimes Contra a Economia Popular chegou ao local após denúncias de que as garrafas de água estavam fechadas com tampas de outros

68. O QUE é que tem... *Diário da Tarde*, Curitiba, n. 21186, p.6, 14 de nov. de 1967.

69. Secretaria de Saúde e Bem Estar Social.

70. INTERDIÇÃO de mais dois bares. *Diário da Tarde*, Curitiba, n. 23023, p.4, 29 de set. de 1979.

71. ÁGUA torneiral. *Diário da Tarde*, Curitiba, n. 23023, p.2, 29 de set. de 1979.

refrigerantes, ao que “o chinês” (que não é identificado pelo nome) jurou que estas foram enchidas com água mineral dos litros plásticos, e que a Saúde poderia analisá-las e chegaria a esta conclusão. A origem da água sendo verídica ou não, a infração sanitária ainda se verificava, e o proprietário foi preso.

É pertinente como as infrações sanitárias, numa mesma edição do jornal, foram tratadas de maneira tão díspares – um dos proprietários é um pequeno comerciante lutando com baixa taxa de lucro; já o outro é um inimigo declarado. É interessante também que apesar da manchete sobre a pastelaria chinesa ocupar um espaço considerável na capa do jornal (incluindo até uma foto da pastelaria), a reportagem em si é muito breve, especialmente se comparada às demais matérias com chamada na capa.

Na edição de 13 de outubro de 1979, O Diário da Tarde traz a manchete “A Saúde fecha fornecedores de alimentos”<sup>72</sup>. A chamada é acompanhada por uma ilustração (Figura 2) de um casal de exagerados traços amarelos cozinhando – o homem traz uma expressão facial de astúcia (ou, de “sabido”). A matéria noticia o fechamento de três estabelecimentos pela SESB, sendo que um deles pertencia a um casal de “japoneses” – evidentemente, estes foram os escolhidos para figurar na ilustração. Neste caso, a reportagem demonstra compaixão com os asiáticos – o casal produzia pastéis que eram levados numa bicicleta velha até o centro da cidade, não tinham dinheiro para reabrir a pastelaria e muito menos pagar a multa, o que sensibilizou os fiscais e os jornalistas. Na ilustração da capa, no entanto, as figuras não parecem tristes ou desesperadas com as duras condições financeiras, mas satisfeitas com sua atividade.



FONTE: *Diário da Tarde*, Curitiba, n. 23033, p.1, 13 de out. de 1979.

72. SESB REALIZA mais 3 interdições. *Diário da Tarde*, Curitiba, n. 23033, p.2, 13 de out. de 1979.

## 2.4 “NEGÓCIO DA CHINA”: O MITO DA MINORIA MODELO

Como imaginado e contemplado pela bibliografia, especialmente nas elaborações de Claire Kim, algumas das matérias de jornal levantadas trazem estereótipos “positivos” a respeito de chineses e sino-brasileiros. Uma pequena coluna do jornalista Egydio Squeff, de 17 de junho de 1960, é intitulada “Os Chineses Também São Assim”. Squeff conta sobre um chinês, chamado Chen, que ele conheceu em São Paulo e que, previsivelmente, trabalhava numa pastelaria, mas que, para provável surpresa do leitor, durante a noite folheava livros universitários. Chen não se perturba com a grosseria do cliente e o jornalista exalta diversas vezes a “calma” dos chineses, que “esperaram cinco mil anos pela vitória da revolução”, e que “não seria por causa da reclamação de um freguês que Chen iria perder a calma”<sup>73</sup>. A narrativa apresenta a ideia do *continuum* entre a China e os chineses, como se Chen tivesse herdado a paciência daqueles que por cinco mil anos esperaram a revolução – dando espaço também para a ideia da China que nunca muda. O título dá a entender que o autor está quebrando uma expectativa do leitor – talvez, a de que chineses estudem. Ou, de que sejam pessoas calmas e sábias.

Em matéria que ocupa toda a página, metade dela com fotos de artefatos da casa de Kou Foh Tchi, autor do primeiro dicionário português-chinês e correspondente no Brasil de duas revistas chinesas, o jornalista conta sobre a vida deste intelectual com tom de reverência por ele e pela sabedoria chinesa. Durante a entrevista, a comparação da China com o Brasil chega a passar pela ênfase no atraso brasileiro: “Para os 51% de brasileiros que sabem escrever, a caligrafia não tem a menor importância, diz Kou Foh Tchi, mas na China escrever bem é uma arte”<sup>74</sup>. Ao fim, a reportagem diz que o entrevistado se declara “apolítico” e ao explicar a história da China, diz ainda que “É simples, o chinês é o povo mais apolítico da Ásia, aderiu a China de Chiang-Kai-Chek para se ver livre da opressão...”.

Intitulado “O homem que abriu um negócio da China”<sup>75</sup>, outro artigo conta sobre Ton Jao, que, em 1943, era o único pasteleiro em Curitiba, quando o negócio era novidade – desde então o ramo teria se propagado a ponto de todas as cidades do Paraná terem uma pastelaria, de chineses como ele ou de japoneses. A expressão “negócio da China” costuma significar um negócio próspero, bem-sucedido ou de alto lucro – em algumas definições, ainda indica que

73. OS CHINESES Também São Assim. **Última hora**, Curitiba, n. 2516, p. 13, 17 de jun. de 1960.

74. SCHWINDEN, Eurico. Filosofia de milênios impressa em papel arroz. **Diário do Paraná**, Curitiba, n. 4331, p. 28, 21 de dez. De 1969.

75. O HOMEM que abriu um negócio da China. **Diário do Paraná**, Curitiba, n. 4575, p.13, 13 de out. de 1970.

este lucro foi obtido em detrimento de outra pessoa. O entrevistado diz que “foi aqui que me firmei e não tenho nenhuma saudade da China”. Apesar de a jornalista escrever que Ton Jao não gosta de falar sobre a própria vida, há respostas completas, bem elaboradas e articuladas para suas perguntas, de maneira que é uma indagação possível que as declarações tenham sido enriquecidas pela própria. O pasteleiro parece ser sábio e tranquilo, além de generoso – ao fim, conta sobre fregueses que, quando crianças, ganhavam pastéis que Ton Jao lhes dava “sempre com um sorriso no rosto”. Na fotografia que acompanha a matéria, ele é retratado com este mesmo sorriso (Figura 3).

*Figura 3*



FONTE: Diário do Paraná, Curitiba, n. 4575, p.13, 13 de out. de 1970.

A reportagem de título “Veja o exemplo dêste brasileiro”, de 1971, começa contando sobre um menino de 10 anos que chamou a atenção do jornalista pela sua habilidade exímia com o brinquedo bolim-bolacho. A entrevista, entretanto, toma outro rumo quando o garoto afirma que não poderia falar com o jornalista porque estava cuidando, sozinho, da

pastelaria do pai e do sócio dele, até a irmã de 14 anos chegar. O garoto é filho de imigrantes chineses e, “mesmo trabalhando todos os dias das 13 às 19 horas, ainda consegue se classificar entre os 10 primeiros alunos da classe”. O menino revezaria entre as duas pastelarias do pai, onde costuma trabalhar no caixa (Figura 4), “função que desempenha com eficiência. Nunca erra as contas, dois pasteis, uma sfiha, dois quibes, duas Cocas e uma Fanta (diz um [cliente]). O menino olha pra cima um instante e já diz o preço”. Todos os irmãos e irmãs do menino trabalham, com exceção da mais nova, de quatro anos – um irmão de 6 anos “já ajuda o pai”.

Trabalho e economia sempre representaram o lema da família Ruy. Chegando ao Brasil sem nada, o pai de Amilton [sic] é dono hoje de, pelo menos, duas pastelarias.

Em termos econômicos, se poderia dizer que o sucesso do imigrante Ruy se deve à capitalização pelo trabalho.

Pelos serviços que presta, Amilton não recebe nada, apenas uma mesada normal de seu pai. Mesmo assim não trabalha de má-vontade. Estar na escola, na pastelaria ou brincando com seus amigos (isto êle também faz porque ninguém é de ferro) representam para ele motivo de satisfação.

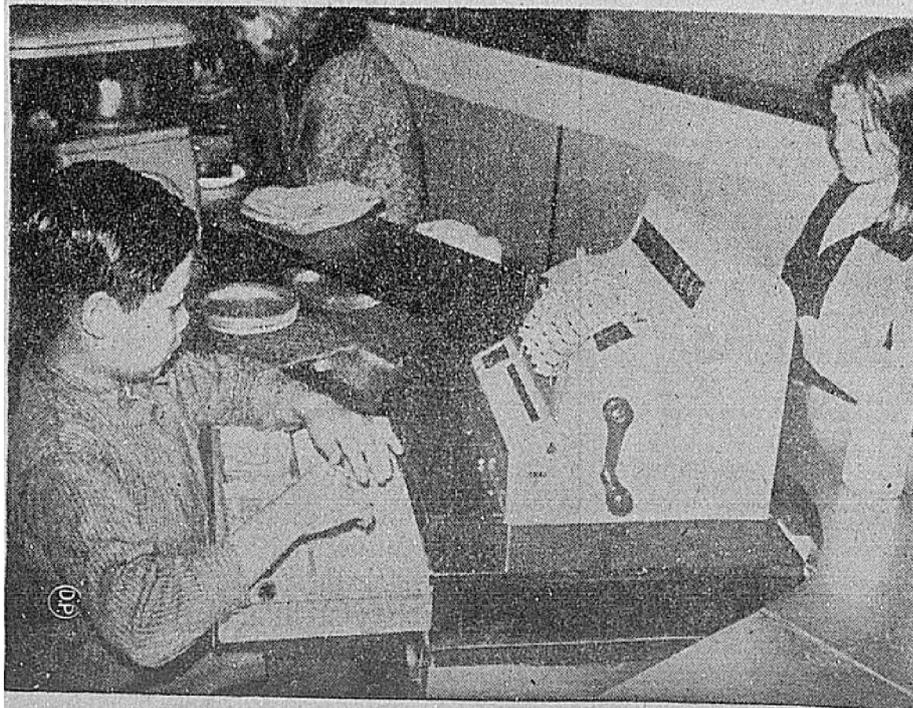
A consciência de sua função é muito grande no pequeno Amilton [sic]. Ontem quando um freguês deixou 100 cruzeiros (velhos) de gorjeta, ao invés de guardar o dinheiro para si, o menino o colocou na caixa registradora. [...]

À noite, quando volta para casa, Amilton vê pouca televisão. Vai estudar e fazer seus deveres escolares, que a competição não é fácil no Hildebrando de Araújo [escola onde o menino estuda]<sup>76</sup>.

---

76. SAMPAIO, Ayrton. Veja o exemplo dêste brasileiro. **Diário do Paraná**, Curitiba, n. 4865, p. 10, 26 de set. de 1971.

Figura 4



FONTE: **Diário do Paraná**, Curitiba, n. 4865, p. 10, 26 de set. de 1971.

Nestas duas últimas reportagens podemos perceber um esforço por parte dos jornalistas em criar uma boa imagem do senhor chinês e do menino sino-brasileiro. Ambos são retratados como trabalhadores, disciplinados, bem-sucedidos, sábios, e nada contestatórios (em momento algum reclamam de coisa alguma) – em certos momentos a essas características são atribuídas proporções pouco críveis. Os dois são como provas vivas de que é possível “ganhar na vida” trabalhando duro e honestamente. No próprio título da matéria sobre o garoto ele é chamado de exemplo a ser seguido – seguido por quem? O autor não explicita, mas podemos pensar que é um exemplo aos outros garotos brasileiros. Alguns que, por sinal, estão em competição com o menino prodígio, vide as linhas finais do excerto. Elementos da ostracização não estão tão explícitos – à primeira vista, parece mesmo que os jornalistas vão na contramão dessa leitura. Ton Jao não sente “nenhuma saudade da China” e o menino é chamado no título de “brasileirinho”. Porém, podemos pensar se a própria ênfase nestas características do mito da minoria modelo já não é uma maneira de, nas entrelinhas, sinalizar uma diferença essencial nesses indivíduos.

### 3 O ESTABELECIMENTO EM CURITIBA

*I got, I got, I got, I got  
Loyalty, got royalty inside my DNA  
Cocaine quarter piece, got war and peace inside my DNA  
I got power, poison, pain, and joy inside my DNA  
I got hustle, though, ambition flow inside my DNA  
(Kendrick Lamar, 2017)*

O pai sempre dizia, que [o pastel] era só farinha, água e sal. As três coisas mais baratas que tem, farinha, água e sal. Mais caro que ele usava era o azeite, mesmo assim, né. (...) A comida, ninguém, povo nenhum como diz meu avô, minha vó dizia, povo nenhum vai deixar de comer. (...) Comida ninguém vai deixar de comprar, então você pode inventar um monte de coisa, mas a comida é certa que dá dinheiro.<sup>77</sup>

E como a gente só sabia trabalhar nesse ramo de alimentação, era um comércio que você tinha o recebimento rápido do teu investimento. Só que investimento maior, eu entendo, na época, e não conheci uma vida diferente dessa, que era sempre trabalhar, trabalhar muito, né.<sup>78</sup>

Uma margem de lucro considerável, mas que só era possível às custas de trabalho árduo; a demanda da urbanização por estabelecimentos que oferecessem comida rápida, simples e barata; a transmissão intraétnica do ofício e a familiaridade dos chineses com a comida de rua foram apontados pelos entrevistados como condições que propiciaram o envolvimento de imigrantes chineses e suas famílias no ramo da alimentação<sup>79</sup>. Lucilina conta que, nos cálculos do avô, o valor de venda de um pastel poderia ser até quatro vezes o valor do custo com ingredientes. Nessa conta, entretanto, ainda se somavam as muitas horas de trabalho na produção dos pastéis e os longos expedientes nas pastelarias, cumpridos, segundo os relatos, em grande parte pela própria família e, em menor medida, por outros chineses e por funcionários brasileiros.

77. Entrevista Lucilina. [jun. 2021]. Lucilina é neta e filha de imigrantes chineses, nasceu em Curitiba e no momento da entrevista, tinha 64 anos.

78. Entrevista Mei Qim. [ago. 2021]. Mei Qim é neta e filha de imigrantes chineses, nasceu em São Paulo e se mudou para Curitiba aos 12 anos de idade. Estava com 61 anos no momento da entrevista.

79. Além de restaurantes e pastelarias, os entrevistados também mencionaram outros estabelecimentos. O avô de uma entrevistada chegou a ter uma lavanderia no Rio de Janeiro, no início da década de 1940, e a família de outra abriu uma boutique em Curitiba quando já possuíam algumas pastelarias, já na década de 1970. As pastelarias e restaurantes, entretanto, parecem ser a principal atividade econômica a que estas famílias se dedicavam.

As pessoas entrevistadas para este trabalho são filhas e netas de imigrantes chineses que se estabeleceram em Curitiba no período que se estende de 1943<sup>80</sup> até a primeira metade da década de 1970. A saída da China, porém, parece ser restrita ao fim da década de 1940 e início da década de 1950. A capital do Paraná não foi o primeiro destino ao chegar ao Brasil – foram várias reemigrações até chegar a Curitiba.

Os entrevistados contam que seus pais e avós nasceram e cresceram na província de Guangdong (chamada por eles de Cantão<sup>81</sup>), na região rural, e se dedicavam ao trabalho na lavoura. A maioria mencionou a busca por uma vida melhor como motivação para o deslocamento, uma vez que a vida na terra natal era dura, havia fome e desabastecimento. Apenas uma entrevistada mencionou “a guerra”, provavelmente em referência à Segunda Guerra Sino-Japonesa (1937-1945). Em decorrência do conflito, a província de Guangdong foi ocupada pelas forças japonesas de 1939 a 1945, uma vez que o domínio da região, detentora do mais importante porto chinês, era uma forma de bloquear toda a China (BRITANNICA, 2020). Após o fim da guerra, o conflito entre nacionalistas e comunistas se aguçou até a irrupção da guerra civil, que só teria fim em 1949, com a vitória dos revolucionários liderados por Mao Tsé-Tung (YEUNG et al, 2021). O período durante o qual os familiares dos entrevistados deixaram a região, portanto, foi marcado por guerras ou pela instabilidade de um regime recém-estabelecido.

Porém, a instabilidade política e a precariedade de vida apenas não são suficientes para explicar o fenômeno migratório – a conjuntura política e econômica pode ser um bom motivo para o deslocamento, mas não provê as disposições para a migração nem os bens e conhecimentos necessários para realizá-la. As províncias ao sul da China, como Guangdong e Fujian, têm tradição migratória significativa desde o século XVI, de modo que muitas famílias têm sua subsistência atrelada ao comércio do Oceano Índico (CHAN, 2018). Em entrevista realizada pelo Museu da Imigração de São Paulo, um imigrante chinês originário da região norte atribui aos cantoneses uma maior facilidade, e mesmo uma predileção, pela migração (VERÁS, 2008, p. 27). Deste mesmo conjunto de entrevistas, outro imigrante comenta que a maioria dos imigrantes cantoneses migravam, primeiro, da China continental para Hong Kong – possivelmente, antes disso, já haviam migrado da zona rural para cidades maiores, como

80. Esta pode ser tanto a data de chegada de Ton Jao (avô de Lucilina, Pedro e Milton) ao Brasil ou de seu estabelecimento em Curitiba, após passar alguns anos no Rio de Janeiro e em São Paulo.

81. A maioria dos entrevistados não faz distinção entre a cidade Cantão (Guangzhou) e a província Cantão (Guangdong) – um deles, por exemplo, diz que a Cantão de onde os pais saíram hoje é uma metrópole, presumível que esteja se referindo, portanto, à cidade. Lucilina, que já visitou a China, diz que os pais vieram do interior próximo a Guangzhou.

Guangzhou. Nem todos que realizaram esses primeiros deslocamentos se adaptaram à cidade e ao novo idioma<sup>82</sup>, sendo que muitos desistiram da empreitada e retornaram. Já aqueles para quem Hong Kong foi uma experiência positiva de migração (em sua maioria, os mais jovens), se sentiram encorajados para um deslocamento mais audacioso. Uma de nossas entrevistadas também mencionou que deixar o campo em busca de uma vida melhor era algo comum na terra natal do pai.

Tanto a tradição regional de migração (e as conseqüentes formações de redes migratórias a partir destas províncias) quanto a trajetória de reemigrações dos sujeitos contribuem para explicar a geração de disposições e os meios necessários para o deslocamento. Os sociólogos Márcio de Oliveira e Fernando Kulaitis articulam os conceitos de *habitus* imigrante e capital de mobilidade, a partir de Pierre Bourdieu, para compreender a migração, elaboração que consideramos especialmente pertinente para o tema em questão. O *habitus* seria justamente essa disposição, uma “história incorporada”, resultante das experiências concretas dos pais, da família e do círculo social (assim como aquelas do próprio indivíduo) que transformam o indivíduo. Nas palavras dos autores, o *habitus* imigrante é o “o conjunto de disposições adquiridas que funcionam como princípio gerador de representações e práticas migratórias” é uma fonte de inspiração e um facilitador da imigração (OLIVEIRA&KULAITIS, 2017, p. 42).

Já o capital de mobilidade, assim como os outros “capitais” é também transmissível via família, ou ainda via grupo étnico ou indivíduos próximos. Se o *habitus* imigrante é fundamental para gerar a disposição para a migração, o capital de mobilidade é fundamental para dar os meios necessários para que o deslocamento se realize. Oliveira e Kulaitis explicam o capital de mobilidade como:

um conjunto de bens (simbólicos e materiais) que se apresenta sob a forma de conhecimentos migratórios – formalidades administrativas, procedimentos de viagens, línguas e costumes – e documentos (cartas de estadia, passaporte ou contratos de trabalho) adquiridos pelo indivíduo através de experiências próprias ou de indivíduos próximos, oriundos de seu grupo familiar ou étnico. (OLIVEIRA&KULAITIS, 2017, p. 42)

---

82. Uma de nossas entrevistadas contou que é perceptível que ela e sua madrasta (esta, natural de Hong Kong) falam línguas distintas, mas que na maioria do tempo conseguem compreender-se mutuamente – algo como a comunicação entre falantes de espanhol e português que estão acostumados a conviver com falantes da outra língua. Presumimos, então, que a língua falada por eles seja do mesmo tronco linguístico do cantonês, mas não seja o mesmo cantonês que é língua oficial em Hong Kong – de costume, todo o tronco é chamado de cantonês, generalizadamente. Sendo assim, mesmo estes primeiros deslocamentos (da zona rural à cidade, da China continental a Hong Kong) já seriam atravessados por desafios linguísticos. É de se considerar, ainda, que Hong Kong era, na época, colônia britânica, de modo que o inglês também fazia e faz parte do dia a dia do lugar.

Ambos os conceitos são fundamentais para superar o determinismo econômico sobre a imigração, muito recorrente no senso comum e nas narrativas. Ainda que motivação muito recorrente nas imigrações, a necessidade econômica não explica por completo a migração, muito menos porque certos indivíduos imigram, enquanto outros, não.

Como é próprio das lembranças, nem todos os acontecimentos narrados pelos entrevistados são localizados numa data precisa. Eventos como nascimentos, falecimentos e abertura de pastelarias costumam ser datados, por vezes até com precisão (dia, mês e ano). Já a dinâmica da cidade e dos negócios, mudanças na rotina, bem como a chegada de outras famílias chinesas, dificilmente são localizados no tempo da mesma maneira. Para além do que os entrevistados não se lembravam mais, havia ainda as perguntas não respondidas, ou respondidas apenas parcialmente, por não se saber a resposta. Certas questões não foram contadas pelos pais e avós ou questionadas pelos filhos e netos, nem trazidas à tona pelo acaso. Esta relação com o passado será melhor debatida no terceiro capítulo.

As cinco famílias entrevistadas contam um percurso semelhante no seu estabelecimento: um homem da família vem ao Brasil, a princípio, desacompanhado. Primeiro se experimentam no Rio de Janeiro, para depois se mudarem para São Paulo<sup>83</sup> – nesta última, aprenderam o ofício trabalhando para outros chineses. Nem sempre são atribuídas razões para essas mudanças. O clima de Curitiba, familiares já estabelecidos e as oportunidades abertas pelo crescimento da cidade são mencionadas como atrativos da cidade<sup>84</sup>. Estes homens, pais ou avós dos entrevistados, passariam alguns anos sozinhos no Brasil até se estabelecer e ter condições de trazer a esposa, filhos e filhas; bem como genros e noras no caso de filhos já adultos. Eventualmente, quando havia crianças pequenas na família, as avós também emigravam para assumir o trabalho de cuidado. No caso de homens solteiros ou viúvos, era comum que casamentos fossem arrançados com mulheres que viviam na China. Elas se deslocavam até o Brasil para se casar, ou, o que parecia ser menos frequente, eles iam à China para encontrar uma esposa e realizar lá a cerimônia de casamento<sup>85</sup>. Após o falecimento da

---

83. Uma exceção é a família de Sérgio. Após deixar Moçambique, ele, a mãe e o irmão viveram em Portugal durante certo período, enquanto o pai se estabelecia em Curitiba, onde já viviam um tio e uma tia de Sérgio. As especificidades da sua família serão examinadas em mais detalhes na sequência.

84. Podemos sugerir ainda a saturação do mercado em São Paulo, que mesmo sendo uma cidade muito maior que Curitiba, já possuía a maior concentração de chineses/sino-brasileiros e japoneses/nipo-brasileiros (outro grupo notavelmente ligado ao comércio de pastéis) do país.

85. Foi apenas o caso da mãe de Sérgio, à época que o pai residia em Moçambique – consideravelmente mais perto da China do que o Brasil.

mãe de Lucilina, Pedro e Milton, a avó paterna viajou à China (ou, a Hong Kong<sup>86</sup>) para conhecer moças solteiras, dentre as quais foi escolhida, a partir de fotos e outras informações colhidas, a madrastra dos entrevistados. Também foi o caso da madrastra de Esther.

Pode ser difícil para os entrevistados o ano em que suas famílias chegaram ao Brasil, uma vez que, além de serem acontecimentos anteriores ao nascimento deles, se confundem as datas da chegada dos primeiros familiares, da realocação para Curitiba e da reunião com o restante da família. Em alguns casos, por exemplo, o primeiro homem da família passa muitos anos sozinho, em outros, a família fica por alguns anos em São Paulo antes de se radicar em Curitiba. Sérgio, o único entrevistado que é “chinês de Moçambique”, situa que houve uma primeira onda de imigração chinesa à cidade (à qual pertencem as famílias dos demais entrevistados) concentrada na década de 1960; a segunda onda seria dos que vieram de Moçambique, e passaram a chegar a partir de 1975; por fim, há os que tem chegado desde a década de 1990.

E tinha bem poucos chineses aqui, quando chegamos aqui no Brasil, tínhamos o que aqui, devia ter umas 8, 10 famílias que vieram de Moçambique e umas 8, 10 famílias que já estavam aqui. Teu, teu avô era um deles, tá? Então, na década de 60 veio a primeira onda de imigração. Aí na década, no final da década de 70, a outra onda de migração. Aí depois de 90, é a migração mais recente. Então vieram três ondas de imigração pra cá. Então, a onda de 1960 veio o senhor seu Chen, veio o seu Ruy, veio o Mac[?], veio seu Gilberto, ali da [pastelaria] Cacique. Então foi esse pessoal mais antigo que veio na década de 60. Daí não teve mais imigração. Aí, de 75 até 80, veio uns de Moçambique, tá? Alguns vieram para cá direto, alguns foram para Portugal, para a China, para Estados Unidos. Não se deram certo lá, então vieram pra cá. Nós chegamos aqui em 15/11/77.<sup>87</sup>

As pastelarias e restaurantes ficavam localizados em pontos estratégicos do centro da cidade, próximos à rodoviária, a pontos de ônibus, fábricas, prédios públicos, colégios ou dentro do Mercado Municipal. A onda constante de novos contingentes populacionais chegando à cidade, o crescimento e a complexificação de suas atividades econômicas e o consequente fluxo diário de pessoas ao centro urbano criavam uma procura crescente por comida de rua, que além de simples e barata agradasse o gosto da freguesia. Essa demanda não poderia ser cumprida pelos restaurantes e confeitarias tradicionais, seja pelo valor dos

---

86. Como lembraremos mais vezes ao longo do trabalho, por vezes os entrevistados não fazem distinção entre China continental e Hong Kong, chamando ambas as regiões de China. Presume-se que esta viagem foi apenas para Hong Kong pois a então futura madrastra dos entrevistados é natural de lá. Por acaso ou não, esse também o caso dos pais de Suzana: o pai é natural da China continental (provavelmente, da província de Guangdong) e a mãe é de Hong Kong.

87. Entrevista Sérgio. [fev. 2022]. Sérgio é filho de imigrantes chineses, nasceu em Moçambique, se mudou para Portugal aos 10 anos e chegou no Brasil aos 12. No momento da entrevista, Sérgio tinha 56 anos.

seus produtos, seja pelo constrangimento que poderiam provocar nas camadas sociais menos privilegiadas, pouco habituadas com esse tipo de espaço. Em contrapartida, estabelecimentos como pastelarias, lanchonetes ou restaurantes que oferecem comida rápida, por sua vez, demandam uma clientela numerosa para sustentar seus negócios. Uma reportagem de 1955 conta que:

Nas cidades grandes, como Curitiba, proliferam as casas de petisqueiras, onde os apressados, os que não têm tempo, fazem as refeições de emergência, que os mais descansados chamam de *lunch*. Por esta razão, torna-se um negócio rendoso a exploração desse comércio.<sup>88</sup>

Para além das oportunidades abertas pela urbanização, estes chineses conheciam uma tradição de comida de rua que pode ter facilitado sua percepção dos negócios e inserção no mercado. Ainda que a produção do pastel em específico fosse um conhecimento adquirido no Brasil (possivelmente fazendo uso de técnicas de cozinha da culinária chinesa), esse ofício já era familiar, conforme relata Milton, um de nossos entrevistados: “então essas profissão lá pra eles é a coisa mais simples que tem pra fazer, na China no caso né, eles falavam, é o que eles sabiam fazer”<sup>89</sup>. Corroborando estas informações, Lucilina, irmã mais velha de Milton, recorda que:

O povo chinês lá come muito fora, muita gente come na rua, restaurante, tudo lotado, né. Minha madrasta já falava isso, minha avó já falava isso né. Muita gente come na rua, quase ninguém cozinha em casa, tudo na rua. E porque Hong Kong também é muito quente né, então o pessoal não aguenta ficar em casa.<sup>90</sup>

Ao relatar a chegada de seu avô, Ton Jao, a Curitiba, destaca que coube a ele a iniciativa de abrir a primeira pastelaria em um local de grande movimento – situado na Alameda Dr. Muricy, próximo à esquina com a Rua XV de Novembro. Esta última rua, uma das principais artérias da capital paranaense, sempre concentrou a maior parte do comércio, cafés, restaurantes e prédios públicos:

88. URGE Maior Fiscalização na Indústria dos Pastéis. **Diário do Paraná**. Curitiba, p. 12. 1º de maio 1955. Ano I, n. 27.

89. Entrevista Milton. [jul. 2021]. Milton é filho e neto de imigrantes chineses, nasceu em Curitiba e estava com 61 anos no momento da entrevista. É irmão de Lucilina e Pedro.

90. Entrevista Lucilina. [jun. 2021].

Aprendeu a fazer pastel lá [em São Paulo] e veio pra Curitiba e abriu a primeira aqui em Curitiba. Daí quando ele [Ton Jao] abriu, nossa. Fazia fila, muita gente da época dele contava que fazia fila, era uma febre. Então como era na Muricy, dobrava a esquina as ruas e ia até a Rua XV assim a fila pra comer né.<sup>91</sup>

Ela conta também que anos mais tarde, já junto dos filhos, Ton Jao abriu mais uma pastelaria no recém-inaugurado Mercado Municipal, cuja construção foi finalizada em 1958. O pai dos entrevistados, Vu Zen Ruy, ainda abriria outra pastelaria no Mercado, no lado oposto à do patriarca da família. Naquele período, segundo outro neto de Ton Jao, o Mercado cumpria a função hoje exercida pela CEASA (Central de Abastecimento de Curitiba), isto é, receber e escoar a maior parte da produção agrícola destinada à alimentação da população<sup>92</sup>. Ainda, o Mercado Municipal ficava próximo à zona industrial da época, e, em 1972, seria inaugurada a Rodoferroviária ao lado do Mercado. Essa movimentação garantiu freguesia para as duas pastelarias, até a fundação do CEASA, em 1976<sup>93</sup>, que fez dispersar parte da clientela.

Em meados da década de 1960, apostar no movimento do Centro de Curitiba ainda era um lance arriscado. Pedro atribui a iniciativa de buscar uma nova oportunidade na região à mãe, diante de certa indiferença por parte do pai:

PR– Até quando a mãe era viva, quem me contava isso era a vó, a mãe trabalhava que nem condenada no Mercado Municipal, aquela pastelaria, e a mãe sempre falava pro pai “Curitiba tá crescendo, vai lá pro Centro procurar um ponto”. Isso era 64, 65, 66...

MV – Ela que queria que eles comprassem uma pastelaria

PR – Exatamente, no Centro, abrir um outro ponto. O pai vinha aqui no Centro e ia na XV, onde tem até hoje ainda o cachorro quente. Lá, cachorro quente ali. E era jogatina em cima. Ficava jogando baralho lá. Aí de vez em quando ele ia procurar.<sup>94</sup>

Em 1967, o casal abriu uma nova pastelaria na Av. Marechal Floriano Peixoto, ao lado da Praça Carlos Gomes, em sociedade com outro imigrante de origem chinesa. Conta Milton que a sociedade precisou ser desfeita nos primeiros anos devido aos rendimentos ainda pouco

91. Entrevista Lucilina. [jun. 2021].

92. Atualmente o Mercado Municipal mantém algumas de suas características iniciais, porém atende um público mais específico, que procura por produtos orgânicos, refinados, importados, selecionados, etc. É também uma atração turística e foi revitalizado para atender essas novas demandas.

93. O bairro do Tatuquara fica localizado no extremo sul de Curitiba. Na década de 1970, as CEASAs passaram a ser implantadas por decisão do Governo Federal, tendo em vista a precariedade dos mercados tradicionais diante do crescimento dos centros urbanos brasileiros. Centrais de Abastecimento do Paraná, S.A. **Histórico**. Disponível em: <https://www.ceasa.pr.gov.br/Pagina/Historico>. Acesso em: 01 set. 2021.

94. Entrevista Pedro. [jul. 2021]. Pedro é neto e filho de imigrantes chineses, nasceu em Curitiba e estava com 62 anos no momento da entrevista. É irmão de Lucilina e Milton. Legendas: PR – Pedro, MV – Maria Victória (entrevistadora).

satisfatórios da região cujo comércio, segundo ele, ainda não era tão intenso. Em meados da década de 1970 teria início o melhor período para as pastelarias, tanto a de sua família, quanto às demais – apesar das imprecisões e conflitos entre os relatos, a década de 1970 é sinalizada como um período chave para o estabelecimento de famílias chinesas na cidade:

Então foi uma época entre 74 até 90, vamos dizer, esses 15 anos. Que o movimento era assim exorbitante pra gente, entendeu. Porque tinha o que, nada, dez pastelarias no Centro, dez, onze. E era tudo conhecido, tudo chinês conhecido só né. Tudo da época que vieram pra cá junto com, meio junto com o pai né na época dele, daí eles se conheceram tudo no Centro. Na época tinha dez chineses, dez famílias chinesas só.<sup>95</sup>

Maria Cecília Costa e Rosângela Digiovanni (citado por BORGES, 2014, p. 31) apontam que, entre os anos de 1971 e 1974 (primeira gestão do prefeito Jaime Lerner), a remodelação do planejamento urbano fez com que o Centro de Curitiba se abrisse “para outras classes e categorias sociais”. Até então, a região era mais frequentada pelas camadas médias e a elite e era onde ficavam comércios e restaurantes sofisticados, que, após o início da década de 1970, passaram a se concentrar no bairro do Batel.

Para além do público que se deslocava até o Centro para fazer compras e trabalhar, a freguesia da pastelaria era composta em grande parte por quem ia até o prédio ao lado agendar consultas médicas no INAMPS (Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social<sup>96</sup>). Segundo Milton, toda a demanda hoje cumprida pelos muitos postos de saúde pela cidade na época era recebida naquele edifício – à meia-noite, ao fechar a pastelaria, já havia 30 ou 40 pessoas na fila para os atendimentos da manhã seguinte. Os expedientes na lanchonete iam das 6h à meia-noite e, como apontado no relato, se o estabelecimento ficasse aberto madrugada adentro, ainda haveria clientela proveniente do INAMPS.

É difícil para os entrevistados lembrar o valor do pastel, dadas as trocas de moeda e a própria inflação que atravessaram os anos em que trabalharam nas pastelarias. Porém, Pedro afirma que era “coisa de centavos”, barato o suficiente para que famílias simples pudessem levar todos os seus filhos. Como diz a música, “E lá vou eu como um passarinho / Sem destino, nem sensatez / Sem dinheiro nem pro pastel chinês”<sup>97</sup>. Os entrevistados comentam que os clientes eram de diversos extratos sociais e profissões. Foram mencionados policiais,

95. Entrevista Milton. [jul. 2021].

96. Desde 1974 até a criação do SUS (Sistema Único de Saúde) em 1988, a saúde pública era administrada pelo INAMPS. O INAMPS operava, em grande parte, comprando serviços de saúde privada e que só poderiam ser desfrutados pelos trabalhadores formalizados e seus dependentes. SENADO FEDERAL. **Antes do SUS, saúde era para poucos**. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/emdiscussao/edicoes/saude/contexto/antes-dos-sus-saude-era-para-poucos>. Acesso em: 01 set. 2021.

97. VOA Bicho. Intérprete: Milton Nascimento, Maria Rita. Compositor: Marcio Borges, Salomão (Lô) Borges. Savoy Records, 2005. 3:58min.

funcionários do Detran, estudantes e repórteres – os escritórios do Diário do Paraná, do Canal 6 e da Gazeta do Povo ficavam próximos à pastelaria. Foi por meio de uma dessas interações que um jornalista notou o então menino Milton, fato que acabou resultando na reportagem mencionada no capítulo anterior.

No início das pastelarias, as opções de salgados ofertados eram apenas o pastel de carne, de palmito e a empadinha. Quando muito, se oferecia também pão com mortadela e cachorro quente. Itens como a coxinha, o pastel de queijo e o quibe surgiram na década de 1970. Nos últimos anos em que Milton trabalhou no ramo (que deixou em 2010), a pressão da concorrência obrigava a inclusão de muitos outros produtos, como o X-salada – por mais que fosse preferível manter o cardápio apenas com os itens especialidade da casa, a época já não permitia um menu muito restrito de salgados.

O trabalho que envolvia manter várias opções de lanche disponíveis o dia inteiro é o motivo, apontado por Mei Qim, pelo qual sua família teria optado por abrir um “restaurante de comida rápida<sup>98</sup>” ao se estabelecerem em Curitiba, em 1972<sup>99</sup> (antes, em São Paulo, possuíam uma pastelaria). Também localizado no Centro, na esquina da Rua Tibagi com a Rua Comendador Macedo, o restaurante atraía um público muito semelhante ao das pastelarias:

Não, a pastelaria eu acho que a mão de obra é maior. E restaurante não. Restaurante, na época, em 72, as pessoas elas comiam muito fora, né. Hoje também, hoje também. Só que na época, você servia um prato que era o valor de um lanche. E alimentava mais. E na pastelaria, como você trabalha com lanche, a pessoa chega lá e você tem que ter uma diversidade muito grande de itens. E no restaurante não, a pessoa chega lá, almoça, pede um prato, daí você não precisa ficar fazendo um monte e exposto, que nem lanchonete, né. E lá é mais, tipo assim, você pede prato, come e tudo bem. E aí você também não fica o dia inteiro, o tempo era muito longo, numa lanchonete. E num restaurante não, era almoço e jantar. Eu imagino que isso proporcionava um ganho mais rápido, né. Com um tempo de trabalho menor.<sup>100</sup>

Porém, nem todos os estabelecimentos chineses eram voltados para refeições rápidas e baratas do dia a dia. No início da década de 1960, as colunas sociais dos jornais registram alguns eventos hospedados em “um” restaurante chinês, ou no “o” restaurante chinês – sugerindo que possivelmente havia apenas um, certamente não muitos, a ponto de nem sempre ser necessário nomeá-los. Uma nota de junho de 1962 anuncia que será inaugurado o terceiro restaurante chinês na cidade. Segundo a redação, “repete-se o que aconteceu no Rio e

98. Ou restaurante onde se servia “prato feito”.

99. Em São Paulo, onde viviam até então, a família trabalhava com pastelarias.

100. Entrevista Mei Qim. [ago. 2021].

São Paulo, onde a comida típica ganhou a preferência dos ‘*gourmant*’<sup>101</sup>. Nos anos seguintes, foi em restaurantes chineses que o diretor do Museu de Arte do Paraná fez uma recepção após a inauguração do Salão do Paraná<sup>102</sup> (evento do qual teriam participado autoridades como o então governador Ney Braga, o então reitor da Universidade Federal do Paraná Flávio Suplicy de Lacerda, entre outros); a debutante filha de um deputado almoçou com suas amigas no segundo dia de comemorações de seu aniversário<sup>103</sup>; médicas debateram propostas para a Jornada das Mulheres Médicas<sup>104</sup> e os dirigentes da Federação Paranaense de Futebol se reuniram para conversar sobre o campeonato daquele ano<sup>105</sup>. Estes restaurantes e seus proprietários, entretanto, não foram mencionados nas entrevistas, nas quais dá-se a entender que todos os chineses em Curitiba se dedicavam a pastelarias ou restaurantes de comida rápida.

Ainda que não tenha sido algo que os entrevistados enfatizaram como elementos centrais em suas narrativas, o apreço do público pelos pastéis foi mencionado algumas vezes. Eles se referem a um passado no qual longas filas se formavam nas pastelarias e quando “pastel chinês” era sinônimo de qualidade. Pedro conta que até os dias atuais recebe relatos de pessoas que, quando crianças, iam comer pastel com os pais e guardam a memória com carinho, como um dos momentos favoritos das suas infâncias.

Aquela época, me lembro ainda, eu andava muito orgulhoso porque nós ficava lá fora, passava o pessoal e falava “vamo come um pastel, vamo faze um lanche ali, porque ali é chinês”. Naquela época assim. Então a gente se sentia orgulhoso.<sup>106</sup>

É significativo que essa associação seja colocada em um passado não balizado, mas que definitivamente não pertence ao presente. Nos jornais, menções de tom elogioso às pastelarias leste-asiáticas<sup>107</sup> se revezam com outras que lhes atribuem características negativas, como exploramos inicialmente no capítulo anterior. A chegada e consolidação desses estabelecimentos alimentares (fossem de proprietários amarelos ou não) foi atravessada também por antagonismos entre esses comerciantes e a população, pontuados especialmente por conflitos a respeito dos preços e da higiene.

101. ELES & Elas. **Última Hora**. Curitiba, p. 8. 06 jun. 1962. Ano II, n. 313.

102. ELES & Elas. **Última Hora**. Curitiba, p. 8. 21 dez. 1962. Ano II, n. 483.

103. ELES & Elas. **Última Hora**. Curitiba, p. 8. 8 maio 1963. Ano II, n. 598.

104. SOCIEDADE. **Diário do Paraná**. Curitiba. p. 9. 18 de mar. 1966. Ano XI, n. 3.643.

105. NEVES convoca Conselho Deliberativo. **Diário do Paraná**. Curitiba. p. 15. 26 de fev. 1972. Ano XVII, n. 4991.

106. Entrevista Pedro. [jul. 2021].

107. Algumas dessas ocorrências são referentes a japoneses e nipo-brasileiros.

A década de 1940 e o início da década 1950 no Brasil foram duramente marcadas pela carestia – fosse pela alta dos preços, pelos baixos salários<sup>108</sup> ou pela falta de produtos, em especial, da carne e do leite. A escassez destes se agravou próximo ao fim da Segunda Guerra Mundial, quando as autoridades atribuíam ao conflito a necessidade da contenção do consumo, e seguiu até o início da década seguinte, quando a justificativa da guerra se provou insuficiente (SCHINIMANN, 1992). A produção voltada prioritariamente à exportação e os lucros exorbitantes dos “marchantes” (atravessadores que detinham o poder de elevação dos preços, muitos deles detentores de frigoríficos e açougues, também chamados de “tubarões da carne”) faziam com que a carne, quando disponível à população, custasse cada vez mais. Segundo o historiador Fernando Schinimann (1992), as filas nos açougues de Curitiba competiam com as dos cinemas – não só ambos tinham longas filas, como na maioria das vezes as pessoas precisavam escolher entre ir ao cinema ou comer carne (p. 64).

Em Curitiba, essa conjuntura tencionou os ânimos da população até a eclosão, em 17 de fevereiro de 1952, da chamada Guerra (ou Batalha) da Carne, quando multidões revoltadas pilharam açougues e se enfrentaram com a polícia durante cerca de três dias. O protesto se deu em meio à Greve Branca<sup>109</sup>, que, liderada pelas donas de casa e apoiada pelos estudantes e operários, chamava o boicote da carne desde o início daquele mês de fevereiro. Quando o movimento já havia conseguido baixar o abate de gado na cidade de 250 para 80 cabeças ao dia, ou seja, já poderia ser considerado vitorioso, diversos estabelecimentos comerciais aderiram ao boicote, entre eles, a pastelaria Ton Jao (SCHINIMANN, 1992, p. 121).

Para Schinimann, a adesão desses estabelecimentos à greve foi algo como a única escolha possível, “mesmo porque, se vendessem [carne ou produtos dela], logo seriam alvo de represálias” (1992, p. 121). E de fato, esse apoio só foi sinalizado num momento em que o movimento já tinha vitórias concretas, o que pode indicar que esses comércios eram mais hesitantes quanto ao boicote – possivelmente, devido ao impacto no rendimento ao deixar de vender tais produtos. Sem dispensar essa leitura, podemos considerar ainda que estes comerciantes não deixavam de estar interessados na baixa do preço da carne, e portanto, participaram da greve também almejando vê-la vitoriosa.

---

108. O salário mínimo ficou quase dez anos sem ajuste – de 1943 a 1952./

109. “Greves brancas” ocorreram concomitantemente em outras cidades, como São Paulo, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, entre outras.

Ademais, é pertinente atentar à maneira como o jornal *Diário da Tarde*<sup>110</sup> noticiou a adesão e o posterior dano material à pastelaria. A edição de 16 de fevereiro de 1952 anuncia na primeira página que o pasteleiro Ton Jao aderira à campanha deixando de vender pastéis de carne, “dando assim, de maneira eficiente, sua colaboração ao movimento”<sup>111</sup>. No dia 19, os jornais (o *Diário da Tarde* incluso) já pediam o “não desvirtuamento” da greve, no sentido de não levar a manifestação para uma via violenta. A violência, entretanto, já tinha tomado as ruas. Schinimann conta que os embates se generalizaram para além dos alvos originais do protesto: “Lembremo-nos dos casos de agressões de consumidores contra consumidores, a polícia civil e as mulheres, os açougues fechados pelo medo da depredação, a pastelaria Tom Jão[sic], a vaia, etc” (1992, p. 124).

Já a edição do *Diário da Tarde* do dia 21 de fevereiro, no qual Curitiba amanheceu repleta de agentes de segurança, lamenta os rumos tomados pela greve. A manchete principal anuncia as “Cenas Deprimidas!” da noite anterior, e conta que foi desvirtuada a greve pacífica, que o povo se irritou com a demonstração de aparato e que os militares encarregados de manter a ordem agiram com excessiva violência. Ainda na primeira página, uma nota no canto inferior esquerdo intitulada “Invadida a pastelaria do Sr. Ton Jão[sic]” conta que, na turbulenta noite do dia 20, um agente da cavalaria da Polícia Militar teria penetrado com o animal no estabelecimento, enquanto perseguia um popular. O texto lamenta o ocorrido: “É lamentável o que sucedeu, sem dúvida alguma, pois representou a invasão da propriedade alheia e sua depredação”<sup>112</sup>. O periódico, portanto, preocupou-se em reservar espaço de relativo destaque para saudar a adesão de Ton Jao à greve, e para lamentar que o empreendimento tenha sido atingido pelo rumo caótico tomado pelo protesto e uso desmedido de força policial.

A Batalha da Carne foi um movimento popular contra a carestia e em defesa dos direitos do consumidor, alimentada também pela revolta com o descaso das autoridades com a questão e o *trust*<sup>113</sup> da carne. No ápice do conflito, os principais focos das multidões foram os açougues, que foram saqueados, depredados e alguns de seus funcionários feridos. A onda de

---

110. O *Diário da Tarde* foi o primeiro jornal a incentivar a Greve Branca, e um dos mais empenhados em seu apoio (SCHINIMANN, 1992, p. 114).

111. A GREVE Branca Prossegue Praticamente Vitoriosa. **Diário da Tarde**. Curitiba, p.1. 16 de fev. De 1952. Ano 53, n. 17.551.

112. INVADIDA a pastelaria do Sr. Ton Jão. **Diário da Tarde**. Curitiba, p.1. 21 fev. 1952. Ano 53, n. 17.555.

113. Fusão ou associação de várias empresas de um mesmo ramo, a fim de monopolizar e manipular a oferta de determinado produto ou serviço.

violência, entretanto, respingou em outros atores, por mais que certos agentes que organizavam o movimento, como a imprensa, repudiassem tais atos.

O problema da inflação e do desabastecimento ainda se arrastou por mais de uma década após o evento<sup>114</sup>. Outros gêneros alimentícios básicos escassearam, como o arroz e o trigo em 1953, pelo mesmo motivo: a especulação para importação provocava a falta da produção local ou nacional, sendo necessário importar os gêneros de outros estados ou mesmo de outros países. Mesmo que o Brasil fosse um dos maiores produtores mundiais de tais gêneros, e o Paraná já fosse chamado de “celeiro do Brasil”, a população sofria com a falta e inflação dos preços desses produtos (SCHINIMANN, 1992).

Logo, greves e protestos relacionados à carestia eram comuns no Brasil da década de 1950. A questão do trigo fez com que os panificadores de Curitiba paralisassem suas atividades em 1953, quando a matéria-prima chegou com custo elevado, ao mesmo tempo em que o governo aplicava medidas repressivas contra comerciantes que aumentassem os preços. Porém, para Schinimann, alguns destes comerciantes também se valiam dos aumentos, pelo menos “um pouco”:

O abastecimento passava por uma grande crise, é verdade, mas muita gente sonegou, já que poder-se-ia ter cobrado um pouco menos. A procura era pelo super lucro, na medida em que os aumentos iam muito além do que se poderia almejar. Apesar dos métodos coercitivos utilizados pelo governo, nada parecia funcionar. (SCHINIMANN, 1992, p. 164)

Dentre esses métodos regulamentadores, havia uma lei que demandava que todos os estabelecimentos envolvidos no comércio de gêneros alimentícios reportassem seus balanços mensais à COFAP (Comissão Federal de Abastecimento e Preços) – porém, isso não era feito, segundo o autor. Schinimann ainda menciona que as pressões para que a COFAP fosse extinta eram muitas, sendo um dos argumentos a sua incompetência em controlar os aumentos. Para além da ineficiência do controle estatal, a onda inflacionária atingiu o seu pico em 1955 (SCHINIMANN, 1992, p.166). Os comerciantes desse período, portanto, conduziam seus negócios espremidos entre o aumento no preço da matéria-prima e o repasse desse aumento à freguesia – e também, possivelmente, tentavam tirar vantagem dessa margem de lucro. O que nos é mais pertinente atentar aqui é que este contexto, de carestia e inflação, produzia uma série de tensões entre os pequenos comerciantes e a população. Afinal, por mais que outros atores (os atravessadores, os governos, etc) tivessem um grau muito maior de

---

114. Segundo Schinimann (1992), mais revoltas só não eclodiram graças ao populismo. Em 1962, outro movimento de boicote à carne se desenhou, porém menos coeso e impactante que o de 1952 (p. 161, 183).

responsabilidade para com a situação, era no comércio que as pessoas se deparavam com a concretude do constante aumento do custo de vida.

No caso de comerciantes estrangeiros e não brancos, essas tensões ainda seriam acrescidas de uma carga xenofóbica e racista – o cenário favorecia a mobilização de representações raciais que atribuíam aos asiáticos a desonestidade, ganância, imoralidade, incivilidade, etc; além de serem entendidos como elementos externos a uma coletividade brasileira e, portanto, potenciais inimigos. Isso se confirmou em outro episódio de violência generalizada em Curitiba na década de 1950: a Guerra do Pente.

Em dezembro de 1959, em uma loja na Praça Tiradentes<sup>115</sup>, um cliente entrou em desentendimento com o lojista, libanês, a respeito da emissão de nota fiscal para a compra de um pente<sup>116</sup>. O cliente teria insultado o comerciante com palavrões, de modo que os dois entraram em conflito físico até que o cliente teve a perna fraturada. Naquele horário de fim de tarde, os pontos de ônibus da Praça Tiradentes estavam cheios. Revoltados com o freguês ferido, transeuntes passaram a apedrejar a loja, invadiram-na e, na sequência, seguiram depredando outros bazares ao redor – não só de proprietários árabes, mas especialmente destes. Prédios públicos também foram alvo. Os exaltados se enfrentaram com a polícia até a madrugada, e a onda de violência continuou no dia seguinte, quando o Exército foi acionado para controlar a situação (ZUGUEIB NETO, 2010, p. 4-5).

Como no momento da Batalha da Carne, o período em que ocorreu a Guerra do Pente era um de grande insatisfação popular no país e em Curitiba, fosse por causa da inflação e da carestia, fosse devido ao descontentamento com políticos como o presidente Juscelino Kubitschek (em grande parte devido aos gastos públicos com a construção de Brasília) e o governador do Estado Moysés Lupion, este considerado político “inescrupuloso” e de honestidade duvidosa, segundo a historiadora Marion Brepohl de Magalhães (citada por BORGES, 2014, p. 67). Na cidade, a partir de rádios e um jornal clandestino, se veiculava uma campanha que agitava a população (com possível envolvimento dos comunistas) contra a alta dos preços, mais especificamente, contra os “tubarões” da cidade (ZUGUEIB NETO, 2010, p. 7).

---

115. Localizada no Centro da cidade, foi a primeira praça de Curitiba. Na época, era área de concentração de comércios, vários deles de proprietários árabes.

116. Naquele momento havia uma campanha que incentivava o consumidor a pedir notas fiscais em suas compras, que poderiam ser trocadas por bilhetes para concorrer a um prêmio de um milhão de cruzeiros. O valor do pente em questão não era suficiente para obrigar o comerciante a emitir a nota (ZUGUEIB NETO, 2010, p. 2).

Para o psicólogo e pesquisador Jamil Zugueib Neto, a Guerra do Pente teve um caráter marcadamente xenófobo e antiárabe. Em meio à multidão, além de xingamentos contra os árabes, ouviam-se frases como “O Brasil é de brasileiro, não de estrangeiro”. Em meio ao episódio, uma carrocinha de verduras teria sido virada, mas colocada de pé quando gritaram que aquela não pertencia a um “turco”<sup>117</sup> (ZUGUEIB NETO, 2010, p. 5). As muitas aflições da população da Curitiba de 1959 rebentaram, se fundiram à antipatia relacionada ao estigma do árabe e do estrangeiro, e tomaram forma numa manifestação que vinculou os imigrantes sírios e libaneses às classes dominantes:

A “revolta do pente” começou pela indignação de um brasileiro ter sido agredido por um estrangeiro e árabe. A insatisfação reprimida contra os governantes se associa ao ressentimento contra os estrangeiros e estoura contra os comerciantes árabes. Representações negativas já tinham sido veiculadas anteriormente na história da cidade. Em 1947, os jornais moveram campanha contra o “trust das frutas” no Mercado Municipal da cidade, dominado por japoneses e árabes. Qualificavam-nos de “quadrilha” e “aproveitadores mal educados”. (ZUGUEIB NETO, 2010, p. 9)

O caso também foi objeto de estudo do antropólogo João Bosco Oliveira Borges, que observou como a Guerra do Pente foi deflagrada a partir de um episódio no qual se entendeu que um imigrante teria ferido toda uma coletividade nacional brasileira. Na opinião de um dos entrevistados de Borges, que presenciou o estopim do episódio, a multidão que se revoltou contra o comerciante libanês e os brados nacionalistas fariam sentido, pois “para ele, portanto, era como se a ação injustificadamente violenta do lojista estrangeiro justificasse uma reação da parte de indivíduos pertencentes a uma coletividade que se via, de certa forma, atacada” (BORGES, 2014, p.102). O autor menciona como a ganância era considerada característica dos comerciantes estrangeiros e, em especial, dos árabes:

---

117. Termo erroneamente usado na época, e até os dias atuais, para designar imigrantes sírios e libaneses.

Em uma reportagem do Diário do Paraná do dia 09 de dezembro de 1959 – intitulada “Povo revoltado contra os árabes depois que três massacraram subtenente da PMP [Polícia Militar do Paraná]” – mencionava-se o fato de os ataques observados no dia anterior terem sido uma espécie de resposta à “ganância desenfreada existente no comércio, de que estavam sendo vítimas todos os árabes e estrangeiros radicados no comércio” (Diário do Paraná, 09 de dezembro de 1959). Por um lado, portanto, temos a ideia da “ganância” como algo que caracterizava os estrangeiros que praticavam a atividade comercial naquela conjuntura. Por outro, embora a menção a essa categoria mais ampla (os “estrangeiros”) tenha sido feita, a ênfase recaía principalmente sobre os árabes, cujo envolvimento “ilegítimo” já havia, aliás, sido destacado na manchete da reportagem. (BORGES, 2014, p. 109)

Borges ainda ouviu, em entrevista, uma anedota a respeito dos libaneses, ou, como eram chamados, os “turcos”: um homem teria comprado um par de sapatos da loja de um desses comerciantes, e, ao chegar em casa, descobriu que na caixa havia apenas um pé de sapato. Ele tenta, então, voltar à mesma loja, mas não consegue, pois naquela rua havia tantas lojas de “turcos” e estas eram tão indistinguíveis entre si, que é impossível saber em qual delas a compra havia sido realizada. A historietta, repetida com o objetivo de fazer rir, implica que os árabes seriam todos iguais, além de serem todos desonestos nos negócios (BORGES, 2014, p. 104-105). Podemos traçar um paralelo com anedota do “pastel de *flango*” (mencionada no capítulo anterior), na qual também um cliente genérico, anônimo, teria presenciado um chinês ou uma chinesa em sua pastelaria chamando o pombo de “*flango*”, dando a entender que os pastéis de frango seriam feitos da carne do pássaro – sugerindo assim que os chineses seriam desonestos, incapazes de se assimilar e de costumes repugnantes. Um outro entrevistado de Borges, ao narrar o episódio, comentou que “descemos ali na Praça Tiradentes naquela época né e vimos ali um ajuntamento de pessoas na loja de um turco que tinha ali. Naquela época era tudo turco, né? *Hoje é japonês, chinês*” (BORGES, 2014, p. 85, grifo nosso).

Notadas certas semelhanças entre os sírio-libaneses e os chineses, é necessário também observar uma distinção entre os dois grupos. A atividade comercial dos primeiros, uma vez que se assentava em uma rede de fornecimento que poderia se estender até a rede natal, conectando o mascate ao pequeno varejo, e este ao atacadista (e quando não, o atacadista ao industrial), permitia a formação e o controle de uma cadeia de negócios. Já nas pastelarias e lanchonetes, não há, ou ao menos não havia na época, possibilidade semelhante. Estes limites à margem de lucro e à expansão dos negócios, por sua vez, determina a mobilidade do grupo e da segunda geração, bem como a forma como são vistos e

representados na sociedade<sup>118</sup> – é mencionado que, no contexto da Guerra do Pente, os imigrantes libaneses eram associados às elites econômicas e governantes, o que não era o caso dos chineses. Porém, pode ser que este seja o caso hoje, ou que passe a ser, considerando que os grupos de imigração chinesa mais recente se assemelham muito mais aos sírio-libaneses neste aspecto, o da natureza da atividade econômica. Sérgio percebe essa diferença na postura (e nas condições materiais) dos imigrantes “antigos” e “modernos”:

Assim, a característica que eu percebo é que os mais antigos eles são mais econômicos. Então eles faziam a produção, eles vendem barato, e para vender barato eles tinham que economizar na produção. Então vamos dizer, eram mais pão-duro. Eram mais econômico, tinham que tirar o melhor aproveitamento de tudo. Da nova geração, ele não importa quanto custa produzir, ele vende. Então não é tão mais econômico assim. Então, tem uma visão econômica diferente. Os antigos, ele gostavam de ganhar bem, então assim, se eu pudesse, que a minha produção custar o menos possível, para eu vender a cinco reais, era o que importava. E o pessoal de hoje é diferente. O pessoal de hoje fala assim, “não, eu produzo, e ponho preço”. Em vez de vender a 5, eu vendo a 8. E ele vai pagar os 8 e vai comer e vai ficar mais satisfeito.<sup>119</sup>

Apesar do exemplo mencionando o ramo alimentício, ele explica que essa diferença se dá em boa parte devido à vantagem dos chineses em estabelecer cadeias de suprimento a partir da China, tanto por ter laços que permitem fazer negócios, quanto porque a China hoje é capaz de facilitar o acesso a crédito (ou, aos pedidos “consignados”):

Então, como ele [o chinês] tem a facilidade de comprar lá [na China], eles tem um diferencial, então se você é brasileiro e quer comprar alguma coisa, você tem que ir lá na China prospectar. Ao passo que ele, ele já tem uns amigos que estão lá, aí chega lá, “ó fulano, olha aqui no Brasil está vendendo bem essa coisa aqui, você sabe se tem quem vende?” Então a prospecção para ele é muito mais fácil do que quem vai querer importar, sabe. Então, e outra coisa é a maneira mais fácil de você ganhar dinheiro, porque a China, ela está tão bem que se você tiver um bom conhecimento, algum tráfego, as primeiras 5, 6 compras você não paga, é consignado. Então você só vai pagar ao fornecedor depois que vender. Um *container* que custa 100, 200, 500 mil dólares que você recebe aqui, você trabalha com o dinheiro dele. Porque você recebe essa mercadoria, começa a vender, trabalha com o dinheiro dele. Aí, depois que você começar a fazer dinheiro, você paga a China.<sup>120</sup>

Atualmente, ter vínculos com a China é algo tão distinto do que era na época descrita nas entrevistas que trabalhar com importação de itens baratos (ou “bugigangas”) requer

118. Agradeço ao Prof.º Oswaldo Truzzi, que propôs, na banca de qualificação, esta comparação dos tipos de negócios e das possibilidades que cada um permite.

119. Entrevista Sérgio. [fev. 2022].

120. Entrevista Sérgio. [fev. 2022].

menos capital do que abrir uma pastelaria ou outro negócio relacionado à alimentação, além de demandar muito menos força de trabalho:

Então você não precisa de capital [para trabalhar com importação]. Hoje para você abrir uma lanchonete ou restaurante, é caro. E é um trabalho muito escravo, tá? Então você veja, qualquer pastelaria, do tipo do seu avô, você tinha que chegar quatro e meia, cinco horas, preparar o café, preparar o pastel, preparar as coxinhas para abrir às 6:00. Aí você toca direto até 8 horas, 9 horas da noite, aí mais uma hora para você fazer a limpeza. Que vida que você tem, entendeu? É muito desgastante para ganhar pouco dinheiro, tá.<sup>121</sup>

Na Guerra do Pente, problemas reais da época como a carestia, o lucro excessivo e a corrupção foram personalizados nos imigrantes libaneses – enquanto não é nada dispensável que alguns destes libaneses estivessem envolvidos em algumas destas questões, como a do ganho, certamente não eram os únicos e nem mesmo os mais protagonistas. Portanto, essa associação não dizia respeito a um dado da realidade (que sírios e libaneses fossem, de fato, os responsáveis pelo aumento do custo de vida) mas sim foi produto da articulação de representações raciais e da identidade nacional (ou, de “um patriotismo municipal”, como sugeriu Zuguieib Neto, pensando a partir do historiador Eric Hobsbawm). Propomos que um processo semelhante se deu em relação aos chineses, e aos japoneses também, considerando que os dois grupos foram racializados de maneira sobreposta.

Os jornais de Curitiba cobravam das autoridades sanitárias mais fiscalização dos estabelecimentos de alimentação pelo menos desde o começo da década de 1950. A manchete principal da edição de 26 de março de 1951 do *A Tarde* denuncia que “nunca se comeu tanta nojeira”<sup>122</sup> na cidade e exige o retorno dos chamados comandos sanitários (como eram chamadas as fiscalizações realizadas por agentes públicos de saúde). A matéria menciona a falta de higiene em “casas de pastos”<sup>123</sup> e outros locais e aponta como solução que a Saúde Pública volte a realizar “batidas e sortidas” e que aplique medidas corretivas. O jornal se dispõe a noticiar as ações e publicar os nomes dos infratores, a fim de “servir de exemplo”. E de fato, nos anos seguintes listas de estabelecimentos infratores das normas sanitárias (com detalhes sobre as infrações, modificações requeridas ou penalidades aplicadas) seriam publicadas nos periódicos, bem como notícias das batidas da Secretaria de Saúde.

121. Entrevista Sérgio. [fev. 2022].

122. ALÔ, alô, Comandos Sanitários De Curitiba Procuram-se As Autoridades. *A Tarde*. Curitiba, p.6. 26 mar. 1951. Ano II, n. 306.

123. As chamadas casas de pasto eram uma mistura de taberna e restaurante de petiscos. A partir da influência francesa, esses lugares passariam a ser chamados de restaurantes ao longo do século XX.

No ano de 1955, pelo menos duas reportagens do Diário da Paraná centram este problema nas pastelarias. A primeira delas se dedica a esmiuçar, de maneira veemente, os muitos problemas das casas de pastéis: o recheio escasso, os preços injustamente cada vez mais altos e o descumprimento de normas sanitárias. Em resumo, a “falta de asseio e, não raro, de escrúpulos”<sup>124</sup>. O texto dá ênfase à questão do recheio insuficiente dos pastéis, que seriam feitos propositalmente inchados e grandes, “que despertam a atenção dos gulosos, mas que possuem um mínimo de recheio” - essa prática, para o jornalista, configuraria um estelionato. Estes são chamados de “pastéis de vento”, expressão que pode ser ouvida até os dias de hoje. Ainda, carne e camarão deteriorados estariam sendo utilizados no conteúdo dos pastéis, levando a vários casos de intoxicação de consumidores. A matéria parece ter algum fim educativo ao explicar a necessidade de uso do guarda-pó e de acessórios que mantivessem os cabelos longe dos alimentos.

Na outra reportagem sobre o tema naquele ano, as infrações sanitárias são apontadas também em outros tipos de estabelecimentos, como bares, restaurantes, panificadoras e hotéis, mas cita o “eterno problema das pastelarias”<sup>125</sup>. Estas, para o jornalista, “primam principalmente pela absoluta falta de higiene” - as infrações parecem ainda mais graves sendo encabeçadas por um título que alerta que esses estabelecimentos estariam envenenando a população. Mais uma vez, o texto encerra pedindo com urgência que os comandos sanitários voltem a atuar na cidade, uma vez que a saúde do cidadão está em risco em qualquer restaurante ou bar.

Em 1957, outra matéria<sup>126</sup> sobre o assunto explica em detalhes os problemas de higiene frequentemente encontrados nos estabelecimentos da cidade: que as mercearias não deveriam expor produtos ao ar livre, que os fogões das pastelarias não poderiam ficar próximos demais da porta, que a mesma pessoa que manipula dinheiro não deveria manusear a comida, que cafés não deveriam usar louças quebradas e sujas de batom, que casas de doces deveriam proteger seus produtos das moscas, etc. É evidente que um dos objetivos da reportagem é educar o público leitor nas práticas sanitárias corretas e nas consequências do descumprimento das mesmas. Possivelmente, a população na época não estava familiarizada com essas diretrizes e não via problema que esses estabelecimentos funcionassem da mesma

124. URGE Maior Fiscalização na Indústria dos Pastéis. **Diário do Paraná**. Curitiba, p. 12. 1º de maio 1955. Ano I, n. 27.

125. ESTÃO Envenenando a População, Restaurantes e Bares Imundos. **Diário do Paraná**. Curitiba, p. 12. 29 de out. 1955. Ano I, n. 179.

126. REGIME Sanitário de Epoca de Guerra Impera de há Muito em Nossa Capital. **Diário do Paraná**. Curitiba, p. 9. 14 de out. 1957. Ano III, n. 687.

maneira que cozinhas domésticas<sup>127</sup> - logo, a instrução que a imprensa veiculava era necessária para que os próprios fregueses pudessem fiscalizar e cobrar por si mesmos a conduta correta dos negócios.

Esta mesma notícia, comparada às anteriormente mencionadas, atribui outro nível de responsabilidade às autoridades sanitárias, ao afirmar que a negligência destas acabou por motivar mesmo nos comerciantes honestos os problemas de higiene, que “pela tradicional complacência das autoridades sanitárias (que ninguém sabe por onde andam), passaram a ser tolerados de tal forma que a irregularidade ingressou nos hábitos do comércio responsável”<sup>128</sup>. Assim, se considera que até o comerciante bem intencionado tinha dificuldades em seguir as normativas sanitárias sem o amparo de um departamento público responsável por orientar e, quando necessário, penalizar os estabelecimentos. As infrações ainda são atribuídas, em parte, à imoralidade, mas também à falta de conhecimento e ao desamparo público – seriam o resultado de “incompreensão, ignorância, aventureirismo (o dinheiro fácil em negócios que primam pelo desrespeito à saúde dos fregueses) e do desprezo que se volta ao povo”<sup>129</sup>. As pastelarias, mais uma vez, são apontadas como o caso mais grave, “o fim absoluto em matéria de displicência sanitária”.

Embora todas estas reportagens endereçassem as ocorrências de desrespeito aos direitos do consumidor cometidos pelas pastelarias, estas não atribuíram um significado étnico ou racial às infrações – indivíduos amarelos não são mencionados nestas. É pontuado de maneira habitual que esses estabelecimentos eram os que mais aventavam preocupações a respeito da segurança sanitária, o que não é muito surpreendente, considerando que eram negócios de baixo investimento, que fabricavam, fritavam e vendiam os pastéis em um único espaço, muitas vezes pequeno e mal equipado. Quando os jornais passaram a publicar listas dos estabelecimentos inspecionados pelos comandos sanitários e que haviam sido multados ou fechados, não raro há pastelarias registradas em nomes que não indicam ascendência chinesa ou japonesa<sup>130</sup>. De fato, nada leva a crer que o comércio de pastéis tenha sido, em algum momento, exclusividade destes grupos. Ainda que certos saber-fazer ligados ao comércio e à comida de rua, e mesmo técnicas de cozinha, adquiridos na terra natal auxiliassem estes

127. É de se considerar também que mesmo as cozinhas domésticas da época eram mantidas sob critérios de higiene muito distintos dos dias atuais. A disseminação de práticas higienistas, formuladas por médicos sanitários, também tinha em seu escopo as donas de casa. A indústria dos produtos de limpeza ainda um cumpriu papel nesse movimento.

128. *Ibidem*.

129. *Ibidem*.

130. A exemplo: COMANDOS Sanitarios Fecharam o Instituto de Beleza Esther. **Diário do Paraná**. Curitiba, p. 5. 16 de jan. 1959. Ano IV, n. 1151.

imigrantes a se estabelecer no ramo, como relatado nas entrevistas, o “ofício de pasteleiro” era aprendido no Brasil.

Entretanto, como exploramos no capítulo anterior, em especial ao longo da década de 1960 e 1970 foram várias as publicações na imprensa, entre notícias e seções de humor, que de maneira recorrente representavam amarelos que trabalhavam no ramo das pastelarias como indivíduos traiçoeiros, sem escrúpulos para sabotar o cliente brasileiro seja nos preços, no recheio do pastel ou na falta de higiene. A própria anedota do “pastel de *flango*” e a forma como é constantemente evocada mostra como essa imagem foi reproduzida até se consolidar na mentalidade dos grandes centros urbanos brasileiros. Desde 1958 até os dias de hoje, há, na região central de Curitiba, um estabelecimento chamado Pastelaria Brasileira, que além do nome, ainda reforça a sua brasilidade com bandeiras nacionais ao fundo do painel que expõe seu cardápio. Sem precisar de mais referências, apenas o nome da lanchonete já indica que haveria outras pastelarias que não são “brasileiras”, e que o fato de esta sê-lo lhe confere algo positivo que aquelas não têm – talvez qualidade ou confiabilidade<sup>131</sup>. De forma análoga ao caso dos imigrantes libaneses, o encontro da revolta diante das infrações ao direito do consumidor com a memória de representações raciais sobre os povos asiáticos elegeu os chineses, os japoneses e seus descendentes como os rostos desses problemas.

Outro paralelo que podemos traçar é com as manifestações dos abolicionistas contra a vinda de trabalhadores chineses na virada do século, discutida anteriormente. Não era uma inverdade que a importação desses trabalhadores seria, na prática, uma forma de dar continuidade do trabalho escravo no Brasil; da mesma maneira que não era uma inverdade que pastelarias e outros estabelecimentos faltassem com as normas sanitárias e assim colocassem em risco a saúde dos clientes, e que comerciantes possivelmente se valessem dos aumentos de preços. As manifestações contra essas questões eram, portanto, fundamentadas. Da maneira como foram articuladas, entretanto, passaram a adquirir contornos racializados e misturaram-se com motivações racistas e xenófobas – o amparo em representações raciais destes grupos foi um ponto de apoio conveniente, propiciando apoios enérgicos uma vez que se valia de sentimentos de ojeriza contra asiáticos e de proteção de uma coletividade nacional contra o Outro invasor. Essas apelações acabavam por homogeneizar estes indivíduos, ignorar

---

131. Em 2018, um comerciante cearense estendeu uma faixa em frente a sua loja onde se lia “essa loja é de brasileiro”. Segundo ele, após a “propaganda” suas vendas dobraram em relação ao mesmo mês do ano anterior. As lojas vizinhas são, em sua maioria, de proprietários leste-asiáticos. LOJISTA usa faixa e irrita concorrentes asiáticos. **Agora**. São Paulo, 9 de jan. 2018. Ano 19, n. 6.869.

seus contextos e, por fim, colocar a causa destas adversidades numa essência racializada e no caráter estrangeiro dos asiáticos e seus descendentes.

Essas considerações nos são relevantes por apontarem as possíveis tensões que permeavam as relações entre comerciantes e clientes no cotidiano de trabalho desses sujeitos, e mesmo os relacionamentos estabelecidos em outros espaços. Foi reportado, numa edição de setembro de 1979 do *Diário da Tarde*, um confronto entre um cliente e um dono de lanchonete chinês pontuado por ofensas à nacionalidade do último. O freguês em questão, aparentemente embriagado, entrou na lanchonete e fez um pedido. Em seguida, “reclamou do alto barulho que um liquidificador estava fazendo e aproveitou para fazer piadinhas sobre a nacionalidade de Wong”<sup>132</sup>. O chinês então expulsou o indivíduo do estabelecimento, além de dar-lhe umas “cacetadas”. Mais tarde, o mesmo homem retornou ao local, voltou a desacatar o comerciante e, enquanto este vinha em sua direção, matou-o com duas facadas.

### 3.1 “NÃO PODE DAR ERRADO”: INFÂNCIA E TRABALHO

Nas pastelarias, o trabalho era realizado, primordialmente, pela família proprietária. Os entrevistados contam que eles e seus irmãos começavam a trabalhar por volta dos 7 ou 8 anos – alguns apresentaram certa dificuldade em apontar esta idade, já que gradualmente iam de acompanhar os pais e realizar tarefas mais simples (como avisar aos pais o momento de fervura do leite) a exercer funções de maior responsabilidade (como reabastecer geladeiras, operar o caixa, limpar o chão e até operar a máquina de pastel ou cozinhar). À medida que a família tinha mais condições, a tendência era que as crianças fossem poupadas do trabalho (exercendo-o apenas nas férias escolares, por exemplo) e a participação de chineses contratados ou de funcionários brasileiros fosse mais significativa.

A divisão de trabalho também se dava a partir das relações de gênero, ao menos entre os pais. Numa reprodução do ambiente doméstico, alguns relataram que as mães tinham menos contato com o público, tendo menos domínio do português<sup>133</sup> - o que podemos presumir era tanto o motivo para não atenderem fregueses quanto algo que decorria de exercerem funções de menos contato. Em algumas entrevistas, também foi mencionado que a

132. MORTO por camelô, o chinês que era conhecido por brutalidades. *Diário da Tarde*. Curitiba, p. 4. 17 de set. 1979. Ano 80, n. 23.012. O título da matéria faz menção ao fato de que o homem em questão era conhecido e “respeitado” por “espantar malandros”. O texto é acompanhado de uma foto que o mostra correndo atrás de um “maloqueiro” com uma ripa de maneira na mão.

133. Como comentado anteriormente, os homens costumavam vir ao Brasil anos antes de suas esposas, de maneira que tinham mais tempo, mais oportunidades e mais urgência para adquirir fluência na língua.

mãe assumia a maior parte das responsabilidades, enquanto o pai não estava sempre presente. Lucilina conta que a soma da carga de trabalho na pastelaria com as muitas gravidezes consecutivas contribuiu para o falecimento precoce da mãe:

E minha mãe batalhou bastante. Junto com meu pai. Só que ela que trabalhava, que tocava tudo. Ele ajudava, mas não era tão, assim, dedicado como ela. Ela ganhava os nenéns e três dias depois tava no balcão trabalhando. E lutando, minha avó com as crianças em casa, ela às vezes levava os menorzinho que mamava para trabalhar, saía de casa às 4h da manhã para trabalhar. Isso foi uma das coisas que acho que apressou a morte dela. E ela tinha bronquite, igual teu pai. E ela ganhava neném e saía no sereno, na época não tinha nem carro, era de bicicleta. Ele colocava ela na frente dele, e descia do Cabral até o Mercado Municipal de bicicleta<sup>134</sup>, às vezes no meio da chuva, tudo.<sup>135</sup>

Esther relata uma dinâmica semelhante em sua família: “A minha vó, a minha avó que cuidava de tudo. Meu avô só ia lá [na pastelaria] só pra dizer que tinha um homem. Meu vô sempre foi meio sossegado demais. Agora quem que corria atrás das coisas da minha vó mesmo”<sup>136</sup>. A mera presença masculina, então, poderia significar mais segurança para a pastelaria e a família. Esther conta sobre um episódio de tentativa de assalto no qual, num sábado (um dia de menor movimento), estavam sozinhas no estabelecimento ela, a madrasta e a irmã. O assaltante chegou a apontar uma arma na cabeça de Esther, que acompanhou a atitude da madrasta e resistiu ao assalto:

E eu fui só no embalo dela [a madrasta], o que ela falava eu fazia, daí ela: “não tem, não tem!” né, daquele jeito que eles falam. “Não tem, não tem”. Daí ele “se você não me der o dinheiro eu vou atirar na cabeça de vocês”. Daí eu não sei daonde que eu tirei isso eu falei: pode começar, pode começar até por mim.<sup>137</sup>

Ainda que os homens sejam narrados como os protagonistas das empreitadas comerciais, o fato de as mulheres estarem mais envolvidas, e mesmo preocupadas, com as pastelarias também lhes conferia conhecimentos e perspectivas de negócios. Como mencionado anteriormente, foi a mãe de Lucilina, Pedro e Milton quem alertou para o marido o fato de que o centro de Curitiba estava crescendo e insistia para que ele saísse em busca de um novo ponto comercial por lá.

Segundo um dos irmãos de Lucilina, seu pai contava que trabalhou muito quando os filhos eram pequenos, com jornadas que chegavam a 18 ou 19 horas por dia. Mas que, à

134. Este percurso é de aproximadamente 4,5 km.

135. Entrevista Lucilina. [jun. 2021].

136. Entrevista Esther. [maio 2022]. Os avós paternos e o pai de Esther eram imigrantes chineses, e sua mãe, brasileira sem ascendência chinesa. Esther estava com 44 anos no momento da entrevista.

137. Entrevista Esther. [maio 2022].

medida que os filhos cresciam e assumiam funções na pastelaria, foi deixando de trabalhar. Quando a esposa faleceu, em 1964, já não trabalhava há cerca de dois anos, passando parte do tempo procurando por outro ponto comercial no Centro, ou, como mencionado em outra entrevista, em “jogatinas”. A entrevista com um de seus filhos no Diário do Paraná<sup>138</sup> conta que o menino era o único responsável pela pastelaria naquele momento, e precisava aguardar a chegada da irmã mais velha para conversar com os repórteres.

Entre os filhos, as tarefas eram por vezes partilhadas a partir de uma hierarquia etária: “é tipo cadeia né, os mais velhos que manda né [risada] sempre assim”<sup>139</sup>. Se os mais velhos tinham autoridade sobre os mais novos, também trabalhavam mais do que eles, uma vez que, à chegada dos primeiros filhos, a família estava em maior vulnerabilidade; enquanto que, durante a infância dos mais novos, estavam mais bem estabelecidos. As crianças e adolescentes se revezavam no caixa, abastecendo as geladeiras com garrafas, passando café, atendendo clientes, limpando o local, e passando a massa na máquina de pastel. O dia começava ao amanhecer, quando preparavam a pastelaria com os pais para o dia – em seguida, alguns iam à escola de manhã, outros de tarde. Como exposto anteriormente, o expediente nesse tipo de comércio ia até tarde da noite.

Quando a família chega a Curitiba e abre um restaurante, Mei Qim conta que ela, aos 12 anos, e o irmão de 15 eram responsáveis pelo atendimento aos frequentadores – ela no balcão, e ele atendendo às mesas. Os pais ficavam na cozinha, e a família não podia arcar com funcionários naquela época: “a gente trabalhava tanto que [risada] de noite do jeito que deitava na cama, amanhecia, de tão cansado”<sup>140</sup>. Cerca de dois anos depois, a família já possuía dois restaurantes, sendo que a cozinha de um ficava sob responsabilidade da mãe, e a cozinha do outro, sob os cuidados dela, aos 14 anos. A entrevistada conta que, nesse período, chegou a estudar em uma escola particular por esta ser mais próxima do restaurante e, assim, poderia frequentar as aulas pela manhã e chegar a tempo de trabalhar no almoço. Ela só almoçaria por volta das três da tarde, quando já não havia mais clientes para atender.

A participação dos filhos no comércio auxiliava os pais não só nas tarefas manuais, mas também cumprindo um papel fundamental na comunicação com clientes, fornecedores, etc. A geração nascida no Brasil via de regra tem melhor domínio do português – embora essa fluência (e também as habilidades sociais necessárias para tais interações) não tenha sido

---

138. Ver página 55.

139. Entrevista Milton. [jul. 2021].

140. Entrevista Mei Qim. [ago. 2021].

adquirida sem adversidades. O trabalho na pastelaria contribuía em igual medida ou até mais do que a escola para desenvolver-se no português, segundo as entrevistadas:

Esse choque de cultura pra criança era terrível. Porque em casa você falava o chinês, e lá na escola você falava o português, né...e mas como eu e o Pedro tínhamos, vamos dizer assim, ajudava meu pai também na pastelaria, então você tinha muito contato com pessoas diferentes né. E você acaba falando a língua natal, vamos dizer assim...então a gente acabava falando as duas, mas mais o português, por causa do contato com os fregueses. Então direto né você chegava já depois da escola, fora a escola, os fregueses direto conversando. (...) Então muitas coisas o meu pai não entendia, às vezes o freguês falava, a gente explicava, “não pai, não é isso, era isso que ele quis dizer, era isso que ele queria”, sabe...porque pra eles [os pais e avós] não sabendo a língua, trabalhar no comércio era, né, não era fácil, até aprender a língua.<sup>141</sup>

Porque era o seguinte, a minha mãe, ela só falava chinês, então isso foi uma vantagem que a gente aprendeu a falar o chinês, né, em função da minha mãe não falar o português. E também, quando a gente tinha contato, minha mãe queria se comunicar, era a gente que traduzia pra ela, então isso fazia com que a gente exercitasse o idioma, né.<sup>142</sup>

O aspecto penoso dessa rotina foi o mais enfatizado pelos entrevistados. Houve também menção às brincadeiras de criança e aventuras da juventude, mas que sempre aconteciam em contexto de fuga da rotina, e não como parte dela: “Era ficar na pastelaria e ir pra escola. Pastelaria e ir pra escola. Às vezes a gente fugia também, pra brincar de carrinho rolimã né. O pai deixava, ele sabia. Mas a infância foi assim”<sup>143</sup>. Se a fuga não era da pastelaria, era da escola: “Então nós ia estudar mas eu gazeava muita aula, daí eu jogava bola. Foi a época que eu comecei a gostar de jogar bola”<sup>144</sup>. As “peraltices” não eram de livres de consequências, sendo por vezes punidas pelos pais ou mesmo professoras e agentes públicos:

---

141. Entrevista Lucilina. [jun. 2021].

142. Entrevista Mei Qim. [ago. 2021].

143. Entrevista Pedro. [jul. 2021].

144. Entrevista Milton. [jul. 2021].

Aí eu e a tia Lucilina fazia arte no Mercado Municipal, porque criança né. Sim porque a gente tinha pastelaria lá, aí tinha as lojas de azeite, perecíveis, e no meio era verdura, frutas. E o que fechava nele era um toldo de pano só. Então que que a gente fazia, criança. As banquinha fechava às seis, e nós que tinha lanchonete lá podia sair às 7h30, aí eu e a Lucilina ia embaixo das banquinha lá e comia tudo que era tipo de fruta. Às vezes dava umas duas três mordidas em uma, duas três mordidas em outra, aquelas peraltice de criança. Essa foi nossa infância no Mercado Municipal, apanhava também. Porque no Mercado Municipal tinha uma delegacia, bem na frente da pastelaria do pai. E tinha o sargento lá que era amigo do pai. E o pai não deixa arregado, falava “pode dar castigo”. E ele fazia a gente ficar ajoelhado 30 segundos no milho, no feijão.

A maneira como os entrevistados percebem o trabalho infantil flui entre uma relação amargurada com as privações na infância, à conformidade de que aquilo era necessário, e uma valorização moral do trabalho naquela etapa ao mesmo tempo em que apontam com frequência a historicidade em suas vidas, ou seja, como a realidade que viveram seria vista de outra forma pela sociedade atual. Eles reconhecem como certos trabalhos eram totalmente inadequados para crianças – as caixas que usavam para alcançar o caixa ou a máquina de pastel facilmente quebravam, e eles com frequência se cortavam com garrafas quebradas ao abastecer as geladeiras e a rotina de trabalho era extenuante. São empregadas expressões como “era puxado”, “infância interrompida”, “trabalho duro” e “ter de amadurecer rápido” para descrever o período.

A resignação, por vezes, também dá o tom destas narrativas sobre a infância. A explicação de que o trabalho infantil foi necessário, não opcional à família, aparece em algumas das entrevistas. “Eu lembro, acho que tinha seis anos, sete anos, eu nem alcançava o caixa. O Pedro também, o pai fazia a gente trabalhar direto. Trabalho infantil né [risada]. *Tinha que ajudar mesmo né*”<sup>145</sup>. A indispensabilidade do trabalho infantil, entretanto, não é universal às narrativas – ainda que nenhum dos entrevistados tenha condenado ou repreendido a atitude dos pais, há variações na forma como esta é percebida. Enquanto há quem veja o trabalho na infância como algo inevitável, e até mesmo engrandecedor e espontâneo por parte das crianças, há também os que carregam certo ressentimento no narrar, não querendo se prolongar em mais elaborações para além das descrições.

O fato de que, na época, os entrevistados não viam problema naquela rotina, e, por vezes, até encontravam formas de se divertir, também é trazido de maneira a atenuar as

---

145. Entrevista Lucilina, grifo nosso. [jun. 2021].

adversidades: “A gente vivia se cortando [com garrafas quebradas], mas...trabalho era duro, mas valia...sei lá, a gente gostava né”<sup>146</sup>.

E na minha cabeça, isso era uma coisa assim, normal, trabalhar muito. Era normal, entende. A gente não tinha assim muito divertimento, como a gente vê que as famílias ocidentais proporcionam né, para sua família. Então a nossa vida aqui era uma vida simples, a gente trabalhava bastante, e foi nesse meio que a gente foi formando a nossa rotina. Tipo você, pra você poder descansar, você tem que ter uma certa situação financeira razoável, né. Enquanto você não alcançar essa segurança, não tem como você descansar.<sup>147</sup>

Na leitura de Mei Qim, o trabalho familiar mantinha a família unida, e imbuía os filhos de propósito e autoestima. Ela rememora se sentir responsável por e merecedora da tal segurança financeira conquistada pouco a pouco por eles, não atribuindo à relação pais e filhos um antagonismo, pelo contrário. Sem deixar de mencionar os sacrifícios, a entrevistada atribui à experiência o desenvolvimento apenas de aspectos positivos da sua personalidade, como a tenacidade e a perseverança:

E era uma coisa pra nós muito natural, às vezes as pessoas dizem “nossa, serviço escravo, você tá abusando da criança”, entende. Só que assim, você tá imbuído com aquele propósito de alcançar uma segurança financeira. Então, você se sente tomado né, dessa vontade de participar, entende. Porque o meu pai, ele agia diferente com a gente. Em tudo que ele fazia, ele participava, ele dividia com a gente, né. Então se a gente conseguia conquistar algo, ele participava, ele dizia “olha você também foi responsável por esse resultado”, sabe? Então era uma coisa assim bastante, como que eu vou dizer, a gente se sentia importante. Porque você sabia que aquele resultado que chegou no final, você fazia parte. (...) E isso mantinha a família unida, sabe. Ao contrário do que alguns pais escondem dos filhos a situação, o meu pai não, ele sempre deixava a gente a par do que estava acontecendo. Então era uma infância interrompida, a gente teve que amadurecer muito cedo, sabe. E isso, de certa forma, me ajudou a me tornar uma pessoa mais forte. Aonde você acha que você tem condições de chegar em qualquer objetivo que você se propõe, né. Porque ele ensinou essa garra.<sup>148</sup>

Mei Qim tem a compreensão de que essa relação com o trabalho era, em parte, algo que a própria condição de imigrante exigia. A percepção era de que não havia espaço para o fracasso ou a desistência para a família deslocada – já que não teriam a quem pedir ajuda e nem outras formas de sobrevivência às quais recorrer, não havia outra saída senão voltar todos os esforços possíveis para manter-se pelo comércio:

146. Entrevista Pedro. [jul. 2021].

147. Entrevista Mei Qim. [ago. 2021].

148. Entrevista Mei Qim. [ago. 2021].

Tipo assim, uma coisa que eu tenho muito clara na minha lembrança, é que quando o chinês, principalmente, que é o que eu conheço, sai de seu país, ele chega no outro país, não tem chance de errar. Não pode dar errado. Porque não tem como se manter, né, não tá no seu país de origem, então não pode dar errado. Daí é abaixar a cabeça e trabalhar mesmo.

Como pode-se perceber em alguns dos trechos apresentados até aqui, quando os entrevistados olham as suas próprias experiências de trabalho infantil por meio da perspectiva do tempo presente (ou seja, de que esta seria uma infração dos direitos da criança<sup>149</sup>), essa interpretação vem acompanhada de risadas, estranhamento ou até mesmo indignação. Eles percebem claramente a historicidade do trabalho infantil, a transformação da opinião pública a respeito nas décadas que se passaram. Essa mudança de paradigma, entretanto, não se dá, ou se dá de maneira contraditória, na interpretação dos entrevistados sobre suas histórias de vida.

Aí eu me lembro ainda que eu era criança, começou a lavar banheiro, lavar chão essas coisas tudo, aí a gente escutava os cliente adulto falar com o pai “que maravilha né, as crianças trabalhando ali”. Hoje é o contrário né, hoje já é até pecado falar né, chega lá abuso infantil né.<sup>150</sup>

Alguns ainda demonstram perceber que sua perspectiva mudou quando se tornaram adultos e tiveram seus próprios filhos, o que os permitiu se aproximar da posição dos pais e compreender suas posturas na época:

Talvez essa infância tipo muito regrada, sabe? Então assim, até não julgo muito, né? Hoje até penso um pouco assim, eu sei que não é fácil cuidar de quatro criança, ficar trabalhando e tudo, né? E não ter a mãe do lado, né? Então foi uma infância meio puxada, e aquela educação oriental. Bem rígida mesmo. Porque assim tem que cumprimentar quando tem uma pessoa né, mais velha. Não mexer aquilo, não pode fazer aquilo. Mas assim, eu graças a Deus eu to bem aqui né, graças a Deus não mexi com coisa errada também, nós quatro pelo menos né. Estamos aí, estamos vivo aí, né?<sup>151</sup>

À medida que os negócios da família prosperavam, parte do trabalho passava a ser feito por outros chineses, às vezes parentes em algum grau, ou por funcionários brasileiros – estes, contratados de carteira assinada como manda a legislação, como uma entrevistada se preocupou em mencionar. Os chineses, que seriam “tanto parente como alguém que ele [o empregador] traz”<sup>152</sup> trabalhavam em um acordo distinto: estes trabalhavam na pastelaria com

149. Ainda que não possamos dizer que esta é uma opinião tão amplamente disseminada na sociedade brasileira corrente – sendo algumas das declarações dos entrevistados prova de que essa concepção encontra ainda muita hesitação e mesmo reacionarismo - a legislação e o discurso de veículos oficiais conferem ao trabalho infantil um caráter de ilegalidade, quando não de imoralidade.

150. Entrevista Pedro. [jul. 2021].

151. Entrevista Esther. [maio 2022].

152. Entrevista Milton. [jul. 2021].

direito a “casa e comida”, e recebiam um valor em dólar (o entrevistado recorda que um deles, na época, recebia 300 dólares ao mês, mas não sabe dizer se todos recebiam a mesma quantia). Após alguns anos nessa condição, o indivíduo teria aprendido o português e outras habilidades necessárias para o negócio, além de ter guardado certa quantia, e poderia abrir a sua própria lanchonete<sup>153</sup>. Caso essa quantia não fosse suficiente, ele poderia ainda recorrer aos patrícios, que o apoiariam por meio de um consórcio.

### 3.2 A COMUNIDADE: REDES DE AJUDA MÚTUA E ESPAÇOS DE SOCIABILIDADE

Vários dos entrevistados usaram a palavra patrício para se referir ao patriarca, o homem mais velho, de outra família chinesa estabelecida na cidade. Fica subentendido, também, que o patrício teria alguma propriedade, já seria dono de uma ou mais pastelarias ou restaurantes, por exemplo – até porque, como demonstrado nas histórias das famílias dos entrevistados, o homem só traria sua esposa, filhos e demais familiares após estar minimamente estabelecido no Brasil. Em menor frequência, as palavras cacique e patriarca são usadas como sinônimo de patrício – é presumível que sejam três traduções possíveis do mesmo termo na língua original. Diferente destas, entretanto, a palavra patrício carrega dois significados: compatriota e de um homem de posses. Ainda, os imigrantes árabes se referiam uns aos outros como patrícios, sinalizando não apenas a conterraneidade, mas as redes migratórias cujo apoio era fundamental nas imigrações não subsidiadas pelos Estados (TRUZZI, 2019) – de maneira que os chineses podem ter aprendido com os sírios e libaneses como nomear no português esse tipo de vínculo. Aparentemente, estes patrícios formavam uma categoria especial, amparada no conceito de antiguidade como imigrante. A definição de patrício é melhor compreendida quando alocada no funcionamento dos consórcios.

Compostos pelos patrícios, os consórcios eram associações de ajuda mútua da comunidade de chineses. Todos os envolvidos contribuía com o mesmo valor mensalmente, e o montante mensal era entregue para um deles – que poderia ser um recém-chegado, alguém que “estivesse precisando” (em apuros ou querendo ampliar seus negócios) ou era sorteado. Havia vários consórcios operando ao mesmo tempo:

---

153. Essa explicação coincide com a trajetória dos pais ou avôs dos entrevistados, que vieram sozinhos ao Brasil e de início trabalhavam em estabelecimentos de outros chineses.

Daí que acontecia, esses dez chineses reunia e fazia um consórcio. Consórcio ele apresentava “ó meu sobrinho quer abrir uma lanchonete, etc, meu parente quer abrir uma lanchonete, assim assado, precisa de tantos mil dólares”. Daí dividia nesses dez, doze chinês, quem podia ajudar. (...) Tinha vários consórcio desses né, várias famílias, então esse mês a partir de tal ano você paga um primeiro. Esse mês sorteia um consórcio, é consórcio que nem o nosso daqui, sorteia um chinês, e você devolve esse dinheiro pra ele. Não tem juro, não tem nada, mas é em dólar, não pagava juro mas pagava a correção do dólar.<sup>154</sup>

E nessa época, eu lembro que como meu pai tinha vindo de São Paulo pra cá, os patrícios eles fizeram uma ajuda, eles sempre ajudavam, eles faziam tipo um consórcio de dinheiro né, para ajudar a pessoa que tá chegando a se estabelecer. Então isso aí era muito comum, né. Hoje não sei se fazem, mas na época fazia. E eram poucos chineses que tinha, a comunidade era uma comunidade menor, porém ela era muito unida, sabe. Então isso era bom. Aí em pouco tempo, o meu pai abriu outro restaurante.<sup>155</sup>

Milton fala várias vezes nos dez ou doze chineses que havia em Curitiba “na época” – um período não balizado mais especificamente, presumivelmente os anos da sua infância e juventude, ou seja, entre as décadas de 1960 e 1970. Estes chineses seriam os patrícios participantes dos consórcios, logo, seriam dez ou doze representantes de famílias estendidas. Como descrito no trecho, não havia juros, ou estes se resumiam à correção do valor do dólar. O participante que retirava o montante retribuía o empréstimo oferecendo um grande jantar para os outros patrícios e todos os membros de suas famílias, o que resultava numa reunião volumosa em participantes e comida. Quando indagados sobre datas especiais e espaços de sociabilidade em que conviviam com outras famílias chinesas, alguns mencionaram os jantares de consórcio como as principais reuniões da comunidade, junto de aniversários dos mais velhos e casamentos.

É pertinente notar que os entrevistados homens foram os que entraram nos pormenores de como os consórcios funcionavam. As mulheres, por outro lado, sabiam da existência destes mas não se prolongavam em explicá-los, isso quando os mencionavam – que pode reafirmar o caráter quase que exclusivamente masculino dessas associações. Os laços afetivos entre os patrícios, entretanto, foi observado por uma entrevistada:

---

154. Entrevista Milton. [jul. 2021].

155. Entrevista Mei Qim. [ago. 2021].

Meu pai tinha um relacionamento muito grande com os patrícios, né. Então eles eram como se fosse irmãos. E nós mais jovens, a gente não tinha muito relacionamento com os mais jovens. Os meus relacionamentos com os mais jovens era com os meus primos, né, e como eu casei muito cedo, a família do meu pai era uma família muito numerosa e daí o meu relacionamento foi mais da família do meu ex-marido, e dos meus primos, né. Mas assim, filhos dos patrícios, a gente não tinha muito contato não.<sup>156</sup>

Portanto, apesar da grande amizade entre os patrícios, esses vínculos pouco se renovaram entre seus filhos (talvez apenas com exceção dos casamentos, arranjados ou não, entre estes), o que parece ter minguado as associações de ajuda mútua que tomavam forma nos consórcios. Escolhas profissionais distintas do comércio<sup>157</sup>, e maior estabilidade dos que continuaram no ramo talvez tenham sanado a demanda por formas associativas na segunda geração. Os consórcios são narrados pelos entrevistados a partir da ótica de seus pais e localizados no passado, ainda que não saibam dizer se os consórcios ainda existem ou não. É possível que as próximas ondas de imigração se somassem a algumas destas formas associativas – em especial, os sino-moçambicanos, ou chineses da Beira<sup>158</sup>.

O processo de independência de Moçambique, concluído em 1977, levou muito da comunidade chinesa ali estabelecida a deixar o país – como as famílias dos entrevistados, os chineses beirenses que vieram para Curitiba eram, em sua maioria, originários de Guangdong. No início da década de 1950, já formavam em Moçambique uma comunidade em crescimento e bastante ativa, com clubes e associações. Como explorado por Lorenzo Macagno (2012), durante o período da colonização, alguns destes desenvolveram relações de simpatia com a administração portuguesa, de maneira que se tornaram presença indesejada sob governo da FRELIMO<sup>159</sup>. Segundo o autor, essa dispersão não se tratou de uma “expulsão deliberada”, mas se deu de maneira gradual, começando entre 1973 e 1974 e se acentuou após a independência. Isso permitiu que alguns desses deslocamentos fossem articulados com antecedência, a partir de contatos e redes em outros países. O principal destino foi o Brasil, onde, além de haver contatos, havia ainda certa disposição para recepção por parte do governo de Ernesto Geisel. Dos que vieram para o país, a maioria se estabeleceu em Curitiba, onde há, hoje, aproximadamente 100 famílias sino-moçambicanas (MACAGNO, 2012, p. 191). Em

156. Entrevista Mei Qim. [ago. 2021].

157. Comentários nas entrevistas deram a entender que muitos negócios de chineses da época não tiveram continuidade porque os filhos dos donos preferiram outros caminhos. Dos entrevistados, Pedro e Milton seguiram trabalhando com pequenos comércios, enquanto os demais buscaram formação superior e atuam ou atuaram em outras áreas, como profissionais qualificados. Sérgio se encaixa nos dois grupos: atua como advogado e é dono de um restaurante *buffet*.

158. Capital de Moçambique.

159. Frente de Libertação de Moçambique.

1989, estes fundaram a Associação Cultural Chinesa do Paraná, possivelmente em decorrência da tradição associativista que desenvolviam em Moçambique. Talvez por essa consciência de grupo distinta, Sérgio, entrevistado cuja família é parte desta onda de imigração, consegue elaborar uma narrativa com mais conteúdo e certeza sobre a trajetória da sua família, em comparação aos demais entrevistados<sup>160</sup>.

O pai de Sérgio tinha um armazém na Beira, e de fato ele chegou a frequentar escolas chinesas, as quais não conseguiu acompanhar pois nestas, sendo mantidas por taiwaneses<sup>161</sup>, falava-se o mandarim, enquanto ele, em casa, falava cantonês. Em consonância com Macagno (2012), ele não relata o processo de independência como uma expulsão de fato: “Daí teve uns 6 meses que foi avisado. Falou olha, dia 25/06/75 o país vai ser entregue aos nativos. Tá? Quem não tiver interesse em ficar, pode ir embora antes. Mas a partir do dia 25/06/75 será dada a independência ao povo moçambicano tá, então”<sup>162</sup>. É neste momento que muitas das famílias chinesas deixam o país, em especial as que “não tinham raízes” ali, o que não era o caso da família de Sérgio: “Meu pai falou então tudo que a gente trabalhou, que viveu aqui, está investido aqui, vamos ver o que vai acontecer. Enquanto isso, não deu problema nenhum e a gente ficou, não tinha expectativa nenhuma, nenhuma de sair”<sup>163</sup>. Seu pai não conseguiu vender o patrimônio que havia acumulado (algo como três prédios), devido às incertezas quanto ao futuro de Moçambique, de modo que a família conseguiu manter um apartamento por pessoa, e os demais foram estatizados. Ainda como decisão do novo governo, como tinha carro, o pai de Sérgio deveria dirigir trabalhadores de e para o campo, além de trazer os produtos. Até este momento, porém, Sérgio relata que seu pai considerava a situação tolerável e seguia sem intenções de deixar o país, até que a precariedade e instabilidade da conjuntura chegaram a novos patamares:

---

160. É de se considerar, também, que boa parte desses eventos aconteceram quando Sérgio já era nascido, de modo que além de ouvir sobre, ele mesmo os presenciou, ainda que como criança. Porém, mesmo em relação ao que os outros entrevistados presenciaram em suas infâncias, a narrativa de Sérgio é mais “completa”, repleta de explicações e análises.

161. Segundo o entrevistado, as rivalidades políticas entre taiwaneses e chineses do continente não era um problema para esse integração: “Já havia uma comunidade formada de chineses, mas oriundos de Taiwan. E...apesar de politicamente haver uma rivalidade entre a China comunista e a China nacionalista, que eles chamam lá, os chineses em si não tinham isso aí porque tem muita identidade entre seus povos, muita identidade.” (Entrevista Sérgio)

162. Entrevista Sérgio. [fev. 2022].

163. Entrevista Sérgio. [fev. 2022].

Aí meu pai foi tolerando, foi tolerando, tá. Seria a tua parte da contribuição para a sociedade, né? Você levar, trazer, essa comunidade e tal. E nisso o pessoal começou a invadir os apartamentos. Era tudo elétrico, era tudo a gás, só que eles achavam que era só entrar, chegar e morar. Aí de repente perceberam que tinha que pagar energia, que tinha que pagar o gás. Como não tinha essas condições, começaram a acender vela e desmontar o taco para fazer lenha para cozinhar.<sup>164</sup>

A desorganização que tomava o sistema escolar e o início dos conflitos entre “clãs nativos” são colocados como os motivos principais para que a mãe de Sérgio, junto dele e os irmãos, se mudassem para Portugal, cerca de um ano após a independência, onde poderiam continuar seus estudos e se manter em segurança. O pai de Sérgio ainda insistiu em se manter em Moçambique, até o dia em que um morteiro caiu perto de sua casa e ele constatou que sua vida corria perigo: “E nessa parte, nesse momento, já acabou as regras. Pacto de Varsóvia, já não valia mais nada e Convenção de Versalhes não valia mais nada, então eles começaram a se matar entre si”<sup>165</sup>. Foram necessárias algumas tentativas para conseguir sair de Moçambique – foi necessário ir de carro até a África do Sul, e de lá voar até Portugal, onde as perspectivas também eram muito baixas, com a chegada de contingentes massivos vindos das recém independentes ex-colônias portuguesas na África. O pai de Sérgio então vem para Curitiba, para onde seus irmãos tinham se retirado ao início do processo de independência de Moçambique. Cerca de três anos depois, a esposa e os filhos se juntaram a ele.

Há elementos que aproximam e que afastam os chineses da Beira dos sujeitos da presente pesquisa. É de supor que a escolha por Curitiba se deu, ao menos em parte, por relações articuladas com outros chineses de Guangdong estabelecidos na cidade. Possivelmente, portanto, estes dois grupos chegaram a mesclar-se, ao menos parcialmente – havia uma língua e uma tradição mais ou menos em comum, e relacionamentos que possibilitassem esses encontros. Os entrevistados, entretanto, mesmo quando escolhem ressaltar as semelhanças entre os dois grupos, ainda veem os sino-moçambicanos como “outra tribo”. Sérgio mencionou ter mais contato com os chineses de imigração mais recente do que com os mais antigos, apesar de também os conhecê-los.

Um dos entrevistados afirma que os chineses de Moçambique são “de tradição quase igual à nossa”, que “são mais amistosos, ajudam mais um ao outro” - diferente dos chineses provenientes de outras regiões e que, para o entrevistado, tem chegado em maior número a partir da década de 1990, com quem não há qualquer contato, uma vez que falam apenas o

164. Entrevista Sérgio. [fev. 2022].

165. Entrevista Sérgio. [fev. 2022].

mandarim<sup>166</sup>, além de não estarem interessados em estabelecer relações: “eles também é só entre eles”. Outro entrevistado divide claramente os chineses em dois tipos: os “da China mesmo”, “chinês-chinês” (quase todos parentes dos dez ou doze chineses dos consórcios, e “trazidos” por eles) e os “chineses africanos”. Para esse segundo entrevistado, a chegada desses “chineses de fora” (segundo ele, em meados de 1980) acabou por saturar o mercado das pastelarias e restaurantes – ele chega mesmo a indicar que os sino-moçambicanos teriam intenções de falir os chineses já estabelecidos, ofertando os mesmos produtos a preços mais baixos. Esse mesmo entrevistado, curiosamente, demonstra certa frustração ao dizer que a Associação (fundada pelos chineses da Beira) está abandonada.

Em relação aos chineses provenientes de outras regiões da China, ou de Taiwan, as diferenças são mais explícitas. Para além da diferença da língua – os entrevistados não falam mandarim e este lhes é completamente incompreensível – parece haver também uma sensação de subalternidade ou distinção regional em relação aos chineses falantes de mandarim e taiwaneses. Eles identificaram sua língua materna como “chinês caipira”, “chinês do mato” ou mesmo “o chinês caipira né, não é chinês” – diferenciando-a do mandarim ao mesmo tempo em que demonstrar ver na língua oficial um prestígio que falta à materna. O antropólogo Marcelo da Silva Araújo, em sua pesquisa a respeito das igrejas evangélicas chinesas no Rio de Janeiro verificou que entre os taiwaneses há uma frequente desvalorização dos cantoneses, associando-os ao atraso, definindo-os como “caipiras” ou comparando-os aos nordestinos no Rio de Janeiro (ARAÚJO, 2014). Balizados principalmente pela língua falada, estes dois grupos formam círculos sociais distintos. Há, por exemplo, uma igreja evangélica “cantonesa” apenas.

É recorrente nas entrevistas a percepção de dois momentos distintos na comunidade chinesa em Curitiba: um primeiro no qual esta era pequena, porém unida, e um segundo no qual se torna maior, mas fragmentada. É possível que essa temporalização tenha algo a dizer sobre a própria trajetória de vida dos entrevistados, sem deixar de ser uma análise cabível da dinâmica dos grupos. À medida que cresceram e se afastaram dos pais, conseqüentemente também se afastaram da comunidade e suas formas associativas. Pedro atribui a fragmentação às diferenças culturais entre as “ondas” de imigração: “Antigamente é que a comunidade era menor, pessoal ajudava mais um ao outro. Hoje a comunidade é grande, mas é que, é diferente, tribos diferentes”. Diversas vezes os entrevistados constatam essa desunião com

---

166. Provavelmente emigrados de Taiwan ou da China continental.

pesar, com ressentimento de algo que se perdeu, ou de um desamparo, senão material, simbólico.

Na categorização elaborada por Charles Tilly (TRUZZI, 2008), esta imigração possui as características da migração em cadeia, na qual indivíduos decidem se deslocar a partir de arranjos e informações providos por familiares e conterrâneos já estabelecidos, muitas vezes com recursos fornecidos ou facilitados por estes. É recorrente nesta classificação que a migração se direcione a destinos mais distantes e seja realizada em família, ou em família defasada, isto é, quando um indivíduo se desloca com intenções de reunir a família na sociedade receptora quando possível. Um indivíduo que migra de maneira totalmente isolada, ou seja, sem estar alocado numa rede, é uma ocorrência muito rara – Oswaldo Truzzi (2008) argumenta que a compreensão do papel das redes para compreender fenômenos migratórios é fundamental, e debate o uso do conceito em seu artigo.

Douglas Massey define as redes migratórias como “complexos de laços interpessoais que ligam migrantes, migrantes anteriores e não-migrantes nas áreas de origem e de destino, por meio de vínculos de parentesco, amizade e conterraneidade” (1988, citado por TRUZZI, 2008). A definição de Kelly ainda dá ênfase às funções sociais de redes, que por envolverem indivíduos em contato recorrente, “são formações complexas que canalizam, filtram e interpretam informações, articulando significados, alocando recursos e controlando comportamentos” (1995, citado por TRUZZI, 2008). Esse enfoque nos é especialmente pertinente por permitir compreender não só a dinâmica econômica dos deslocamentos, mas também como as redes migratórias transmitem e articulam memórias, narrativas e processos de identificação.

Esta e outras definições, entretanto, podem ser amplas a ponto de contemplar diversos tipos de migrações. Para melhor precisar o mecanismo da migração em cadeia, Fernando Devoto sugere que este se diferencia, necessariamente,

[...] de pelo menos outros três tipos: a) emigração por meio de mecanismos de assistência impessoais; b) emigração por meio de mecanismos semi-espontâneos, em que o processo começa incentivado por informações de parentes e de conterrâneos, ou “públicas”, mas o movimento é produto de iniciativas e de recursos de um indivíduo ou de uma família isoladamente; c) emigração por intermédio de *padroni* ou de outros sistemas mais difusos de mediação e clientelismo, nos quais a gestão do processo está em mãos de intermediários externos à cadeia (DEVOTO, 1988 citado por TRUZZI, 2008).

A imigração que estudamos aqui parece se diferenciar dos três casos, configurando-se como cadeia migratória. Não há mecanismos de assistência impessoais tais como subsídios

estatais ou agências; pelos relatos, não havia famílias ou indivíduos isolados no processo<sup>167</sup>; e, também a partir do conteúdo das entrevistas, os agentes que mediavam ou patrocinavam os deslocamentos eram eles mesmos integrantes da cadeia. A análise por redes permite compreender porque são certos grupos que se deslocam para certas regiões, e porque os fluxos migratórios têm continuidade mesmo quando as situações que motivaram os primeiros deslocamentos já não existem mais. Truzzi explica que as redes migratórias muitas vezes se tornam “auto-alimentadoras”, uma vez que cada novo migrante reduz o custo dos que chegarão na sequência. O olhar com enfoque nas redes migratórias, portanto, explica, ao menos em parte, a escolha do Brasil e, mais tarde, de Curitiba como destino dessas famílias – bem como dos fluxos seguintes, como os sino-moçambicanos.

Ainda, o olhar para a comunidade imigrante, para a Giralda Seyferth (2005), também é peça fundamental para compreender a identidade coletiva desses grupos, a partir de uma perspectiva que privilegia a relação entre cultura e identidade. Esta reflexão torna relevante pensar a ausência de associações culturais no grupo pesquisado e o que isso significa para as condições de conformação de uma identidade, ou mesmo de uma narrativa comum – as associações são, afinal, instituições que operam para a manutenção e reprodução daquela cultura. Em seu estudo a partir das colônias alemãs no sul do Brasil, Seyferth (2005, p. 6) concorda, em parte, com a crítica a Fredrik Barth, de que este se apoiaria demasiadamente na autoidentificação para definir etnicidade, e concorda com Richard Jenkins, que se preocupa mais com a categorização social, de modo que etnicidade se refira à diferenciação cultural. A autora se refere ainda a A. P. Cohen, quando este afirma o protagonismo da cultura local e diz que, mesmo diluídas as fronteiras estruturais, “a realidade da comunidade tem maior expressão na percepção dos seus membros acerca da vitalidade da sua cultura”, e que esta é “recurso e repositório de símbolos identitários” (ibidem, p. 7).

A consciência de comunidade, vinculada a um *habitus* e numa crença numa origem comum, portanto, é, então, produzida pela comunidade étnica. Seyferth coloca, porém, que estas noções de grupo ou comunidade “sinalizam o processo dialético de definição interna e externa marcado pela singularidade cultural” (ibidem). Entre os descendentes de alemães, a ideia de comunidade que marcou as primeiras gerações, que viviam relativamente isoladas, apesar de não existir mais, existe na “norma simbólica para marcar o passado comum que distingue os descendentes de imigrantes dos brasileiros” (SEYFERTH, 2005, p. 22), que, por

---

167. Mesmo o “pioneiro” em Curitiba havia trabalhado para outros chineses no Rio de Janeiro e em São Paulo, antes de chegar ao Paraná.

sua vez, é central para as atualizações em curso desta identidade cultural. Comparativamente, podemos pensar que, pelo demonstrado acima, os chineses e seus descendentes não viveram um período de isolamento (ainda que relativo), muito menos um da duração dos alemães; e, em especial no caso da segunda geração e das seguintes, mal carregam e não reivindicam uma singularidade cultural ou algum tipo de essencialismo chinês<sup>168</sup> – o que coloca em dúvida até que ponto o conceito de etnicidade cabe no caso destes. Como debateremos no próximo capítulo, parecem ser residuais as especificidades culturais presentes na segunda geração, e, por mais que com frequência sejam identificados como “chineses” pelo contexto, raramente se autoidentificam assim (sendo mais comum que reivindiquem a brasilidade).

Para além dos consórcios, foram mencionadas outras experiências de sociabilidade. Pedro conta que, junto de sua avó, que era “a matriarca em Curitiba”<sup>169</sup>, convivia cotidianamente com outras famílias chinesas, com quem a avó cultivava amizades, visitando e recebendo visitas com frequência e realizando festas na residência da família.:

Tinha datas especiais mas datas especiais chinesas. Daí reunia a comunidade chinesa, minha avó fazia aqueles banquete de comida chinesa, e a mesa que nós tinha lá na casa da avó, ela sentava 25 pessoas ao mesmo tempo. É uma madeira que você abria assim e colocava mais uma tábua no meio né. Então era aquela coisa grande, coisa enorme.<sup>170</sup>

Apesar do protagonismo frequentemente atribuído aos pais e avôs nas narrativas, as mães e avós são lembradas com mais frequência quando indagados sobre o convívio com outras famílias. Lucilina tem memória de ir com a mãe até o estabelecimento de uma amiga desta, comer pastel (isso após encerrar o expediente em sua própria pastelaria). A mãe de Suzana nutria amizade com a madrasta de Lucilina, Pedro e Milton, de modo que Suzana também se tornou amiga próxima de uma irmã destes. Se os consórcios eram espaços predominantemente masculinos, as mulheres também desenvolveram suas formas de sociabilidade, apoio mútuo e espírito comunitário, ainda que menos reconhecidas como tais.

As mesas de jogo também foram lembradas diversas vezes. Os jogos aconteciam em clubes ou casas de jogos, nas residências ou nos fundos de lanchonetes e restaurantes – Pedro lembra de assistir filmes hollywoodianos que retratavam salas de jogos enfumaçadas de cigarro, nos fundos de restaurantes das *Chinatowns*, e a imagem ser muito semelhante ao que

---

168. Seyferth (2005) faz menção ao discurso de descendentes de alemães, até hoje reivindicado, sobre uma “origem comum” que os uniria, a qual não raro inclui “metáforas raciais ou de sangue, e a presunção de superioridade que acarretam” (p. 23).

169. Lin Ces Ruy era esposa de Ton Jao, identificado como o primeiro chinês a se estabelecer na cidade.

170. Entrevista Pedro.

presenciava na infância. Se jogava baralho ou *Mahjong*, um jogo de mesa chinês que usa pedras ou blocos próprios. Na mesa de apostas, a sorte poderia trazer a chance de avançar mais rápido na vida – Milton conta que seu pai conseguiu abrir a lanchonete do Centro após ganhar uma “bolada” no jogo. As crianças não raro acompanhavam os pais nas noites de jogo, que muitas vezes avançavam até o amanhecer:

Como meu pai jogava muito, tinha a rodinha dele de chineses né, e eu lembro que os jogadores né, vamos dizer assim, reuniam-se lá em casa sabe, e a minha avó fazia chá e a gente levava o chazinho na mesa para servir os jogadores, levava comidinhas, tudo. Quando levava na mesa a gente ganhava uns troquinhos. Quem tava ganhando pá, jogava um dinheirinho na bandeja.<sup>171</sup>

O hábito poderia ser assunto de brigas na família – Esther conta que sua avó brigava com o avô por este motivo, e que tentava mantê-lo na pastelaria durante o dia mais para mantê-lo longe dos jogos do que porque ele contribuía trabalhando no estabelecimento. Como conta Suzana, porém, algumas mulheres também jogavam:

SC - Porque como a gente tinha pastelaria ali na, como a gente tinha um comércio ali, na Generoso [Rua Generoso Marques], em volta sempre tiveram outras pastelarias. Então, a gente sempre conhecia. Né? Um ou outro. Sempre conhecia, ou convivia. E você sabe que chinês gosta muito de jogo, né?

MV - Isso que eu ia perguntar.

SC - Sim. Então, aqui em São Paulo tinha, eles chamavam de clube, né? Que eles se encontravam e era na Liberdade, no bairro da Liberdade. Então, minha mãe, meus pais, eu lembro dos meus pais vindo todo, todo dia eles indo, todas as noites eles iam, fechava a pastelaria [e ia]. Porque era o passatempo deles, né? Ele eles iam pro clube e aí lá tinha um jantar, que eles jantavam, e aí eles jogavam sei lá uma [ma che]<sup>172</sup> que você sabe, aquele joguinho de pedra, e uma outra variação de baralho, e jogavam todos os dias até sei lá, onze horas, meia-noite e daí ia todo mundo pra casa. Mas era todo santo dia. Então...em Curitiba também tinha esse clube. Mas ele era mais assim, o que eu percebo era que aqui em São Paulo o negócio era mais estruturado. Em Curitiba era mais esporádico, mas aqui em São Paulo tinha um negócio que era um lugar que todos os dias tinha.<sup>173</sup>

### 3.3 “CLANDESTINIDADES”: JOGO, ENTRADAS INDOCUMENTADAS E DROGAS

Os mesmos agentes que mantinham casas de jogos, onde essas existiam, poderiam operar outras atividades ilícitas tais como a entrada não autorizada de imigrantes, a cobrança

171. Entrevista Lucilina. [jun. 2021].

172. Possivelmente o nome cantonês do *Mahjong*.

173. Entrevista Suzana. [set. 2021]. Legendas: SC – Suzana, MV – Maria Victória (entrevistadora). Suzana é filha de imigrantes chineses, nasceu em Curitiba e, no momento da entrevista, tinha 48 anos.

de taxas de proteção e tráfico de droga, notoriamente, de heroína. Algumas reportagens encontradas mencionam criminosos (ou mesmo uma máfia) que estariam por trás de tais delitos. O sensacionalismo, a promoção de estereótipos e, por vezes, informações sem fontes de algumas destas matérias, entretanto, sugerem que os fatos reportados poderiam ter sido exagerados e tratados com pouca ponderação. É o caso, em especial, de uma reportagem do *Diário da Tarde*<sup>174</sup>, do ano de 1979, a qual conta que, supostamente, a “máfia chinesa” (que seria presente em toda América do Sul) estaria protegendo “marginais japoneses” que, após terem cometido uma série de crimes graves no Japão, teriam buscado refúgio no bairro da Liberdade, em São Paulo, notório pela presença leste-asiática. A matéria descreve o “bairro amarelo” como um lugar que “possui muitos mistérios”, onde “homens de pele amarela e olhos amendoados, na maioria das vezes, discutem negócios que envolvem contrabando, tráfico de heroína e ópio, prostituição e jogo”. Estes criminosos japoneses e chineses controlariam o bairro, onde cobravam “taxas de proteção”, prática que, segundo a matéria, também ocorria no Paraná. Ainda, estariam envolvidos com a entrada de “coreanos ilegais”. Em relação aos narcóticos, segundo a polícia, os japoneses seriam minoria, e os chineses, a maioria entre traficantes e usuários. Estes e os coreanos teriam “redes próprias de distribuição” das drogas. Os “clubes clandestinos de jogos de azar” seriam muitos e mais rentáveis do que restaurantes e outros negócios – a autoria ainda diz que “os clubes de jogos, principalmente os frequentados por chineses, são estranhos”, sem se delongar, porém, no que isso significa. Uma descrição pouco crível de “gueixas” que atenderiam no bairro e que “falam somente quando autorizadas” é o ápice das representações orientalistas que permeiam o texto. Algumas das menções da reportagem encontram respaldo em outras fontes, como as casas de jogos (mencionadas pelos entrevistados), e o tráfico de drogas (que discutiremos a seguir). Já outras, como a existência de uma máfia, podem ser resultado de projeções do imaginário formado pelos filmes de Hollywood<sup>175</sup>, de modo que qualquer grupo de infratores leste-asiáticos seria potencialmente descrito como “máfia”, sem muito apego a uma definição precisa do termo.

174. “MÁFIA chinesa” protege marginais japoneses que estão em São Paulo. *Diário da Tarde*, Curitiba, n. 23897, p.4, 3 de maio de 1979.

175. Obras clássicas do cinema hollywoodiano construíram um retrato das Chinatowns como um “espaço de fantasia hiperbólico”, onde se poderia “consumir quantidades copiosas de ópio” e onde “se acredita que o crime e o pecado são impunes”. Enquanto que a atuação de gangues chinesas nos EUA foi de fato notável (e estas representações cinematográficas ainda aumentavam sua projeção no imaginário da época), não há registros que algo de proporções semelhantes tenha ocorrido no Brasil. MAURER, Daniel. **Forget it, Jake, it's Metrograph's 'Imagining Chinatown' series**. The Film Foundation, 2017. Disponível em: <https://www.film-foundation.org/ouatia-metrograph>. Acesso em: 8 de out. 2022.

Quanto aos imigrantes não autorizados, certamente esta era a condição de uma parcela do grupo, embora seja difícil aferir a proporção dos indocumentados. Entre os indivíduos fichados, ao longo da década de 1970, pela Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS) do Paraná, cujo arquivo se encontra disponível no Arquivo Público do estado, há pelo menos 33 chineses “irregulares e procurados”, além de outros 11 (entre chineses e os de nacionalidade não identificada, cujos nomes sugerem que seriam chineses ou, possivelmente, coreanos) impedidos de entrar no país. Há, ainda, 6 chineses identificados como “marítimos” ou “tripulantes foragidos” cuja detenção é solicitada; dois registrados por portarem carteira para estrangeiros falsa. As fichas contêm poucas informações, de modo que na maioria destas sequer é possível ter certeza se o sujeito em questão é homem ou mulher<sup>176</sup>, ou se residiu no Paraná em algum momento. É muito provável que grande parte dos indocumentados não constasse nestas fichas, que parecem conseguir cobrir alguns casos em específico, como o dos trabalhadores marítimos que se evadiram de suas funções. Uma reportagem de 1976<sup>177</sup>, intitulada “Curitiba no tráfico de chineses”, relata que “um elemento” de Curitiba estava fornecendo documentos falsos para chineses vindos de Formosa (ou Taiwan), possibilitando a entrada de, pelo menos, cinco mil destes imigrantes no Brasil. As autoridades, entretanto, consideram permitir a permanência destes, que teriam sido ludibriados pelos criminosos.

Já o tráfico de heroína entre chineses, que irradiava de São Paulo (especificamente, de casas de jogos no bairro da Liberdade) para demais capitais como Curitiba e Belo Horizonte, é consideravelmente reportado pela imprensa. A edição do Diário do Paraná de 12 de dezembro de 1970<sup>178</sup> anuncia a prisão de dois chineses suspeitos de abastecer o tráfico de heroína em Curitiba – os dois eram “pasteleiros”, sendo que um vivia em Curitiba e o outro em Santos (onde a droga chegava em um navio de companhia holandesa<sup>179</sup>). A matéria traz fotos ampliadas dos dois e da “amante” de um deles, brasileira, que também foi presa (Figura 5). Na legenda do retrato de um deles, lê-se “um pacato pasteleiro em Curitiba, era na realidade o ‘homem do tráfico do vício’. Sua mercadoria: heroína”, sugerindo um fundo de trapaça à imagem pública do imigrante. Na foto da moça, a legenda prioriza trazer a

---

176. Mesmo para alguém com domínio da língua e cultura chinesa os nomes não comunicam gênero, uma vez que, na transliteração, perde-se a entonação das sílabas.

177. CURITIBA no tráfico de chineses. **Diário do Paraná**. Curitiba, p. 16. 9 ago. 1976. Ano XXII, n. 6.354.

178. PROSEGUE a caçada aos traficantes de heroína. **Diário do Paraná**. Curitiba, p. 12. 12 dez. 1970. Ano XVI, n. 4.626.

179. A reportagem menciona o navio Straat Hobart, uma das embarcações da Royal InterOcean Lines, que anunciava serviços de carga de e para Singapura, Hong Kong, Taiwan, entre outros destinos. **A Tribuna**. São Paulo, p. 30. 6 fev. 1975. Ano LXXXI, n. 312.

informação de que ela teria “confessado” o hábito de “tomar bolinha”<sup>180</sup> para fazer *strip-tease* na boate de Santos em que trabalhava, informação que é repetida também no corpo da matéria. Ela teria relatado à polícia que o “pasteleiro” de Curitiba teria procurado seu companheiro em Santos, se identificado como “viciado” e proposto a relação de negócios. A legenda da foto de seu companheiro diz que o este só “transportava grandes quantidades de heroína”. É curioso que estas ditas grandes quantidades ainda não eram grandes o suficiente para substituir a principal atividade econômica do sujeito, a pastelaria. Com os três infratores foram apreendidos 14 pacotes de heroína, que consistiam em cerca de 200 gramas, avaliada em 300 mil cruzeiros, e a polícia acreditava que há “fortes suspeitas” que “muitos outros elementos” façam parte do esquema. O pasteleiro que residia em Curitiba foi liberado antes que o pedido de prisão preventiva fosse emitido pela justiça – ele permaneceu foragido até ser encontrado três anos depois, trabalhando em uma pastelaria em Porto Alegre. A edição que notifica sua prisão pela Polícia Federal<sup>181</sup> traz, mais uma vez, uma foto sua.

Figura 5



FONTE: **Diário do Paraná**. Curitiba, p. 12. 12 dez. 1970. Ano XVI, n. 4.626.

Dois anos após este episódio, o *Diário do Paraná* noticia a prisão de quatro membros de uma “gangue de chineses” em São Paulo, responsável pelo tráfico de heroína para o “eixo São Paulo-Santos-Belo Horizonte-Curitiba”. A substância seria vendida por marinheiros no porto de Santos e distribuída em um clube de jogos no mais uma vez nomeado “bairro

180. “Bolinha” ou “rebite” é uma droga estimulante derivada da anfetamina, comumente usada pelos que desejam ou precisam se manter acordados por muitas horas.

181. PRESO traficante de heroína. **Diário do Paraná**. Curitiba, p. 16. 28 nov. 1973. Ano XIX, n. 5.524.

amarelo”, o bairro da Liberdade. A heroína era acondicionada em pequenos saquinhos chamados de “pan fen”, vendidos a 15 cruzeiros cada um. Na ocasião, mais de 28 chineses foram chamados a depor. A notícia traz um tom de alarme – a chamada para a matéria anuncia na primeira capa “Curitiba está na rota do tráfico de heroína”<sup>182</sup>. Na edição de dois dias depois, do mesmo jornal, outra notícia<sup>183</sup> comunica que 15 policiais estavam investigando “gang” de chineses em Belo Horizonte, envolvida no tráfico de heroína que chegava à Curitiba, chegando a prender 12 chineses, dos quais 10 foram liberados – a maioria deles eram donos de lanchonete na cidade.

As reportagens não mencionam se os consumidores da heroína seriam apenas chineses ou se brasileiros também estavam entre os compradores. Em outra edição<sup>184</sup> de 1972, um traficante (brasileiro) é preso com um quilo de maconha em Curitiba. Em depoimento, ele denunciou elementos que atuavam no tráfico de heroína – a droga seria comprada no bairro da Liberdade, de “um grupo chinês que controla o tráfico”, e comercializada em pequena escala para Curitiba. Não é descartável, então, que a rede se estendesse para além dos círculos chineses. Considerando, entretanto, que a heroína nunca teve presença relevante no Brasil<sup>185</sup>, parece pouco provável que houvesse demanda significativa dos nacionais pela substância.

A heroína é um opiáceo semi-sintético, isto é, resulta de uma modificação química da morfina, que é obtida do ópio, que por sua vez é extraído da *Papaver somniferum* ou papoula dormideira, uma planta existente no Oriente Médio e no Leste Asiático. Quando a morfina é sintetizada com o anidrido acético, um ácido industrial, seus efeitos analgésicos se tornam quase dez vezes mais poderosos, se transformando em heroína. Sintetizada pela primeira vez em 1874 pelo britânico C. R. Wright, o teste da substância em cachorros demonstrou efeitos tão intensos que seu uso foi dispensado. Menos de 20 anos depois, entretanto, cientistas alemães concluíram que a droga seria um excelente tratamento para bronquite, tosse, asma e tuberculose, de modo que a Bayer decidiu manufaturar a substância, batizando-a de heroína. Em 1898 a companhia lançou uma agressiva campanha publicitária internacional, veiculada

182. PRESA gang de chineses que vendia heroína a Curitiba. **Diário do Paraná**. Curitiba, p. 20. 23 de nov. de 1972. Ano XVIII, n. 5.214.

183. 15 POLICIAIS investigam gang que vendia heroína a Curitiba. **Diário do Paraná**. Curitiba, p. 16. 25 de nov. de 1972. Ano XVIII, n. 5.216.

184. TRAFICANTE já está na prisão. **Diário do Paraná**. Curitiba, p. 24. 23 jul. 1972. Ano XVIII, n. 5.113.

185. Pesquisadores do tema concordam que não há distribuição sistemática de heroína no Brasil. Algumas explicações colocadas para a ausência são que o Brasil se encontra distante das grandes rotas de distribuição desde a Ásia, além de, diferente dos EUA, não ter participado da Guerra do Vietnã, da qual muitos veteranos retornaram dependentes da substância. MORI, Letícia. **Por que o Brasil escapou ileso da droga que virou epidemia nos EUA e na Europa**. BBC Brasil, 2017. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-41753994>. Acesso em 12 de out. 2022.

em 12 línguas, para divulgar a nova medicação, considerada a droga milagrosa que “mata toda dor e raiva e traz alívio a todo sofrimento” e que logo se tornou uma das drogas patenteadas mais famosas do mercado (MCCOY, 1972, p. 2-4).

Porém, como hoje se sabe, o uso contínuo da heroína pode levar à dependência química cuja abstinência é violenta no corpo. Como consequência, a substância, que por décadas foi consumida como remédio, passou a ser alvo de preocupação da então Liga das Nações. A Convenção de Genebra de 1925 impôs regulações rigorosas à manufatura e exportação da heroína (MCCOY, 1972), que de medicação passou a ser droga ilícita – hoje associada ao crime, ao “vício” e à desordem social, a heroína tem um passado relativamente recente bastante diferente da condição atual. Este é o caso da maioria, se não de todas, as drogas atualmente criminalizadas:

No início do século XX, drogas hoje proibidas, como a cocaína e a heroína, faziam parte de um lucrativo mercado legal que envolvia interesses de potências do período, suas indústrias farmacêuticas e suas estratégias geopolíticas no globo. Estados europeus como Inglaterra, França, Alemanha, Holanda e Portugal tinham como um dos principais itens de suas políticas coloniais a produção de matéria-prima para a industrialização de psicoativos largamente comercializados, principalmente o ópio e seus derivados (RODRIGUES, 2005, p. 293).

A comercialização de ópio em território chinês e o uso da força para garantir este livre comércio foram tática notável do imperialismo britânico para dominar a China. Potências econômicas ocidentais, as mesmas que dali a apenas algumas décadas se tornariam estados proibicionistas, financiaram as duas Guerras do Ópio (1839-1842 e 1856-1860) contra o governo chinês, que tentava proibir o consumo e venda da substância e de seus derivados no país (RODRIGUES, 2005). A xenofobia, o racismo e a necessidade de controlar grupos tidos como “perigosos” foram centrais para a mudança na política de drogas:

O tema das drogas e sua proibição alcançou um ponto de inflexão quando elas foram instrumentalizadas como estratégia eficaz de controle social. Isso porque as práticas moralistas engendraram uma associação direta entre determinados psicoativos e minorias vistas como perigosas por seus hábitos e procedências. Assim, chineses eram relacionados ao uso abusivo de ópio, negros ao de cocaína (...). (RODRIGUES, 2005).

Este processo tem início nos Estados Unidos que, além de implementar as proibições internamente, passa a pressionar demais países a fazerem o mesmo, algo necessário tanto para legitimar a política interna quanto para exportar o modo de vida estadunidense e validar o

poder médico (FIORE, 2005, p. 260). O Brasil só foi se adequar a estas diretrizes décadas depois dos EUA, após participação na Convenção de Haia (ou, como também foi chamada, a Convenção do Ópio) que, ratificada em 1912, estabeleceu controles internacionais sobre a venda de ópio, morfina e cocaína. A primeira legislação com menção específica sobre drogas no Brasil foi decretada pelo presidente Hermes da Fonseca em 1914 – o decreto de número 2.861 fazia alusão direta à Convenção ao determinar adesão às “medidas tendentes a impedir os abusos crescentes do ópio, da morfina e seus derivados, bem como da cocaína” que constavam nas resoluções aprovadas da “Conferência Internacional do Ópio” (FIORE, 2005, p. 266). Até o fim do século XIX, entretanto, não se debatia no Brasil a proibição ou controle das substâncias psicoativas. Por mais que o uso destas pela população negra tenha sido motivo para a proibição da maconha no Rio de Janeiro, em 1830, o perigo não era apontado na droga em si, mas nos grupos sociais a utilizá-la:

No entanto, a bibliografia aponta para a importância, naquele momento, de um controle sobre as práticas tradicionais de um crescente contingente de população negra e miscigenada, escrava ou liberta, na capital do Império, do que o controle sobre o uso de drogas propriamente dito (...) não era contra a planta que a corte parecia estar voltada, mas sim, contra a propagação de práticas específicas de classe e/ou raça que, de alguma maneira, eram vistas como perigosas (...). (FIORE, 2005, p. 263).

É só na virada do século, então, que autoridades e médicos brasileiros passam a ver um problema nas substâncias, e não só no “mau bebedor” (FIORE, 2005, p. 264). A adesão à concepção corrente de droga demandava categorizar as substâncias em dois eixos supostamente bem delimitados: as que seriam crime e as que seriam medicação. A heroína, ou os derivados do ópio de maneira geral, talvez sejam por excelência a demonstração de como é fortuita e tênue linha entre o uso medicamentoso e o uso considerado recreativo, banal ou desviante das drogas. O ópio tem potente efeito de analgesia (além de euforia), sendo que um de seus derivados, a morfina, é até hoje um dos analgésicos mais usados para dores intensas. A heroína, como discutido, foi desenvolvida e aperfeiçoada em laboratórios da indústria farmacêutica, difundida pelo mundo por essa mesma indústria e pelo saber médico, de modo que o crime organizado apenas seguiu pela trilha aberta por esses agentes. Há quem aponte que haja uma crise de opioides se desenvolvendo no Brasil hoje, que tem origem no sistema de saúde, em especial nos casos dos acometidos por dores crônicas e que, por não terem acesso a tratamentos de saúde ou condições para buscá-los, são continuamente receitados com

opioides<sup>186</sup>. Nos Estados Unidos, indivíduos em situações semelhantes muitas vezes passam a recorrer ao mercado ilegal para acessar tais substâncias ou semelhantes delas.

O historiador francês Xavier Paulès (2005) buscou caracterizar os fumantes (ou usuários<sup>187</sup>) de ópio na região de Guangzhou durante a década de 1930<sup>188</sup>, a partir dos jornais da época, de documentos de clínicas públicas de reabilitação e relatórios governamentais. O governo chinês tentava, desde 1906, adotar um plano de proibição gradual do ópio. A instabilidade política do contexto chinês nesse período, entretanto, fez com que as medidas fossem aplicadas de maneira inconstante. Paulès (2005, p.112-113) explica que a própria definição de um “fumante de ópio” é delicada e merece atenção: a maioria dos internados nas clínicas consumia uma quantia diária pequena da droga, e, uma vez que as restrições ao acesso às casas de ópio eram acirradas, o consumo diminuía – o que indica que uma porção dos usuários eram consumidores ocasionais, e que poderiam interromper o uso quando este se tornasse inconveniente. Ao contrário do que usualmente se pensa sobre as drogas ilícitas, nem todos os fumantes de ópio eram “viciados” (categoria cuja própria definição caberia discussões mais profundas). Pelo que os dados apresentados por Paulès indicam, estes eram uma minoria dentre o total de usuários.

Tanto os contemporâneos quanto alguns historiadores propõem duas explicações para que esses indivíduos começassem a fumar ópio: razões médicas (doenças e dores físicas) ou “diversão”, isto é, aliviar as frustrações e tensões do cotidiano (PAULÈS, 2005, p. 116). A demarcação da distinção entre os dois usos, porém, é questionável e até arbitrária, em especial por desconsiderar o sofrimento psíquico como questão de saúde<sup>189</sup> e pelos esforços em criminalizar ou ao menos estigmatizar os usuários tidos como “recreativos”. Se possível separá-las, as duas intenções provavelmente se sobrepunham na maioria dos casos. Não à toa, os dados sobre são conflitantes: enquanto uma minoria (26%) dos internados nas clínicas alegava “doenças” como razão para o consumo da droga, no mesmo ano, quando as autoridades de Guangzhou passaram a exigir o preenchimento de um formulário dos que adentravam as casas de ópio, todos preencheram “doenças” como motivo (PAULÈS, 2005, p. 117).

---

186. CAFÉ da manhã. O uso e abuso de opioides no Brasil. Daniel Castro e Magê Flores. Entrevistada: Claudia Colucci. Produção: Spotify, Folha. 29 abr. 2022. *Podcast*.

187. *Opium smokers*, no original.

188. O estudo tem como recorte os anos imediatamente anteriores à ocupação japonesa que teve início em 1938, em meio à Segunda Guerra Mundial.

189. Como diz o slogan dos movimentos por legalização das drogas (em especial, da maconha), “todo uso é terapêutico”.

Uma outra razão para consumo da droga considerada pelo estudo é o esgotamento causado por rotinas extenuantes de trabalho. O fumante de ópio “típico”<sup>190</sup> na Guangzhou daquele período seria um homem de meia idade (entre 25 e 45 anos) de classe trabalhadora, muito provavelmente puxador de riquixá ou vendedor ambulante. Paulès (2005) indica uma tendência na qual quanto mais baixo na escala social, maior seria a proporção de fumantes de ópio naquele grupo (p. 121-122). O autor cita a entrevista com um puxador de riquixá cantonês, realizada em 1991, na qual o entrevistado explica que o ópio, assim como álcool ou tabaco, era usado porque reduzia a sensação de exaustão do usuário, de modo que a substância se tornava um estimulante indispensável para alguns puxadores (PAULÈS, 2005, p. 125). Nas casas de ópio frequentadas por esses trabalhadores, era comum que estes não fumassem o ópio em si, mas sim uma substância adulterada e mais barata chamada *yantiao*, que, misturada com impurezas e enrolada no formato de um tronco, era mais rápida de fumar e portanto tinha efeitos mais fortes – quase como num prelúdio do que viria a ser a heroína. Por fim, Paulès aponta que o uso do ópio declinou durante o período estudado, e que, entre todas as transformações ocorridas na época, a mais relevante para o fenômeno em questão foi o advento de outros narcóticos, no caso, a morfina e a heroína (p.127).

As restrições ao comércio e consumo de heroína estabelecidas pela anteriormente mencionada Convenção de Genebra, de 1925, fizeram com que a produção da droga fosse deslocada das fábricas farmacêuticas “legítimas” na Europa para laboratórios clandestinos em Shanghai e em Tientsin (MCCOY, 1972, p. 5). Ainda no início da década de 1920, o cartel do tráfico de Shanghai percebe o potencial da heroína no mercado doméstico, passando a promover pílulas da substância denominando-as “pílulas antiópio”<sup>191</sup> e “melhor remédio do mundo”. Muitos dos chineses que consumiam ópio migraram para a heroína, de modo que, em 1934, o governo de Shanghai reportou que o uso desta superava o fumo do primeiro. Esse mesmo processo vai acontecer em Hong Kong<sup>192</sup>, especialmente a partir de 1947, quando os *gangsters* da heroína de Shanghai fogem para colônia britânica diante da iminência da vitória maoísta<sup>193</sup>. Até então, não havia produção de heroína em Hong Kong, e o consumo da mesma era moderado. Após migração em massa dos maiores traficantes de Shanghai, porém, o crime

190. O historiador analisa com cuidado possibilidades de super-representação desses grupos e de invisibilização de outros. Ainda que certamente houvesse fumantes de ópio nas classes mais abastadas ou entre as mulheres, diferentes fontes são consonantes em apontar esse grupo como o majoritário entre os usuários.

191. O governo chinês promovia à época uma intensa campanha contra o uso do ópio, condenando seu uso ao considerá-lo antipatriótico e associá-lo à pobreza e à baixa instrução.

192. Retomando que Guangzhou e Hong Kong são relativamente próximas, separadas por 129 km de distância, e que no período muitos migravam da província de Guangdong (da qual Guangzhou é capital) para Hong Kong, de onde alguns destes partiram para as Américas.

organizado tomou a colônia em proporções que a polícia local não foi capaz de conter (MCCOY, 1972, p.225-228).

No início da década de 1970, época da publicação do livro do historiador Alfred McCoy<sup>194</sup> (1972) sobre o assunto, o autor coloca que Hong Kong tinha uma das maiores proporções de usuários de drogas (ilícitas) do mundo, sendo a maioria deles trabalhadores pobres, residentes de cortiços e favelas. Nas prisões, o comércio e o consumo da heroína era tão disseminado que autoridades chegaram a admitir publicamente serem incapazes de conter o contrabando da substância. A maioria destes usuários eram fumantes de ópio antes da Segunda Guerra Mundial, cujo consumo foi movido para heroína pelos 25 anos de repressão ao ópio pela polícia (MCCOY, 1971, p. 230-235).

Que a proibição das drogas está diretamente relacionada com a “hipertrofia” do lucro e da violência é um dos argumentos centrais do artigo de 2002 do historiador Henrique Carneiro, junto da constatação da arbitrariedade na seleção das substâncias a serem legisladas lícitas ou ilícitas que dá sustento a essas políticas. O autor explica como a expansão das necessidades humanas para incluir drogas como o açúcar, o chá, o café, o ópio, a canela, entre outras, foi fundamental para a fase de acumulação primitiva do capital, por sua vez necessária para a colonização europeia e a revolução industrial. Estes mesmos interesses imperialistas promoveram a política de proibição das drogas no século XX, dando origem à “guerra às drogas”, concebida na experiência da Lei Seca nos EUA, e que segue servindo ao alargamento do lucro do crime organizado e da indústria armamentista, à expansão do aparato policial e à ingerência estatal sobre os corpos.

Carneiro aponta ainda que a proibição não só não reduz o uso de drogas como resulta até mesmo na “expansão das formas de consumo mais degradadas, adulteradas e destrutivas” (CARNEIRO, 2002, p. 126). De fato, como percebido pelos pesquisadores há pouco mencionados, a proibição do ópio em Guangzhou e em Hong Kong acabou por incentivar, num primeiro momento, um tipo de consumo mais danoso pelos que eram considerados os trabalhadores mais miseráveis naquele contexto, os puxadores de riquixás, além de criar as condições para a migração dos fumantes de ópio à heroína, substância de efeitos e consequências mais severos. Outro ponto do autor é de que as drogas configuram uma necessidade humana, estando presentes em quase todas as culturas em qualquer período

---

193. Alfred McCoy explica que estes traficantes se aliaram a Chiang Kai-shek e o Kuomintang (ou partido nacionalista), adversários do Partido Comunista Chinês liderado por Mao Tsé-Tung na guerra civil que culminaria na fundação da República Popular da China, em 1949.

194. Agradeço ao Prof. Henrique Carneiro pela sugestão bibliográfica.

histórico. O proibicionismo (este sim específico da sociedade ocidental moderna) se põe a julgar a legitimidade dessas necessidades (vide os esforços em separar quais fumantes de ópio o faziam por “doença” ou por “diversão”) sem conseguir fazer jus às pretensas defesas da saúde pública e individual ou da manutenção da ordem social. Drogas cujos danos à saúde são imensuráveis, como o açúcar e o tabaco, não só não são proibidas como são de uso tradicional da cultura ocidental; o álcool (cuja experiência de proibição nos EUA foi desastrosa), possivelmente a principal droga a catalisar atos violentos e acidentes, também não é criminalizado nem se cogita que um dia o seja. Nas palavras de Carneiro:

O proibicionismo do início do século XXI dirige-se não contra o álcool, mas contra outras drogas (os derivados de coca, ópio, cânabis e substâncias sintéticas). Seu efeito é aumentar a voracidade da especulação financeira nesse ramo de alta rentabilidade do capital e, ao mesmo tempo, inflar o aparato policial na tarefa da repressão. As drogas são produtos da cultura, são necessidades humanas, assim como os alimentos e as bebidas, podendo ter um bom ou um mau uso, assim como ocorre com os alimentos. A diferença é que um viciado em açúcar não corre o risco de ir preso, mas apenas o de perder a saúde na obesidade ou diabetes. (...) A noção de um Estado investido do poder de polícia mental e comportamental, que legisla sobre os meios botânicos e químicos de que os cidadãos se utilizam para interferir em seus estados de humor e de consciência e que pune os que desobedecem é um pressuposto necessário para a hipertrofia do lucro obtido no tráfico. Em outras palavras, a proibição gera o superlucro (CARNEIRO, 2002, p. 127).

O sistema econômico que transformou em *commodities* drogas até então distantes (ou mesmo inexistentes, no caso da heroína, desenvolvida em laboratório), fazendo delas necessidades humanas, é o mesmo a criminalizá-las e, ou melhor dizendo, a criminalizar os grupos que as utilizam. Ainda, esse mesmo sistema desestruturou comunidades tradicionais, forçando contingentes massivos à migração e às rotinas extenuantes de trabalho – considerando os estudos de Paulès e McCoy junto do cotidiano relatado nas entrevistas, podemos pensar que os imigrantes chineses que recorriam à heroína cujo tráfico foi reportado nos jornais o faziam a fim de encontrar alívio para o esgotamento físico e mental em que se encontravam (ainda que entre outras motivações, nem menos nem mais legítimas do que esta).

São várias as camadas que envolvem o tráfico e o consumo de heroína pelos imigrantes chineses que se estabeleceram em Curitiba nas décadas de 1960 e 1970. Quando deixaram sua terra natal, fazia apenas pouco mais de um século que potências econômicas ocidentais tinham instrumentalizado o ópio para subjugar a China, onde, estimulada pelo agressivo interesse imperialista, a dependência na substância se disseminou rapidamente na população, aprofundando o caos social, minando a soberania nacional e criando um problema

de longo prazo. Fosse orientada pelo suposto princípio de livre comércio ou pela alegada preocupação social e moral da proibição, a política de drogas sempre teve como objetivo agrilhoar estes e outros indivíduos a serem excluídos e controlados. A implantação da proibição precisou se apoiar em representações raciais dos chineses (e outros grupos) como essencialmente “viciados” e, portanto, perigosos e menos evoluídos – e estas mesmas imagens foram utilizadas para excluí-los dos projetos nacionais que se delineavam no período. Essa percepção dos chineses como sabotadores iminentes ainda foi recuperada nas ocorrências de tráfico no Brasil, de modo que a associação com o crime pode ter respingado mesmo naqueles que não estavam envolvidos com estas atividades. Ao que parece, mesmo a entrada destes imigrantes no Brasil ainda era condicionada à associação com o vício em ópio – entre os documentos que constavam na ficha de estrangeiro de uma imigrante chinesa que chegou ao Brasil em 1956, constava um atestado emitido por um médico de Hong Kong que, além de atestar que a mulher não sofria de doenças como tuberculose ou sífilis, também não era viciada em ópio.

É curioso observar que, apesar das ocorrências e da forma como foram noticiadas, e do centenário estereótipo envolvendo o ópio e os chineses<sup>195</sup>, o elemento do vício não está presente (ou aparece muito pouco) nas representações raciais de chineses que atualmente circulam no Brasil. Isso pode se explicar pelo número relativamente pequeno, e a proporção moderada, de episódios de prisões, apreensões e denúncias de tráfico incluindo esses imigrantes. Outra sugestão, talvez mais pertinente, é que o interesse em promover os chineses como “bons imigrantes” ou mito da minoria modelo superou a utilidade em retratá-los como “viciados” e traficantes. As matérias que retratavam as famílias chinesas como exemplos a serem seguidos<sup>196</sup> dividiam os mesmos jornais e o mesmo período com estas mencionando atividades criminosas. Os dois estereótipos apresentam claro conflito, uma vez que, no senso comum pautado pelas ideias do proibicionismo, trabalhador, esforçado, disciplinado, inteligente ou bem-sucedido são todas características que necessariamente faltariam no “drogado”.

Há apenas um episódio no qual pode-se aventar que foi demonstrada uma associação preconcebida entre chineses, tráfico de drogas e crime organizado. Em outubro de 1986, um motorista de táxi de Curitiba desapareceu e seu corpo viria a ser encontrado em Joinville,

---

195. No futuro distópico pós imigração chinesa previsto pelos irmãos Azevedo, os personagens passavam o dia largados em “torpor de ópio”. Ver página 22.

196. Ver tópico 2.4 (página 53).

semanas depois. A investigação foi acompanhada por mobilizações de outros motoristas, que cobravam justiça e se revoltavam com a demora na resolução do caso – no momento do desaparecimento, um protesto contra a violência que afligia a categoria reuniu cerca de 200 deles. Antes de localizado o corpo, a Polícia Civil já comunicava que a “máfia chinesa” era suspeita de ter executado o motorista – segundo reportagem do *Correio de Notícias*<sup>197</sup>, uma semana antes o taxista havia transportado um chinês (que, como a matéria diz mais de uma vez, não tinha autorização para estar no país) até São Paulo, que portava duas “pastas tipo 007, contendo tóxicos, possivelmente cocaína”. Outra matéria<sup>198</sup>, poucos dias depois, volta a mencionar a hipótese, mas que desaparece das notícias seguintes. Neste meio tempo, dois “ladrões” foram presos e confessaram o assassinato – mais tarde, porém, sabe-se que as confissões foram forjadas sob tortura. Por fim, a investigação chegou a outros três suspeitos, que confessaram o crime e cuja autoria teria sido confirmada por exames de balística<sup>199</sup>. Antes que pudessem ser condenados, os três foram “arrancados das mãos da polícia” e mortos em linchamento por mais de 80 taxistas. Outros motoristas ainda se reuniram em frente ao Instituto Médico Legal e ameaçaram atear fogo aos caixões dos três acusados<sup>200</sup>.

O fato de que as polícias envolvidas teriam chegado a torturar dois indivíduos a fim de dar uma resposta à pressão pública, ainda que uma forjada, pode indicar que a investigação estivesse priorizando o fechamento do inquérito e o apaziguamento da revolta dos motoristas de táxi mais do que estava comprometida com a resolução do caso. Não temos como saber se a suspeita sobre o tal passageiro chinês derivou de um processo investigativo real ou se foi lançada em outra tentativa de “demonstrar trabalho”, apoiando-se numa possível associação entre tráfico de drogas e chineses (e todo o conjunto de tropos que os acompanham). Ao fim daquele ano, ao comentar em detalhes o caso, o advogado, professor e presidente do Centro de Pesquisas Criminológicas, João Farias Junior<sup>201</sup>, não menciona a hipótese envolvendo a “máfia chinesa”, o que pode significar que a suspeita não teve embasamento ou simplesmente não ecoou a ponto de se tornar relevante. Caso o fosse, considerando a atenção pública e ira

---

197. MOTORISTA teria sido vítima da máfia chinesa. *Correio de Notícias*. Curitiba, p. 6. 23 de out. de 1986. Ano VI, N. 1.604.

198. APARECE em Joinville o corpo do motorista de táxi desaparecido. *Correio de Notícias*. Curitiba, p.7. 28 de out. de 1986. Ano VI, N. 1.608.

199. FARIAS JUNIOR, João. Linchamento X credibilidade penal. *Correio de Notícias*. Curitiba, 7 de dez. 1986. Ano VI, N. 1.643.

200. TAXISTAS trucidam 3 matadores. *Correio de Notícias*, Curitiba, p. 7. 30 de nov. de 1986. Ano VI, N. 1.637.

201. FARIAS JUNIOR, João. Linchamento X credibilidade penal. *Correio de Notícias*. Curitiba, 7 de dez. 1986. Ano VI, N. 1.643.

dos motoristas que rodeavam o caso, o acontecimento poderia ter desencadeado hostilizações potencialmente perigosas aos chineses e descendentes.

Por serem temas sensíveis, capazes de fazer o interlocutor se sentir ofendido ou constrangido, não incluí perguntas sobre o consumo de narcóticos ou entradas não autorizadas ao país no roteiro das entrevistas; em uma delas, pude encaixar uma pergunta no assunto, ao que o entrevistado contou saber do caso de um chinês, de fora da sua família, que tinha problemas com “droga”. As reportagens noticiando o tráfico de heroína foram uma surpresa durante a pesquisa por palavras-chave na hemeroteca – não foram encontradas referências na bibliografia, nem comentários em qualquer outro terreno, a respeito destas atividades. No máximo, há algumas menções à existência de casas de ópio, mantidas por chineses, no Rio de Janeiro no início do século XX (GURIAN, 2015; SANT’ANA, 2013)<sup>202</sup>. A escolha em trazer essa questão ao trabalho se deu muito em base ao que significaria escolher não tratá-las: ainda que por inércia, reproduziria o silêncio ao redor das drogas e reforçaria a visão dos imigrantes chineses como minoria modelo, que nunca se envolvem em “infrações”. Evidente que também não é nossa intenção promover o velho estereótipo do chinês “viciado em ópio”, aí a importância de situar o debate sobre drogas, antes que a inclusão dessas fontes pudesse dar a entender que haveria uma relação especial entre chineses e narcóticos<sup>203</sup>. As substâncias psicoativas fazem parte da vida cotidiana de todo grupo social, ainda que com variações entre um indivíduo e outro. A distinção está no fato de que o uso de drogas por certos grupos seja alvo de constatação e reprovação públicas, ou que as substâncias usadas por eles são tendenciosamente consideradas ilícitas. Quando o tema das drogas cruzou o caminho deste trabalho, a escolha de não ignorá-lo se deu por compreender que fazê-lo seria obedecer às diretrizes da narrativa proibicionista (que relega às drogas o silêncio, a repreensão ou a vergonha), a mesma que segue retirando direitos e promovendo genocídios de comunidades marginalizadas.

---

202. Este consumo de ópio era constituído por chineses miseráveis que viviam em moradias precárias e alguns brasileiros inspirados pelos romances europeus que mencionavam a droga, o que logo despertaria a preocupação de médicos eugenistas com a disseminação do hábito trazido por chineses, que levaria à iminente “degeneração da nossa raça” (PERNAMBUCO FILHO; BOTELHO, 1924 citados por GURIAN, 2015, p. 38). Ainda que os chineses tenham cumprido um papel na difusão da cultura do ópio, neste momento a substância poderia ser comprada em farmácias (SANT’ANA, 2013, p. 21).

203. As fontes arroladas não permitem precisar a proporção de chineses que consumiam heroína, de modo que não há indicações de que esse uso fosse maior do que era e é o uso de drogas por qualquer outro grupo.



#### 4 O GRÃO QUE DESLOCOU DA ROCHA: ANALISANDO AS NARRATIVAS

*As monarcas que voam para o sul não voarão para o norte. Toda partida, portanto, é definitiva. Só seus filhos voltarão; só o futuro revisita o passado.*  
(Ocean Vuong, 2021)

Dedicamos este capítulo ao estudo das narrativas de vida dos entrevistados que, ainda que tenham sido suporte fundamental ao capítulo anterior, não foram ainda analisadas por si mesmas. Para tal, faz-se necessário uma contextualização de quem são os entrevistados, como cheguei a eles e em que condições essas trocas aconteceram. Ainda, antes das análises propriamente ditas, trazemos algumas considerações teóricas, sobre memória e identidade, que orientaram o olhar às entrevistas.

Como mencionado anteriormente, o grupo de entrevistados seria, a princípio, de filhas e filhos de imigrantes chineses, cujas famílias se estabeleceram em Curitiba durante as décadas de 1950, 1960 e 1970. Hoje, essas pessoas têm entre 40 e 65 anos. No decorrer da pesquisa, foram incluídos dois participantes que não correspondem precisamente a esse critério: Sérgio nasceu em Moçambique, filho de pai e mãe chineses, e se mudou para o Brasil em 1977, aos 12 anos; e Ronaldo, cuja narrativa é foco do próximo capítulo, é nascido no Brasil, tinha 19 anos no momento da entrevista e é filho de pai e mãe chineses, que chegaram ao Brasil em meados da década de 1990. O contato com esses dois entrevistados e a disposição dos mesmos em participar da pesquisa tornou possível estender o olhar para estas outras duas experiências, isto é, a de um “chinês de Moçambique” ou sino-moçambicano; e da segunda geração de imigração chinesa que está vivendo os seus anos formativos no Brasil de 2022.

O contato com os entrevistados teve início nas minhas próprias relações familiares e se estendeu àqueles que eu ainda não conhecia a partir de indicações dos primeiros entrevistados, de modo que eu não era uma completa estranha a quase nenhum dos participantes<sup>204</sup>. As únicas recusas que recebi foram justamente em dois pedidos de entrevista que não foram intermediados por esse tipo de indicação, isto é, nos quais eu não tinha uma referência próxima ao potencial entrevistado, fosse um amigo ou familiar, que tivesse mediado o contato. Acredito que estas recusas, junto do espírito de cooperação e da

---

204. Com exceção de Ronaldo, que conheci e contatei por meio de redes sociais.

confiança<sup>205</sup> com que fui recebida em todas as entrevistas, demonstram como o pedido de alguém que é vista, pelo menos em certa medida, como *insider* do grupo, ou com quem se tem uma experiência em comum, criou uma disposição que, em outro contexto, não existiria. Infelizmente, esse caminho metodológico, como qualquer outro, tem suas limitações. Uma vez que fiquei restrita a um conjunto de famílias que, quando não unidas por laços matrimoniais, o eram por fortes amizades, as famílias mais distantes desse núcleo não foram contempladas. Por mais que os referenciais teóricos elencados não instruem a almejar uma leitura total dos fenômenos, uma vez que esta seria impossível, esse pode ter sido um sacrifício à diversidade do grupo de entrevistados.

Outras duas condições determinantes para o resultado das entrevistas foram o formato remoto e o momento da pandemia de Covid-19. Se ao longo de 2020 havia alguma esperança que a necessidade do isolamento social fosse apenas de alguns meses, na entrada de 2021, quando o número de casos e de mortes batia tristes recordes no Brasil e no mundo, não havia mais dúvidas de que as videochamadas seriam a única saída para manter as fontes orais — ainda mais considerando que parte dos entrevistados pertencia ao grupo de risco de Covid-19, devido à idade. Em 2020, a impressão era de que as entrevistas remotas representavam uma imensa desvantagem quando comparadas às presenciais, diferença esta que, gradativamente, parecia diminuir à medida em que cada vez mais pessoas se habituavam às videochamadas, enquanto que as expectativas de entrevistas presenciais minguavam.

Naquele momento, diferente de configurar uma alternativa envolvida por um conjunto bem definido de prejuízos, as entrevistas remotas eram um terreno inexplorado — história oral era algo a ser praticado pessoalmente, por mais custoso ou inconveniente que fossem os deslocamentos. Nas projeções mais pessimistas, o distanciamento físico e a carência de percepção da linguagem corporal poderiam acarretar uma perda considerável na qualidade das entrevistas, ou até impedir que estas acontecessem. Em uma prática já marcada pela imprevisibilidade, o formato *online* parecia trazer mais uma carga de incerteza e descontrole às entrevistas. As circunstâncias da pandemia, entretanto, forçaram uma transformação rápida da comunicação *online*. Em questão de alguns meses, as plataformas de videochamada, antes pouco conhecidas, passaram a ser um meio disseminado para assistir a aulas, realizar

---

205. Essa confiança também se demonstrou na autorização, por parte de todos os entrevistados, para que eu usasse seus nomes reais no trabalho (o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido permite que os participantes optem pelo anonimato). Para respeitar suas escolhas e, ao mesmo tempo, preservar suas privacidades, optamos por identificá-los apenas pelos seus primeiros nomes e, por este motivo, as referências das entrevistas não contêm sobrenome.

reuniões, confraternizar com amigos e familiares e até mesmo realizar sessões de psicoterapia e algumas consultas médicas. Uma vez que mesmo atendimentos psicológicos eram conduzidos remotamente com resultados satisfatórios, as perspectivas para entrevistas desse tipo se tornaram mais confiáveis.

De fato, quando as entrevistas foram realizadas, aquelas certamente não eram a primeira nem a segunda videochamada da vida dos entrevistados. Ainda, alguns deles estavam em casa com os filhos, mais habituados àquela tecnologia, e que poderiam prestar assistência técnica se necessário. Alguns dos empecilhos previstos se concretizaram, tais como as falhas na transmissão, que por vezes significaram a perda de uma ou outra frase dita pelo entrevistado, e em uma entrevista em específico, sacrificou porções importantes das falas; e as quedas de conexão, mas que, graças à familiaridade dos envolvidos com esse tipo de problema, não prejudicaram significativamente a continuidade das entrevistas. Também não foi possível ver e registrar álbuns de fotografia da família e outras documentações, uma possibilidade quando a entrevista presencial é realizada na casa do entrevistado e este se mostra disposto para tal.

Estas inconveniências, entretanto, foram felizmente compensadas pelas inesperadas vantagens das entrevistas remotas. A primeira delas, a facilidade em encontrar um horário conveniente ao entrevistado — não havendo a necessidade de deslocamento nem de receber uma visita em casa, as entrevistas puderam se encaixar à rotina deste da maneira mais oportuna possível e acontecer sem serem pressionadas por compromissos subsequentes ou mesmo pelo incômodo da interferência na rotina doméstica que uma visita presencial inevitavelmente incorre. Por vezes, esses horários e espaços eram inusitados, como uma entrevista às 8h de um domingo, enquanto a entrevistada bebia café e fumava despreocupadamente na sua cozinha; ou às 23h de um dia de semana, com o entrevistado recostado na sua cama após um dia de trabalho seguido do treino na academia. Essa flexibilidade permitiu anular parte da inquietação e do transtorno que a participação numa pesquisa pode causar ao participante.

Outra preocupação concernente ao modelo remoto era se os entrevistados manteriam o foco na entrevista e se se permitiriam se afetar por ela, uma vez que estar diante de uma tela é bastante diferente de estar em frente a uma pessoa. Nestas experiências, a videochamada se revelou uma dimensão propícia à reflexão e à construção de um espaço seguro para a intimidade. Tanto o distanciamento físico quanto a impossibilidade de se distrair com o

celular (uma vez que este normalmente era o dispositivo usado para conectar-se à chamada) permitiam ao entrevistado uma tranquilidade e um relativo isolamento convenientes à introspecção que é necessária para a rememoração e elaboração de narrativas. Numa contradição das primeiras expectativas, a entrevista mais impessoal (e uma das mais breves) foi, justamente, uma<sup>206</sup> realizada presencialmente, na qual o entrevistado, mesmo que numa postura solícita e generosa para com a participação na pesquisa, pouco adentrou na dimensão de seus próprios sentimentos e comoções, mantendo suas respostas objetivas e aludindo mais ao grupo ou à família do que a si mesmo.

Portanto, um dos principais receios, o de não conseguir estabelecer conexão entre entrevistadora e entrevistado, não se realizou. Pelo contrário, na maior parte do tempo os entrevistados se mostraram espontâneos e consideravelmente delongados nas respostas, alguns não deixando de se emocionar em certos momentos. Neste aspecto, é salutar pontuar que a pandemia de Covid-19, além de impor o isolamento social, também criou um contexto excepcional de suspensão da normalidade, de risco iminente de morte, de solidão e de luto coletivo (quando não individual). Em meio a essa conjuntura de inegável impacto às subjetividades, não raro nos encontramos envoltos em ruminções e ansiando por conversas nas quais pudéssemos ouvir, ser ouvidos e compartilhar algumas destas reflexões. Este momento atípico, então, propiciou um clima igualmente singular às entrevistas - como apontado por Elizabeth Jelin, as rupturas na rotina envolvem o sujeito de maneira distinta, podendo empurrar à reflexão e à busca de sentido (2002, p.9). Ainda, em duas das entrevistas realizadas após a suspensão do isolamento social, os entrevistados (Sérgio e Esther) viviam o luto por seus respectivos pais, falecidos alguns meses antes, de modo que o ato de registrar e comentar a trajetória destes se revestiu de outra importância e significado.

O roteiro das entrevistas era organizado em três blocos – o primeiro trazia perguntas a respeito da trajetória da família antes do nascimento do entrevistado, o que o entrevistado ouviu sobre a vida na China, a vinda ao Brasil e o estabelecimento aqui; o segundo tratava das memórias de infância do entrevistado, da rotina da família na época, das experiências escolares e de trabalho; e o terceiro centrava na transição para a vida adulta, os eventuais conflitos entre as expectativas dos pais e as vontades dos filhos e as escolhas de vida dos

---

206. Do conjunto de 8 entrevistas, duas foram realizadas presencialmente. Na primeira, o entrevistado compunha o meu círculo de convívio mais próximo, já estava vacinado com a primeira dose da vacina e mantivemos medidas sanitárias como uso de máscara, distância e ventilação do espaço. A segunda, a qual o comentário se refere, foi realizada no escritório do entrevistado, já no estágio avançado da vacinação na cidade e após a suspensão do isolamento social.

entrevistados, em especial a respeito de carreira e casamento ou família. Por fim, havia duas questões mais pontuais previstas, uma que indagava se o entrevistado já havia sentido que ser descendente de chineses fora usado contra ele/a de alguma maneira, e uma segunda que perguntava se alguma dessas ocasiões teve relação com a pandemia de Covid-19, ou se ele/a ouvira algum comentário relacionando China e a pandemia que o deixara desconfortável.

O desenvolvimento das entrevistas, é claro, não ficava retido às seções e perguntas do roteiro, este servindo como um guia flexível, com o objetivo de melhor conduzir a rememoração que, sabidamente, se beneficia de um processo gradual de recuperação. Neste processo, rememorações e comentários vinham à tona espontaneamente, indo e vindo na cronologia da história de vida dos entrevistados e de suas famílias, e por vezes até mesmo envolvendo assuntos que não estavam diretamente relacionados à pesquisa. Nestes momentos, se adotou a postura recomendada por Alessandro Portelli (1997) de não podar os trajetos escolhidos pelo entrevistado, tanto pela prática de boas maneiras, fundamental para criar uma relação de respeito e parceria na entrevista, quanto pelo fato de que sempre interessa ao historiador oral analisar o que o narrador quer ou não quer contar, em quais temas se delonga e em quais é breve, em quais assuntos toca espontaneamente e em quais, mesmo quando convidado, prefere não adentrar. Na mesma orientação, de buscar construir uma relação de consideração e confiança com o entrevistado, Portelli também recomenda ao entrevistador não interferir quando encontrar “um muro” na narrativa, isto é, criar na entrevista “um ambiente onde o entrevistado possa colocar seus limites” (PORTELLI, 1997, p. 46). Ainda nas palavras deste autor, toda entrevista de história oral é “uma surpresa e um aprendizado, sem exagero”(p. 17) e deve parecer mais com uma conversa do que com uma sequência de perguntas unilaterais, o que implica uma abertura para que o entrevistado também faça perguntas e o entrevistador eventualmente fale de si – o que de fato nos aconteceu em diversos momentos das entrevistas.

Portelli prefere entender que está “aprendendo com” os entrevistados, ao invés de “estudando-os”. Acredito ter conseguido me aproximar desse modelo de história oral, em especial em certos momentos, como quando Lucilina mais de uma vez comparou a dinâmica da sua família chinesa com as das famílias árabes de suas amigas:

Então a gente tira o chapéu de famílias que vem de fora, que nem eu vejo muito assim que nem a família árabe. Eu tive bastante amigas árabes, também filhas. Então o choque, a gente trocava muitas figurinhas, porque a filha do árabe é a mesma coisa que a filha do japonês ou do chinês, né. Em cultura, porque o árabe

também é cultura oriental, né. Ele tem mais ou menos a mesma base que nem o chinês, que nem o japonês.<sup>207</sup>

Não havia me ocorrido, até então, aproximar e comparar estas duas imigrações. Ainda me retinha à comparação com os japoneses apenas, já notando que essa comparação deixava a desejar no tocante às condições da vinda ao e estabelecimento no Brasil, uma vez que a imigração japonesa foi, ao menos na sua fase inicial, subvencionada pelos estados nacionais (enquanto que a chinesa e a sírio-libanesa se deram a partir de iniciativas familiares e privadas e redes de cooperação entre estas famílias). Lucilina, que também menciona amigas de ascendência japonesa, chega a apontar que a semelhança observada entre chineses e árabes é maior do que a entre chineses e japoneses:

(...) então, é muito parecido com...eu ainda acho, convivendo com todos esses povos, eu ainda acho que é mais parecido culturalmente com árabe. Mais árabe do que japonês. Mas tem assim, miscelânea né. Mas é muito parecido assim, as raízes do árabe com o chinês.<sup>208</sup>

Essa análise de Lucilina me deixou intrigada e passou a me acompanhar no desenvolvimento da pesquisa até tomar forma nas comparações entre imigrantes chineses e sírio libaneses a respeito dos estereótipos, da conduta destes nas atividades comerciais e das redes de cooperação formadas por estas comunidades, ambas apresentadas no segundo capítulo. A narrativa de Lucilina, bem como as dos demais entrevistados, foi uma fonte de aprendizado, para além de mera extração de dados – eu não estava interessada apenas em obter respostas para as minhas perguntas (que, felizmente, foram extrapoladas), mas em tudo que ela tinha a me contar.

Se faz necessário, aqui, discorrer sobre os referenciais teóricos que orientaram esta discussão a respeito de memória e identidade, a fim de melhor elaborar as indagações postas às narrativas desenvolvidas nas entrevistas. A primeira destas discussões diz respeito às intenções da pesquisa quanto à memória do grupo, ou a que se pretende o conceito de memória coletiva. Não almejamos, aqui, apresentar uma memória narrativa única, que dê conta de representar a totalidade do grupo, isto é, das famílias chinesas que se estabeleceram em Curitiba no período, ou mesmo da geração destas que nasceu no Brasil. Ainda que, como explorado no capítulo anterior, as entrevistas tenham contado sobre algumas das experiências

---

207. Entrevista Lucilina. [jun. 2021]. Em outro momento, Lucilina compara chineses e árabes na expectativa dos pais e avós quanto ao casamento das moças da família, que este seria arranjado dentro da comunidade e implicaria num dote pago pela família do noivo à família da noiva.

208. Entrevista Lucilina. [jun. 2021].

partilhadas por estas famílias, como as práticas comerciais e as redes de apoio mútuo (e, mesmo a respeito do que há em comum, há diversidade, como por exemplo, nas importâncias atribuídas aos consórcios), em especial no terreno das narrativas e dos seus significados optamos por não pressupor uma comunalidade. Essa orientação se dá antes pelos referenciais teóricos elencados, do que pelo número de entrevistados em relação à totalidade do grupo.

O conceito de memória coletiva elaborado por Halbwachs foi essencial para fornecer alicerces teóricos aos estudos da memória na historiografia e na sociologia, uma vez que traz a ideia de que a memória individual é indissociável do âmbito social – da família, da geração, da nação, etc. Halbwachs não deixa de mencionar um processo de negociação entre a memória pessoal e a coletiva, mas de fato vê essa interação de maneira mais harmoniosa do que alguns autores posteriores, como Michael Pollak, que reconhece um caráter problemático na memória coletiva e questiona quais atores a constroem e a consolidam. Este autor aponta o caráter “destruidor, uniformizador e opressor” desta, em especial da memória nacional, e como esta cria marginalidades, dando origem às chamadas “memórias subterrâneas” (POLLAK, 1989, p. 2). Diante da memória narrativa nacional, as próprias experiências dos grupos etnicamente minoritários, em especial aquelas de discriminação, adquirem um caráter subterrâneo, ocultadas pela superfície da identidade nacional — de maneira que a aplicação desta metodologia poderia repetir a prática que primeiro empurrou essas memórias para longe do reconhecimento público. Pollak escolhe salientar a disputa, as relações de força que envolvem a memória coletiva e social, bem como as exclusões resultantes destes processos. Por isso, prefere o conceito de memória enquadrada, mais do que memória coletiva, para investigar esses fenômenos. Jacques Le Goff (2014), ao discorrer sobre o valor da memória, também coloca a memória coletiva como um instrumento de poder, ao mesmo tempo em que e porque é elemento essencial da identidade. Este autor coloca como objetivo dos profissionais científicos da memória (historiadores, antropólogos, sociólogos) o dever de fazer imperativo da sua objetividade científica a democratização da memória social (LE GOFF, 2014, p. 477).

Para Fernando Catroga (2001), que busca encontrar uma interação simultânea da memória social e da memória pessoal, a memória é um processo relacional e intersubjetivo. Ao mesmo tempo em que a subjetividade não deve ser desconsiderada ou secundarizada, a anamnese — processo por meio do qual a identidade unifica a complexidade dos tempos vividos (CATROGA, 2001, p. 17) — se dá dentro de quadros sociais e dá coerência à vida dos

grupos. Desta maneira, as relações de pertencimento coletivo do indivíduo são, também, fundamentais ao estudo de sua memória narrativa. Este autor ainda faz um necessário ajuste na diferença entre memória social e coletiva: as memórias coletivas se iniciam e se encerram, e se inscrevem na memória social. Esta, por sua vez, é contínua e abarcará as demais memórias coletivas por vir (CATROGA, 2001, p. 19-20). Catroga coloca, ainda, que quanto mais coletiva e histórica a memória, maior a margem para sua “invenção” e seus usos e abusos. Já Joel Candau faz uma crítica mais incisiva a Halbwachs, questionando se sequer é possível falar de uma memória coletiva, uma vez que esta se dá pela metamemória, isto é, a representação que o indivíduo faz do que viveu. A metamemória, então, não permitiria uma abordagem tão totalizante como a que propõe o conceito de memória coletiva.

As elaborações de Candau nos são especialmente interessantes aqui porque esmiúçam em que cenários é mais ou menos pertinente pensar em uma memória coletiva ou identidade coletiva. Este autor também está entre os que aproximam estes conceitos com muita desconfiança – aponta que estas retóricas holistas se apoiam em generalizações frágeis demais, ao mesmo tempo em que se tornam inverossímeis. Candau aponta que, empiricamente, é impossível constituir uma memória coletiva, uma vez que as representações mentais jamais serão idênticas em todo um grupo, nem são assim acessíveis a quem as pretende estudar. Porém, em certas condições, certos estados mentais podem ser compartilhados por, pelo menos, uma boa parte de um grupo – é aí que o grau de pertinência do uso destes conceitos aumenta e se torna mais atraente.

Candau elenca como uma das falhas da retórica holista o fato de que nenhum grupo existe enquanto grupo fechado ou isolado, uma vez que todos têm contato com pessoas “de fora” que emitem julgamentos e opiniões que, por sua vez, afetam aquele membro. O autor conclui então que, quanto mais isolado o grupo, maior o grau de pertinência da retórica holista, isto é, do uso de conceitos como o de memória coletiva. A partir do que foi relatado nas entrevistas, nota-se que os entrevistados, mesmo na infância e juventude, conviviam pontualmente com outros indivíduos chineses ou descendentes de chineses, além de sua própria família. Talvez um relativo isolamento poderia ser observado na sociabilidade de seus pais, a primeira geração da imigração, mas definitivamente não é o caso da segunda geração. Pelo contrário, a maioria destes casou-se e/ou formou família com brasileiros (não descendentes de asiáticos) e mantiveram poucos ou nenhum laço com outros sino-brasileiros que não sejam seus familiares. O que nos leva a outro critério adotado por Candau: um “forte

e denso conhecimento recíproco” também favorece um maior grau de pertinência das retóricas holistas, pois em grupos onde há um frequente compartilhamento de memórias individuais as representações do passado tendem a se homogeneizar (CANDAUI, 2012, p 46). Nesta lógica, a situação oposta, isto é, entre indivíduos que pouco compartilham suas representações de passado, estas tendem à heterogeneia.

Ainda, o amparo teórico de Candau não serve apenas para analisar o grau de pertinência de conceitos holistas neste ou aquele contexto, mas também para refletir sobre o porquê do surgimento de uma memória compartilhada. Melhor do que surgimento, estaria mais alinhado às suas elaborações falar em um orquestramento de uma memória compartilhada, a partir de uma demanda identitária, que busca uma solidariedade e uma mobilização do grupo (CANDAUI, 2012, p. 47). Além da definição de seus contornos, para o autor é este fim que diferencia a “memória forte” da “memória fraca”. A memória forte, além de coerente e, em certa medida, imposta, tem a função de organizar e estruturar o grupo, bem como suas representações de si mesmo. Enquanto isso, a memória fraca tem contornos difusos (o que faz da identidade coletiva do grupo algo relativamente inatingível) e pode até mesmo desestruturar o grupo (CANDAUI, 2012, p. 44). Por consequência, quanto mais forte a memória, maior o grau de pertinência do reconhecimento do caráter coletivo dessa memória.

Novamente, o grupo em questão não demonstrou ter se mobilizado ao redor de uma demanda identitária, o que consistiria um contexto propício à “memória fraca”, isto é, fraca no sentido de menor coesão do grupo. Tratamos, então, de um conjunto de narrativas sobre experiências que têm certos pontos em comum, e que por sua vez fornecem alguns dos olhares a respeito de um fenômeno histórico vivido por estes sujeitos – mas que não constitui uma memória de grupo coesa e delimitável. Concluímos essa discussão retornando a Alessandro Portelli. O autor prefere evitar o termo “memória coletiva” pois, segundo ele, este procedimento pode levar a encarar indivíduos como “intercambiáveis e desinteressados ao próximo”, quando a história oral é “uma ciência e arte do indivíduo”. Enquanto outras ciências buscam padrões e modelos de memória que transcendam a pessoa, a história oral alia esse esforço de construir padrões e modelos “à atenção às variações e transgressões individuais concretas”. Portelli aponta que, muitas vezes, o historiador oral tem como foco justamente a memória extraordinária, e não a memória das “pessoas médias” (PORTELLI, 1997, p. 16-18). De fato, diante das peculiaridades e complexidades das narrativas colhidas, não pareceu possível ou mesmo interessante à pesquisa igualá-las ou agrupá-las a fim de

alcançar algo que as representasse igualmente e simultaneamente. Isto achataria as preciosas singularidades de cada narrador. Mesmo entre entrevistados irmãos de idades próximas, que cresceram juntos em condições muito semelhantes, há distinção no tom das narrativas, nas explicações elaboradas e nas posturas assumidas diante do passado e do presente. Quando se trata da história oral em específico, Portelli aponta que esta metodologia e as memórias não irão oferecer um “esquema de experiências comuns, mas sim um campo de possibilidades compartilhadas, reais ou imaginárias” (PORTELLI, 1996, p. 8).

Outra discussão que se faz necessária diz respeito à natureza da memória narrativa e a forma como o contexto da entrevista e a relação entre entrevistadora e entrevistado modulam as reconstituições. A rememoração não se trata de mero acesso aos dados do passado, e sim de uma narrativa constantemente atualizada pelo contexto no qual é evocada. Não se trata de uma questão de honestidade ou de falta dela, de veracidade ou de fabulação, mas da natureza da memória – não é possível reconstituir a totalidade dos fatos ou fazê-lo com absoluta exatidão. Toda memória consiste em uma seleção dos acontecimentos, eleitos a fim de atender as demandas que os invocam e arranjados dentro de uma coerência (e estes processos são, quase sempre, inconscientes). Que demandas serão estas, no contexto de uma entrevista de história oral, dependerá, em boa parte, de quem é e como se apresenta o entrevistador e o que ele demonstra interesse em saber.

Alessandro Portelli (1997) aponta que as entrevistas nunca se dão em pé de igualdade, uma vez que, por mais que busque se aproximar de uma conversa, ainda há um lado que faz perguntas e outro que responde. Essa dinâmica pode camuflar que o entrevistado também observa e tece opiniões sobre o entrevistador, como lembra o autor. Os entrevistados falaram para uma sobrinha, para a sobrinha de uma amiga de infância, para uma parente distante, e até para uma total desconhecida, porém com a qual, talvez, houvesse certa identificação étnica e geracional (no caso de Ronaldo). Mas, também, falaram para uma pesquisadora vinculada a uma universidade, vínculo que era reafirmado ao início da entrevista, com a leitura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, o documento que informa os direitos dos participantes da pesquisa. Fundamental para que o entrevistado pudesse, justamente, consentir de maneira informada com a concessão da entrevista, a apresentação do TCLE esclarece que esta irá compor uma pesquisa científica e que esta terá seus resultados publicados.

Portanto, ao mesmo tempo em que os entrevistados falavam a alguém que, em certa medida, era “uma deles”, também estavam cientes que falavam para um público além da entrevistadora. Essas condições modularam as narrativas em certos sentidos. Por vezes, os entrevistados se colocaram no lugar de alguém mais velho falando a uma geração mais nova, a ser aconselhada e guiada:

LR - Eu queria estudar, né. Depois aí quando você tá trabalhando, tá ralando...você vai passar por isso também, nunca você vai escutar seus pais...eles vão estar errados, [você] tá com quantos anos?

MV - Tô com 26.

LR - 26, então, vai mudar muito a sua cabeça ainda.<sup>209</sup>

Essa época acho que é a época mais difícil né, dos pais em relação aos filhos, porque nessa idade a gente acha que sabe tudo. E às vezes ele dá a opinião dele e você não acata. Então a gente teve algumas diferenças, mas depois a gente se entendeu, eu entendi a posição dele, por que que ele pensava daquela maneira, tal. E a pouca idade que eu tinha né, eu tinha pouca idade, não tinha experiência, mas você sempre acha que você sabe tudo nessa idade, e não é bem assim.<sup>210</sup>

Em certos momentos, as entrevistas tomavam um tom de confissão entre duas pessoas que partilhavam de experiências familiares e étnico-raciais comuns. Em especial com os entrevistados mais jovens e no tocante às vivências de discriminação racial, havia nas falas certa cumplicidade de quem fala de um mesmo lugar que o outro: “A gente tem um estigma, né? Que oriental é tudo, tudo CDF, né? Então a gente tem que manter um padrão, né? [risada]”<sup>211</sup>. O que nos leva a crer que estas mesmas perguntas, se realizadas por uma pessoa branca ou mesmo não-amarela, não seriam recebidas da mesma maneira. Nestes mesmos momentos, porém, percebi alguns dos entrevistados buscando justificar a forma como reagem aos insultos raciais e demais marcações de diferença, por vezes delongando-se nas explicações do porquê preferem ignorar essas ocorrências (que estas são fruto da pouca instrução das pessoas, que responder não irá resolver de nada, etc.). Estas respostas podem denotar que os entrevistados se sentiram sob alguma expectativa, por parte da entrevistadora, de que deveriam ter respondido às ocorrências ou que, ao menos, identificaram-nas como algo problemático. Simultaneamente, essa mesma relação pode ter criado um ambiente no qual esses episódios, no senso comum tratados como brincadeiras inofensivas, pudessem ser apontados como, no mínimo, desagradáveis. Estes são alguns exemplos das articulações entre

209. Entrevista Lucilina. [jun. 2021]. Legendas: LR - Lucilina, MV - Maria Victória.

210. Entrevista Mei Qim. [ago. 2021].

211. Entrevista Suzana. [set. 2021].

semelhança e diferença e dos jogos de expectativas que atravessam todas as entrevistas e as narrativas ali produzidas.

É de considerar, ainda, os não-ditos e os esquecidos, que discutiremos mais a fundo na sequência. O caráter público e científico da entrevista, por mais descontraída que esta fosse, também opera para excluir das narrativas certos eventos ou reflexões. Seja porque o entrevistado optou por manter aquele assunto privado, seja porque este não se encaixava na coerência narrativa que se formulava, seja pela própria impossibilidade lembrar o passado em sua totalidade, é preciso abandonar o mito de obter informações completas ou esgotar o assunto com o entrevistado, como afirma mais uma vez Alessandro Portelli (1996, p. 46). Ainda nas suas palavras, só teremos acesso a fragmentos do que o entrevistado é e sabe.

Como David Lowenthal bem expressa com o título de seu livro, “o passado é um país estrangeiro”. Seu argumento central é que o conhecimento do passado é sempre incerto, uma vez que não está mais presente – por mais que essa ideia seja difícil de aceitar, já que tanto do que sustenta o presente está ancorado no passado. E nem se trata de descartar o passado, mas de lançar um olhar crítico e compreender as limitações de suas fontes, sempre residuais. Desacreditar o passado histórico seria desacreditar a nossa própria sanidade, bem como nossa ordem social e nossas tradições. Há muitos mitos sobre a memória que circulam no senso comum e mesmo dentro da nossa disciplina e das demais. Cabe aqui iniciar essa discussão adereçando um deles, em especial. Há uma concepção da memória humana na qual esta funcionaria como a memória eletrônica: “inputs” de informação seriam gravados permanentemente em seus arquivos, e um mecanismo seria capaz de selecioná-los e trazê-los à tona sempre que necessário ou desejado. A disseminação da memória eletrônica (ou memória da máquina), parecida com a dos livros, mas de evocação ainda mais fácil e rápida, cumpriu um papel no caminho a esta concepção de memória, como aponta Jacques Le Goff. Mas a memória humana é de natureza instável e maleável, e é em boa parte “não-informatizável” (LE GOFF, 2014).

Na sequência, há dois outros aspectos da memória cuja discussão é pertinente: a revisão e o esquecimento. Lowenthal comenta que lembranças muito vívidas confundiriam o que é passado e o que é presente (além de que, impossibilitariam a formação de uma identidade, como exploraremos mais adiante) e tornariam impossível viver o presente (LOWENTHAL, 1998, p. 92). Certa “dose” de revisão e esquecimento fará parte de qualquer recordação. Na lembrança, as lembranças são reinterpretadas a partir das necessidades do

presente e das experiências posteriores. Uma destas necessidades é a de forjar uma coerência, ou mesmo uma inteligibilidade, sendo função da memória elaborar uma composição do emaranhado de sensações que foi a experiência real. Neste processo, certas cenas são privilegiadas, enquanto outras são esquecidas; e também são feitas as revisões. Como Lowenthal coloca, estas podem parecer “mais condenáveis”, um atentado à veracidade, mas são naturais e necessárias, além de na maioria das vezes serem não intencionais (LOWENTHAL, 1998, p. 99). Não é possível à memória acessar o passado sem interferências do presente, pois, nas palavras de Elizabeth Jelin, o passado cobra sentido quando se entrelaça ao presente na rememoração e no esquecimento, num processo que é subjetivo, mas construído socialmente (JELIN, 2002, p. 9).

O narrador altera as lembranças ao lembrá-las, e mais uma vez ao narrá-las. O pesquisador, por sua vez, também as altera ao extrair e contar uma narrativa, ao moldá-la pela interação com o entrevistado (ou com a fonte) e pelo seu próprio olhar. Logo, não são mais aceitáveis as ideias de teóricos como Bergson e Penfield, que delegavam à memória a função de conservar todo o passado e de poder reconstituí-lo com absoluta precisão. Para Lowenthal, “a função fundamental da memória, por conseguinte, não é preservar o passado mas sim adaptá-lo a fim de enriquecer e manipular o presente” (LOWENTHAL, 1998, p. 103). A memória, nas palavras do autor, “rouba a chamada do passado, para iluminar o presente”.

A revisão também foi tema para o historiador Fernando Catroga (2001) que explicitou o caráter teleológico da memória e sua íntima relação com a identidade. O autor coloca que “a mesmice do eu tende a preencher os vazios da amnésia, como se o percurso autobiográfico fosse um continuum” (CATROGA, 2001, p. 20). A memória opera como uma “previsão ao contrário”, domesticando o aleatório e a descontinuidade para dar coesão à vida e à identidade do narrador. Ainda assim, a representação da memória é diferente da imaginação porque se submete ao princípio da realidade, por mais que a única fiança seja o juramento do narrador (CATROGA, 2001, p. 22). Na mesma linha, Lowenthal também coloca que “nenhuma memória é totalmente enganosa” (LOWENTHAL, 1998, p. 87), uma vez que todas, de alguma forma, se relacionam com o passado.

Voltando ao tema do esquecimento, Lowenthal explica como seria intolerável viver sem esquecer, lembrar-se de todos os detalhes e acontecimentos. A própria ação de pensar requer abstrações, generalizações, que implicam esquecer. Para recordar uma vida inteira,

levaríamos outra vida inteira (LOWENTHAL, 1998, p. 95). A memória opera a partir de uma dialética entre lembrar e esquecer.

O esquecimento, porém, muitas vezes é confundido (erroneamente) com o silêncio. As elaborações de Michael Pollak (1989) a respeito do esquecimento e do silêncio são essenciais para desenvolver este outro tema. Como mencionado anteriormente, Pollak trata disputa da memória – mais especificamente, de como o enquadramento da memória (coletiva, nacional) cria exclusões, isto é, as memórias subterrâneas. Estas são memórias coletivas que não são convenientes para a memória nacional dominante. Não é o caso de todas as memórias coletivas, e nem sempre essa dominação se dá a partir do Estado contra a população civil. Com frequência, são grupos minoritários que são dominados pela sociedade englobante (POLLAK, 1989, p. 3).

As memórias subterrâneas podem esperar por anos até o momento propício de romper o silêncio e alcançar o espaço público. Percebe-se que estes “não ditos” não se tratam de esquecimentos, mas de silêncios moldados pela angústia de não encontrar escuta, de ser recriminado ao narrar ou pelo receio de causar mal entendidos. Após acontecimentos dilaceradores, é comum que a resposta seja “a vontade de esquecer”, ou de poupar os filhos (por exemplo) deste sofrimento. Há ainda a possibilidade desse passado atribuir estigmas ao indivíduo, que por consequência evita evocá-lo.

Cabe, aqui, considerarmos que a imigração chinesa figura muito pouco ou é totalmente ausente da história oficial brasileira, isto é, não é tratada em livros didáticos, raramente é sinalizada com monumentos ou homenagens públicas, não compõe a identidade de estados ou municípios e apenas vez ou outra é mencionada em reportagens e outros materiais do tipo. Quando referenciada em espaços como estes, por vezes o é de maneira pejorativa, humorística, exotificada ou tida como ameaça – a razão desta ausência e dessas representações foi assunto do primeiro capítulo. Essa falta de uma história pública da imigração chinesa impacta a maneira como seus descendentes podem ou não tecer suas narrativas pessoais, uma vez que determina as possibilidades dentro do cosmos significativo ao qual todos nós sempre buscaremos nos conectar, ligando nosso passado pessoal com a memória coletiva e a história pública (LOWENTHAL, 1998, p. 82). Paul Ricoeur, recuperado por Jelin, entende que memória coletiva é só aquilo que aconteceu aos grupos que têm capacidade de pôr em cena essas recordações comuns, por meio de festas, ritos e celebrações públicas (JELIN, 2002, p.5). Em determinado momento da entrevista de Lucilina, após refletir

sobre a experiência imigrante do pai, a entrevistada busca explicar (e, portanto, compreender) essa trajetória aproximando-a de outras imigrações, de maior reconhecimento público, em especial a imigração japonesa ao Brasil e a imigração chinesa aos EUA:

LR - Então eu acho assim que toda imigração brasileira, italiano, o japonês, o japonês tem mais de cem anos, o chinês foi mais tarde...mas a imigração japonesa já fez cem, cento e poucos anos né.

MV - Fez, é.

LR - Cento e não sei...

MV - É, 2008 foi centenário deles né.

LR - 2008 né? Então, esse navio que veio do Japão era para parar nos Estados Unidos. Só que Estados Unidos não aceitou, daí que eles acabaram vindo pro Brasil. E daí pararam parece em Santos, depois em Paranaguá se não me engano, por isso que Paranaguá eles subiram a serra e foram parar no norte do Paraná. Por causa da agricultura. Daí acabaram se fixando ali. E daí começou a nascer Brasília também ali perto, aí começaram a fazer as plantações ali e radicaram ali, né. E o chinês ele...no Brasil, ele ficou muito forte em São Paulo né. Tanto é que tem a praça...como é, praça não...bairro da Liberdade né. Que é um dos grandes centros também da comunidade, vamos dizer assim, chinesa ali também. Mas é, conheci a de Nova Iorque também, é grande também o bairro, bairro chinês lá, bairro oriental. Chinatown, que eles chamam. O de São Francisco também é grande.

(...) Então, às vezes eu digo, como o país é muito novo, tem muito que aprender ainda né. Ainda mais com as imigrações que vieram de lá, meu pai veio, meu avô veio fugindo da guerra. Mas a maioria dos que emigraram, vieram entre aspas fugidos né, praticamente, do país né. Ou tentar uma vida nova, a maioria que veio queria tentar uma vida nova né. Se ver a história dos italianos, de todos os povos que vieram, holandeses que vieram para o nordeste, o sul aqui os italianos, alemães né, então todos praticamente vieram tentar uma vida nova né. E assim vai.<sup>212</sup>

Retomando a discussão anterior sobre o papel da memória em forjar uma coerência ao passado, atentemos que a memória individual vai resultar de uma “gestão de um equilíbrio precário de inúmeras tensões e contradições” (POLLAK, 1989, p. 11). É compreensível que aqueles que atravessaram rupturas e traumas encontrem dificuldade para realizar esse processo – são obstáculos para compreender a si mesmo. Entretanto, como aponta Jelin, a impossibilidade de incorporar o traumático à narrativa não faz com que sua presença deixe de ser persistente e que seus sintomas se manifestem (JELIN, 2002). Diante dessa incompreensão de si, o silêncio sobre si pode ser condição necessária para se manter na sociedade, para a organização social da vida. São bloqueios que não vem do esquecimento necessariamente, mas de uma reflexão sobre a utilidade de seu passado. Dessa elaboração de

212. Entrevista Lucilina. [jun. 2021]. Legendas: LR - Lucilina, MV - Maria Victória.

Pollak podemos notar a importância do estudo do silêncio para o estudo dos grupos marginalizados; bem como estabelecer uma ponte entre o silêncio e a experiência contraditória do imigrante, na direção das elaborações de Abdelmalek Sayad, que faremos a seguir.

Abdelmalek Sayad (1998) define o imigrante a partir da sua contradição fundamental: seu estado é provisório, mas sua situação é duradoura. Essa contradição é compartilhada por todos os envolvidos na imigração: a sociedade de emigração, a sociedade de imigração e em especial, o próprio imigrante. Seu estado é considerado temporário por todos: para ele, é só uma etapa da vida; para a sociedade que deixou, é apenas um ausente; para a sociedade de destino, é um trabalhador temporário, que poderá ser descartado assim que necessário. Especialmente quando a expansão econômica precisa “consumir” imigração, há um imenso esforço coletivo para sustentar esta ilusão – especialmente da parte das elites governantes, mas inclusive das esquerdas e dos sindicatos. Essa contradição vai inspirar tudo que se diz e se pratica a respeito da imigração.

Nesse momento, é de interesse da sociedade de imigração que esse “provisório” possa durar indefinidamente, até ser definitivo de fato – desde que isso jamais seja enunciado. Esta sociedade só está disposta a tolerar a presença do imigrante, e não pretende reconhecê-lo como permanente (por mais que, na realidade, ele o seja). Não só da sociedade de imigração, é de interesse de todos esses atores acreditar nesse mito da efemeridade – inclusive por parte do próprio imigrante, que precisa convencer a si mesmo do caráter provisório daquela experiência, especialmente diante de uma sociedade hostil à sua presença.

Porém, como Sayad (1998) discute mais extensamente no capítulo “*El Ghorba: o mecanismo de produção da emigração*”, o deslocamento do imigrante não é um processo reversível. Pelo contrário, há uma série de constrangimentos e mesmo questões econômicas que impedem o imigrante de retornar – ele jamais pertencerá à França, mas também já não há mais lugar para ele na Argélia<sup>213</sup>. Como explica a metáfora, o grão de areia arrancado da rocha pelo vento nunca mais voltará a fazer parte da rocha.

Sayad conta como, na Argélia, “tudo que se tem na boca é França”, mas só há histórias de sucesso e felicidade. Os imigrantes que retornam para passar as férias chegam com malas cheias e gastam dinheiro despreocupadamente. O narrador conta que jurou jamais retornar à Argélia, quando a deixou pela primeira vez. Porém, quando chega à França, se falam coisas

---

213. A obra de Sayad se apoia nas narrativas de imigrantes argelinos na França.

da vida lá que nunca foram faladas na Argélia – que vivem pior do que cachorros, ganham pouco, gastam muito, e que o trabalho nas fábricas envenena o corpo. Estas são as duas verdades contraditórias da *el ghorba*<sup>214</sup>: o isolamento e a perda; a emancipação e a felicidade. Uma vez na França, é a Argélia que se torna *el ghorba* – a terra natal virou território do exílio. Essa contradição não pode ser resolvida, já que significaria renunciar a emigrar, então resta mascará-la. O grupo todo se esforça para manter um desconhecimento da verdade objetiva. Para poder se perpetuar, a imigração precisa ignorar a si mesma e a sua contradição fundamental.

Com o passar do tempo, a crescente distância entre a concepção da imigração (provisória) e a sua realidade presente (permanente e com “custos sociais”) se torna insuportável. Especialmente quando mudam as condições econômicas que deram origem à imigração, e esta já não é mais tão conveniente, e que o caráter permanente dos imigrantes se explicita cada vez mais (seja quando tem filhos, ou quando passam a reivindicar uma existência plena e não só direitos parciais de trabalhadores temporários), se agudiza a crise da imigração e a contradição fundamental fica mais evidente. Mais adiante, discutiremos como o crescimento dos filhos em uma sociedade estrangeira e os consequentes conflitos intergeracionais decorrentes dessa diferença agudizam a contradição da imigração.

As elaborações de Sayad sobre a experiência imigrante permitem um diálogo com o que Pollak desenvolveu sobre o silêncio e a memória. Este autor apontou como os grupos que carregam em si contradições agudas muitas vezes veem no silêncio uma necessidade, pois estas contradições põem obstáculos para estabelecer um fio condutor na história de suas vidas, necessário para a narrativa. Se ao narrar suas experiências de vida o indivíduo inevitavelmente se localiza socialmente, quais são, ou de que proporção são, as dificuldades de um deslocado para fazê-lo?

Nenhum dos entrevistados soube dar muitas informações sobre a vida da família, dos pais e dos avós, na China ou sobre o deslocamento ao Brasil. Alguns sabiam um ou outro dado (que a família trabalhava com agricultura e vinha do interior da China, sem mais especificidades; também era mencionada “a guerra”), normalmente acompanhado do fato de que os pais não tinham especial interesse em transmitir essas memórias ou até mesmo se recusavam a fazê-lo. O pouco que os entrevistados sabiam, descobriram reunindo fragmentos aqui e ali:

---

214. Termo utilizado pelos argelinos que, numa tradução simplificada, tem significado de “exílio”.

Só que eles nunca contavam a história pra nós. A gente descobria sozinho, entende. Eles não eram de falar. Que na época, me lembro quando era criança, criança não falava na mesa. Sentava os sete irmãos lá, e criança não podia falar, se falava apanhava, levava uma reguada, uma vara na perna. Então só os adultos falavam, conversavam.

Suzana conta que precisou insistir para que o pai lhe contasse sua história, enquanto que a mãe se recusava a fazê-lo:

Bom, pra falar a verdade, eu tenho mais, eu tenho mais essa informação da vida do meu pai. Da vida da minha mãe eu não sei, ela sempre teve uma resistência muito grande em conversar sobre como é que era a vida dela. (...) Teve um dia que eu catei meu pai e falei, "pelo amor de Deus me conta". Sabe? Porque da minha mãe eu não tinha essa, ela não quis me contar. Né? Então mas assim, eu sei de algumas coisas que eu sei assim por cima, de familiares que me contam, mas um dia eu catei meu pai, falei "pelo amor de Deus me conta, porque eu preciso saber". E ele me contou assim, acho que devido a idade ele me contou pedaços mas ele também não sabia muito bem, sabe, exatamente o ano, a sequência. Então ele foi me jogando as informações e eu fui meio que montando um negócio, um quebra-cabeça na minha cabeça, eu fui montando meio que um quebra-cabeça, né? Com as informações que eu tinha.<sup>215</sup>

Mei Qim, entretanto, relata que seu pai tinha uma postura distinta sobre o passado:

Sim, o meu pai era uma pessoa que ele gostava muito de relembrar, né, as coisas da vida dele lá na China. (...) Agora ele gostava muito de comentar o que ele passava lá na infância, e um pouco também ele aumentava os acontecimentos para tornar a história divertida, né. Então ao contrário dos costumes aqui no Brasil, que você conta histórias fantasiosas, ele contava passagens da adolescência e até alguma coisa da fase adulta, né, com bastante saudade, assim. Então ele tinha na cabeça dele aquela época boa, e quando eles vem para o Brasil eles sempre imaginam que um dia eles vão voltar pra China, pra morrer lá. Então essa é a memória que ele tinha, ele contava muitas coisas. E até às vezes numa forma assim engraçada, pra divertir a gente.<sup>216</sup>

Ainda sobre o orquestramento da memória e a compreensão de si, Fernando Catroga explica como a memória funciona a partir de uma construção seletiva do passado. Não é um mero depósito, mas uma retenção “afetiva e quente” do passado vivido ou relatado. Essa seletividade é necessária para formar uma identidade – se se recorda de tudo, como definir a si mesmo e ao grupo? Como colocou Lowenthal, “saber o que fomos confirma o que somos” (LOWENTHAL, 1998, p. 83). Por meio da anamnese, a identidade unifica a complexidade dos tempos sociais vividos (CATROGA, 2001, p. 17).

215. Entrevista Suzana. [set. 2021].

216. Entrevista Mei Qim. [ago. 2021].

A memória e a identidade operam em uma dialética de maneira que é inviável pensá-las em separado – como colocou Candau, “não há busca identitária sem memória, e inversamente, a busca memorial é sempre acompanhada de um sentimento de identidade” (CANDAU, 2012, p. 19). Para Elizabeth Jelin, o núcleo de qualquer identidade está ligado a um sentido de permanência (mesmidade) ao longo do tempo e espaço (JELIN, 2002, p. 7), e o poder de recordar e rememorar é o que sustenta a identidade. Mais uma vez, podemos pensar os impactos da ausência de ritos comemorativos para a memória e a identidade. Para a autora, os parâmetros de identidade, para além de enquadrar memórias, definem com quem o indivíduo se identifica e com quem se diferencia. Jelin aponta como toda memória narrativa constrói um novo compromisso entre passado e presente, e neste jogo entram censuras, narrativas socialmente aceitas, expectativas do interlocutor, etc. (JELIN, 2002, p. 9).

Denys Cuche, muito apoiado na perspectiva construtivista de Fredrik Barth, propõe uma concepção de identidade relacional ou situacional, assim evitando os equívocos das perspectivas objetivista (que entende a identidade como algo determinado sobre o sujeito e imutável) e subjetivista (que por sua vez abstrai totalmente o contexto no qual as identidades são negociadas).

Como discutido nos capítulos anteriores, a concepção de cultura e de identidade como uma segunda natureza, ou seja, determinadas pelas raízes, quando não pela biologia do indivíduo, foi e é ferramenta fundamental para dar continuidade à ostracização dos asiático-brasileiros. Ainda que evidentemente esta não seja nossa intenção, não seria um erro difícil de incorrer dada a longa tradição na mentalidade ocidental de tratar os asiáticos como portadores de uma identidade fixa, imutável e essencialmente estrangeira. Cuche coloca que mesmo a teoria que considera o vínculo ao grupo étnico mais fundamental que os demais vínculos é, também, uma teoria objetivista.

Na tentativa de corrigir o objetivismo destas teorias, corre-se o risco de cair na perspectiva subjetivista, que, por sua vez, desregulam o aspecto individual da identidade. Segundo este pensamento, a identidade étnico-cultural se resume a um sentimento de vinculação com uma coletividade imaginária. Portanto, ainda que corrigindo o determinismo das teorias objetivistas, essa linha ainda abstrai o contexto, peça fundamental para pensar as identidades. Nas palavras de Cuche, “a construção da identidade se faz no interior de contextos sociais que determinam a posição dos agentes e por isso mesmo orientam suas representações e suas escolhas” (CUCHE, 1999, p. 182).

Na proposta de Cuche, a identidade é um processo contínuo (identificação) – portanto, não é estática, é afirmada ou reprimida pelo contexto e tem fins estratégicos para os sujeitos que a operam (ainda que essa estratégia nem sempre seja consciente). Como colocado por Barth, a identidade de um grupo se elabora na relação que o opõe a outros grupos – o contexto, ou a situação, são fundamentais. Não há, portanto, uma “identidade em si”, pois esta se dá a partir de uma relação dialética com alteridade.

Seguindo esta lógica, o processo de identificação não é obra apenas daqueles pertencentes ao grupo. A identidade é o que está em jogo nas lutas sociais, resultado de uma negociação entre si e a definição dos outros, podendo ser simultaneamente uma afirmação de si e uma imposição. Qual destas irá preponderar dependerá da correlação de forças entre o grupo e o contexto em que se insere. Nem todos os grupos conseguem se auto-nomear, sendo um exercício de poder definir a si. Àqueles que ocupam o “poder legítimo” cabe definir os “outros”, que seriam destoantes do referencial. O exemplo prático usado por Cuche aqui é dos brancos “WASP” (branco, anglo-saxão e protestante) nos Estados Unidos. Todos os que não são “WASP” são denominados pessoas “de cor”. Discutiremos mais tarde como os asiático-brasileiros são mais identificados pelo contexto como “japoneses” ou “chineses” do que se autoidentificam assim, o que resulta em um processo de identificação descontente e contraditório.

Cuche aponta como a subalternização das minorias étnicas é justificada por estas serem “diferentes demais” e estas diferenças serem imutáveis. Quando, na perspectiva do autor, o que fundamenta a fronteira entre dois grupos é a vontade de se diferenciar, e não uma “distância” entre as particularidades culturais entre eles. Uma das elaborações iniciais de Cuche é que a existência de uma cultura não implica, necessariamente, na existência de uma identidade. A cultura seria de natureza inconsciente, enquanto a identidade é em algum grau um processo consciente e estratégico. A identificação não se forma a partir de uma diferença cultural, mas da necessidade de demarcar a fronteira entre nós e eles – este é o pilar da definição de etnia para Barth. Ou seja, não é a “proporção” da diferença cultural de um grupo que vai definir o seu poder de identificação – pelo contrário, é o interesse em estabelecer uma fronteira entre “nós” e “eles” que demandará que se apontem as diferenças entre um grupo e outro.

Pode parecer uma consequência lógica que imigrantes chineses e seus descendentes no Brasil desenvolvam uma identidade coletiva. Afinal, é um grupo que de alguma forma

pertence a uma etnia e compartilha de uma cultura minoritária no país em que vive. Se há ou não um processo de identificação “forte” ou pertinente, entretanto, nos apoiamos em Cuche para pensar que isto se deve ao contexto em que o grupo se insere, muito mais do que às particularidades culturais deste. As indagações que devemos fazer, portanto, são: em que medida e partir de que tensões é interessante ao grupo se diferenciar dos brasileiros, de outros grupos nacionais ou de outras etnias/raças? E em que medida são evocados momentos em que essa fronteira foi estabelecida pelos “outros”, ou seja, quando o contexto reprimiu ou afirmou essas identidades?

Nesta perspectiva, não interessa aos pesquisadores definir a identidade (até porque isto, a rigor, nem seria possível), mas compreender o processo de formação desta. Não se trata, portanto, de esmiuçar ou desvelar quem são esses sujeitos ou o que os define, mas sim o que significa recorrer (ou deixar de recorrer) à identificação como chinês, imigrante ou descendente. Para Cuche, a ênfase no caráter do processo de identificação contribui para superar o problema da “veracidade científica” da identidade. Quando se compreende que a identidade é um meio para atingir um objetivo, mas que nem por isso os atores sociais são totalmente livres para defini-la, é possível entender que a identidade não é uma essência eclipsada que se revela, mas uma reinvenção estratégica (CUCHE, 1999, p. 198).

No que diz respeito às identidades nacionais, Cuche coloca que os Estados modernos são cada vez mais rígidos (muito mais que as sociedades tradicionais) em matéria de identidade. A lógica por trás do esforço nacionalista em mobilizar a identidade é uma lógica radical de “purificação étnica”, fazendo com que grupos e indivíduos tenham cada vez menos liberdade para definir suas próprias identidades. Ainda que permitam certa pluralidade,

O estado moderno tende à monoidentificação, seja por reconhecer apenas uma identidade cultural para definir a identidade nacional (é o caso da França), seja por definir uma identidade de referência, a única verdadeiramente legítima (como no caso dos Estados Unidos)... (CUCHE, 1999, p. 188)

Outro tema sobre o qual Denys Cuche se debruça, e que nos é especialmente interessante, são as identidades mistas da segunda geração da imigração, isto é, filhos e filhas de imigrantes. Cuche aponta que todo grupo, ou indivíduo, possui uma identidade que é sempre multidimensional, uma vez que identidades são, por definição, flutuantes. A ideia de que estes jovens estariam divididos entre duas identidades (ideia que, segundo o autor, deriva de uma concepção monolítica de identidade) é considerada, por ele, desqualificante, uma vez

que quase sempre se tenta explicar supostas perturbações psicológicas e sociais derivadas desse suposto conflito.

Cuche, então, toma como sintomática a concepção negativa de uma dupla identidade, que desqualificaria certos grupos. Porém, para o autor, mesmo quando há uma tentativa de positivar a dupla identidade, associando a ela a ideia de enriquecimento ao invés de distúrbio ou anomalia, o mesmo erro analítico se mantém. Este erro consistiria em atribuir à identidade dois polos de referência que ocupam sempre o mesmo nível e são equivalentes. Ainda que seja concebível que haja duas referências de mesmo nível, os dois níveis dificilmente serão equivalentes, uma vez que os dois grupos (chineses e brasileiros, ou japoneses e brasileiros, por exemplo) quase nunca estarão em posição de equivalência. A concepção de dupla identidade erra, portanto, ao ignorar o contexto ou situação, atribuindo um caráter estático à identidade. Cuche prefere falar em identidades multidimensionais, mistas ou sincréticas, já que “cada indivíduo tem consciência de ter uma identidade de forma variável, de acordo com as dimensões do grupo ao qual ele faz referência em tal ou tal situação relacional” (CUCHE, 1999, p. 195).

Ainda sobre a problemática da simetria entre os polos, que Cuche aponta nas identidades duplas, podemos percebê-la no estudo de Jeffrey Lesser (2008). Para ele, a partir de seu estudo a respeito dos nipo-brasileiros, o vínculo a uma nação não deixou de ter relevância:

Enquanto muitos acadêmicos tentam ver além da nação, meu trabalho sugere que a nação continua sendo um conceito viável nas vidas reais de pessoas reais. Embora o nipo-brasileiros sejam parte de uma diáspora atípica e descontente, a maioria dos *nikkeis* vê o Brasil como seu centro nacional. Muitos da maioria brasileira, contudo, continuam imaginando que o Japão seja a “pátria” dos *nikkeis*. (LESSER, 2008, p. 206)

Lesser demonstra como militantes e artistas nikkei (ou nipo-brasileiros) nas décadas de 1960 a 1980 buscavam se afastar da classificação étnica de seus pais e da sociedade majoritária (que os definia, e ainda define, como japoneses, estabelecendo uma equivalência total entre japonês e nipo-brasileiro) e afirmar a sua brasilidade. Os nipo-brasileiros estudados por Lesser se dedicaram ao cinema e à militância política, e acreditavam que a partir da sua presença nessas áreas seria reconhecida a sua brasilidade. Inúmeras vezes, entretanto o que se provou foi o contrário: sua niponicidade acabava sendo enfatizada nestes espaços. Essa

experiência demonstra tanto o caráter estratégico da identidade, os limites e respostas que o contexto impõe a essas escolhas, como a assimetria que permeia as identidades hifenizadas.

#### 4.1 FAMÍLIAS ATRAVESSADAS POR UMA FRONTEIRA: CONFLITO INTERGERACIONAL E SOCIOANÁLISE

Abdelmalek Sayad (1998) desenvolveu seu capítulo “Filhos ilegítimos” a partir das entrevistas com Zahoua, uma jovem filha de imigrantes argelinos, nascida e criada na França. Diferentemente da maioria das moças muçulmanas e argelinas (diferente inclusive de sua irmã mais velha), Zahoua está cursando o ensino superior e vive sozinha em Paris, para ficar próxima à faculdade. Além disso, não tem intenção de se casar em breve. Ela conta uma trajetória cheia de conflitos e frustrações com os valores e expectativas da família; e também dos conflitos entre a família e as comunidades argelinas (na Argélia e na França). Sayad considera a narrativa de Zahoua especial porque “objetiva” sua situação e a de sua família, desconfiando das ilusões que tornam suportável a condição de imigrante. Zahoua tem, portanto, uma compreensão prática destas contradições, falando ao mesmo tempo como analista e como sujeito das experiências, ou seja, ela pratica a memória.

Boa parte do seu relato é sobre o pai, que vive uma desolação completa. Sente-se impotente, e consciente de sua impotência, ao perceber que seus filhos (especialmente os mais novos, nascidos e educados na França) lhe são estrangeiros, ou “filhos da França”, isto é, são guiados por valores e projetos de vida distintos. O pai se sente traído pela sua situação, e só lhe resta fingir que não conhece suas contradições: “pode apenas renunciar, ao menos em aparência, a entender o que no fundo entendeu perfeitamente” (SAYAD, 1998, p. 222). O pai faz de conta que é mudo. Não é tolo, nem hipócrita, nem covarde. Não dá sua opinião porque “em seu íntimo os dados já foram lançados, já está tudo decidido [...] só lhe resta, é o que tem de melhor a fazer: calar-se” (SAYAD, 1998, p. 195). É mais complexo do que uma desistência do pai, é mesmo uma impotência, pois o inimigo não é uma pessoa nem uma nação, e está em tudo. O pai se encerra em um silêncio ambíguo, que não significa consentimento, nem hostilidade declarada ou renúncia diante destas transformações. “Não é o silêncio de alguém que foi enganado, mas de um homem honrado: um silêncio que força o respeito, que convém manter frente à adversidade” (SAYAD, 1998, p. 224).

A contradição fundamental da imigração, debatida acima, parece tomar forma especialmente nos filhos dos imigrantes. Como Zahoua explica, os filhos estão no centro de tudo, inclusive do projeto de imigração, e espera-se que eles deem sentido à vida. Mas eles acabam, por fim, personificando todos os problemas dos pais. Em relação aos filhos, suas falas oscilam entre agarrar-se à ilusão de que são seus filhos de fato (a partir de coisas como Zahoua estudar árabe na faculdade) e a convicção amarga de que lhe são estranhos. Zahoua chega a dizer ao entrevistador que os pais “não são lógicos”, que dizem algo para em seguida dizer outra coisa. As contradições nem sempre tomam forma no silêncio, mas também num “vaivém”, numa oscilação de leituras. Assim como o colonizado (e os imigrantes muitas vezes são as duas coisas), os imigrantes “carregam em si um sistema de referência duplo e contraditório, que é fruto de sua história” (SAYAD, 1998, p. 230). Essas referências duplas influenciam na representação dos filhos, e atingem as mulheres de maneira especialmente dura, como fica claro na narrativa de Zahoua.

Se inicialmente a contradição da imigração, a situação que se pretende temporária mas é de fato permanente, é relativamente possível de ser ignorada, esta se torna absolutamente evidente quando os filhos entram na idade adulta e se revelam definitivamente “estrangeiros” aos pais. Zahoua identifica a quebra de expectativa de seus pais na sua conduta como jovem mulher, suas escolhas de vestimenta, de não casar e de seguir estudando. Nas narrativas dos entrevistados, conflitos semelhantes foram mencionados, em especial em relação ao casamento, e, em alguns casos, à educação, especialmente no caso das mulheres. No que diz respeito a este estudo, Lucilina conta que o pai e a avó não viam razão para que ela seguisse estudando após o ensino básico, e que o plano deles para ela era arranjá-la um casamento com um rapaz chinês de “boa família”:

“Pra que que você vai estudar?” Minha avó principalmente, e ele [o pai]. “Por que você quer estudar? Você não tem mãe. Você tem que casar bem.” E a minha avó me levava para São Paulo para conhecer várias famílias, ah fulano, ou sicrano. Ela tava arranjando uma boa porta pra mim, em chinês ela dizia, tô arrumando uma boa porta para você, né...ela falava em chinês...*hao men hao*...quer dizer, uma boa porta. Uma boa família, para casar bem. Então me apresentava para vários chineses. Então... não queria que estudasse, pra quê que você vai estudar, né...casa bem e pronto né.<sup>217</sup>

Quando perguntei à Lucilina se ela então tinha algum interesse nesses arranjos, ela me responde prontamente: “Nenhum!”. Ela recorda se sentir especialmente revoltada com a ideia do dote, que seria pago pela família do noivo à sua família, o que o pai tentava explicar:

---

217. Entrevista Lucilina. [jun. 2021].

Meu pai dizia assim, “eu não tô vendendo você” né, [risada] minha avó dizia assim “tanto pela cabeça dela”, então além de casar [...] eu dizia para o meu pai “mas por quê? Tá me vendendo?” “não...é que tem o hábito, a cultura”. (...) E eu perguntei pro pai, por que que tá vendendo a filha né. “Não, não é vender...é que assim, caso você case mal, esse dinheiro que ele deu pra nossa família é para ajudar você no futuro”, pra não faltar nada para a noiva, né.<sup>218</sup>

No final, Lucilina cursou faculdade e se casou com um “brasileiro”<sup>219</sup>. Ela dá a entender que este período, entre o fim da sua adolescência e início da vida adulta, foi marcado por bate-bocas com o pai e a avó. Já Mei Qim deu especial atenção à sua vontade de continuar estudando, em contrariedade com o pai. A entrevistada conta que se esforçava para tirar boas notas a fim de convencê-lo a não tirá-la da escola:

Não [risada], não. Meu pai cobrava, ele não cobrava boas notas. Porque era uma coisa que era uma responsabilidade nossa, né. Então por eu ser mulher, meu pai achava que eu não precisava estudar tanto. Que quando eu me casasse, o meu marido seria responsável por mim. Mas aí que entra aquele choque cultural, porque eu sempre quis estudar. E meu pai dizia assim “você não precisa estudar muito, porque quando você casar, quem vai ser responsável por você vai ser a família de seu marido.” E eu achava que não, que eu queria estudar, que eu queria ser independente. Então eu tirava sempre boas notas, aí eu chegava e mostrava pra ele o meu boletim e dizia: ó, tirei 9. Aí ele olhava pra mim e dizia “por que não tirou 10?”. Aí eu estudava, estudava, chegava e tirava 10, mostrava pra ele, ó tirei 10. Aí ele olhava e dizia assim, “não fez mais que a obrigação, você tá na escola pra isso.” Então esse era o incentivo. E eu estudava pra que ele valorizasse isso, e não me tirasse da escola. Isso foi uma das razões que eu saí de casa, aos 16 anos. Mas eu saí de casa e fui pra casa do meu irmão, quer dizer, não foi uma fuga tão grande [risada]. Daí nessa época eu casei.<sup>220</sup>

Mei Qim vê no casamento com outro filho de chineses a saída para ter a autonomia de seguir com seus estudos e, no geral, ter liberdade:

218. Entrevista Lucilina. [jun. 2021].

219. Termos como “brasileiro” (que sempre significa brasileiro sem ascendência chinesa ou japonesa) e “chinês” aparecerão entre aspas quando foram utilizados pelos entrevistados, de forma a melhor citá-los indiretamente. O termo “sino-brasileiro” nunca é mencionado por eles, nem mesmo “descendente de chineses”, de modo que lhes falta um termo para identificar alguém filho ou neto de chineses, mas que nasce e cresce no Brasil. Via de regra, indivíduos no Brasil são identificados pela sua raça ou etnia, ainda que gozem de direitos políticos como brasileiros.

220. Entrevista Mei Qim. [ago. 2021].

Daí nessa época eu casei. E eu lembro que eu casei justamente pra sair de casa. E acredite, mesmo eu casada, eu tinha mais liberdade casada do que quando eu estava em casa. E aí deu certo, porque quando eu casei, a família me recebeu tão bem, que eu tinha apoio incondicional de todo mundo da família do meu ex-marido. A gente se dava muito bem, muito bem. E foi graças a eles, ao como que vou dizer, ao apoio né, que eu consegui continuar com meus estudos né. E fiz faculdade, tudo. E me tornei uma pessoa independente.<sup>221</sup>

É importante precisar que essas uniões eram incentivadas pelas famílias de diversas maneiras, e que as afinidades e vontades dos filhos não eram totalmente desprezadas mas cumpriam um papel importante. O termo “casamento arranjado” não está sendo empregado nestes casos pois pode dar a entender que os casais eram formados unilateralmente pelas famílias ou desconsiderando afinidades pessoais. Na família de Lucilina, Pedro e Milton, por exemplo, uma moça que foi inicialmente apresentada a Pedro, o primogênito, acabou se casando com outro irmão, que, segundo as entrevistas, interessou-se por ela e buscou conquistá-la. Suzana, por exemplo, explica que seu casamento não foi “arranjado” – ela já conhecia o então futuro marido do convívio na comunidade, mas devido à diferença de idade, só foram se interessar um pelo outro na vida adulta, sem intervenções diretas dos pais. Por vezes, as famílias ofereciam estímulos materiais e simbólicos aos que se casassem dentro da comunidade. Pedro conta que, para sair com a moça que lhe fora apresentada, o pai lhe dava carro e dinheiro:

Não, ele nunca me incentivou nisso aí [estudar]. O que ele queria é que eu casasse com chinesa. Me apresentou um monte de chinesa. (...) E como ela era também que nem eu, nascida aqui no Brasil, tudo, a gente conversava muito. Às vezes a gente saía só pra satisfazer os pais. Aí na hora de sair davam dinheiro, o pai deu carro, sabe como que é né. E eles conversavam entre eles pra ligar as duas famílias. Sei lá, não sei se eu que era bicho ruim, eu não aceitava. Aí falava que não queria casar.<sup>222</sup>

Neste trecho, se percebe que o não incentivo aos estudos também se aplicava, por vezes, aos filhos homens, embora talvez de maneira menos enfática. A continuidade dos negócios familiares parecia ser, no caso da família de Pedro, a preferência dos pais e avós. Nos casos de Suzana e Sérgio, entretanto, os pais desejavam que os filhos estudassem, fazendo questão que todos completassem um curso superior, ainda que alguns destes também dessem continuidade às atividades comerciais dos pais. Voltando à entrevista de Pedro, em especial no trecho “não sei se eu que era bicho ruim, eu não aceitava”, ele não deixa de denotar uma infração da sua parte, como filho, ao não aceitar casar de acordo com os desejos

221. Entrevista Mei Qim. [ago. 2021].

222. Entrevista Pedro. [jul. 2021].

do pai. Em outro momento, uma entrevistada diz que o irmão era “teimoso” por não aceitar prontamente o casamento intraétnico. É possível que essas escolhas de palavras demonstrem que, em certa medida, os entrevistados ainda veem estas escolhas como um capricho ou uma traquinagem, por mais que, no restante da entrevista, tratem a expectativa dos pais sobre casamento entre “chineses” como algo estrangeiro e deslocado de seu tempo.

Ainda sobre os possíveis incentivos e sanções, por parte da família, para que os filhos se casassem com outros chineses ou descendentes, Milton conta que seu irmão, o que casou com uma “chinesa”, teria recebido do pai uma pastelaria para si. O mesmo não aconteceu com Milton, possivelmente, por ele ter contraído um “casamento brasileiro”:

Então [o pai] abriu pastelaria pra ele [irmão que se casou com uma “chinesa”] trabalhar lá. Mas eu não, já casei cedo, já fui, daí não era a mesma coisa né, e eles já eram contra né, outro casamento brasileiro. Não gostavam disso né. Por causa da tradição deles, acho.<sup>223</sup>

Suzana, a mais nova de quatro irmãos, nota que essa “pressão” pelo casamento foi muito maior para os irmãos mais velhos, em especial para o irmão que, como único rapaz, ficaria encarregado de dar continuidade ao nome da família. Enquanto a avó de Lucilina a levou para conhecer famílias e potenciais noivos em São Paulo, a mãe de Suzana chegou a levar o irmão da entrevistada para conhecer moças na China:

---

223. Entrevista Milton. [jul.2021].

Eu acho que a pressão, a pressão sempre foi maior do lado dos meus irmãos. Porque eu sempre, eu fui a temporona, entre meu irmão e eu tem oito anos de diferença. Então a pressão pra casar com chinesa eu acho que sempre ficou muito mais pra eles do que pra mim. Porque assim né, eu lembro disso. Tanto que minha irmã casou com chinês, minha irmã mais velha casou com chinês. (...) Eu acho que a pressão sempre foi muito maior pelo fato do chineses ser muito, muito patriarcais, de ser da pressão de casar com chinês pro meu irmão. Porque ele que ia carregar o nome da família, aquela coisa entendeu? Então ele recebeu uma pressão muito maior, tanto que na época que ele era pra casar, minha mãe foi com ele pra China e com a intenção de arranjar uma esposa. Verdade, isso é verdade. E ia numas vilas, numas cidades pequenas na China, e aí ele fala que ele era recebido como sei lá, uma entidade, como, sei lá, um rei na cidade, porque de repente no almoço tinha um monte de mulher solteira na mesa, entendeu. (...) Ele tinha sei lá, deixa eu pensar, uns vinte e pouco, trinta e pouco, nessa fase sabe. Que ele foi pra China. Minha mãe ia com ele pra China, então ele ia pra essas cidades na China e meu, entrava num restaurante, de repente entrava num restaurante, ele era chamado prum almoço, e de repente ele chegava no restaurante ou na casa de alguém aquele monte de menina, monte de moça assim sabe. E era visivelmente, visivelmente pra isso, entendeu? E, e assim ele teve muita pressão. Mas no final ele acabou casando com uma chinesa que ele conheceu em Curitiba.<sup>224</sup>

A entrevistada conta esses episódios com certo tom de estranhamento, reconhecendo a peculiaridade da situação aos olhos de um jovem rapaz nascido e criado no Brasil. Dá a entender que seu irmão teria reagido assim, com esquivas, incômodo e resistência. Na sequência, ela conta que ele havia namorado algumas “brasileiras”, o que possivelmente deixou os pais em alerta e motivou ainda mais essas investidas. Esse processo parece ter durado algum tempo, além de ter requerido a mobilização de recursos para a viagem e as apresentações.

MV - Ah é? Ah então nessa viagem acabou que não...[o irmão não encontrou uma esposa]

SC - Não, acabou que nessa viagem ele foi conhecer os lugares, conhecer umas cidades pequenininhas na China, mas nunca, nunca voltou com nada porque meu irmão era muito teimoso, ele não queria dar o braço a torcer pra minha mãe, né? Meu irmão teve uma pressão muito maior e acabou casando com uma chinesa aqui em Curitiba. E, mas também teve uma pressão bem grande, entendeu? Porque ele namorava, ele namorou brasileira, digamos assim, né? Várias brasileiras, mas sempre tinha aquela pressão.<sup>225</sup>

Junto da questão de gênero, Suzana considera que o fato dela e da irmã mais nova<sup>226</sup> serem as mais novas da família fez com que essa pressão reduzisse consideravelmente. O motivo que ela aponta para essa distinção é que os pais simplesmente teriam se cansado, após

224. Entrevista Suzana. [set. 2021].

225. Entrevista Suzana. [set. 2021].

226. A irmã mais velha de Suzana foi viver em Hong Kong ainda na infância. Seu caso será mencionado na sequência.

as tentativas frustradas com o irmão. Suzana foi estudar no Canadá (onde sua irmã e avó residiam), trabalhou em bancos por alguns anos, até se casar com seu marido, também descendente de chineses – ela explica, porém, que essa união não se deu por pressão ou intervenção dos pais.

Mais pra ele [para o irmão], a gente, a gente teve, meu pai chegou e falou assim, “ah, eu gostaria que você casasse com um chinês”, não é? Também eu era mais nova, então quer dizer, já tinha meio que passado, né? Acho que eles já estavam meio cansado dessa história, então eu, eu não peguei tanta pressão, mas eu acabei casando com chinês por coincidência, entendeu, por coincidência.<sup>227</sup>

É bastante pertinente pensar que, como sugeriu a entrevistada, os irmãos mais velhos recebessem a maior carga de expectativas para um casamento intraétnico. Lucilina e Pedro são, respectivamente, os dois filhos mais velhos, enquanto Milton, que é o quarto, praticamente não mencionou incentivos do pai ou da avó para que se casasse com uma “chinesa”, apesar de perceber a insatisfação deles com um “casamento brasileiro”. Zahoua, a entrevistada de Abdelmalek Sayad, também é a caçula da família, e conta que com ela os pais desistiram, ou nem iniciaram, certos enfrentamentos. Podemos pensar que essa tensa negociação entre pais e filhos começava, com os primogênitos, com mais intransigência por parte dos pais e, à medida que se conformavam ou se deparavam com os custos desses embates, a margem de negociação para os mais novos se alargava. Como veremos a seguir, alguns filhos simplesmente desistiram dessa negociação, enquanto outros buscaram certa conciliação. Lucilina conta que sofreu mais resistência por ser a “pioneira” nos relacionamentos interétnicos na família, que foi vencida, pacientemente, na base da convivência ao longo de muitos anos:

Ah não aceitavam de jeito nenhum. É que eu namorei dez anos né, Maria Victória...então dez anos de namoro, ele já vivia em casa né, praticamente. Eu às vezes dormia na casa dele, ele mais dormia na minha casa que eu na dele, acabou assim...gostando dele. No começo de jeito nenhum, "ah brasileiro, não, não, pra quê?". Nossa, eu era a pioneira né. Deus me livre.<sup>228</sup>

Em alguns casos, então, os casamentos com “brasileiros” foram recebidos com mais de uma década de oposição por parte dos pais e perseverança por parte dos filhos e seus cônjuges, até que esses “aceitassem” os genros e noras. A subordinação e compreensão por parte destes facilitava o processo. Mei Qim e Sérgio contam que:

227. Entrevista Suzana. [set. 2021].

228. Entrevista Lucilina. [jun. 2021].

Os dois irmãos meus casaram com brasileira, no início foi bem difícil. Porque meu pai era uma pessoa muito rígida, e ele demorou acho que mais de 15 anos pra aceitar a minha cunhada, que é brasileira. Depois foi tudo bem. Mas é aquela coisa, é cultural né, não é pessoal. É cultural.<sup>229</sup>

No começo teve uma restriçãozinha em casa tal. Ficamos uns tempos bicudos lá, mas daí a minha ex-mulher, ela conseguiu convencê-los. Quebrar esse paradigma tal, já começaram a conviver. É porque ela foi muito paciente e ela foi muito dócil e mesmo contra os costumes dela, foi aceitando, respeitando o pensamento dos meus pais, sabe? Ela respeitava muito o pensamento dos meus pais, mesmo que ela não aceitasse, não concordasse, mas não se insurgia, não discutia. "Ah por que érr...[simula alguém brigando]", não, ela ficava calada.<sup>230</sup>

Após 27 anos de casamento, Mei Qim se separou e conta que seu pai compreendeu e não se opôs ao seu divórcio, que ela só concretizou quando soube que não o magoaria:

A minha mãe na época já era falecida. Mas o meu pai, como a gente tinha um relacionamento muito bom, ele começou a ver que naquele ponto que estava, já não tava sendo bom, entende. Mas eu também eu só me separei no momento que eu vi que ele entenderia. Que não seria muito triste pra ele, né. Mas depois ele viu e aceitou e quando ele faleceu, eu já tava separada.<sup>231</sup>

Enquanto esses relatos apontam que o conflito com os pais foi conciliado em algum momento, outros não encerram suas narrativas com uma conciliação e tratam esses embates mais como uma ruptura do que uma negociação. Esther, a única entrevistada que é filha de mãe brasileira, tem lembranças da mãe sendo hostilizada pela avó paterna. A mãe de Esther faleceu ainda na sua infância, e, alguns anos depois, seu pai se casa de novo, desta vez com uma mulher chinesa, que vem da China para casar-se com ele. A avó paterna falece logo após o matrimônio, e a entrevistada cogita que avó aguardava por este casamento para então partir:

Então, daí assim, meu pai casou depois, né? A minha vó acho que esperou o meu pai casar pra morrer né. E aí minha mãe sofreu muito na mão da minha vó, sabe? Por ser brasileira, sabe? Eu até lembro, tenho uma lembrança assim. Talvez meu pai, né, que nem os avós queria que casassem com oriental. Só que a gente está no Brasil aqui né? Foi mudando, foi mudando.<sup>232</sup>

A respeito de seu próprio casamento, com um “brasileiro”, Esther diz que:

229. Entrevista Mei Qim. [ago. 2021].

230. Entrevista Sérgio. [fev. 2022].

231. Entrevista Mei Qim. [ago. 2021].

232. Entrevista Esther. [maio 2022].

Ah tipo cara, não tem né? Então assim...eu acabei conhecendo meu marido, né? E eu falei, é isso aí e acabou, né. Se querem aceitar ou não querem aceitar, vai fazer o quê? Meu pai meio que aceitou né, vai fazer o que. Então assim, até minha irmã, minha irmã mais nova também, da minha madrasta lá, também tá namorando com brasileiro. Eu não sei, eu tenho um pouco assim de trauma, acho que talvez porque da minha infância, eh da minha infância. Talvez essa infância tipo muito regrada, sabe?<sup>233</sup>

Ao contrário de desprezar a frustração da expectativa do pai, a entrevistada demonstra sentir a contradição entre o repertório dele e a sua própria vontade, que precisa ser resolvida, não sem algum pesar seu, por meio de uma firme autodeterminação da sua parte. Ela menciona, ainda, a forma rígida de educar os filhos e, por outro lado, a adoção de costumes brasileiros por parte destes como alguns dos motivos para querer sair de casa, para além dos casamentos:

Daí cada filho do primeiro casamento, cada um foi crescendo, foi se criando, né? Foi saindo de casa. Porque a criação oriental na criança é bem forte mesmo. Então a gente foi querendo sair, porque era muito regrado as coisas né? E a gente começou a ter costume brasileiro, né. Então cada um começou a trabalhar, foi saindo, né? Outros nem casaram.<sup>234</sup>

Portanto, não só há a frustração das expectativas dos pais sobre os filhos, mas também uma frustração do que os filhos esperavam dos pais, a partir do que observavam nas famílias brasileiras ao seu redor. A segunda geração por vezes navegou por espaços onde seus pais eram ausentes ou estranhos. Pedro lembra da dolorosa falta dos pais nos eventos escolares, em contraposição à presença das famílias dos colegas:

Que nem no colégio, o pai nunca foi no colégio, negócio de reunião dos pais, dia dos pais, colégio Hildebrando de Araújo, o pai nunca foi. Eu me lembro ainda quando tinha apresentação, abria a cortina lá encontrava o pai de todo mundo, menos meu pai e minha mãe. Então isso marca a gente né.<sup>235</sup>

Pedro vê um ponto de conflito na diferença entre as dinâmicas familiares de chineses e de brasileiros, e na inevitável imposição da segunda aos descendentes de chineses. Enquanto que, entre os chineses, a esposa passa a fazer parte da família do marido, entre os brasileiros seria o contrário:

233. Entrevista Esther. [maio 2022].

234. Entrevista Esther. [maio 2022].

235. Entrevista Pedro. [jul. 2021].

Eu falei pai, aqui no Brasil é o seguinte pai, sempre tem a história da sogra ruim que é por parte do pai. Porque a mãe [da mãe] ganhou um filho, e a mãe do pai perdeu um filho. Então a sogra mal falada sempre é a mãe do pai. Você pode ver, qualquer um que namora, no namoro vai dez vezes na casa da mãe da mulher, e vai uma vez na casa dele. Sempre foi assim. (...) E sempre foi assim, o brasileiro é assim. Você vai namorar a menina, você vai dez vezes na casa da mãe dela, mas ela vai uma vez na casa da sua.<sup>236</sup>

Tanto Esther quanto Pedro comentam sobre um distanciamento das relações familiares, tanto entre pais e filhos quanto entre irmãos, para o qual eles buscam explicações ao longo da entrevista, porém sem chegar a respostas que julguem satisfatórias. Ainda que desenhem uma compreensão para o apartamento familiar a partir das uniões com “brasileiros”, eles encerram essas reflexões como “não sei se foi por isso” ou “não sei por quê”. Muitas das interpretações que os entrevistados apresentam se fazem no ato de narrar, sendo mais ou menos perceptível quando essas explicações foram tecidas e revistas em outros espaços, e quando são esboçadas durante a entrevista. No primeiro caso, a entrevistada traz uma narrativa mais coesa, apresentada prontamente sem muitas hesitações ou pausas, e as explicações são carregadas de certeza. Enquanto que, no segundo, o entrevistado tende a ser mais breve nas respostas e testar uma ou outra hipótese, por vezes com timidez e incerteza. Não pudemos deixar de notar que, em especial no terreno das relações filiais<sup>237</sup>, quase todas as mulheres se encaixaram no primeiro caso, e a maioria dos homens, no segundo – ainda que essa distinção tenha muitas nuances, constituindo mais dois padrões sutis do que dois grupos bem delimitados. Essa percepção pode indicar que as mulheres acessam com mais facilidade e maior frequência o lugar de vulnerabilidade que é refletir e falar sobre sua trajetória pessoal e familiar e os sentimentos atrelados a esses episódios ou, ainda, apontar que as mulheres tendem a se manter próximas aos pais na vida adulta (numa confirmação da explicação de Pedro).

Em todos os casos, a restituição de memórias é composta por uma gama de interpretações e é sempre um processo transformador, como sugere Alessandro Portelli. O autor coloca ainda que a restituição é vazia de significado se não muda a imagem que a comunidade já tinha de si mesma (PORTELLI, 1997, p. 31), e que, se há algo que devolvemos para as pessoas entrevistadas, é a oportunidade para que elas organizem seus conhecimentos

---

236. Entrevista Pedro. [jul. 2021].

237. Já quando o assunto eram as atividades comerciais da família e os negócios, por exemplo, os homens tenderam a se delongar mais do que as mulheres, ainda que estas tivessem algo a contar sobre. A prática dos consórcios, por exemplo, mal foi mencionada por elas.

com mais clareza. A elaboração de Portelli a respeito da reconstituição parece ter aproximações com o que Abdelmalek Sayad traz sobre a socioanálise, na parte final de seu capítulo a partir do qual abrimos esta discussão.

Sayad (1998) explora o fosso entre os dois mundos, o argelino e o francês, e como, para a comunidade e para a família de Zahoua, a exogamia (ou casamento interétnico) é considerada uma traição à família. Os “filhos da França”, isto é, aqueles crescidos em território francês, são considerados “maus filhos” e estão “fora” da comunidade. Uma percepção semelhante aparece internalizada por um de nossos entrevistados: “não sei se eu que era bicho ruim”. Sayad dá ênfase em como as pressões da comunidade recaem especialmente sobre as mulheres (tanto Zahoua em sua conduta como filha, como sua mãe na tarefa de conduzi-la) e como as transformações nos papéis de gênero são especialmente frustrantes para o pai, que reclama que nesse “mundo ao avesso”, nunca se sabe entre os filhos quem é homem e quem é mulher (SAYAD, 1998, p. 198). Diante dessas contradições, o pai de Zahoua é tomado por uma sensação de impotência, se sente traído pela situação e se cala num silêncio ambíguo que não significa consentimento, nem hostilidade ou renúncia. Espremidos entre duas vidas impossíveis, muitas vezes resta aos imigrantes tornar a sua vida e a dos outros impossíveis, causar infelicidade um ao outro, e culpar um ao outro por essa infelicidade (SAYAD, 1998, p. 229).

Com o passar dos anos, entretanto, Sayad diz que o pai “evolui” e se torna mais tolerante. As filhas conseguem, aos poucos, se impor e conquistar autoridade - em parte por conseguirem cumprir o papel de trazer dinheiro à família, função que se esperava fosse cumprida pelos filhos. Zahoua é levada a objetivar sua situação, isto é, conferir a ela uma existência concreta para além da dimensão subjetiva, para poder compreendê-la - fazê-lo é quase uma necessidade vital para a jovem. Dividido entre dois universos de significados, as contradições que o imigrante carrega em si se projeta em todas as coisas, e em especial na relação infeliz entre pais e filhos. Graças a essa compreensão objetiva da identidade social dos imigrantes, o que Sayad chama de socioanálise, Zahoua alcançou um “equilíbrio mais feliz”, do qual seu pai é cúmplice. A socioanálise, então, tem uma “função de libertação”, permite “viver melhor o sistema de contradições da imigração” e “contribui para restaurar a integridade de uma identidade que a emigração deslocou” (SAYAD, 1998, p. 233).

Percebemos um processo de compreensão semelhante entre o que Sayad observa em Zahoua, e no que expressam nossas entrevistadas e, ainda que em menor medida, os

entrevistados também. Como Zahoua, talvez seja justamente porque as mulheres vivem de maneira mais aguda as contradições da imigração que sejam elas as que mais prontamente elaboram sobre (ou objetivam, como diz Sayad) a condição de suas famílias. A afirmação “é cultural” apareceu em mais de uma entrevista para explicar as diferenças com os pais. No trecho a seguir, Mei Qim descreve a si mesma como alguém formada pelo entrecruzamento das culturas chinesa e brasileira, a primeira, aprendida em casa, e a segunda, aprendida “da porta pra fora”, e que, quando trazida por ela para dentro do lar, produzia o choque dos dois mundos:

Então eu acho que a cultura chinesa ela segue uma linha, e a cultura brasileira, ela tem outra linha. E eu me sinto uma pessoa misturada, com as duas formações né. Por que? Porque eu tinha uma formação dentro de casa, e da porta pra fora, eu tinha um contato com outra cultura. E eu de certa forma eu trouxe isso pra dentro de casa. Eu sempre fui uma pessoa que questionava muitas coisas. Questionava posturas, pensamentos.<sup>238</sup>

Mesmo que a relação entre Mei Qim e o pai tenha sido, ao que pareceu, uma especialmente tensionada (a ponto de, na leitura dela, ela ter mais liberdade como esposa do que como filha), ela conta que conseguiu estabelecer um diálogo e uma relação feliz com o pai, o que considera uma grande sorte:

Olha...tem muitas situações que eram conflitantes, né. Muitas situações. Inclusive meu pai era uma pessoa que a gente desenvolveu um diálogo muito bacana, né. Eu me considero uma pessoa muito, muito sortuda, né, por ter conseguido desenvolver esse tipo de relacionamento com meu pai. Porque ele apesar de ter uma formação muito humilde, ele era uma pessoa que gostava muito de conversar, de trocar ideias, de trocar opiniões, né. Então eu tinha minha opinião, ele tinha a opinião dele, e é nessas trocas de opiniões gerava muitos conflitos, né. E eu lembro que teve uma época na minha adolescência, que o conflito foi tão grande que eu cheguei até a sair de casa. Nessa época eu tinha acho que 16 anos.<sup>239</sup>

Ela menciona, ainda, que compreender as posturas do pai foi parte importante deste processo de conciliação, que deu um salto quando ela pode olhar para a situação do papel de pessoa casada e mãe:

---

238. Entrevista Mei Qim. [ago. 2021].

239. Entrevista Mei Qim. [ago. 2021].

Então a gente teve algumas diferenças, mas depois a gente se entendeu, eu entendi a posição dele, por que que ele pensava daquela maneira, tal. E a pouca idade que eu tinha né, eu tinha pouca idade, não tinha experiência, mas você sempre acha que você sabe tudo nessa idade, e não é bem assim. Mas graças a Deus que deu tempo né, de eu voltar e retomar e entender a situação dele, depois quando a gente casa e tem filhos aí a gente entende mais ainda [risada].<sup>240</sup>

Lucilina também descreve esses conflitos como algo juvenil, e que hoje ela “dá razão” a muitas posturas do pai e da avó. A distância entre eles, que ambos os lados percebiam como algo tão grande, rapidamente, com a idade e o passar dos anos, diminuiu, ou, nas palavras dela, “evoluiu”:

Hoje você dá razão, pra muita coisa, muita coisa, né...quando se é nova, a cabeça ah né, “você tá atrasado, você não sei o quê”, só que o tempo passa tão rápido, tua idade vem tão rápido, que na minha cabeça, e na cabeça deles, a distância é muito grande, né...só que a evolução também é rápida, né. Então tem aquele ditado que se diz quando você é novo você pode tudo, tem saúde, mas não tem dinheiro, né...quando você...aquilo lá, tudo. Então se você vê, pô, meu pai é um herói. Só que na época, quando eu tinha a tua idade, nossa “que ultrapassado, você é papapa”...entende? Claro que batia boca.<sup>241</sup>

O passar do tempo e o amadurecimento, então, abriram espaço para sentir orgulho do pai (“meu pai é um herói”) e valorizar seus ensinamentos. Ainda mais importante, assim como Mei Qim ao se definir a partir das duas culturas, Lucilina percebe que a influência do pai faz parte de quem ela é:

Então muita coisa hoje, com a idade que eu tenho, voltando atrás, os ensinamentos que ele me passou foi muito útil, nossa. Principalmente o comércio, família, culturas, né...exemplo, atitudes. Então tudo isso...*fez você*, né. E acabei dando razão em muita coisa pra ele, então se eu tivesse que voltar atrás, com certeza é uma coisa que ele dizia: “a vida, pra você, abre ene caminhos, você vai andar naquele caminho de pedras, problema é teu”. Você que vai machucar teu pé, né. Você andar por um caminho bom, só vai viver feliz.<sup>242</sup>

A socioanálise também compõe a narrativa de Lucilina, se amparando na já comentada comparação com outras imigrações ao Brasil. Ao observar senhoras de origem japonesa, Lucilina compreende que o deslocamento faz com que os imigrantes “parem no tempo” em relação aos costumes, vivendo numa temporalidade que também não existe na terra natal:

240. Entrevista Mei Qim. [ago. 2021].

241. Entrevista Lucilina. [jun. 2021].

242. Entrevista Lucilina. [jun. 2021]. Grifo nosso.

Então, vamos dizer assim, duas gerações atrás ou três gerações atrás trouxeram aquilo, permaneceram. Então o holandês, o italiano, todos os povos que vieram para o Brasil né, pararam no tempo. O chinês também, o japonês também. Se você pisa no Japão hoje não tem nada a ver com as velhinhas que vieram lá em 1940, né. Então pra elas lá, aqui o que trouxeram de lá pararam, né.<sup>243</sup>

Já Sérgio entende que a resistência dos “chineses antigos” ao casamento com “brasileiros” não era infundada ou racista, mas assentada em uma preocupação real com a divergência de valores e expectativas que decorreria de uma união desse tipo. O entrevistado dá a entender que, em alguns casos, ainda que não em todos, essa previsão se confirmou:

O pessoal antigo, fazia muito mais questão de manter os costumes, tá? Evitava muito que os filhos casassem com gente de uma outra raça. Não é com medo de, não é com ser racista, alguma coisa assim, é que a convivência é diferente, são princípios, são valores totalmente diferentes, então talvez não ia ter uma boa interação, sabe. Talvez o choque cultural, o choque de princípios causava desgaste. Então, por isso que eles orientavam que não se misturasse. Mas mesmo assim, muitos casaram com brasileiras, brasileiros. Se deram bem, muitos não se, não se deram bem, tá.<sup>244</sup>

Ainda sobre como o olhar ao passado, após o apaziguamento dos conflitos por meio da socioanálise, permite o sentimento de admiração e reverência aos pais, já no momento final da entrevista, após a rememoração da história do pai e da sua própria, quando perguntei sobre episódios de discriminação, Mei Qim contou, emocionada, sobre o seguinte episódio da sua infância:

---

243. Entrevista Lucilina. [jun. 2021].

244. Entrevista Sérgio. [fev. 2022].

Eu tive um momento marcante sim. Quando eu tinha essa idade dos 12 anos, que eu trabalhava no restaurante e eu estudava numa escola particular, não porque meu pai quisesse que eu estudasse numa escola particular, mas pela proximidade da escola até o restaurante ou até onde a gente morava. Eu lembro que nessa época você trabalhando em qualquer ambiente comestível, você cheira a gordura. Por mais que você tome banho, tudo né. E eu lembro que eu chegava na escola e as crianças elas, sem maldade, no pouco conhecimento delas, elas me olhavam com certo receio, alguma discriminação, tal. E eu lembro que eu ia para o restaurante e tinha alguns colegas que passavam na frente, e olhavam. E uma vez eu me escondi no balcão. E o meu pai viu, meu pai viu e ele entendeu, sem eu falar nada. E daí ele perguntou "o que que aconteceu?" eu falei ah as crianças ficam rindo de mim. E o meu pai, muito, muito esperto, ele falou assim "você não tem que sentir vergonha, porque esse restaurante é seu, então você é patrão, você é dona disso, você é patroa. Aquelas crianças, provavelmente, os pais trabalham de empregado em algum lugar. Você é patroa aqui, você não tem que se esconder." E aí isso mudou a minha forma de pensar. Então eu comecei a ter mais orgulho do que eu fazia. Eu lembro que anos depois eu estava num clube, na piscina, e uma pessoa, uma moça chegou para mim e perguntou "você é a Mei Qim?". Eu falei sou, sou a Mei Qim. Aí ela olhou pra mim, e viu né, que eu estava frequentando o mesmo clube que ela, isso eu já era adulta, já era casada, tudo. Ela olhou pra mim e disse assim "como você tá diferente, né". Aí eu peguei e falei pra ela: é, hoje eu não estou cheirando gordura.<sup>245</sup>

O acontecimento responde muito bem à pergunta sobre discriminações, já que trata do constrangimento que a entrevistada sentia quando criança por trabalhar na pastelaria, algo praticamente incompreensível aos colegas da escola particular. O relato, porém, também é uma conclusão para a narrativa de Mei Qim sobre o pai, e retrata um pai cúmplice, perspicaz, e cuja profecia de certa forma se cumpre: anos depois, a ex-colega de Mei Qim se surpreende ao vê-la como igual. Ao fim da entrevista, a entrevistada muitas vezes está assimilando as várias reconstituições que acabara de percorrer, e por vezes incorre em epifanias e outras lembranças. O roteiro de perguntas já tinha sido esgotado, e começávamos a nos despedir quando Esther diz que:

E querendo ou não, acho que oriental, eu tenho orgulho assim sabe, de dizer que sou que eu sou chinesa, que eu tenho um pai chinês, sabe. A minha filha mais nova, a Fernanda, ela gosta da cultura oriental, sabe. Não sei. Ela gosta muito da minha madrasta.<sup>246</sup>

Ela conecta a conclusão, ainda que hesitante, de que é, afinal, orgulhosa de suas origens e da memória do pai, com a simpatia da filha pela cultura da família. Na sequência,

---

245. Entrevista Mei Qim. [ago. 2021].

246. Entrevista Esther. [maio 2022].

ela conta como a filha gosta da comida da “avó” (a madrasta de Esther) e como gostaria de transmitir seus conhecimentos sobre a cultura chinesa à filha.

#### 4.2 ASSIMILAÇÃO, ACULTURAÇÃO E TRANSNACIONALISMO

Estudar o processo de assimilação sempre foi um dos principais objetivos da sociologia da imigração, porém, o que se entendeu por esse conceito e o que se buscou observar por meio de seu uso variou ao longo do tempo. Em seu artigo *Tempo e Estudo da Assimilação*, Nancy L. Green (2008) propõe olhar para a assimilação de imigrantes não apenas como uma realidade histórica, mas principalmente como uma produção da historiografia e da sociologia. Produção esta que ao longo das décadas foi concebida, utilizada e recebida de maneiras distintas. Forjadas inicialmente em 1920 na sociologia americana, as teorias de assimilação concebiam esse processo como: 1. um progressivo desaparecimento das culturas minoritárias dentro da cultura principal (assimilação ou angloconformidade); 2. a fusão de todas as culturas em uma nova cultura, homogênea e amalgamada (*melting pot*) ou 3. a permanência das culturas de maneira indiferenciada, imiscível (pluralismo cultural). Nas décadas de 1950 e 1960, a teoria do *melting pot* teria vivido seu ápice. Oswaldo Truzzi (2012) aponta que, no Brasil, a ideia de assimilação, até meados da década de 1930, ainda vinha associada à ideia da fusão das raças para o branqueamento da nação. Segundo ele, no período seguinte, outras concepções de assimilação foram trabalhadas pela intelectualidade brasileira, pautadas a partir da cultura e da inserção na sociedade mais ampla, entre outros aspectos. Guardadas as diferenças, entretanto, todos estes usos tratavam a assimilação como um processo inescapável e irrefreável.

Nos Estados Unidos, é na década de 1960 que o interesse pela assimilação sofre um declínio, quando suas teorias foram contestadas pelo “ressurgimento da etnicidade” propiciado pelos movimentos sociais do período. Já não havia mais terreno para teorias que carregavam a ideia de um Estado-nação homogeneizado, ou em vias de sê-lo. Porém, segundo Green, “isso não levou, como muitos debates subsequentes mostraram, ao fim definitivo de toda e qualquer noção de integração dentro do governo ou da sociedade” (GREEN, 2008, p. 29). A autora menciona aqui a Lei de Hansen, formulada pelo historiador Marcus Lee Hansen, e segundo a qual a segunda geração se esquece de suas origens (se assimila) e a terceira retorna a elas – muitos destes estudiosos envolvidos no ressurgimento da etnicidade eram eles

mesmos terceira ou quarta geração da imigração. O desenvolvimento de um grupo, portanto, pode (e segundo Hansen, tende a) não ser linear. Este debate a respeito do paradigma assimilacionista influencia a literatura brasileira com certo atraso, e essa passagem, do assimilacionismo ao multiculturalismo, se dá aqui de maneira mais sutil, mediada por aproximações (TRUZZI, 2012, p. 529).

Os estudos étnicos se consagraram nos EUA e se desenvolveram em dois movimentos que se opunham: de um lado, um “multiculturalismo duro”, apoiado numa identidade política, e, em resposta, um apelo a uma “América pós-étnica”. Assim, partindo especialmente da preocupação com um multiculturalismo cada vez mais agressivo, se pavimentou o retorno do conceito de assimilação, redefinido a partir das pertinentes críticas da etnicidade. Esta nova concepção, que se projeta nos anos 1990, busca superar a repressão cultural contida na tradição anterior (a criticada pelo ressurgimento da etnicidade), e entende a assimilação como “uma adaptação no longo prazo, sem aniquilar todas as diferenças” (GREEN, 2008, p. 30). Green enfatiza como as pressões do presente e as trajetórias de vida dos pesquisadores afetaram os olhares à assimilação, transformando o conceito ao longo do tempo. Ao menos até o início dos anos 2010, Truzzi considera que “na literatura nacional a reapreciação do conceito de assimilação não chegou, ainda é considerado sinônimo de etnocentrismo e intolerância” (TRUZZI, 2012, p. 542).

A redefinição do conceito de assimilação também permitiu outras indagações, como por exemplo, o quão interessante é se assimilar, se a assimilação necessariamente significa ascender socialmente, quais setores dentro dos grupos migrantes se assimilam mais ou menos (ou de que maneira se assimilam), entre outras. A exemplo, Josh DeWind e Alejandro Portes (2004) apontam o fenômeno de “assimilação para baixo” (*downward assimilation*) nos filhos de imigrantes em condições de vulnerabilidade social nos EUA. São grupos caracterizados pela baixa instrução, a ocupação dos postos de trabalho mais precarizados e, não menos importante, por não contarem com o apoio de comunidades étnicas solidárias e bem ancoradas. Nessas condições, estes imigrantes dificilmente conseguem dar apoio aos seus filhos que, muitas vezes, evadem do ensino básico, têm filhos precocemente, se envolvem em atividades ilícitas, são encarcerados, etc. No caso desta segunda geração, a “assimilação” ou a integração à cultura da sociedade de imigração significa o contrário da ascensão social.

Em outro artigo, Portes, com William Haller e Patricia Fernández-Kelly (2008), se dedica a desenvolver a teoria da assimilação segmentada. Segundo esta, a assimilação não é

um processo linear para todos os grupos (diferente do que o senso comum e mesmo as teorias de décadas passadas diriam), podendo levar a trajetórias ascendentes ou descendentes, condicionadas por fatores como ocupações profissionais dos pais, constituição ou não de comunidades co-étnicas e discriminação racial.

O tipo de aculturação que na maioria das vezes leva à “assimilação para baixo” é a que os autores chamam de aculturação dissonante. Nesta, os filhos rapidamente rejeitam a cultura dos pais à medida que introjetam a da sociedade de imigração (dois processos que não obrigatoriamente acompanham um ao outro). Como consequência, há uma quebra na comunicação entre as duas gerações, tanto por questões linguísticas (uma vez que os pais não acompanham os filhos na aculturação, enquanto estes progressivamente abandonam a língua dos pais) quanto emocionais, uma vez que nesta ruptura os filhos passam a ver a cultura dos pais como inferior ou embaraçosa. Portes acena para os efeitos psicológicos dessa ruptura nos filhos: “a americanização total tem o efeito de desconectar os jovens de seus pais e privá-los de um ponto de referência cultural a partir do qual podem basear seu senso de identidade e dignidade pessoal” (PORTES et al., 2008, p. 36). A exemplo, programas escolares que demonstram respeito e reconhecem a cultura que crianças imigrantes trazem de casa demonstraram bons resultados no desempenho educacional desses estudantes, ao afirmar que “não é necessário rejeitar a própria cultura e história para obter um bom desempenho na escola” (PORTES et al., 2008, p. 40).

A aculturação dissonante, entretanto, não é a única possível, sendo mais comum nos grupos desfavorecidos e desprovidos de comunidades co-étnicas fortes. Haveria ainda a aculturação consonante, na qual pais e filhos se integram juntos à sociedade, ou seja, não há o descontrole parental que se observa na dissonante. E há, ainda, a aculturação seletiva, normalmente amparada por uma forte comunidade étnica, na qual os filhos aprendem a língua e os costumes da sociedade de imigração sem abandonar elementos-chave da cultura dos pais (PORTES et al., 2008, p. 19). Assimilar-se rápida e totalmente, portanto, não só não é a única alternativa para a segunda geração como também não parece ser a mais vantajosa.

Não se trata meramente de uma relação na qual os mais vulneráveis se assimilam, e os menos, não. A assimilação é sempre interessante, ao menos em alguns de seus aspectos, para poder desfrutar das oportunidades na sociedade de imigração. Aqueles mais bem ancorados, entretanto, tendem a ser mais transnacionais – o que não significa que sejam os menos integrados. Ser presente em duas sociedades ou duas culturas dá a vantagem de explorar as

oportunidades políticas e econômicas nesses dois mundos (De WIND & PORTES, 2004, p. 834). O transnacionalismo seria a “manutenção de elos e costumes através do espaço” (GREEN, 2008, p. 38). De Wind & Portes identificam um consenso crescente de que o transnacionalismo não é um novo fenômeno, mas uma nova perspectiva analítica (De WIND & PORTES, 2004, p. 835), que supera a insistência em explicar o indivíduo a partir de uma ou outra sociedade nacional apenas. Transnacionalismo seria, presumidamente, o contrário de assimilação. Os dois processos, entretanto, não são mutuamente excludentes, podendo ou não ser articulados a partir das estratégias e possibilidades disponíveis. Sobre a dinâmica da assimilação, Truzzi coloca que:

Assim, a assimilação, definida como a atenuação de distinções baseadas em origens étnicas, não se apresenta como resultado inevitável, universal, da trajetória de grupos minoritários. Os indivíduos ou famílias agem segundo as formas de capital (econômico, educacional, social etc.) de que dispõem e também segundo suas crenças culturais – costumes, normas sociais, leis, ideologia e religião – que moldam percepções de autointeresse. Tomam suas decisões em um contexto de racionalidade limitada, confrontando riscos e informações disponíveis, de acordo com suas percepções de custos e benefícios (TRUZZI, 2012, p. 537-538).

Esse processo, portanto, não chega a ser intencional propriamente, mas tem características pragmáticas que, por sua vez, dependem do contexto histórico e social no qual os sujeitos se encontram e dos recursos que podem mobilizar. De maneira semelhante à qual Denys Cuhe trata a identificação, a assimilação (e o transnacionalismo) depende do interesse dos indivíduos, mas não só – também entra em jogo a forma como o grupo é recebido, até porque essa recepção afeta seus interesses. Assim sendo, voltamos a Abdelmalek Sayad quando o autor comenta que mais uma forma pela qual a sociedade de imigração se coloca no papel de “credora” é ao atribuir a si mesma o mérito de “educar” os imigrantes, discriminando aqueles “evoluíveis” daqueles que se recusam a sê-lo. Essa insistência inclui apontar constantemente as “falhas” na integração dos deslocados (a dificuldade com o idioma, a diferença nos costumes, hábitos alimentares) e assim reforçar seus estigmas (a falta de qualificação, incapacidade de adaptação). A exemplo, nas representações de chineses e demais leste-asiáticos debatidas no primeiro capítulo, uma das maiores constantes, se não a maior, nestes retratos é a dificuldade com a língua portuguesa, uma das caçoadas prediletas contra esses grupos. Logo, os significados associados ao ser chinês são um fator de peso no processo de afastar-se ou aproximar-se deste aspecto de suas personalidades.

Acreditamos que ambos os conceitos, assimilação e transnacionalismo, são pertinentes e nos serão úteis, não apresentando contradições que impeçam o uso de ambos

articuladamente. É evidente que cada vez mais, mas também no passado, sujeitos extrapolam as fronteiras do Estado-nação (seja o da sua sociedade de origem ou de imigração). Ao mesmo tempo, a questão nacional e da integração cultural seguem latentes, e os indivíduos ainda buscam pelo seu “centro nacional”, de maneira que a assimilação continua sendo um referencial importante.

Os achados nas entrevistas nos levaram a centrar esse tópico no papel das mulheres dentro das famílias, em especial, as mães e avós dos entrevistados. Ainda, parte considerável deste tratará da experiência de Suzana, que demonstrou na sua narrativa uma proximidade particular com a cultura chinesa, além da manutenção de elos com Hong Kong e com o Canadá – talvez possamos dizer que esta entrevistada apresentou mais “transnacionalidade” que os demais. Algumas características de sua história podem explicar, ao menos em parte, essa distinção. Durante a infância de Suzana, sua mãe viajava para Hong Kong anualmente para visitar a avó, e aproveitava a viagem para importar produtos para a “boutique” da família. A própria Suzana realizou essa viagem algumas vezes durante a vida, sendo a única entre os entrevistados a ter visitado a China (ou Hong Kong) mais de uma vez. De todos os entrevistados, Suzana é a única cuja família operava uma loja, além das pastelarias:

E minha mãe, é uma coisa, como minha minha vó era viva, minha mãe todo ano ela ia pra Hong Kong, pra visitar minha vó. Então era uma coisa que ela sempre ia. Todo ano ela ia, passava um mês pra ver minha avó. A gente era muito pequeno então a gente ficava, eu lembro das minhas dessas viagens da minha mãe. E como a gente tinha essa boutique, ela trazia, ela mandava algumas coisas dessas pra boutique também, ela comprava algumas coisas e mandava sei lá, mandava pôr no navio.<sup>247</sup>

A intenção principal da viagem, porém, era visitar a avó da entrevistada, o que é reforçado mais de uma vez no relato. O papel fundamental das avós e mães nas dinâmicas familiares para a manutenção de laços (pessoais e culturais) com a terra natal será discutido na sequência. Antes, faz-se necessário buscar compreender melhor as condições que se impunham para o retorno à China, e porque tão poucos dos pais dos entrevistados retornaram, mesmo que para visitas. O pai de Sérgio viajava com alguma frequência para sua terra natal na China continental, e o entrevistado explica por que essa viagem era tão custosa e cansativa:

---

247. Entrevista Suzana. [set. 2021].

Não, depois que a vida estabilizou lá em Moçambique meu pai viajava a cada dois anos para China, tá? Então a cada dois, porque na China é o seguinte, na China, lá tem uns costumes, meio esquisito. Então, todo mundo que está lá, o sonho, não hoje né porque hoje tem indústrias, têm emprego, tem escola, tem tudo lá. Mas na época do meu pai, na época da Revolução Chinesa, os chineses não tinham perspectiva futura. Então, o sonho de todo mundo era sair da China e ganhar a vida, que nem Brasil, que nem japonês vai pro Japão, brasileiro vai passar pros Estados Unidos e para Europa. E todo chinês que, tá, ele só volta de duas maneiras, ou volta rico ou volta pobre quebrado. Só que quebrado ele não volta porque é vergonhoso para a comunidade. E se você volta bem, você tem que distribuir dinheiro, ficar fazendo festa, fazendo festa, uma demonstração exterior de riqueza. E como meu pai deixou muitos amigos lá, e meu pai também foi bem sucedido na Moçambique, a cada dois anos ele voltava e ficava 15, 20 dias, bastando que na primeira semana era só festa e distribuir aqueles envelopinho vermelho, sabe. Era “oi tio, benção tio” e pá um envelope vermelho pra você, com dinheiro dentro para demonstrar que você está fazendo, está tendo sucesso, tá bem lá fora, sabe? Então a cada dois anos ele ia, depois que nós viemos para o Brasil, chegamos aqui zerado, aí ele levou uns 15 anos para ir para a China.<sup>248</sup>

Visitar a terra natal de maneira digna, portanto, significava demonstrar riqueza distribuindo presentes e realizando festas. Não fazê-lo seria tão vergonhoso que era preferível não retornar. É interessante que a distância entre Brasil e China ou o custo das passagens não são apontados como empecilhos ao retorno, ao contrário do que se poderia pensar. Em dado momento, o pai de Sérgio se exauriu com tais visitas, e então passou a viajar à China sem voltar ao seu “vilarejo”:

Aí depois ele voltou mais umas três vezes, umas quatro, cinco. Um quatro, cinco vezes, as primeiras vezes foi por conta, as duas últimas vezes ele já foi por pacote, porque ele já não queria voltar para a comunidade, que achava muito desgastante, muito...gastava muito dinheiro com essa brincadeira de ficar fazendo festa, ficar demonstrando sinal de riqueza tal. Aí o que que ele fazia? Ele comprava pacotes [de turismo], “vá conhecer a China, não sei o quê”, então ia com o pacote. Então nas duas últimas vezes ele não chegou a voltar para o vilarejo dele sabe, então ele ia, de um pacote ele visitou um lado da China, outra parte visitou outro lado da China, mas ele não foi pra terra dele.<sup>249</sup>

Sérgio explica que, por esse motivo, aqueles chineses menos abastados acabam por não retornar à terra de origem – se vão à China, viajam para outras regiões, como para Hong Kong<sup>250</sup>. Ou, mesmo entre os que poderiam financiar a empreitada, em idade mais avançada já

248. Entrevista Sérgio. [fev. 2022].

249. Entrevista Sérgio. [fev. 2022].

250. Na maioria das vezes, os entrevistados chamavam Hong Kong de China, e diferenciavam a China continental chamando-a de “a terra” dos pais, o “vilarejo” ou onde havia as “plantações”. Busquei, na medida do possível, pedir que diferenciassem as duas regiões em seus relatos, quando a diferença já não estava evidente. Há alguns trechos, entretanto, em que não fica claro se China se refere à China continental, a Hong Kong ou às duas regiões.

não tem mais disposição para tal. Uma saída é viajar por pacotes turísticos, uma vez que estes não permitem que os viajantes desviem do roteiro previsto:

Se você volta bem, se você se deu bem, você tem que dividir, retribuir, entendeu? Então você faz festa, convida os amigos para jantar, regado bem regado, bem farto mesmo, distribui dinheiro para os amigos. 50 reais, 100 reais e distribui para todo mundo. E isso acaba ficando maçante sabe, que você acaba não tendo vida. Então muitos chineses, ainda que tenha raiz lá, quando voltam, voltam assim [com pacotes turísticos]. Muitos não voltam porque não, não tem esse poderio econômico para poder fazer esse tipo de festa. E as pessoas mais idosas, que não tem mais saco, não tem mais paciência para fazer isso, compram pacote.<sup>251</sup>

Lucilina conta que seu pai não tinha intenção ou vontade de voltar a viver na China, apesar de sentir falta da comida. Com alguma frequência ele viaja a Hong Kong, em boa parte por vontade da esposa, natural de lá – parece ser uma constante que a vontade de retorno seja mais manifestada pelas mulheres. A madrastra da entrevistada tem familiares vivendo na região e por isso gostaria de se mudar para lá permanentemente:

Não, morar não. Ele sente, sentia muita falta de lá principalmente pela gastronomia né. Que a base dele, ele gostava muito, ele lembra, as lembranças né, isso é normal. Então depois que ele casou com minha madrastra, daí que ele voltou mais vezes, mas ele não voltava assim pra terra dele, onde tinha as plantações, nada. Ele ia mais para Hong Kong, que a minha madrastra era de Hong Kong né. Então ele acabou indo mais por ela, todo ano ele ia, ficava lá meio ano, voltava, sabe. Voltava gordinho porque ele comia tudo que ele pedia, minha madrastra queria que ele voltasse pra lá e ficasse lá. Mas, é, ele só acompanhava ela e voltava. Porque a família dela tava lá, né. E a mãe dela também tinha voltado e morreu lá, também. Foi na mesma época que minha avó foi também.<sup>252</sup>

A entrevistada menciona a dinâmica das avós que vieram ao Brasil participar da criação dos netos e, depois destes crescidos, optaram por voltar à China. Apesar das idas e vindas das avós serem explicadas a partir do trabalho de cuidado, em outros momentos das entrevistas foi mencionado que elas também trabalhavam nas pastelarias, ainda que primordialmente cuidassem das crianças. Tanto a avó materna de Lucilina quanto a mãe de sua madrastra passaram alguns anos no Brasil e retornaram depois, enquanto a mãe de seu pai viveu até o fim da vida em Curitiba. A avó materna, em especial, após os netos no Brasil terem crescido, passou a insistir em retornar para a China, onde estavam seus outros netos:

---

251. Entrevista Sérgio. [fev. 2022].

252. Entrevista Lucilina. [jun. 2021].

E a mãe [avó] materna ela queria, queria, queria sempre voltar pra China, sempre, sempre. Ela insistiu tanto depois que as crianças já cresceram, que o pai resolveu então pagar a passagem pra ela voltar, né. Só que ela voltou e não durou muito tempo lá. Ela já voltou bem velhinha né, e acabou morrendo lá, né. E a minha outra avó acabou não voltando e ficou pra cá, por aqui. E a minha avó ficava sempre, a vó materna, ah preocupada com os outros netos lá, porque ela queria ver os netos, que ela queria voltar, e não sei o quê, porque meu pai não dava bola pra ela. Ah, ela se fazia de vítima. Até que chegou, meu pai disse assim, “tabom se você quer ir você vai voltar, eu pago sua passagem”. Daí ela voltou.<sup>253</sup>

Em artigo sobre as chamadas “mulheres deixadas para trás” (*left-behind women*), as mulheres na China rural contemporânea cujos filhos adultos são migrantes, a antropóloga Tamara Jacka (2014) contesta a ideia recorrente de que estas mulheres estariam abandonadas e limitadas a uma postura passiva diante de seus familiares. O trabalho de cuidados exercido por elas cumpre papel fundamental para sustentar o projeto de migração da família, que não teria outra maneira de arcar com o cuidado das crianças (que, no caso da pesquisa de campo de Jacka, permanecem com as avós, ou passam períodos com elas, enquanto os pais estão deslocados). A autora comenta que os jovens adultos que podem contar com o apoio de suas mães ou sogras para cuidar dos filhos pequenos conseguem buscar trabalho em regiões mais distantes e permanecer lá por mais tempo, o que significa um aumento significativo nos seus ganhos.

Nos achados desta pesquisadora, portanto, o empreendimento migratório familiar pode ser mais ousado e rentável quando as matriarcas estão envolvidas. Como consequência, Jacka pontua que estas conquistam uma boa porção de respeito, autoestima e poder na família devido à sua contribuição, ainda que seus familiares homens não estejam dispostos a reconhecer toda a participação delas nas tomadas de decisões (2014, p. 192). Com exceção de Sérgio e Mei Qim, todos os demais entrevistados mencionaram a presença das avós na sua infância e juventude. Como demonstrado nos trechos apresentados, algumas dessas avós circulavam entre países de modo a melhor atender as demandas dos filhos por cuidados dos netos pequenos; ou, ainda, mantinham os laços familiares íntegros, mesmo com membros da família vivendo em dois ou três países diferentes. No caso da família de Suzana, enquanto ela e os pais moravam no Brasil, sua avó materna vivia em Hong Kong e seus tios maternos, no Canadá. Em dado momento, a avó se mudou para Montreal e, anos depois, Suzana vai para lá cursar a faculdade.

---

253. Entrevista Lucilina. [jun. 2021].

A vontade de retorno, seja este permanente ou temporário, bem como a atração de visitas daqueles que se emigraram aparecem concentradas nas mulheres nas narrativas dos entrevistados. Para além dos laços com a terra natal e com os familiares, as mulheres (em especial na função de mães, madrastas ou avós) também são colocadas como protagonistas na manutenção de tradições e costumes, como o culto aos falecidos e as celebrações:

MV - E você lembra, quando vocês eram crianças, se vocês tinham festas chinesas que vocês comemoravam em casa?

LR - Sempre, sempre, nossa. Era uma coisa, minha avó, minha madrasta faz alguma coisinha assim nas datas específicas. Mas a minha avó era regrada. Aniversário de morte de cada membro da família, pessoas que eu nem conhecia, ela tinha as fotos, que nem o japonês, tem o santuário, as frutas, as velas, as frutas...é, comida que ela fazia, chá.<sup>254</sup>

Lucilina lembra de rezar junto dos irmãos quando criança, sob orientação da avó, e de ajudá-la a lavar e cortar frutas que seriam colocadas no altar, ou santuário, dedicado aos familiares já falecidos. Após o falecimento da avó, a função de realizar estes rituais passou a ser inteiramente da madrasta, mas que, segundo a entrevistada, o faz em menor escala e frequência. Já ela própria não deu continuidade às práticas depois de deixar de viver com a avó – o que parece ser o caso de todos os demais entrevistados:

Minha madrasta faz, mas a gente vê que faz pela metade, não é no rito que minha avó fazia, sabe. O jeito que ela fazia era bem dedicada mesmo, nossa, fazia às vezes banquetes, e depois almoçava e jantava aquela comida porque era muita coisa que ela fazia. Mas essas lembranças...só que a gente, eu não segui nada, porque como eu morava com ela, eu ajudava ela a fazer as coisas né.<sup>255</sup>

De certa forma, essa descontinuidade se expressa na maneira como os entrevistados tentam contar tais memórias, sem dizer o nome das celebrações, ritos e comidas ou mesmo descrevê-los com mais precisão. Os irmãos de Lucilina, Pedro e Milton, também rememoraram os rituais e rezas em memória dos falecidos (como a mãe dos entrevistados, que faleceu quando eles ainda eram crianças) conduzidos pela avó, bem como as festas e pratos típicos feitos por ela, como conta Milton:

254. Entrevista Lucilina. [jun. 2021].

255. Entrevista Lucilina. [jun. 2021].

Todo dia, às 6h, a gente tinha que rezar, quando a mãe morreu né, até 12, 13 anos, tinha que 6h queimar um troço que simulava dinheiro, tinha que queimar, jogar numa latinha, acender dois, três incenso, fazer aquele, tipo, agradecer né. Daí como eles comemora aniversário de morte, comemoram nascimento, então minha vó fazia assim o frango pelado, cozido, sem pele. Mas o frango tem que ser completo, é um peixe, um macarrão. Então passava aquela bandeja assim, tipo não sei se você já viu, túmulo de chinês no cemitério, eles oferecem comida né, pinguinha, incenso, pinguinha pra derramar assim.<sup>256</sup>

Milton conta que estas tradições se encerraram com o falecimento da avó: “Depois que a avó foi, a avó vamo dizê assim, a vó morreu em 1992, a tua bisavó. Daí nunca mais a gente comeu comida típica, essas coisas assim. Comida da China mesmo. Acho que você não chegou a comer isso né”<sup>257</sup>. Pedro comenta o mesmo, estendendo o impacto da partida da avó ao conseqüente distanciamento entre os familiares e mesmo à perda da sua fluência no idioma da família:

E nós também não falamos mais tão bem o chinês como era. Porque a gente não teve mais contato. Eu até 20 anos, 25 anos, eu falava bem também. Porque eu cuidava da minha avó, antes dela morrer né. Aí depois que a vó morreu, a comunidade dissipou. Quem segurava tudo era a vó e o vô, o avô morreu, aí depois de uns anos a vó foi.<sup>258</sup>

Da parte dos pais e avôs dos entrevistados, estes relataram que com eles se encerra, ou poderá se encerrar, a tradição de atribuir nomes chineses às crianças, por vezes registrados como um segundo nome, após o “nome brasileiro”, ou então omitidos da certidão de nascimento, mas usados entre a família. Como vários mencionaram, costuma caber ao patriarca<sup>259</sup> a escolha do nome. Nas palavras de Lucilina “Então antigamente quem dá o nome pra família, pras crianças que nascem, geralmente é o cacique. Que seria meu avô. Como meu avô não tava, foi meu pai [quem escolheu o nome das filhas da entrevistada]”<sup>260</sup>. Além de ser incumbência do patriarca da família, a nomeação das crianças requer ainda o domínio dessa tradição, que nem sempre é transmitida à geração seguinte. Esther comenta que seu avô consultava um livro grosso, provavelmente o *Tung Shing*, um almanaque tradicional chinês baseado no calendário lunar, que serve de guia para, entre outras coisas, escolher datas auspiciosas para casamentos, negócios, além da nomeação de bebês<sup>261</sup>. A entrevistada conta

256. Entrevista Milton. [jul. 2021].

257. Entrevista Milton. [jul. 2021].

258. Entrevista Pedro. [jul. 2021].

259. Suzana, entretanto, menciona que a consulta para o nome de seus filhos foi feita por sua mãe.

260. Entrevista Lucilina. [jun. 2021].

261. Segundo a jornalista Sherry Lee (2001), o *Tung Shing* é levado tão a sério em Hong Kong que mesmo o Departamento de Bem-Estar Social consulta o almanaque para escolher nomes para bebês entregues à adoção. Ainda segundo ela, essa tradição se concentra em Hong Kong, uma vez que o regime maoísta baniou o manual, por ser uma superstição, na China continental.

que seus filhos mais velhos receberam nomes chineses, uma vez que seu avô era vivo à época, o que não foi o caso dos dois mais novos:

A minha filha mais velha também tem. Quem tem que dar os nomes orientais são as pessoas mais velhas da família. No caso do meu avô, não está aí mais, né. Então talvez a única que sobrou seria a minha vó. Então não sei, daí eu preferi não correr risco, né? Que ela conseguiu um livro, como se fosse uma bíblia. É um livro bem grandão assim, grosso. Daí eles adapta o nome, de que que você nasceu que daí dá o nome. A minha filha tem um nome, a mais velha. Aí já o gêmeos já [...] porque meu avô já tinha falecido. Que meu avô que podia dar, foi meu avô que deu nome pro meu filho.<sup>262</sup>

Pedro e Milton, bem como seus irmãos, têm nomes chineses, registrados como segundo nome. Suas irmãs (Lucilina entre elas) entretanto, não têm, tendo apenas o nome brasileiro – cheguei a perguntar se elas não teriam o nome chinês registrado, mas teriam um usado em casa, mas não era o caso<sup>263</sup>. Quando perguntei a Pedro se alguma vez lhe explicaram o porquê de as irmãs não terem nome chinês, ele respondeu que “Não, nunca falaram. Eu também estranhei, mas nunca perguntei também, nunca tive curiosidade né”<sup>264</sup>. Já Milton explica que “Os homens têm, todos. Tradição deles né, mulher casa e leva o sobrenome do homem né. Eles fala assim que [mulher] não é da família. Isso o pai conta, falava pra gente”<sup>265</sup>. Pedro menciona ainda que ele e os irmãos teriam nomes brasileiros porque os cartórios à época se recusariam a registrar nomes “estrangeiros”: “Nós os homens, não sei se, é que nem por exemplo, todos nós temos nomes português brasileiro na frente. Porque há 60 anos atrás os cartórios não registravam. Hoje registram”<sup>266</sup>.

Dentre a terceira geração da família dos três entrevistados, isto é, entre os filhos e sobrinhos destes, alguns, principalmente os mais velhos, receberam nomes chineses. Nesta geração o gênero não parece ter sido regra – as duas filhas de Lucilina têm apenas nomes chineses, sem nomes “brasileiros” (como a entrevistada Mei Qim). Os entrevistados não souberam dizer o que levou alguns filhos e sobrinhos a serem nomeados, e outros não. A proximidade ou afastamento do pai ou da mãe da criança com a família pode ter sido um fator relevante, bem como o falecimento da avó dos entrevistados, em 1992 – pois, por mais que o pai destes cumprisse o papel de dar nome aos recém-nascidos, o papel da avó em manter tradições e laços familiares foi ressaltado.

---

262. Entrevista Esther. [maio 2022].

263. Dentro de casa elas seriam identificadas pelos termos que significam, por exemplo, “filha mais velha” ou “irmã mais velha”. Ou, ainda, pelo próprio nome brasileiro.

264. Entrevista Pedro. [jul. 2021].

265. Entrevista Milton. [jul. 2021].

266. Entrevista Pedro. [jul. 2021].

Como mencionado no capítulo anterior, Pedro relembra que a avó ainda cumpria papel de reunir a comunidade chinesa e a família estendida nas datas comemorativas. A existência ou a ausência de uma comunidade étnica numerosa e envolvida era um fator de peso para a continuidade dessas tradições. Mei Qim, que nasceu em São Paulo e se mudou para Curitiba na infância, se recorda que na capital paulista ela chegou a frequentar uma escola chinesa, com a qual participava de festas tradicionais e assistir apresentações folclóricas, como a “dança do dragão”<sup>267</sup>. Sérgio relata o mesmo a respeito da comunidade chinesa na Beira, em Moçambique, com a ressalva de que lá a maioria era de chineses taiwaneses, mas que acolhiam com boa vontade sua família de origem cantonesa – a diferença entre o mandarim e o idioma falado pela família do entrevistado, entretanto, atravancou seu desempenho na escola chinesa que frequentava no contraturno da escola regular<sup>268</sup>.

Já em Curitiba, com uma concentração muito menor de famílias chinesas, as opções eram escassas ou quase inexistentes. Suzana comenta que chegou a ter algumas aulas de chinês com a única professora disponível na cidade, mas que “durou muito pouco”. A entrevistada mencionou a experiência quando explicava a decisão dos pais de enviar sua irmã mais velha para crescer na China (ou, em Hong Kong). Na interpretação de Suzana, essa escolha tinha como intenção fazer com o que a irmã “fosse chinesa mesmo”, o que não aconteceria caso ficasse no Brasil:

Eu acho que a intenção dos meus pais era que ela tivesse, fosse chinesa mesmo, porque eles, acho que eles perceberam que quando eles vieram pro Brasil, assim né, meus pais vieram pro Brasil em 1950, não tinha estrutura, eu não aprendi chinês. Eu lembro uma época, quando eu era pequena, que tinha uma professora de chinês em Curitiba, uma professora, e a gente fazia uma ou outra coisinha mas durou muito pouco. Essa pessoa, essa professora não durou muito tempo. Então quer dizer, eu nunca tive escola de chinês.<sup>269</sup>

E, de fato, a entrevistada percebe uma distância cultural considerável entre ela e a irmã:

A minha irmã é mais chinesa do que eu, porque ela cresceu em Hong Kong então ela absorveu toda a cultura. Assim, hoje em dia eu converso com a minha irmã mais velha, a gente tem as, a gente conversa tal, a gente tem uma cabeça muito parecida mas assim, existem coisas é cultural, que não dá. É diferente, né?<sup>270</sup>

Em meio a esse assunto, Suzana me perguntou se eu tinha ouvido em outras entrevistas sobre crianças que foram “mandadas” para a China. Era de meu conhecimento que

267. Entrevista Mei Qim. [ago. 2021].

268. Entrevista Sergio. [fev. 2022].

269. Entrevista Suzana. [set. 2021].

270. Entrevista Suzana. [set. 2021].

Lucilina e Pedro se mudaram para Hong Kong com os avós quando crianças, onde viveram durante cerca de um ano, para retornar ao Brasil em seguida. Enquanto Lucilina explicou que os avós preferiam viver lá, e que só tinham emigrado para “fugir da guerra”, Pedro aventou que parte da motivação teria a ver com a instauração do regime militar, em 1964, que teria deixado a família incerta sobre o futuro no Brasil (mas que acabou por não impactá-los diretamente, de modo que não sustentou por si só a permanência em Hong Kong). A explicação de Suzana não necessariamente contraria a explicação de Pedro, de modo que ambas as causas podem ter cumprido um papel. A interpretação da entrevistada, entretanto, aponta uma prática que se estenderia para além do período marcado pela ditadura militar, e que teria como principal objetivo “manter a cultura”:

MV - É que você tinha perguntado se eu já tinha ouvido algum relato, e o meu pai e a minha tia Lucilina, que são os dois mais velhos, quando eles eram crianças eles foram pra, eles falam que foram pra China mas pelo que eu entendo era Hong Kong, e moraram um ano lá e voltaram. E não é muito explicado assim porque que isso aconteceu e é por isso que era uma pergunta que tinha ficado na minha cabeça, né? Faz sentido, né? De, de aproximar mesmo.

SC - É, eu acho que é, exatamente. Por exemplo. Então, pra mim, acho que na cabeça dos meus pais, pra ela poder manter a cultura eles acharam que eles teriam que mandar alguém. Na época eles acharam melhor mandar minha irmã mais velha, entendeu. E por que minha irmã mais velha né? Você vai se perguntar. Por que não minha outra irmã ou tanto o meu irmão, se era uma sociedade tão patriarcal, na minha cabeça faria mais sentido mandar o meu irmão né? E assim, eu acho que essa história acaba se repetindo [...] <sup>271</sup>

Na sequência, a entrevistada conta que sua sobrinha foi “mandada para a China” pelos pais, o irmão e a cunhada de Suzana. Ainda que não cogite intervir ou questionar mais incisivamente a decisão, Suzana se mostra hesitante, devido ao impacto que tal mudança irá causar no vínculo entre a menina e os pais. Mais uma vez, ela comenta que apesar de manter contato com a irmã mais velha, que cresceu na China, não tem com ela o mesmo “vínculo fraternal” que tem com os irmãos que ficaram no Brasil. A alternativa de educar os filhos na China (ou em Hong Kong), portanto, garante uma educação chinesa e mesmo certas oportunidades profissionais e financeiras, porém sob o custo de um apartamento cultural e sentimental com o restante da família. Essa prática tem sido chamada por alguns estudiosos da imigração como *parachute kids*, algo como “crianças pára-quedas” ou “filhos pára-quedas”, ou ainda, *satellite kids* (“crianças/filhos satélite”).

---

271. Entrevista Suzana. [set. 2021]. Legendas: SC - Suzana; MV - Maria Victória.

Em artigo de Lucille L. S. Ngan e Anita K. W. Chan (2021), as autoras se debruçaram sobre os casos de indivíduos naturais de Hong Kong que, na adolescência, foram enviados para estudar em países anglófonos desenvolvidos, e retornaram após a conclusão dos estudos. Elas comentam que as consequências dos custos emocionais destes arranjos familiares ao bem-estar das crianças e adolescentes e às relações entre pais e filhos têm sido tratados como uma questão crítica nos estudos de migração, sendo uma conclusão recorrente que a separação de famílias transnacionais prejudica sua estabilidade funcional e estrutural. Ainda, esses estudos reconhecem que a distância prolongada causa tensionamentos e discórdias entre familiares (NGAN, CHAN, 2021). Entre o grupo entrevistado pelas pesquisadoras, o dos *parachute kids* que retornaram a Hong Kong, a maioria pretendia realocar sua família nos países anglófonos onde viveram durante a adolescência e a juventude – o que, por si só, já demonstra que a primeira migração não teve efeito estritamente temporário, como pode ter sido a intenção. Apesar dos relatos serem constantes em ressaltar as dificuldades em viver longe dos pais em idade precoce, dentre estes foram encontradas duas interpretações: a de que efeitos positivos (como a autonomia pessoal) decorreram da experiência, de modo que estes entrevistados têm planos para que seus filhos também sejam *parachute kids*; e outra na qual os sentimentos negativos (como saudades e alienação dos pais e irmãos) levam a uma relação de arrependimento com a migração na adolescência, de maneira que estes participantes tem como prioridade evitar o distanciamento emocional com os filhos, preferindo realocar toda a família nuclear ou, ao menos, manter a mãe e os filhos no mesmo país (NGAN, CHAN, 2021).

Suzana e Lucilina, as duas únicas entrevistadas a já terem viajado à China e à Hong Kong, enfatizaram o estranhamento ao descrever essas viagens. Ainda que, num primeiro momento, a sensação de não ser minoria racial tenha impressionado Suzana: “a gente é sempre minoria, então a primeira impressão que eu falei nossa, tem muito oriental em volta de mim”<sup>272</sup>, outras ocasiões a levaram a notar as diferenças entre ela e a população local. A entrevistada mencionou os cabelos diferentes (com cores e cortes inusitados) e contou sobre sua frustrada tentativa de comprar roupas em Hong Kong – mesmo a calça da maior numeragem disponível não servia nela, que é considerada magra para os padrões brasileiros. Apesar de ser filha de mãe e pai chineses, ela percebe, então, como mesmo o corpo é moldado pela cultura:

---

272. Entrevista Suzana. [set. 2021].

Então quer dizer, eu era completamente fora do padrão, né? É engraçado porque você fala, pô mas eu sou chinesa, né, mas alimentação...né. A gente não, nessas horas, depois que eu refleti, realmente faz diferença né? O nosso ambiente é diferente, nossa alimentação é diferente. Então o corpo muda.<sup>273</sup>

Ainda, a entrevistada sentiu que, quando percebiam que ela era “de fora”, normalmente devido ao seu vocabulário chinês limitado, as pessoas não a tratavam “tão bem assim”. Essa questão melhorou nas viagens seguintes, quando Hong Kong passou a receber mais turistas: “eu percebi que houve um progresso, mas as primeiras vezes que eu fui...foi bem difícil”<sup>274</sup>. Lucilina também mencionou o estranhamento dos locais para com ela, em especial diante da sua indumentária – ela ainda relacionou a antipatia com o fato de ser “chinesa de fora”. A entrevistada contou sobre a experiência em comparação com a de ser descendente de chineses no Brasil, quando falávamos sobre autoidentificação:

Mas eu sempre coloco brasileira, né. Nunca ninguém me questionou, nada. Ou de olhar torto porque [...]. Eu senti isso na China, porque eles sabiam que eu não era chinesa de lá. Eles percebem que, pela cara da minha filha, você não tem cara de chinesa né. Porque eu pinto o cabelo né, e na época tava bem vermelho o meu cabelo. Uso um monte de bijuteria, um monte de brinco, monte de anel, não sei o quê. E uso manga de fora, sem manga. Estilo de roupa nada conservadora, né. Então eles viram a cabeça e olham pra você, sabe que não é de lá. Então eles tem bastante preconceito, não gostam né, que nem o japonês que sai daqui pro Japão eles não gostam do japonês que não é de lá.<sup>275</sup>

Lucilina realizou uma única viagem à China, na qual passou a maior parte do tempo em Hong Kong, mas também visitou a China continental. Em comparação, ela percebeu Hong Kong como “culturalmente mais ocidental”, devido à colonização britânica, enquanto a grande China passou uma impressão “totalmente diferente”, “fechada”. Referente à segunda, a filha (que a acompanhou durante parte da entrevista), a lembrou de um episódio no qual a mãe, ao fumar em um restaurante, teria recebido olhares fixos e “fulminantes” dos homens ao redor, até que um deles disse a ela que, ali, as mulheres que fumam são prostitutas ou, ao menos, muito mal vistas.

Nem todas essas relações, entretanto, são de estranhamento. A cerimônia de casamento da irmã de Suzana (a que foi estudar em Hong Kong) a inspirou a seguir a tradição chinesa, com o vestido de noiva vermelho e demais rituais, na celebração do seu próprio casamento. A escolha foi atrelada tanto a uma não identificação com a tradição hegemônica no Brasil,

273. Entrevista Suzana. [set. 2021].

274. Entrevista Suzana. [set. 2021].

275. Entrevista Lucilina. [jun. 2021].

quanto a uma relação com a tradição chinesa que carrega certa autenticidade, “uma coisa diferente” e que “foi superlegal”. Ainda, diante das famílias, era o “certo” a fazer:

E eu lembro que quando eu casei, eu resolvi casar, como eu falei, como eu vou casar com chinês, né, falei, meu, eu falei vamos fazer o negócio certo, né? Porque assim, uns anos antes, quando minha irmã casou, eu fui no casamento da minha irmã, minha irmã casou com quatro vestidos, cinco vestidos, sabe? Casamento de chinês mesmo, foi casamento com cinco vestidos, foi superlegal. Aí eu falei, quando eu casar eu acho que vou fazer uma coisa diferente, entendeu. Porque na minha cabeça, festa no Brasil, ah vai casar de branco na igreja, né? Eu falei não. Quando eu vi o casamento da minha irmã eu falei, vou casar de vermelho, né? Porque chinês casa de vermelho. E aí eu resolvi fazer, como minha mãe era muito tradicional, eu falei, mãe, dê uma data boa pra eu casar.<sup>276</sup>

Seguir a tradição à risca incorreu em alguns inconvenientes – a escolha da data mais auspiciosa (a partir da consulta ao *Tung Shing*) não foi rápida e acabou por apontar uma data próxima, de modo que a festa teve de ser organizada em poucas semanas. O vestido de Suzana veio de Hong Kong, trazido pelo pai. Esse cuidado, porém, garantiria que a família, em especial, a mãe, não tivessem motivos para criticar o casamento, além de estar alinhado com a vontade da então noiva:

Eu falo que é a saga do meu casamento, foi muito engraçado, porque eu resolvi fazer do jeito certo, né? Porque eu falei, meu, se meu casamento der errado...chinês é cheio dessas coisas de data, né? Se meu casamento der errado, minha mãe vai falar um monte, meus pais vão falar um monte, minha mãe principalmente. Eu falei, então vamos fazer, vamos fazer um negócio sério (...) Era um traje chinês de duas peças, era uma saia que você amarrava, então tanto faz o manequim, e uma jaqueta de lantejoulas, era, é super lindo o vestido. E aí minha irmã comprou e meu pai trouxe na mala. Bagagem de mão. E eu falei pra ele você tem que me trazer, eu não quero saber.<sup>277</sup>

A passagem, entretanto, é uma das poucas menções à manutenção de laços culturais na vida adulta encontradas nas entrevistas. De modo geral, os entrevistados apontam o contato com a cultura na infância e adolescência, afastando-se dela depois de deixarem a casa dos pais, de modo que seus filhos (ou a terceira geração) pouco ou nada partilham dela. Ao fim da entrevista, já na despedida, Lucilina demonstra pesar em não ter transmitido a língua da família às filhas, em especial diante da expectativa de terceiros. Neste momento, ela e a filha debatem sobre a questão:

---

276. Entrevista Suzana. [set. 2021].

277. Entrevista Suzana. [set. 2021].

LR - Ah lá a MI...[filha de Lucilina aparece e acena] ficou na entrevista inteira. Uma coisa que eu me arrependo é que não consegui transmitir pra elas a língua. Uma coisa que todo mundo pergunta, por que que você não ensinou a falar o chinês né.

MI - Mas nenhum dos filhos pegou, só os mais velhos (...) O resto [??], elas [a entrevistadora e sua irmã] não pegaram, eu e M. não pegamos, o F. e a M. não pegaram, ninguém mais pegou.

LR - A C. tá pegando agora.

MI - Tá mas é a que a C. convive com o vô né.<sup>278</sup>

Elas consideram, então, que entre a terceira geração os mais velhos e/ou aqueles que conviveram mais proximamente com os avós foram os únicos a aprender o idioma. Quando falávamos sobre os costumes chineses (ou aqueles aprendidos com a família) que seguem presentes no seu dia a dia, Esther comenta que o começo do seu casamento foi “difícil” no tocante à alimentação, uma vez que ela estava acostumada ao arroz preparado ao modo leste-asiático, sem nenhum tempero, enquanto o marido sempre comeu o “arroz temperado” típico da culinária brasileira, e que Esther enfim começou a preparar nos últimos anos. A entrevista possui uma relação ambivalente para com os costumes herdados da família, entre os quais há, segundo ela, “coisas ruins mas também coisas muito boas”. No trecho a seguir, dá a entender que parte desses hábitos não são mais “válidos”, que deveriam cessar ou ser controlados, ao mesmo tempo que consistem na maior porção da sua personalidade:

Tanto é que até hoje, ó eu fiz 44 [anos], mas até hoje eu tenho um pouco dessa parte de chinês sabe? Eu tenho acho que mais de 60%, 80% de chinês e vamos ver, 20% de brasileiro, de costume. Até hoje eu me pego fazendo coisas, sabe? Que eu aprendi, foi o que eu cresci com isso, né? Então eu tenho que me policiar, que ele já não serve mais, o mundo muda né? Então tem certas coisas que você tem que, opa espera aí [...] já não é mais válido.<sup>279</sup>

Já em um momento seguinte, ela comenta ter a intenção de transmitir seus conhecimentos sobre a cultura chinesa a uma de suas filhas, que tem especial interesse pela cultura “oriental” e carinho pela avó (a madrasta de Esther): “ela gosta muito tipo ah, aprender, passar meus conhecimentos pra ela. Ela leva pra, pra vida dela né?”<sup>280</sup>. A entrevista ainda comenta que seus irmãos, filhos de seu pai e sua madrasta e consideravelmente mais jovens do que ela (a ponto dela ter cuidado deles quando bebês), “não querem saber de nada de chinês”, pouco se interessando pelas tradições, mesmo que tenham mais acesso a ela uma vez que tem parte da família vivendo na China. Em comparação, Esther “até gostaria de ter”

278. Entrevista Lucilina. [jun. 2021]. Legendas: LR - Lucilina/ MI - filha de Lucilina; MV - Maria Victória (entrevistadora).

279. Entrevista Esther. [maio 2022].

280. Entrevista Esther. [maio 2022].

esse contato mais próximo, uma vez que ela “não tem muito essa cultura”. Como Esther tinha comentado da sua vontade e do interesse da filha em dar continuidade às tradições da família, apresentei a ela a hipótese de que as mulheres tendem a ser protagonistas nesses esforços:

MV - E eu percebo que primeiro tem a ver com geração, mas eu percebo que as mulheres normalmente são quem tá mantendo a maior parte das tradições e mantendo os laços.

EL - Então, aqui em casa sou eu né.

MV - Sim. E a sua filha ter esse interesse também, né?

EL - Eu não sei se teu pai tem aí, mas eu acho que não, que pai, como é homem, acho que não deve ter, talvez as suas tias, se mantêm, fazem [che cheng]. Sabe o que é [che cheng] né? Aquela reverência, aquela reverência que fazem sabe. Que tem altar, tudo.

MV - Ah sei como é, aquele altar com, com foto de quem já faleceu, tal.

EL - Isso! Os pais acho que não fazem, mas talvez as mães dos orientais acho que... Então até isso também, né. Meu pai tem, sabe, um altar. Então assim, até uma hora teve um dia que eu até entrei em contato, perguntei assim né, o dia que tua mãe for embora quem que vai cuidar disso? Ah não, a Beth [filha da madrasta] vai continuar a tradição, eu até tava explicando pra ela como é que funciona né? Porque até então volta e meia minha madrasta liga pra vó, pra mãe dela né, na China e pergunta qual dia pode fazer isso no calendário chinês lá. Mas ela sempre fica na dúvida, né? Ó, hoje pode, hoje não pode, que dia faz, que dia não faz, toda essa, esse ritual todo.<sup>281</sup>

Ainda que possivelmente tendenciada pela minha sugestão, Esther atribui às mulheres mais velhas a dedicação aos altares aos antepassados – da mesma maneira, Lucilina, Pedro e Milton relataram que a avó conduzia esses serviços. A entrevistada conta que há planos para que uma das filhas de sua madrasta mantenha o altar após a partida da mãe, porém, mesmo esta por vezes precisa buscar auxílio para fazê-lo.

Com a partida dos mais velhos e a quebra de elos com a terra natal, então, as práticas tradicionais evanescem cada vez mais, uma vez que pouco são reproduzidas pelas novas gerações. Dentre muitos motivos que poderíamos elencar para esse fenômeno (como a falta de formas associativas, ou mesmo a dificuldade destas em renovar as gerações de seus membros), não está entre eles a facilidade em se assimilar, uma vez que, como apontado pela bibliografia e mesmo demonstrado em alguns relatos, o transnacionalismo ou o vínculo cultural não são mutuamente excludentes com a assimilação, isto é, não atrapalham que aquele indivíduo navegue e se insira na sociedade. Suzana, por exemplo, que demonstrou uma proximidade maior para com a cultura chinesa, não é, por isso, menos assimilada. É fundamental, nesta investigação, indagar a respeito da disposição desses indivíduos, isto é, no

281. Entrevista Esther. [maio 2022]. Legendas: EL - Esther; MV - Maria Victória (entrevistadora).

contexto em que se encontravam e se encontram, o quão interessante ou estratégico seria se aproximar desta cultura? Quando o sotaque dos chineses é sistematicamente alvo de piadas com carga racial, qual o interesse em pertencer ativamente a esse grupo?

#### 4.3 PERCEPÇÕES DO RACISMO E REIVINDICAÇÃO DA BRASILIDADE

Retomando as elaborações de Denys Cuche (1999), discutidas na primeira parte do capítulo, o processo de identificação tem caráter estratégico e é severamente impactado pelo contexto no qual o indivíduo ou o grupo se encontram, uma vez que o contexto orienta as representações sobre estes e afirma ou reprime certas identificações. A identidade, então, é resultado de uma negociação entre a definição de si e a definição dos outros. Logo, as exposições a respeito das representações de chineses em Curitiba e no Brasil, desenvolvidas nos dois capítulos anteriores, foram acúmulos necessários para melhor compreender o universo de significados que envolveu e envolve os entrevistados. Neste tópico, porém, centraremos atenção nas descrições dos próprios entrevistados a respeito dessas questões, e estratégias de identificação demonstradas por eles.

Os episódios de discriminação no ambiente escolar, por vezes chamados de *bullying*, foram uma constante em parte das entrevistas. São algumas as explicações possíveis para a preponderância desses relatos na infância: a maior parte da entrevista se dedicava, de fato, à recuperação de acontecimentos do passado; esses incidentes podem ter sido os mais marcantes, justamente por serem os primeiros (uma vez que é na escola que, pela primeira vez, a criança se encontra sozinha, separada da família); poderiam também ser mais explícitos ou intensos justamente dada a vulnerabilidade e pouca capacidade de reação da criança; ou, ainda, a rememoração de um passado distante pode ser menos emocionalmente custosa de acessar do que uma mais recente.

Esther não hesitou em enfatizar como esses episódios eram comuns e até se estendiam para além do espaço escolar. Seu irmão mais velho por vezes se envolvia em brigas decorrentes das discriminações. Ela localiza o *bullying* como algo que hoje é combatido, mas que, na sua época, era ignorado por professores e outros funcionários. Esther detalha:

Nooossa, essa época, acho que tinha muito *bullying*, nossa, meu irmão chegava a brigar. Falavam aquele negócio de barata, não sei o que, sabe? Tinha até uma musiquinha naquela época lá. Então assim, era muita encheção de saco, sabe? Era muito *bullying*. Tinha muito *bullying* na escola. Meu irmão que era mais, mais velho né, ao invés de pegar e deixar quieto, não, ele ia em cima, claro. Nossa, meu irmão ou batia ou ele apanhava, ali tinha bastante *bullying*. Hoje em dia se for *bullying*, já leva uma advertência, alguma coisa, naquela época não tinha nada. Tinha que ficar escutando coisa e ficar quieto (...) No ônibus também, não era só na escola, no ônibus também, no terminal. Era qualquer lugar que a gente ia, a gente escutava.<sup>282</sup>

Embora não seja o caso de Esther (talvez não por coincidência, uma das duas entrevistadas mais jovens deste grupo<sup>283</sup>), os demais entrevistados que usam o termo *bullying* o fazem com tom que beira o irônico – possivelmente, adereçando o anacronismo em chamar de *bullying* episódios que aconteceram nas décadas de 1960 e 1970. Definido genericamente como “atos de agressão e intimidação repetitivos contra um indivíduo que não é aceito por um grupo, geralmente no ambiente escolar”, o termo *bullying* foi forjado ao fim da década de 1970 e só passou a ser largamente utilizado no Brasil ao longo da década de 1990. Como Esther menciona, então, à época em que esses entrevistados eram crianças ou adolescentes, não havia espaço, mecanismos ou legitimidade para denunciar estas agressões. Restavam, então, as opções brigar (ou se impor, como Lucilina coloca no trecho seguinte) ou ignorar (ou superar, também nas palavras dela). Lucilina conta que ela sabia “se impor” e “revidar”, e também “não dar bola”:

Eu acho que muito, muito, muito quando era muito pequena, acho. Né. “Ô japonesa, ô japonesa, ô olho rasgado”. Mas...superava, superava. Eu me impunha bastante também. Então eu me lembro de umas épocas de escola quando riam, eu já revidava, não ficava quieta não, né. Então também não dava bola, né. Isso quando a piazada queria mexer com você, né. Você também deve ter passado por isso.<sup>284</sup>

Com frequência, os entrevistados se esforçaram em amenizar esses episódios, além de buscar justificar ou compreender as ações de quem proferia os insultos. Essa tática pode servir tanto para não retratar a si mesmos como alguém que foi subjugado, como para alinhar-se ao discurso hegemônico sobre raça no Brasil, o de silenciar sobre ou mesmo negar a existência dos antagonismos raciais, também chamado de mito da democracia racial. As ocorrências são tratadas como meras brincadeiras inofensivas, fruto da baixa instrução das pessoas ou mesmo de uma generalização feita a partir de alguns chineses. Na sequência, Pedro, Mei Qim e Sérgio:

282. Entrevista Esther. [maio 2022].

283. Esther e Suzana são significativamente mais jovens que os demais entrevistados deste grupo, tendo menos de 50 anos, enquanto Sérgio tem 56 e os demais tem mais de 60.

284. Entrevista Lucilina. [jun. 2021].

Não é só adulto não, na adolescência, criança, na infância. Na infância, no colégio, era assim. Não era muito, mas era mais tirar sarro. Chegava ali era, não sei se porque tava em três, quatro, chegava e falava "ô japonês da cara chata, come queijo com barata". E daí continuava amigo do mesmo jeito. Aí chamava japa, olho rasgado, mas nunca falava em uma frase ofensiva. Era mais para tirar sarro, né. Então nunca fui assim, de ofender. Pegavam no pé bastante. Mas não discriminava, né.<sup>285</sup>

Comentário sempre tem, né. Aí vai de você assimilar isso ou não, vai de você carregar isso pra você ou não. Eu acho que os comentários surgem, e as comparações surgem, devido à forma diferente de se alimentar, né. À forma diferente de você saber das coisas, então isso chama um pouco de curiosidade. E eu acho que o ser humano, ele é muito curioso. E tem coisas que os meus ancestrais fizeram e fazem que não é comum aqui no Ocidente, né. Algumas tradições, algumas coisas que comemos que não é tão normal aqui. Então esse tipo de ataque vai ter, esse tipo de piada sempre vai ter. Só que você não tá vivendo lá. Você não sabe o que que eles passaram, o que que eles passam. E como que desenvolveram esses hábitos, tanto alimentar como cultural. Então eu considero assim, o conhecimento chinês tanto em alimentação como medicina, uma coisa que você não pode desprezar. De certa forma, salvou, salvaram pessoas naquele momento, naquela situação. Então a gente não pode criticar, a gente tem que entender. Procurar entender, aceitar as tradições, os costumes, a cultura, é diferente. É isso que torna a gente mais evoluído, a partir do momento que você aceita e entende, procura entender, eu acho que você tá crescendo como pessoa, culturalmente, conhecimento, tudo essas coisas, né. Eu sofri alguns *bulliyings*, mas não dei bola, não dei bola. Eu acho que você tem que pensar que a pessoa não tem o conhecimento, dentro do que ela conhece ela tem a opinião dela.<sup>286</sup>

O que afetou, afetou não, me sensibilizou muito, foi quando entrou a segunda imigração chinesa, na década, terceira imigração chinesa do pessoal do mês de 90, alguns vieram da cidade, alguns vieram do interior, e esse pessoal do interior eles tem uns costumes higiênicos diferentes. E isso afetou porque daí caiu na boca do povo, popularizou, sabe, que padrão de higiene era diferente. Daí no começo a gente sentiu um certo preconceito, mas depois já foi superado assim.<sup>287</sup>

Estas perspectivas narrativas se assemelham em muito às dos entrevistados pela psicóloga e pesquisadora Laura Ueno (2020), em sua pesquisa a respeito dos relacionamentos interracialis entre amarelos e brancos e amarelos e negros. Ueno notou entre os participantes uma “etiqueta social tácita de não falar de raça nem racismo”, e que, quando perguntava a eles se imigrantes amarelos sofreram preconceitos no Brasil, quase todos simplesmente “não reconheciam a validade” da pergunta, mesmo após a entrevistadora repeti-la. Ela considera então que

285. Entrevista Pedro. [jul. 2021].

286. Entrevista Mei Qim. [ago. 2021].

287. Entrevista Sérgio. [fev. 2022].

Isto leva-me a constatar que a discriminação institucionalizada contra chineses e japoneses no Brasil permanece como uma espécie de segredo reprimido. O apagamento de parte traumática da história e da memória do próprio grupo foi um projeto muito bem-sucedido (UENO, 2020, p. 133).

Os entrevistados por Ueno também mencionaram estereótipos e insultos raciais que os acompanham desde a infância, e da mesma maneira buscaram “interpretar estas situações como brincadeiras inofensivas, suprimindo eventuais constrangimentos” (UENO, 2020). A partir da pensadora Gislene Aparecida dos Santos, Ueno aponta que, no racismo brasileiro, a subjetividade é definidora do que configura um episódio racista ou não: “Para Santos (2004), na sociedade brasileira, algo que permite que o racismo se imponha é a permanência de um espaço gradativo definido não pelos fatos, mas pela subjetividade, para se avaliar o que é de fato considerado um acontecimento racista e violento” (UENO, 2020, p. 130). Essa elaboração encontra consonância nas falas de alguns de nossos entrevistados, como quando um deles diz que “[eu] nunca fui assim, de [me] ofender” – não importa o que lhe fosse dito, sua postura era de não reconhecer a ofensa.

O real conteúdo dos disparates, portanto, não é tão importante quanto a escolha do sujeito racializado em considerá-los ofensas raciais ou não – e, quase sempre, não fazê-lo é o que socialmente se espera (ou, até mesmo, se exige), o que aparentemente melhor preserva as relações interpessoais e o que parece ser a estratégia mais interessante ao próprio alvo da ofensa, na avaliação deste. Porém, a partir de revisão bibliográfica sobre o tema, Ueno aponta que “a supressão psicológica não é uma estratégia adaptativa interessante em termos de transformação social, traz prejuízo à memória e à saúde mental” (UENO, 2020, p. 134). Como está subentendido nas declarações dos entrevistados, as estratégias disponíveis a eles pareciam limitadas à supressão ou ao enfrentamento na forma de brigas físicas ou discussões, esta uma alternativa que também não trazia resultados interessantes.

Os significados associados ao “ser chinês” recebidos pelos entrevistados do contexto social que os rodeava são em sua maioria pejorativos, se não o são em sua totalidade. Pelos relatos, o tropo dos hábitos alimentares incivilizados e da higiene parecem ter sido os mais latentes, em certa consonância com o apresentado nos dois capítulos anteriores. Considerando os demais tropos analisados previamente, as ênfases na dificuldade com a língua portuguesa na infância e os esforços para “falar corretamente” podem revelar, para além da necessidade de desenvolver-se na comunicação, que o “sotaque” era alvo constante de atenção de terceiros. É sintomático também que por vezes os entrevistados preferiram não se delongar na descrição do conteúdo do que ouviam, preferindo manter em abstrato (que “sofriam bullying”

ou “ouviam muita coisa”). Em dado momento, um entrevistado até mesmo se recusou a fazê-lo: “Ah a gente escuta...é, mas é tudo piada suja, né. Piada suja né que a gente tem que escutar, não assim de coisa boa, piada assim saudável, só falam coisa errada. Que nem é bom falar na entrevista isso [risada]”<sup>288</sup>. Mesmo após eu lhe afirmar que não seria inadequado falar sobre isso, que também era um assunto pertinente à pesquisa e que ficasse à vontade quanto a isso, ele manteve a escolha de não mencionar as “palavras feias” e “besteiras”.

A única a mencionar estereótipos que associam aos chineses características “positivas” (tratando a realidade brasileira em comparação com a estadunidense e a canadense) é Suzana, que conta que tanto ela foi quanto seus filhos são enquadrados como “CDFs”, isto é, os mais inteligentes ou disciplinados da turma. Ainda assim, ela caracteriza o tropo como “estigma” e reconhece as desvantagens de uma associação essencialista como essa, esclarecendo que a comparação com outros países se dá no sentido de que esses episódios não chegaram a ameaçar sua integridade física ou serem profundamente desagradáveis:

A gente tem um estigma, né? Que oriental é tudo, tudo CDF, né? Então a gente tem que manter um padrão, né? [risada] Eu acho que assim, sempre foi muito pro lado positivo eu acho (...) Mas acho que aqui no Brasil eu nunca tive uma situação que eu falei putz, né. De gerar perigo ou de gerar alguma coisa em uma situação desagradável. O que gera é oriental na, em estudo, sempre leva a fama de ser CDF, sempre levei. Não adianta e, sabe, você falar o que for, ele batem o olho e "ah você sabe resolver o negócio" e assim, tem um lado ruim né, porque não necessariamente você vai ser né, não necessariamente você é, de repente você tem essas dificuldades.<sup>289</sup>

Ser lido/a como chinês/a, portanto, oferecia e ainda parece oferecer poucas vantagens estratégicas a esses indivíduos. Ainda que alguns tenham demonstrado sentir orgulho da história de suas famílias, essa relação não parece se estender a um processo de identificação como chinês ou descendente de chineses (como com frequência é observável em, por exemplo, descendentes de alemães ou italianos). Esta não identificação ficou explícita em alguns momentos, como quando, ainda na leitura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, o qual mencionava que a pesquisa tinha como escopo a imigração chinesa (o que, de fato, se revelou uma descrição pouco precisa do que o trabalho se tornou), um entrevistado me interrompeu para lembrar que ele “nasceu aqui”, não a fim de rejeitar a participação, mas para garantir o meu esclarecimento desde o início da entrevista. Na troca de mensagens de texto com um potencial entrevistado, o mesmo educadamente recusou ceder entrevista e justificou que “não acho que tenha algo para contribuir neste sentido quanto seu trabalho pois

288. Entrevista Milton. [jul. 2021].

289. Entrevista Suzana. [set. 2021].

não tenho referências históricas” e “sou brasileiro de nascimento e por isso não acho que possa contribuir com alguma notícia que seja relevante”. A postura se manteve mesmo após eu reafirmar que sua própria trajetória de vida já seria de interesse da pesquisa.

Em algumas das entrevistas, era perceptível certo estranhamento, talvez até desconforto, dos entrevistados diante do tema, como se este não pertencesse a eles, ao qual eles não teriam muito o que acrescentar. Em conjunto com a veemência em se afirmar como brasileiros (a ser discutida na sequência), a identificação como “chinês” parece ter sido algo muito mais afirmado pelo contexto, isto é, apontado pelas pessoas ao seu redor, do que autoafirmado pelos próprios sujeitos – e o processo de entrevista pode ter sido mais uma destas experiências. Para além dos significados que a racialização dos chineses carrega, essa identificação é diretamente vinculada à ostracização destes indivíduos, isto é, os coloca no lugar do Outro estrangeiro e “oriental”. É compreensível, então, que alguns dos entrevistados reivindicuem a brasilidade, seja constatando-a (o que por si só não seria necessário se esta não lhes fosse negada) ou até buscando táticas para demonstrá-la:

Eu sou mais brasileiro que muita gente né, to ficando velho né...ficando velho, sou mais brasileiro que muita gente. Eu falo pros cara mais novo, sou mais brasileiro que você, por que? Eu sou mais velho, nasci antes (...) Se for outra pessoa a falar comigo, ninguém vai saber que eu sou chinês, não tenho sotaque, entendeu? Chinês é quem tem sotaque<sup>290</sup>, fala meio enrolado aí você sabe que é, que é de fora, mas eu não, se o cara falar comigo por telefone ele nunca vai saber que eu sou chinês ou alguma coisa diferente, né.<sup>291</sup>

Em uma pergunta um tanto atrapalhada, na qual perguntei à entrevistada como ela se autoidentificava racialmente, ela me deu a interessante resposta: “eu coloco brasileira, não tenho como colocar outra coisa, né”<sup>292</sup>. Quando perguntei sobre episódios relacionados à pandemia de Covid-19, outro entrevistado comentou que “Houve comentários mas, tipo assim, tom irônico. Irônico, pegar no pé, eles brincavam com meus clientes falavam assim é, ‘foram vocês que trouxeram’. Falei eu não sei, eu nasci aqui”<sup>293</sup>. Porém, como demonstração de que essa relação não é absolutamente constante entre todos os participantes (quicá então entre todo o grupo), outra entrevistada respondeu: “Ah sim, aconteceu de falarem pra mim que a culpa era dos chineses né, da pandemia. E eu falava que não [risada]. Vou defender um pouco a minha raça”<sup>294</sup>.

---

290. Nem Milton, nem nenhum dos demais entrevistados tem sotaque.

291. Entrevista Milton. [jul. 2021].

292. Entrevista Lucilina. [jun. 2021].

293. Entrevista Pedro. [jul. 2021].

294. Entrevista Esther. [maio 2022].

O que se pode observar como processo de identificação, então, encontra ressonâncias com o que Jeffrey Lesser (2008) denominou diáspora descontente, a partir do estudo das narrativas de nipo-brasileiros que atuaram no cinema erótico e na militância política contra a ditadura militar, nas décadas de 1960-1980. Lesser chama de militância étnica a busca desses indivíduos por “espaço onde a etnicidade não fosse importante”, nos quais buscavam afirmar sua brasilidade. Porém, essa intenção quase sempre se desencontrava com as intenções do contexto – os espectadores dos filmes, por exemplo, “viam os *nikkeis* como produtos de uma diáspora, por mais que os nipo-brasileiros argumentassem em sentido contrário” (LESSER, 2008, p. 115).

Essas idas e vindas sugerem que as representações não-*nikkeis* da etnicidade da diáspora tiveram um efeito profundo sobre a maneira como os *nikkeis* compreendiam sua relação com o Japão. Seu descontentamento na diáspora dizia respeito ao fato de que etnicidade não implicava, necessariamente, uma identificação positiva com Japão (LESSER, 2008, p. 207).

De maneira semelhante, nossos entrevistados viveram e vivem sob representações dos chineses ou da China elaboradas e reproduzidas por agentes exteriores ao grupo, de modo que os próprios sujeitos tenham pouco ou nenhum controle sobre a narrativa que alegadamente os descreveria. A partir desse descontentamento, então, resulta uma etnicidade que não inclui uma identificação com a China ou os chineses e que reivindica o Brasil como seu centro nacional.

## 5 SEJA COMO ÁGUA: CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Empty your mind. Be formless, shapeless, like water. Put water into a cup, it becomes the cup. Put water into a teapot, it becomes the teapot. Water can flow or creep or drip or crash. Be water, my friend.*

*Like everyone else you want to learn the way to win, but never to accept the way to lose — to accept defeat. To learn to die is to be liberated from it. So when tomorrow comes you must free your ambitious mind and learn the art of dying!*<sup>295</sup>

(Longstreet, 1971)<sup>296</sup>

As memórias dos entrevistados, ainda que evocadas no presente momento da entrevista, tratavam de experiências vivenciadas em um outro contexto histórico. As entrevistas focaram na infância e na juventude dos participantes, ou seja, eles contaram sobre as décadas de 1960 e 1970, no caso dos mais velhos, e sobre as décadas de 1980 e 1990, no caso dos mais jovens. Poder comparar estas histórias de vida com uma vivida em um período mais recente permitiria novos exercícios comparativos e, como vim a descobrir, abriria uma série de novas questões. Foi em busca destas possibilidades que entrevistei Ronaldo. Certo dia, navegando no *Instagram*, me deparei com a página de uma marca de *streetwear*, a SHUI, que de imediato me chamou a atenção pela articulação de elementos visuais chineses com a moda urbana típica da cultura hip-hop. Logo descobri que era a marca de Ronaldo, que é filho de imigrantes chineses e estava então com 19 anos. Me interessei por entrevistá-lo porque, neste primeiro olhar, ele parecia fazer aquilo que não encontrei nos outros entrevistados: se identificava de maneira positiva e consciente como chinês, e não só isso é bem recebido pelo seu contexto como lhe chega a ser rentável economicamente. Seria uma oportunidade de estabelecer uma comparação entre as experiências dos demais entrevistados e de um sino-brasileiro de outra geração (neste caso, no sentido de ter nascido décadas depois deles, pois Ronaldo também é segunda geração da imigração), que, em relação àqueles, vive sua juventude em um período histórico bastante distinto – ou talvez, nem tanto.

295. “Esvazie a sua mente. Não tenha forma, nem contornos, como a água. Você coloca água num copo, ela se torna o copo. Você coloca água numa chaleira, ela se torna a chaleira. A água pode fluir, penetrar, pingar ou destruir. Seja como água, meu amigo.

Como todos os outros, você quer aprender como vencer, mas nunca aceitar como perder - como aceitar a derrota. Aprender a morrer é se libertar da morte. Então quando o amanhã chegar você deve se livrar de sua mente ambiciosa e aprender a arte de morrer!” (Tradução da autora)

296. THE WAY of the Intercepting Fist (Temporada única, episódio 1). Longstreet [seriado]. Direção: Don McDougall. Roteiro e produção: Stirling Silliphant. Los Angeles: Paramount Television, Edling Productions, Corsican Productions, 1971. 48 min, color. Formato digital.

Eu poderia, ainda, ter feito essa análise comparativa a partir de entrevista com um ativista sino-brasileiro, um caminho que foi considerado. Há pelo menos 8 anos, o movimento asiático-brasileiro vem se desenvolvendo a partir, primordialmente, de estudantes universitários e de pesquisadores do tema. Porém, como faço parte deste movimento, considerarei que seria pouco interessante um entrevistado do mesmo local de fala que o meu (ou de um muito próximo), uma vez que o ponto de vista ativista já está presente, talvez mesmo privilegiado, no olhar de quem produz o trabalho. A diferença entre mim e Ronaldo, então, foi mais um motivo para considerá-lo como entrevistado. Uma distância de espaços e contextos nos quais nos constituímos, mas também etária, uma vez que pelo menos 8 anos de idade nos separam — poucos anos, mas que foram suficientes para que ele tivesse uma experiência racial já distinta da minha, e mais ainda da dos outros entrevistados. A princípio trazida aqui para que, a partir dela, pudéssemos revisitar todas as temáticas abordadas até aqui, a narrativa de Ronaldo por si só lança novas questões que ficam de sugestão para futuros trabalhos.

A família de Ronaldo difere das dos outros entrevistados na província de origem, na época em que chegaram ao Brasil e na atividade econômica a que se dedicam. Seus pais são do condado de Qing Tian, localizado na província de Zhejiang, na região leste da China, estando mais próxima de Shanghai e Taiwan do que de Guangzhou ou Hong Kong, de onde vieram (ou, ao menos, por onde passaram) as outras famílias. O casal veio ao Brasil em meados de 1990, com sua filha mais velha. Ronaldo nasceu no Brasil, sua família voltou à China após seu nascimento, para três ou quatro anos depois se estabelecer no Brasil novamente — a irmã, a quem ele pouco mencionou, ficou na China, onde vive até hoje. Após passarem alguns anos em Minas Gerais, a família se mudou para São Paulo, onde apostaram numa empresa de confecção de roupas femininas, junto de um sócio. Hoje, continuam atuando no ramo por meio da marca de vestuário fundada por Ronaldo em 2020.

Ainda que, diferentemente dos outros participantes, Ronaldo não tenha trabalhado com os pais quando criança, de maneira semelhante a eles sua infância foi marcada por um latente senso de responsabilidade em relação à família e sua condição financeira. Após a vinda para São Paulo, os empreendimentos do pai não deram o resultado esperado, o que acarretou uma série de endividamentos — Ronaldo conta que sua família era muito pobre na China, e seus pais de baixa instrução, de modo que os negócios que conduziam no Brasil eram de risco considerável e concretizados na base de empréstimos e sociedades. Como ele me explicou, os

empreendimentos contemporâneos de imigrantes chineses precisam fazer altas apostas e “avançar com tudo” para conseguir ocupar um lugar no ramo:

Porque os chineses eles, tipo, na minha visão, eles focam muito em, experiência própria, escolhem um nicho que querem atuar, de venda, e eles avançam com tudo. Por exemplo nicho de vestuário, eletrônicos, ou restaurante, ou cosméticos...e quando eles escolhem bem certo o nicho eles investem com tudo. E fazem tudo sob escala.<sup>297</sup>

Os problemas financeiros e a rotina de trabalho intensa para tentar resolvê-los afetou diretamente a dinâmica da família. Os pais brigavam muito entre si e podiam dar cada vez menos atenção ao filho, que então tinha entre 10 e 12 anos. Como consequência, Ronaldo chegou a reprovar o segundo ano na escola e ter notas ruins na série seguinte. Mais de uma vez, ele descreve a si mesmo como “ingênuo” à época, num tom que poderia ser de autocrítica, como quem esperava de si uma maturidade excepcional à idade. Demonstrando, como os outros entrevistados, a percepção de que ele, mesmo criança, tinha uma carga de responsabilidade para com a família.

Ronaldo conta que sua dificuldade na escola estava muito relacionada ao fato de que ele “não sabia o que fazer”. Sem acompanhamento dos pais (que, afinal, talvez soubessem ainda menos) ele não sabia que lições deveria fazer, que livros ler ou que deveria estudar para provas. Um drama clássico da segunda geração da imigração, Ronaldo teve de aprender sozinho como navegar pela escola e outros espaços, isto é, se inserir na sociedade. Em semelhança ao relato de Pedro, tanto nos fatos quanto no tom assumido pelos entrevistados, ele conta que seus pais não frequentavam as reuniões da escola:

Meus pais eles não iam em uma reunião, eles tipo não entendiam de nada, e a única coisa que eles falavam pra mim era “estuda, estuda bastante, eu quero que você seja rico quando você crescer”. Isso era só o que eles falavam.<sup>298</sup>

Em meio ao desamparo, Ronaldo ainda carregava a expectativa de que pelo seu estudo ele poderia enriquecer e, portanto, sua família também. Ele relembra um episódio no qual a mãe, chorando por conta das dívidas, lhe pede que estudasse muito, pois esta seria a saída. Seria nessa época que ele começou a “a estudar muito e me dedicar muito na escola”, até que suas notas passaram a ser todas 8 ou 9. Concomitante à dedicação à escola, Ronaldo começou a se experimentar no empreendedorismo, inspirado pelo que aprendia ao observar os

---

297. Entrevista Ronaldo. [jan. 2022].

298. Entrevista Ronaldo. [jan. 2022].

pais. Em dado momento do ensino fundamental, ele passa a comercializar facas *butterfly*, utilizadas para fazer manobras e apreciadas por ele e pelos colegas de turma. No auge das vendas, um garoto de outra escola chegou a ser seu revendedor e os rendimentos da empreitada somavam até dois mil reais no mês. Mais tarde, um desentendimento com outro aluno, que o acusou perante a diretoria de ter intenções de usar uma das facas para feri-lo, resultou na expulsão de Ronaldo daquele colégio. Essas primeiras experiências empreendedoras serviram de base para a entrada dele no mercado de revenda de *sneakers* e na fundação da sua marca de *streetwear*, às quais voltaremos mais tarde.

Esse episódio tem relação com outra dimensão da experiência escolar do entrevistado, a do *bullying*, das conseqüentes brigas em que se envolvia e o comportamento agressivo que acabou por desenvolver. Ronaldo tem a compreensão de que o fato de ser “asiático chinês” e de imigração recente acentuavam a discriminação que sofria, agravada, ainda, por ser o único nesta condição – possivelmente, ele estava traçando uma comparação com os nipo-brasileiros, que além de serem maioria entre os asiático-brasileiros, usualmente são terceira ou quarta geração da imigração e, portanto, tendem a ser mais assimilados aos costumes brasileiros. Os episódios de *bullying* são algo que ele faz questão de ressaltar na sua narrativa:

Daí eu sempre brigava, brigava muito na escola. Eu era o único asiático chinês na escola, então por eu ser um asiático de geração mais nova, eu cheguei no Brasil com muitos costumes diferentes. Então eu sofria muito *bullying*, muito, muito *bullying*.(...) Enfim, era só um ponto que eu queria ressaltar que eu sofria muito *bullying*, segundo ano, terceiro ano, por ser o único asiático e tal...<sup>299</sup>

Entre os “costumes diferentes” que causavam estranhamento, ele menciona o hábito de emitir ruídos ao comer, comum entre os chineses (e, em certas ocasiões, considerado até sinal de educação e respeito para com o anfitrião) mas considerado execrável entre os brasileiros. Quando pergunto se ele se recorda de outros choques culturais além deste, ele diz que “Eu não lembro agora. Porque hoje em dia eu tento esquecer ao máximo algo que me incomode”<sup>300</sup>. Ronaldo ressalta que hoje sua personalidade é outra, e que gostaria de deixar para trás essas memórias e comportamentos, ao mesmo tempo que reconhece que o *bullying* foi definidor da sua infância e adolescência, que incorreu no seu isolamento social e comportamento “explosivo” na época:

---

299. Entrevista Ronaldo. [jan. 2022].

300. Entrevista Ronaldo. [jan. 2022].

Eu como eu era um menino muito isolado, e chinês, eu tenho um ego muito alto. Eu não gosto de sofrer bullying e deixar quieto, sabe. Eu sou uma pessoa que, se eu deixo quieto, eu fico guardando muito fortemente em mim, e se eu explodir eu explodo de uma vez só (...) Eu ficava bravo toda hora, na infância eu era uma pessoa bem explosiva.<sup>301</sup>

O custo psíquico da discriminação, desconsiderado por parte dos outros entrevistados, é percebido por Ronaldo, cujos episódios explosivos na infância chegaram a irromper em agressões físicas – lembrando o irmão de Esther que, segundo ela, “batia ou apanhava” nestas mesmas situações. Foi, ainda, na narrativa de Esther que o *bullying* apareceu como algo que, na época em que ela estava na escola, era ignorado por professores, funcionários e políticas públicas, apontando um contraste com o que seria a realidade atual. Essa mesma distinção está sugerida em outras entrevistas. O que o relato de Ronaldo demonstra, entretanto, é que se havia medidas e recursos voltados ao enfrentamento do *bullying* nas instituições pelas quais passou, estes não foram suficientes para coibi-lo nem foram relevantes a ponto de entrar em sua narrativa.

Se o termo *bullying* estava na boca de entrevistados de todas as idades (ainda que em graus distintos de legitimidade), apenas Ronaldo falou em racismo. Ainda que o tom com que ele falou sobre não fosse exatamente de denúncia, ele também não se esforçou em diminuir a gravidade do problema ou buscar justificativas e amenizações a estas atitudes, em mais um contraste com as entrevistas anteriores. Sendo a percepção do racismo como tal uma das indagações que eu tinha para as entrevistas, tomei o cuidado de não usar o termo antes do entrevistado, a fim de poder notar se ele o usaria espontaneamente. Ele o fez quando falávamos sobre o *meme*<sup>302</sup> do “pastel de *flango*”, um tropo que representa os chineses como desonestos nas relações comerciais, inassimiláveis e de hábitos alimentares repugnantes (segundo Ronaldo, “tinha *memes* até piores, antes”) e que é frequentemente usado contra pessoas de origem asiática, na internet e fora dela:

---

301. Entrevista Ronaldo. [jan. 2022].

302. *Memes* podem ser definidos como peças de humor na forma de imagem, vídeo, porção de texto, entre outros, que é copiado (às vezes com alguma variação) e disseminado repetida e rapidamente por usuários da internet.

MV - Você tem a impressão que você ouve menos esse tipo de coisa hoje em dia?

RP - Eu acho que, desde a minha infância até hoje em dia, alguns tipos de racismo foram encarados como cada vez piores, mais como coisa, como algo péssimo. Mas que acabou, ainda não, continua bastante. O que ajudou bastante na verdade, foi, por mais engraçado que seja, foi os *doramas* e os BTS.

MV - Ah, imagino.

RP - O *K-Pop* que veio pro Brasil ajudou muito a fama dos asiáticos.<sup>303</sup>

Os *doramas* aos quais Ronaldo se refere são as novelas coreanas, também chamadas de dramas coreanos ou *K-Drama*, que estouraram entre o público brasileiro pouco após a chegada do *K-Pop*, a música pop coreana. Estima-se que o gênero musical começou a ser consumido no Brasil, e no Ocidente de maneira geral, por volta de 2015. O *debut* do grupo BTS (mencionado pelo entrevistado e principal representante do *K-Pop* atualmente) na TV estadunidense foi uma performance durante a cerimônia do *American Music Awards*, no fim de 2017, e marca o reconhecimento do fenômeno por parte da indústria da música ocidental. Em 2019, na quarta vinda do grupo ao Brasil, o BTS realizou dois shows no Allianz Parque, em São Paulo, cada um deles para um público de 40 mil pessoas<sup>304</sup>, e em 2021 foram considerados o terceiro artista mais ouvido no *Spotify*, a maior plataforma de *streaming* de música do mundo. Não é de espantar que Ronaldo relacione a influência do *soft power* coreano com sua própria experiência racial – talvez pela primeira vez no contexto ocidental, feições masculinas amarelas são amplamente consideradas atraentes<sup>305</sup>, ainda que este fenômeno se concentre nas gerações mais jovens.

Mesmo recém saído da adolescência, o entrevistado já percebe em sua experiência de vida uma transformação perceptível na consciência geral sobre discriminações raciais contra amarelos. Seguindo nessa linha, comentei que tenho a impressão de que a geração de nossos pais ouviu coisas ainda piores do que “nós” (eu e Ronaldo), ao que ele concordou: “Nossa, muito mais. E eles enxergavam alguns certos racismos como se fosse algo normal”<sup>306</sup>. Ao apontar a percepção dos pais, o entrevistado revela também a sua própria – para ele, o racismo é real e não é, ou não deveria ser, normal. Uma vez que comparávamos gerações (no sentido etário), possivelmente ele compreende que esta não é apenas a percepção dele, mas de toda a sua (ou a nossa) geração. Ronaldo fala em racismo sem titubear ou sentir necessidade de

303. Entrevista Ronaldo. [jan. 2022]. Legendas: RP - Ronaldo, MV - Maria Victória (entrevistadora).

304. Agradeço à Mariana Felipe pela ajuda para contextualizar o *K-Pop* no Brasil.

305. Explicando como se tornou um fenômeno nas redes sociais, Ronaldo chega a considerar que “ser asiático que fez eu bombar mais fácil”.

306. Entrevista Ronaldo. [jan. 2022].

explicar-se, algo que eu só passei a fazer após uma trajetória de anos no ativismo e na pesquisa. Ainda assim, dependendo do interlocutor, sinto a necessidade de explicar com cuidado que asiáticos (ou amarelos) são também sujeitos racializados, no receio de não ser compreendida. Mesmo que, evidentemente, não seja possível inferir que todos os jovens asiático-brasileiros da idade de Ronaldo tenham a mesma leitura que ele, acredito ser essa uma demonstração da emergência da pauta racial no debate público, o que naturalmente impacta em especial aqueles que vivem seus anos formativos nesse contexto.

Sendo as tensões ao redor dos casamentos interétnicos um tema tão latente nas entrevistas com o primeiro grupo, não poderia deixar de tocar nesse assunto com Ronaldo. Ele confirma que os pais também têm essa expectativa, e explica de maneira notadamente lúcida a contradição que vive entre querer contrariar os pais e, ao mesmo tempo, ser profundamente influenciado por eles:

Eh, meus pais, eles sempre me pressionaram a me casar com chinesa. E tipo, é...eu sou uma pessoa que sou muito teimosa, eu não gosto de ouvir meus pais, só que eu sempre acabo ouvindo e acabo inconscientemente querendo isso, a mesma coisa que eles. Por exemplo, eles falam assim "ah come essa batata" na frente deles eu vou cuspir a batata no prato, mas a hora que eles forem embora eu vou comer toda a batata. Eu sou muito assim.<sup>307</sup>

Como discutido no capítulo anterior, alguns dos demais entrevistados percebem essa contradição como algo que se resolveu com o passar do tempo, contrastando o conflito na juventude com a compreensão das motivações dos pais na vida adulta. Ronaldo demonstra que, já aos 19 anos, pode constatar o caráter contraditório da relação com pais, ainda que de maneira mais aguda e tensionada que os outros entrevistados à meia-idade. Em seguida, ele conta que está namorando uma “brasileira”, a quem os pais não chegam a “ser contra”, ainda que preferissem uma “chinesa”. O fato de Ronaldo estar garantindo boa parte do sustento da família o moraliza a ponto dos pais não terem espaço para se opor ao relacionamento. Não fosse por isso, sua situação seria diferente: “se eu fosse um estudante de 19 anos, só na escola, e eles fossem super ricos agora, eu tenho certeza que eles iam me proibir de namorar com brasileira”<sup>308</sup>. É em especial no terreno dos negócios que a narrativa de Ronaldo demonstra como ele percebe que acessa uma adaptabilidade que falta aos pais. O negócio da família estava entrando em um bom ritmo quando foi duramente impactado pela pandemia de Covid-19, no início de 2020. O entrevistado entende que lhes faltou “flexibilidade” para enfrentar a crise:

307. Entrevista Ronaldo. [jan. 2022].

308. Entrevista Ronaldo. [jan. 2022].

O ruim dos meus pais serem chineses muito conservadores, é que eles só vendem pra chineses. Eles tavam fazendo roupa feminina e só vendiam pra chineses. Então o problema é que com a pandemia, os próprios chineses só tinham negócios físicos, então meu pai que só vendia pra chinês, que só tinha negócio físico, acabou quebrando de novo. Porque ele não tinha flexibilidade no negócio dele. Então as lojas fecharam por conta da pandemia e meu pai não tinha ninguém pra vender, sabe. Então acabou falindo, e foi nessa hora que eu decidi fazer minha marca de roupa.<sup>309</sup>

Na época, Ronaldo já empreendia no ramo de revenda de *sneakers*, e, como parte da empreitada, produzia conteúdo sobre para as redes sociais, onde conquistou certa “fama”. Os *sneakers* são tênis especiais, cujo *design* carrega significado singular e até mesmo histórico, podendo ser edições especiais feitas em colaborações com estilistas, *rappers*, atletas, etc. Lançados em quantidades limitadas nas lojas, esgotam em minutos e seus valores de revenda (ou *resell*) podem alcançar dezenas de milhares de reais, dependendo do sucesso e raridade do modelo. Os *sneakers* são, também, parte fundamental do *streetwear*, um estilo de roupa característico das subculturas urbanas, em especial as do hip-hop e do skate, e que, nos últimos anos, tem cada vez mais se mesclado à “alta moda”, após décadas sem ser reconhecido como “moda de verdade”. Diante da crise financeira dos pais, Ronaldo uniu sua paixão pelo *streetwear*, seus conhecimentos sobre e sua influência nas redes sociais para fundar a SHUI, em 2020, cujas primeiras peças eram estoque parado do pai, e as seguintes, produzidas na fábrica dele.

O ritmo frenético de conduzir a marca, marcar presença online e revender *sneakers* colocou os estudos em segundo plano – devido à pandemia, Ronaldo cursou o terceiro ano do ensino médio no ensino remoto, sem dar muita atenção às aulas, e não entrou para a faculdade, o que seus pais lhe “imploram” até hoje para fazer. O entrevistado considera essa insistência dos pais nos seus estudos mais um sinal da percepção limitada do contexto em que vivem. Comparando as possibilidades abertas por um diploma e pelo empreendedorismo, Ronaldo considera que no segundo o “esforço e retorno é muito maior”. Sem sequer cogitar cursar o ensino superior, ele conclui que empreender “é a forma mais dolorosa e mais rápida” de ganhar dinheiro. Enquanto os entrevistados mais velhos captaram, à parte de seus pais, a vantagem em cursar o ensino superior; em um momento histórico de desemprego crônico, desvalorização de diplomas e explosão do mercado digital, Ronaldo chega à conclusão contrária, mas também em oposição aos seus pais.

---

309. Entrevista Ronaldo. [jan. 2022].

Em meio a esse assunto, talvez o mais prolongado da entrevista, o entrevistado para esclarecer que não despreza os pais, pelo contrário, reconhece e preza seus conhecimentos e experiências nos negócios, mas que simultaneamente sabe que precisa superá-los:

Não é tipo, desprezando meus pais. Eu amo eles (...) eles me deram também muitos ensinamentos muito bons, porque eles trabalhavam com empreendedorismo por muitos anos. Então eles já passaram por muita coisa, sofreram muita coisa, eles já são mais ligeiros, então eles sabem de muita coisa. Então eu aprendi muito as coisas com eles também. Só que eles não pegaram esses conhecimentos mais profundos de pessoas que eu vi que ganharam muito dinheiro.<sup>310</sup>

O desapontamento com o conservadorismo e “cabeça fechada” dos pais vem acompanhado da percepção de como seu trabalho é fundamental para a família: “porque se um dia eu não acordar mais, eu não trabalhar mais, eu ficar doente por meses, minha marca parar de rodar, o negócio do meu pai vai quebrar de novo, não vai ter outra coisa pra fazer”<sup>311</sup>. Mais uma vez, a segunda geração tem um nível de responsabilidade para com a família que é atípico para a idade, como o próprio entrevistado percebe: “Então realmente é um peso muito grande nas minhas costas, isso tudo. Apesar de eu ter 19 anos”<sup>312</sup>. Se prover o sustento dos filhos está no centro do projeto da imigração dos pais, como mencionado por Abdelmalek Sayad (1998), para Ronaldo os pais também são a força motriz de seus projetos: “eu faço isso tudo pelos meus pais”<sup>313</sup>.

Ronaldo se inspirou na famosa frase dita por Bruce Lee<sup>314</sup>, “seja como água, meu amigo”, para batizar a SHUI – o nome significa água em chinês mandarim, e a logo da marca é o caractere correspondente. Além da homenagem ao ídolo das artes marciais, o nome também deseja para a marca a flexibilidade que o entrevistado crê ter faltado aos pais, e a tantos outros empreendedores durante a pandemia de Covid-19: “porque a água ela é muito flexível, ela se molda ao formato, se tá num copo ela vira um copo, se tirar ela passa por rachaduras, ela entra nas rachaduras”<sup>315</sup>. Se no início do empreendimento Ronaldo lançava as peças que julgava mais demandadas pelo público do *streetwear*, como calças cargo, com o desenvolvimento da marca passou a apostar em coleções com referências asiáticas, que se

310. Entrevista Ronaldo. [jan. 2022].

311. Entrevista Ronaldo. [jan. 2022].

312. Entrevista Ronaldo. [jan. 2022].

313. Entrevista Ronaldo. [jan. 2022].

314. A frase é dita por Bruce Lee ao interpretar o personagem Li Tsung, um traficante de antiguidades e exímio conhecedor das artes marciais, no seriado *Longstreet* (1971). Na cena, Tsung está ensinando técnicas de luta para outro personagem.

315. Entrevista Ronaldo. [jan. 2022].

fazem presentes nos cortes inspirados pela *streetwear* chinesa (a que ele tem acesso por plataformas como a versão chinesa do aplicativo *TikTok*), além da própria identidade visual da marca e nos modelos que apresentam as peças, em sua maioria amarelos. Na entrevista ele contou que, para o ano seguinte, planejava coleções que seguirão nesta mesma linha e, em outubro de 2022, Ronaldo anunciou nas suas redes sociais a abertura de uma loja física da SHUI no bairro da Mooca, em São Paulo, no segundo andar de um restaurante chinês. Na intenção de entender melhor a relação dos clientes da SHUI com a identidade da marca, perguntei ao entrevistado:

MV - E as referências asiáticas vai ser uma coisa que você vai continuar apostando então? Você acha que é um negócio que a galera curte?

RP – Sim, que eu vou investir cada vez mais e vou incluir cada vez mais na minha marca. Porque é uma coisa diferencial, apesar de tipo, a minha marca ter esse nome, ninguém sabe porque que tem esse nome de Shui. Pessoal mais gosta porque vê um símbolo asiático e acha legal. Quanto menos eles entenderem o significado mais legal eles vão achar [risada].<sup>316</sup>

Na análise dele, então, ao mesmo tempo que a identidade asiática é um diferencial da SHUI, esta muitas vezes é destituída de significado, da mesma maneira como tantas vezes a iconografia chinesa ou asiática são empregadas comercialmente. Quando proponho que esse uso indiscriminado e vazio de caracteres chineses e outros elementos talvez esteja em decadência, ao menos entre o público considerado, ele concorda: “Sim, hoje em dia, o pessoal da moda, eles gostam muito de lançamento ou criações de conceitos e coleções com significados. Com uma história por trás. Os designers em si, os mais renomados, todas as coleções que eles fazem tem uma história”<sup>317</sup>. De fato, a história de vida dos criadores tem importância especial para o público do *streetwear*, com predileção pelas trajetórias de superação, das marcas criadas “do zero” por sujeitos tradicionalmente excluídos dos espaços de criação da indústria da moda. Isso está evidente no sucesso da grife *Off-White™*, de Virgil Abloh<sup>318</sup>, talvez a principal representante das grifes de *streetwear* atualmente; e mesmo na *AMBUSH®*, da coreano-americana Yoon Ahn<sup>319</sup>. Ronaldo menciona, entre suas referências, a brasileira *PACE™*, fundada em 2017 pelo neto de imigrantes okinawanos Felipe Matayoshi, e que já acumula colaborações com grandes marcas de tênis como *New Balance* e *Vans®*.

316. Entrevista Ronaldo. [jan. 2022]. Legendas: RP - Ronaldo, MV - Maria Victória (entrevistadora).

317. Entrevista Ronaldo. [jan. 2022].

318. Abloh fundou a *Off-White™* em 2012, e, em 2018, foi nomeado diretor artístico de moda masculina da *Louis Vuitton*, sendo a primeira pessoa negra a ocupar o cargo e um dos poucos diretores negros à frente de uma grande *maison* francesa. Sua nomeação também simbolizou a diluição da fronteira entre o *streetwear* e o *high fashion*, ou alta moda ou alta costura. Abloh faleceu em novembro de 2021, aos 41 anos.

319. Yoon Ahn fundou a *AMBUSH®* em 2008, junto de seu marido, o *rapper* japonês Verbal. Em 2018, Ahn assumiu o cargo de *designer* de jóias da *Dior Homme*, função que ocupa até o atual momento.

Ainda sobre a relação do público com a marca, por mais que não tenha mencionado essa questão em entrevista, Ronaldo publicou um vídeo respondendo os “muitos” que “falam que a SHUI não representa a identidade brasileira”. Não raro marcas brasileiras de *streetwear* (a SHUI entre elas) ressaltam que são empreendimentos nacionais a fim de conquistar a preferência do consumidor frente à dura concorrência com as marcas “gringas”. Provavelmente, é diante desta sinalização que tantos negam brasilidade à SHUI. No referido vídeo, Ronaldo prossegue explicando que o intuito da promoção de marcas nacionais é movimentar a economia interna, gerar empregos, etc. Ele defende que sua marca tem toda a sua produção em território brasileiro, mas não reivindica um espaço para ela dentro da “identidade brasileira”. Que aquilo que é chinês é necessariamente não-brasileiro, e vice-versa, segue sendo então uma verdade consolidada a qual não cabe (ou, talvez, não interesse) desafiar.

Ainda que em meio a muitas continuidades, é inegável que o contexto de Ronaldo oferta um leque maior de significados possíveis à existência sino-brasileira, quando comparado ao primeiro grupo de entrevistados. Mais do que um maior número de possibilidades, ele consegue tomar em suas mãos ao menos uma parte desta narrativa, podendo assim ser, além de definido, definidor de sua identidade étnica. Vivendo em um tempo em que China (e demais países leste-asiáticos, como a Coreia), ocupa papel geopolítico fundamentalmente distinto do que ocupava durante a juventude dos primeiros entrevistados, e em que o Brasil e o mundo passam por uma transformação cultural sobre raça (e que é antecipada por movimentos de vanguarda, como o *streetwear*) parece que Ronaldo encontra um contexto pelo menos um pouco mais favorável à sua existência fronteiriça do que os demais entrevistados.

Essa distinção se explica também pela mudança nas atividades econômicas da imigração chinesa nesse meio tempo. Ronaldo estranhou quando lhe contei que os entrevistados mais velhos todos trabalharam nas pastelarias dos pais – para ele, os chineses estão quase sempre envolvidos em atividades de importação (“camelôs”, como ele disse), quando não, trabalham com restaurantes ou, como no caso dos seus pais, na confecção. Ainda que também exerçam essas atividades numa dinâmica de “tudo ou nada”, sob altos riscos e concorrência intensa, estas permitem uma margem de lucro mais significativa do que as pastelarias e, conseqüentemente, um posicionamento social distinto também.

Em muitos aspectos, porém, a narrativa de Ronaldo soa como o capítulo seguinte da mesma história das demais entrevistas: o custo emocional da imigração à família, o desamparo da criança que é segunda geração, o racismo. Ainda que tenha uma compreensão sobre questões raciais que é distinta, Ronaldo também se vê entre duas únicas opções: partir para “brigas” infrutíferas diante de ofensas raciais, ou tentar ignorá-las. Esses episódios podem ter diminuído nos últimos anos, mas segundo ele, ainda “continua bastante”, e ele não visiona um futuro diferente disto. Como os outros entrevistados, ele balança a cabeça ao querer afastar essas memórias, como se sacudindo-as de volta para o lugar de onde as tirou (tão generosamente!) por solicitação minha. A narrativa de Ronaldo, então, não é o ponto final de uma evolução linear (ainda que seja o fim deste trabalho), mas um novo desdobramento da existência sino-brasileira.

Como água, Ronaldo e os demais entrevistados precisaram se adaptar e aprender a buscar as melhores rotas, habilidade que em parte aprenderam com os pais, e, em parte, descobriram sozinhos. A água procura brechas e contorna obstáculos, mas também abre passagem onde não há, na insistência cotidiana e compenetrada de romper barreiras, como diria outra frase famosa sobre a água que fura a pedra. Como instrui a segunda parte da fala de Li Tsung, essa flexibilidade só é possível quando se encara de frente a possibilidade da derrota – o que os pais e avós dos entrevistados fizeram ao embarcar no projeto audacioso e arriscado da imigração transoceânica, para que seus filhos pudessem fluir pelos caminhos abertos por eles e, assim, poder cavar os seus próprios (ainda que nem sempre na direção que suas famílias visionaram). Que as próximas águas a correr por esses canais encontrem cada vez mais vias abertas.

## RELAÇÃO DE FONTES

### ENTREVISTAS

- Esther.** Entrevista I. [maio 2022]. Entrevistadora: Maria Victória Ribeiro Ruy. Videochamada, 2022. 1 arquivo .mp3 (50 min.).
- Mei Qim.** Entrevista I. [ago. 2021]. Entrevistadora: Maria Victória Ribeiro Ruy. Videochamada, 2021. 1 arquivo .mp3 (68 min.).
- Lucilina.** Entrevista I. [jun. 2021]. Entrevistadora: Maria Victória Ribeiro Ruy. Videochamada, 2021. 1 arquivo .mp3 (126 min.).
- Milton.** Entrevista I. [jul. 2021]. Entrevistadora: Maria Victória Ribeiro Ruy. Videochamada, 2021. 1 arquivo .mp3 (61 min.).
- Pedro.** Entrevista I. [jul. 2021]. Entrevistadora: Maria Victória Ribeiro Ruy. Curitiba, 2021. 1 arquivo .mp3 (70 min.).
- Ronaldo.** Entrevista I. [jan. 2022]. Entrevistadora: Maria Victória Ribeiro Ruy. Videochamada, 2022. 1 arquivo .mp3 (100 min.).
- Sérgio.** Entrevista I. [fev. 2022]. Entrevistadora: Maria Victória Ribeiro Ruy. Curitiba, 2022. 1 arquivo .mp3 (50 min.).
- Suzana.** Entrevista I. [set. 2021]. Entrevistadora: Maria Victória Ribeiro Ruy. Videochamada, 2021. 1 arquivo .mp3 (70 min.).

### JORNAIS

- 15 POLICIAIS investigam gang que vendia heroína a Curitiba. **Diário do Paraná.** Curitiba, p. 16. 25 de nov. de 1972. Ano XVIII, n. 5.216.
- A GREVE Branca Prossegue Praticamente Vitoriosa. **Diário da Tarde.** Curitiba, p.1. 16 de fev. De 1952. Ano 53, n. 17.551.
- A Tribuna.** São Paulo, p. 30. 6 fev. 1975. Ano LXXXI, n. 312.
- ÁGUA torneiral. **Diário da Tarde,** Curitiba, n. 23023, p.2, 29 de set. de 1979.
- ALÔ, alô, Comandos Sanitários De Curitiba Procuram-se As Autoridades. **A Tarde.** Curitiba, p.6. 26 mar. 1951. Ano II, n. 306.
- APARECE em Joinville o corpo do motorista de táxi desaparecido. **Correio de Notícias.** Curitiba, p.7. 28 de out. de 1986. Ano VI, N. 1.608.
- BOLSONARO ataca Thaís Oyama com frase xenófoba. Disponível em <https://www.portaldosjornalistas.com.br/bolsonaro-ataca-thais-oyama-com-frase-xenofoba/> . Acesso em 03 jun. 2021.
- BOLSONARO é acusado de racismo por frase em palestra na Hebraica. Disponível em <https://veja.abril.com.br/brasil/bolsonaro-e-acusado-de-racismo-por-frase-em-palestra-na-hebraica/>. Acesso em 03 de jun. 2021.
- CAFÉ da manhã. O uso e abuso de opioides no Brasil. Daniel Castro e Magê Flores. Entrevistada: Claudia Colucci. Produção: Spotify, Folha. 29 abr. 2022. *Podcast*.
- COMANDOS Sanitarios Fecharam o Instituto de Beleza Esther. **Diário do Paraná.** Curitiba, p. 5. 16 de jan. 1959. Ano IV, n. 1151.
- CURITIBA no tráfico de chineses. **Diário do Paraná.** Curitiba, p. 16. 9 ago. 1976. Ano XXII, n. 6.354.
- DISCURSO do Dr. Bento Munhoz da Rocha. **Diário da Tarde,** Curitiba, n. 16757, p.5 ,11 de ago. De 1949.
- DOS Estados. **A Tarde,** Curitiba, n. 8, p. 1, 21 de março de 1950.

- ELES & Elas. **Última Hora**. Curitiba, p. 8. 06 jun. 1962. Ano II, n. 313.
- ELES & Elas. **Última Hora**. Curitiba, p. 8. 21 dez. 1962. Ano II, n. 483.
- ELES & Elas. **Última Hora**. Curitiba, p. 8. 8 maio 1963. Ano II, n. 598.
- ESTÃO Envenenando a População, Restaurantes e Bares Imundos. **Diário do Paraná**. Curitiba, p. 12. 29 de out. 1955. Ano I, n. 179.
- ESTÃO sendo burladas as leis de imigração. **Diário do Paraná**, Curitiba, n. 31, p.8, 6 de maio de 1955.
- FARIAS JUNIOR, João. Linchamento X credibilidade penal. **Correio de Notícias**. Curitiba, 7 de dez. 1986. Ano VI, N. 1.643.
- IMIGRANTES Chineses Virão para o Brasil. **A Tarde**, Curitiba, n. 4491B, p.6, 12 de ago. de 1959.
- INTERDIÇÃO de mais dois bares. **Diário da Tarde**, Curitiba, n. 23023, p.4, 29 de set. de 1979.
- INVADIDA a pastelaria do Sr. Ton Jão. **Diário da Tarde**. Curitiba, p.1. 21 fev. 1952. Ano 53, n. 17.555.
- LOJISTA usa faixa e irrita concorrentes asiáticos. **Agora**. São Paulo, 9 de jan. 2018. Ano 19, n. 6.869.
- MÁFIA chinesa protege marginais japoneses que estão em São Paulo. **Diário da Tarde**, Curitiba, n. 23897, p.4, 3 de maio de 1979.
- MAURER, Daniel. **Forget it, Jake, it's Metrograph's 'Imagining Chinatown' series**. The Film Foundation, 2017. Disponível em: <https://www.film-foundation.org/ouatia-metrograph>. Acesso em: 8 de out. 2022.
- MERCADO Negro de pastéis na Carlos Gomes. **Diário do Paraná**, Curitiba, n. 3065, p.12, 23 de abr. de 1964.
- MORI, Letícia. Por que o Brasil escapou ileso da droga que virou epidemia nos EUA e na Europa. **BBC Brasil**, 2017. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-41753994>. Acesso em 12 de out. 2022.
- MORTO por camelô, o chinês que era conhecido por brutalidades. **Diário da Tarde**. Curitiba, p. 4. 17 de set. 1979. Ano 80, n. 23.012.
- MOTORISTA teria sido vítima da máfia chinesa. **Correio de Notícias**. Curitiba, p. 6. 23 de out. de 1986. Ano VI. N. 1.604.
- NADA de imigração asiática e particularmente nada de japoneses, afirmou o sr. João Cleofas. **Diário do Paraná**, Curitiba, n. 133, p.6, 26 de mar. de 1946.
- NEVES convoca Conselho Deliberativo. **Diário do Paraná**. Curitiba. p. 15. 26 de fev. 1972. Ano XVII, n. 4991.
- O HOMEM que abriu um negócio da China. **Diário do Paraná**, Curitiba, n. 4575, p.13, 13 de out. de 1970.
- O QUE dizem os jornais. **Diário da Tarde**, Curitiba, n. 20955, p.3, 17 de abr. de 1963.
- O QUE é que tem... **Diário da Tarde**, Curitiba, n. 21186, p.6, 14 de nov. de 1967.
- OS CHINESES Também São Assim. **Última hora**, Curitiba, n. 2516, p. 13, 17 de jun. de 1960.
- PRESA gang de chineses que vendia heroína a Curitiba. **Diário do Paraná**. Curitiba, p. 20. 23 de nov. de 1972. Ano XVIII, n. 5.214.
- PRESENTE do povo chinês, estátua de Confúcio é instalada no Centro Cívico. **Prefeitura municipal de Curitiba**. 27 de set. de 2017. Disponível em <https://www.curitiba.pr.gov.br/noticias/presente-do-povo-chines-estatuade-confucio-e-instalada-no-centro-civico/43564>>. Acesso em: 2 de junho de 2021.

PRESO traficante de heroína. **Diário do Paraná**. Curitiba, p. 16. 28 nov. 1973. Ano XIX, n. 5.524.

PROSSEGUE a caçada aos traficantes de heroína. **Diário do Paraná**. Curitiba, p. 12. 12 dez. 1970. Ano XVI, n. 4.626.

REGIME Sanitário de Epoca de Guerra Impera de há Muito em Nossa Capital. **Diário do Paraná**. Curitiba, p. 9. 14 de out. 1957. Ano III, n. 687.

RESUMO do Serviço Telegráfico. **A Tarde**, Curitiba, n. 30, p.6, 18 de abr. de 1950.

SAMPAIO, Ayrton. Veja o exemplo dêste brasileiro. **Diário do Paraná**, Curitiba, n. 4865, p. 10, 26 de set. de 1971.

SCHWINDEN, Eurico. Filosofia de milênios impressa em papel arroz. **Diário do Paraná**, Curitiba, n. 4331, p. 28, 21 de dez. De 1969.

SE não existe o homem tipicamente curitibano, existem ao menos certas figuras características da cidade. Da galeria humana reunida por Rafael Greca de Macedo em seu livro "Cada um Cai do Bonde Como Pode", publicado pela Fundação Cultural de Curitiba, extraímos alguns dos mais representativos. **Diário do Paraná**. Curitiba, Ano XXIII, N° 6686, p.3 do Anexo, 4 set. 1977.

SENADO FEDERAL. **Antes do SUS, saúde era para poucos**. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/emdiscussao/edicoes/saude/contexto/antes-do-sus-saude-era-para-poucos>. Acesso em: 01 set. 2021.

SESB REALIZA mais 3 interdições. **Diário da Tarde**, Curitiba, n. 23033, p.2, 13 de out. de 1979.

SOCIEDADE. **Diário do Paraná**. Curitiba. p. 9. 18 de mar. 1966. Ano XI, n. 3.643.

TAXISTAS trucidam 3 matadores. **Correio de Notícias**, Curitiba, p. 7. 30 de nov. de 1986. Ano VI, N. 1.637.

TRAFICANTE já está na prisão. **Diário do Paraná**. Curitiba, p. 24. 23 jul. 1972. Ano XVIII, n. 5.113.

URGE Maior Fiscalização na Indústria dos Pastéis. **Diário do Paraná**. Curitiba, p. 12. 1º de maio 1955. Ano I, n. 27.

VEREADOR Renato Freitas, do PT, é preso em Curitiba e acusa PMs de racismo (vídeo). **Brasil 247**. 4 de jun. de 2021. Disponível em <<https://www.brasil247.com/regionais/sul/vereador-renato-freitas-do-pt-e-presos-em-curitiba-e-acusa-pms-de-racismo-video>>. Acesso em 6 de jun. de 2021.

## REFERÊNCIAS

- ALVES, Benno Victor Warken. **BRASILEIRO, BRANCO: A FRONTEIRA DA BRANQUITUDE NO PARANÁ**. 2019. 207 f. Tese (Doutorado) - Curso de Sociologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.
- ARAÚJO, Marcelo da Silva. **Cultura acima da Bíblia? História, religião e sociabilidade entre chineses de igrejas evangélicas no Rio de Janeiro**. 2014. 262 f. Tese (Doutorado) - Curso de Antropologia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014.
- BORGES, João Bosco Oliveira. **Quando Curitiba perdeu a cabeça: uma etnografia da controvérsia em torno da "Guerra do Pente"**. 2014. 134 f. Tese (Doutorado) - Curso de Antropologia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.
- BRITANNICA, Editors of Encyclopaedia. "Second Sino-Japanese War." **Encyclopedia Britannica**, November 10, 2020. <https://www.britannica.com/event/Second-Sino-Japanese-War>.
- CANDAU, J. **Memória e Identidade**. Tradução: Maria Letícia Ferreira. 1ª ed. 5ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2019.
- CARNEIRO, Henrique. As necessidades humanas e o proibicionismo das drogas no século XX. **Revista Outubro**, n 06, 2002 (pp.115-128): São Paulo, SP.
- CATROGA, F. **Memória, História e Historiografia**. 1ª ed. Coimbra: Quarteto editora, 2001.
- CHAN, Shelly. **Diaspora's Homeland: Modern China in the Age of Global Migration**. Duke University Press Books, 2018.
- CUCHE, Denys. **A noção de cultura em ciências sociais**. Trad. Viviane Ribeiro. Bauru: EDUSC, 1999.
- De WIND & PORTES, Alejandro (2004). A Cross-Atlantic Dialogue: The Progress of Research and Theory in the Study of International Migration. **International Migration Review**. Vol. 38, nº 3, pp. 828-851.
- DEZEM, Rogério. **Matizes do "Amarelo": a gênese dos discursos sobre os orientais no Brasil**. São Paulo: Fapesp, 2005.
- FIGLIARELLI, Maurício. A medicalização da questão do uso de drogas no Brasil: reflexões acerca de debates institucionais e jurídicos. In: VENÂNCIO, Renato Pinto; CARNEIRO, Henrique. **Álcool e drogas na história do Brasil**. Belo Horizonte: Editora Puc Minas, 2005. p. 257-290.

- GREEN, N. (2008). O Tempo e o Estudo da Assimilação. **Revista Antropológicas**. Dossiê Imigração, nº25, pp.23-48.
- GODLEY, Michael R. The End of the Queue: Hair as Symbol in Chinese History. **East Asian History**, Canberra, n. 8, p. 53-24, dez. 1994.
- GURIAN, Gabriel Ferreira. Das Distinções Sócio-Espaciais das Toxicomanias Cariocas nas Crônicas de Benjamim Costallat (1922-1929). **Revista Epígrafe**, São Paulo, Edição Dois, pp. 47-64, 2015.
- JACKA, Tamara. Left-behind and Vulnerable? Conceptualising Development and Older Women's Agency in Rural China. **Asian Studies Review**, v. 38, n. 2, p. 186-204, 3 abr. 2014. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/10357823.2014.891566>.
- JELIN, Elizabeth. **¿De qué hablamos cuando hablamos de memorias?** In: \_\_\_\_\_. Los trabajos de la memoria. Siglo Veintiuno Editores, 2002.
- KIM, Claire. The Racial Triangulation of Asian Americans. **POLITCS & SOCIETY**, Vol. 27 No. 1, March 1999. 105-138.
- LE GOFF, J. **História e Memória**. Tradução: Bernardo Leitão [et all]. 7ª edição revista, Campinas. Editora da Unicamp: 2014.
- LEE, Ana Paulina. **Mandarin Brazil: race, representation and memory**. Stanford, California: Stanford University Press, 2018.
- LEE, Sherry. Tales of the Tung Sing. **South China Morning Post**. 1 maio 2001. Disponível em: <https://www.scmp.com/article/345659/tales-tung-sing>. Acesso em: 27 set. 2022.
- LESSER, Jeffrey. **Uma diáspora descontente: os nipo-brasileiros e os significados da militância étnica 1960-1980**. São Paulo: Paz e Terra, 2008.
- LESSER, Jeffrey. **A invenção da brasilidade: Identidade nacional, etnicidade e políticas de imigração**. São Paulo: Editora Unesp, 2014.
- LOWENTHAL, D. Como conhecemos o passado [tradução HADDAD, L, Malluf, M.]. In: **Proj. História São Paulo**, 17, nov. 1998.
- MACAGNO, Lorenzo. Os “Chineses” da Beira, Moçambique. Itinerários de uma dispersão. In: DIAS, Juliana Braz; LOBO, Andréa de Souza (org.). **África em Movimento**. Brasília: Aba Publicações, 2012.
- MCCOY, Alfred. **The Politics of Heroin in Southeast Asia**. Nova York: Harper & Row, 1972.

- NGAN, Lucille L. S.; CHAN, Anita K. W.. Transnational Familyhood and Migration Strategies among Parachute Kids-turned-Parents from Hong Kong. **Asian Studies Review**, v. 46, n. 2, p. 197-214, 28 jun. 2021. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/10357823.2021.1937939>.
- OLIVEIRA, Márcio de & KULAITIS, Fernando. (2017) Habitus Imigrante e Capital de Mobilidade: a Teoria de Pierre Bourdieu Aplicada aos Estudos Migratórios. **Mediações**, vol. 22, nº 1, pp. 15-47.
- PAULÈS, Xavier. In Search of Smokers: A Study of Canton Opium Smokers in the 1930s. **East Asian History**, Canberra, v. 29, p. 107-128, jun. 2005. Institute of Advanced Studies - Australian National University.
- POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. In: **Estudos Históricos**, vol. 2 nº 3. Rio de Janeiro: 1989, pp. 3-15
- PORTELLI, Alessandro. A filosofia e os fatos: narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. **Tempo**: Rio de Janeiro, v.1, n. 2, p. 59-72, 1996.
- PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre ética na história oral. **Projeto História** (15). São Paulo: EDUC, 1997. p. 13-49.
- PORTES, Alejandro et all. (2008). Filhos de imigrantes nos EUA hoje. **Tempo Social**. Vol. 20, pp.13-50.
- RODRIGUES, Thiago. Narcotráfico: um esboço histórico. In: VENÂNCIO, Renato Pinto; CARNEIRO, Henrique. **Álcool e drogas na história do Brasil**. Belo Horizonte: Editora Puc Minas, 2005. p. 291-309.
- SASAKI, E. M.. "Umbigo ambíguo: relato de uma pesquisadora *insider* na/da comunidade *nikkei*". In: XXII Reunião Brasileira de Antropologia, 2000, Brasília. XXII Reunião Brasileira de Antropologia, 2000.
- SASAKI, Elisa Massae, 2008. "O Orientalismo e o Japão", in MACAGNO, RIBEIRO, SCHERMANN (orgs.), **Histórias Conectadas & Dinâmicas Pós-Coloniais**, Op. Cit., p. 163-195.
- SASAKI, Elisa Massae. **Ser ou Não Ser Japonês?: a construção da identidade dos brasileiros descendentes de japoneses no contexto das migrações internacionais do japão contemporâneo**. 2009. 667 f. Tese (Doutorado) - Curso de Antropologia, Unicamp, Campinas, 2009.
- SAYAD, Abdelmalek. **A Imigração ou os Paradoxos da Alteridade**. São Paulo: Edusp, 1998.

- SCHINIMANN, Fernando. **A Batalha da Carne em Curitiba**. 1992. 298 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1992.
- SILVA, Denise Ferreira da. 2014. "No-Bodies: Law, Raciality and Violence." **Meritum** 9, no. 1: 119–162.
- SEYFERTH, Giralda. Colonização, imigração e a questão racial no Brasil. **REVISTA USP**, São Paulo, n.53, p. 117-149, março/maio 2002.
- SEYFERTH, Giralda. Formação de identidades culturais em contextos migratórios. In: **XXIX Encontro Anual da ANPOCS**, 2005, Caxambu. Grupo de Trabalho: Migrações Internacionais. 2005.
- TAKEUCHI, Marcia Yumi. **Japoneses: a saga do povo do sol nascente**. São Paulo: Lazuli, 2007.
- TRUZZI, O. Redes em processos migratórios. **Tempo Social**, v. 20, n. 1, p. 199-218, 2008.
- TRUZZI, O. Assimilação Ressignificada: Novas Interpretações de um Velho Conceito. **Dados** - Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 55, n. 2, 2012, pp. 517 a 553.
- TRUZZI, Oswaldo. Sírios e libaneses no oeste paulista – décadas de 1880 a 1950. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 36, p. 1-27, 4 nov. 2019. Associação Brasileira de Estudos Populacionais. <http://dx.doi.org/10.20947/s0102-3098a0086>.
- UENO, Laura Satoe. **Amores (des)racializados: um estudo psicossocial dos casamentos de "amarelos" com negros e brancos em São Paulo**. 2020. 172 f. Tese (Doutorado) - Curso de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.
- VERÁS, Daniel Bicudo. **AS DIÁSPORAS CHINESAS E O BRASIL: a comunidade sino-brasileira em São Paulo**. 2008. Tese (Doutorado) - Curso de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.
- YEUNG, Yue-man, FALKENHEIM, Victor C. and CHANG, Chen-tung. "Guangdong." **Encyclopedia Britannica**, October 28, 2021. <https://www.britannica.com/place/Guangdong>.
- ZUGUEIB NETO, Jamil. Libaneses na "Guerra do Pente" em Curitiba: emigração, sofrimento étnico e integração cultural. **Revista Epos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, out. 2010.